DIÁRIO OFICIAL
do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

SUMÁRIO

GOVERNADORIA....3
CASA CIVIL....64
CASA MILITAR....69
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE....82
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE....87
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP....88
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC....90
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG....91
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP....95
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL....122
CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES....128
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN....131
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC....136
POLÍCIA MILITAR - PM....138
POLÍCIA CIVIL - PC....144
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS....150
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU....159
HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP....183
HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - HPSJP-II....183
POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC....198
FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON....198
AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA....200
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - IESPRO....201
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC....201
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER....339
INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP....340
SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL....341
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS....343
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FEASE....354
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI....355
AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON....356
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM....356
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC....359
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER....371
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER....375
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPEM....377
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN....378
ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER....379
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON....380
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE RONDÔNIA - AGERO....385
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD....390
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES....390

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI....391
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA....391
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA....392
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA....393
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA....393
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE....394
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS....394
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA....395
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI....396
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA....396
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS....397
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO....397
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI....398
ASSOCIAÇÃO RONDONIENSE DE ASSISTÊNCIA AO PACIENTE COM CÂNCER....398
ASSOCIACAO COM PROD RURAIS URUPAENSE DE AJUDA MUTUA....399

DIÁRIO OFICIAL
do Estado de Rondônia

Marcos José Rocha dos Santos - Governador

Porto Velho, 22 de outubro de 2026 Edição 204

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA

DECRETO N° 32.149, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui no Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia a Medalha do Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Da Finalidade da Medalha

Art. 1°Fica instituída no Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO a Medalha do Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas, destinada a condecorar autoridades civis e militares pelos relevantes serviços prestados às atividades técnicas, inclusive no exercício de funções nas respectivas unidades.

Seção II

Das Características da Medalha do Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas

Art. 2°A Medalha do Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas terá as características do desenho constante no Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor dourada, em forma circular, com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um vírgula cinco milímetros) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

II - no anverso, em alto-relevo, na parte superior, dentro de 2 (dois) círculos concêntricos, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) e 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro, respectivamente, haverá a inscrição ATIVIDADES TÉCNICAS, em caracteres maiúsculos, com 1 (uma) estrela antes e 1 (uma) estrela após a inscrição, figurando, ao centro do círculo de 35 mm (trinta e cinco milímetros), em alto-relevo, o brasão representativo da Atividade Técnica do Corpo de Bombeiros;

III - no verso, disposta em forma de círculo, aparecerá na parte inferior a inscrição CBMRO, o brasão do Corpo de Bombeiros Militar e, acima dele, a inscrição PREVENIR E PROTEGER, em caracteres maiúsculos; e

IV - a Medalha será pendente por meio de um passador, de tamanho igual ao da barreta, com uma fita de gorgorão de seda chamalotada, com costuras laterais douradas, medindo 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, a fita terá, em sua extensão final de 15 mm (quinze milímetros), uma ponta que se prenderá à argola, sendo composta por 5 (cinco) listras verticais, a central, na cor vermelha, com 17 mm (dezessete milímetros) de largura, ladeada por listras amarelas de 4 mm (quatro milímetros) e, externamente, por duas listras cinza, com 5 mm (cinco milímetros) de largura cada.

Art. 3°Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com uma fita de gorgorão de seda chamalotada, composta de listras verticais, tais como as descritas na fita, com

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

moldura lateral esquerda e direita e passador dourado, e, em seu centro, o brasão representativo da Atividade Técnica, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*;

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, recoberta com o mesmo material da barreta; e

III - o diploma, com as características do Anexo II.

Parágrafo único.O conjunto da condecoração composto por Medalha, barreta e roseta deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

CAPÍTULO II

DAS NORMAS RELATIVAS À MEDALHA

Seção I

Da Indicação da Medalha

Art. 4°Para ter direito à Medalha, além dos critérios estabelecidos no art. 1°, será necessário que os militares indicados atendam aos seguintes requisitos:

I **-** terem sido indicados devidamente por meio da Ficha Indicativa constante no Anexo III;

II **-** terem prestado relevante serviço ativo nas Coordenadorias, Diretorias ou Seções de Atividades Técnicas pelo período mínimo de 3 (três) anos, consecutivos ou não;

III - possuírem 5 (cinco) anos de serviço ativo no CBMRO;

IV - terem seus nomes propostos à Coordenadoria de Atividades Técnicas de Bombeiros Militar pelo seu respectivo Diretor de Atividades Técnicas ou Chefe de Seção de Atividades Técnicas, mediante exposição dos motivos que levaram os bombeiros militares a se destacarem dentre os demais;

V **-** não terem sofrido sentença condenatória transitada em julgado, ainda que beneficiados por indulto, durante o período em que estiveram no serviço ativo;

VI - não terem sido punidos com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 5 (cinco) anos; e

VII - terem, quando Praças, o comportamento classificado, no mínimo, como bom.

§ 1°Para a concessão da comenda a bombeiros militares estaduais de outras Organizações Bombeiros Militares, deverão ser observados os incisos do *caput*.

§ 2°Para a concessão da comenda a militares de outras forças, o Conselho da Medalha observará os seguintes critérios:

I - ter prestado relevantes serviços ao CBMRO;

II - ter prestado relevantes serviços à sociedade rondoniense; e

III - ter reputação ilibada.

§ 3°Para a concessão da comenda a autoridades civis, nacionais ou estrangeiras, o Conselho observará os seguintes critérios:

I - ter prestado relevantes serviços à Atividade Técnica do CBMRO; e

II - ter reputação ilibada.

§ 4°Os primeiros membros que integrarem a Comissão de Criação da Medalha, devidamente nomeados por ato do Comandante-Geral do CBMRO, com a finalidade de elaborar a minuta de decreto de criação da Medalha, serão agraciados com a respectiva comenda.

§ 5°Farão jus à comenda os militares que exerceram a função de Coordenador de Atividades Técnicas, mediante proposta do Conselho, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Decreto.

§ 6°Fará jus a receber a Medalha o Oficial ou Praça que comandar, por 3 (três) anos consecutivos ou não, uma Diretoria ou Seção de Atividades Técnicas.

§ 7°Fica assegurado ao Comandante-Geral, Subcomandante-Geral e Coordenador de Atividades Técnicas o direito à percepção da referida comenda, independentemente do tempo de exercício da função.

Seção II

Do Direito à Medalha

Art. 5°As indicações serão apresentadas ao Conselho pelo Comandante-Geral e pelo Coordenador de Atividades Técnicas, dentre os candidatos que satisfaçam os requisitos estabelecidos neste Decreto.

Seção III

Do Processamento da Concessão da Medalha

Art. 6°O Conselho deverá iniciar as reuniões para estudo das indicações, pelo menos, 10 (dez) dias antes da data de outorga das condecorações.

Parágrafo único.Após a análise de todos os casos, o Conselho proporá ao Comandante-Geral do CBMRO a concessão da Medalha.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 7°O julgamento das propostas será feito em Sessão Ordinária do Conselho, que se reunirá no período estabelecido, e as decisões serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes.

§ 1°Cada membro do Conselho terá direito a 1 (um) voto.

§ 2°As propostas rejeitadas em 1 (uma) sessão não serão objeto de novo julgamento, salvo quando renovadas em época oportuna pelas autoridades competentes para indicar.

§ 3°Fica estabelecido o quórum mínimo de 3 (três) membros do Conselho para qualquer deliberação.

Art. 8°A Medalha será concedida pelo Comandante-Geral da Corporação, mediante ato normativo de sua competência.

Seção IV

Da Data da Outorga da Medalha

Art. 9°A Medalha do Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas será concedida, anualmente, no dia 2 de julho, nas Diretorias ou Seções de Atividades Técnicas subordinadas à Coordenadoria de Atividades Técnicas, podendo, excepcionalmente, ser outorgada em outro local, quando em solenidade presidida pelo Comandante-Geral da Corporação.

§ 1°Em caráter excepcional e mediante fundamentação legal, o Comandante-Geral poderá conceder a Medalha do Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas a autoridades civis, independentemente de data, por meio de proposta justificada do Conselho.

§ 2°A Medalha será colocada no peito esquerdo dos agraciados, observando-se o seguinte:

I - aos Oficiais, pelo Oficial mais antigo que estiver presente à solenidade; e

II - aos Praças, pelo Coordenador, Diretor ou Chefe de Seção de Atividades Técnicas a que estiverem subordinados diretamente, ou pelo Oficial mais antigo presente.

§ 3°Quando o agraciado for o Comandante-Geral, a Medalha será colocada em seu peito pelo Governador do Estado, Secretário de Estado da Segurança Defesa e Cidadania ou autoridade que os represente.

§ 4°Simultaneamente à entrega da Medalha, será conferido o diploma correspondente à condecoração.

Art. 10.No caso de falecimento do agraciado, a Medalha será entregue ao cônjuge supérstite ou aos herdeiros legais, pela ordem de sucessão.

Seção V

Do Uso da Medalha, Barreta e Roseta

Art. 11.O uso da Medalha, da barreta e da roseta será de acordo com as normas contidas no Decreto n° 26.634, de 13 de dezembro de 2021, que “Aprova o Regulamento de Uniformes e Insígnias do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - RUI/CBMRO.”.

Seção VI

Da Cassação da Medalha

Art. 12.A Medalha será cassada, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

I - quando o militar perder o posto ou a graduação;

II - quando o militar demonstrar desinteresse em recebê-la;

III - quando, nos termos da Constituição Federal, perder a nacionalidade brasileira;

IV - quando cometer ato contrário à dignidade e à honra militar, à moralidade da Corporação ou da sociedade civil, desde que apurado em investigação, sindicância, inquérito ou outro instrumento apuratório;

V - quando for condenado, pela justiça civil ou militar, por crime contra a integridade e a soberania nacional, ou por atentado contra o erário público, as instituições ou a sociedade; e

VI - quando for condenado, com trânsito em julgado, nas esferas penal ou civil, por crimes que firam a dignidade ou a vida da pessoa humana, atentem contra a honra, a paz social ou a integridade das instituições.

Parágrafo único.A cassação será formalizada por meio de portaria, na qual serão expostos, sucintamente, os motivos determinantes da medida.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO DA MEDALHA

Seção I

Da Constituição do Conselho da Medalha

Art. 13.O Conselho da Medalha será composto por 3 (três) membros, dentre Oficiais, sob a presidência do Chefe do Estado-Maior-Geral do CBMRO ou, na ausência deste, do Coordenador de Atividades Técnicas - CAT, designados anualmente pelo Comandante-Geral.

Parágrafo único.O membro mais moderno será o Secretário do Conselho da Medalha.

Seção II

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Das Atribuições do Conselho da Medalha

Art. 14.Compete ao Conselho:

I - reunir-se com todos os seus membros, por convocação de seu Presidente;

II - apreciar, em sessão, com imparcialidade e interesse, as indicações submetidas à sua apreciação, aprovando-as ou recusando-as;

III - velar pela execução deste Decreto;

IV - propor e tomar as medidas que se tornarem indispensáveis ao bom desempenho de suas funções; e

V - propor ao Comandante-Geral a concessão das Medalhas aos militares que julgar merecedores.

Parágrafo único.O Conselho poderá reunir-se em sessão extraordinária, em qualquer época, por convocação de seu Presidente, quando o assunto assim o justificar.

Art. 15.Compete ao Presidente do Conselho:

I - convocar reuniões;

II - presidir as reuniões; e

III - decidir, em casos de urgência, sobre assuntos do Conselho.

Art. 16.Compete ao Secretário do Conselho:

I - fazer as comunicações que lhe forem determinadas pelo Presidente;

II - secretariar as sessões; e

III - redigir as atas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17.As Medalhas e seus complementos serão fornecidos gratuitamente pelo CBMRO.

Parágrafo único.As Medalhas e os complementos não distribuídos constituirão patrimônio do CBMRO, ficando sua guarda e controle a cargo do órgão provedor da Corporação.

Art. 18.Ao final dos trabalhos do Conselho da Medalha, compete ao órgão de pessoal da Corporação:

I - preparar as minutas dos atos normativos para a concessão das Medalhas;

II - organizar, manter em ordem e atualizado, bem como ter sob sua guarda todos os documentos do Conselho; e

III - manter organizado e atualizado um relatório com os nomes de todos os agraciados.

Art. 19.Compete, ainda, ao órgão de pessoal da Corporação providenciar, junto ao órgão provedor, em tempo oportuno, o fornecimento das Medalhas e de seus complementos ao Conselho.

Art. 20.O valor numérico correspondente à Medalha, para efeito de promoção, será de 0,30 (zero vírgula trinta) pontos, conforme o Decreto n° 54, de 9 de março de 1982, que “Regulamenta o Decreto-Lei n° 11, de 9 de março de 1982, que dispõe sobre as promoções de oficiais da Ativa, da Polícia Militar do Estado de Rondônia.”, e o Decreto n° 4.923, de 20 de dezembro de 1990, que “Aprova o Regulamento de Promoção de Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia.”.

Art. 21.Não caberá recurso contra as decisões do Conselho da Medalha.

Art. 22.O Comandante-Geral resolverá os casos omissos, bem como proporá ao Chefe do Poder Executivo as modificações necessárias para sua melhor aplicação.

Art. 23.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 22 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

ANEXO I

ANVERSO VERSO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13



ANEXO II
DIPLOMA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13



Diploma da Medalha "Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____, de ___ de _____ de 20__, e, de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha do ***"Mérito da Coordenadoria de Atividades Técnicas"*** *ao Senhor _____, como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se, portando, merecedor desta homenagem.*

Quartel em Porto Velho, RO, ___ de _____ de 20__.

_____

Comandante-Geral do CBMRO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ANEXO III

FICHA DE INDICAÇÃO DE CANDIDATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Governo do Estado de
RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Corpo de Bombeiros Militar - CBM

FICHA

DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO

"MÉRITO DA COORDENADORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS"

I. DADOS PESSOAIS

a. Nome do Militar:

b. Nacionalidade/Naturalidade:

d. Endereço Residencial:

e. Telefone:

II. DADOS MILITARES

a. Nome de Guerra:

b. Posto/Grad/RE:

c. Comportamento:

d. Tempo de Serviço:

e. Tempo de Serviço na atividade técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições sofridas pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação):

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS NAS SEÇÕES SUBORDINADAS À COORDENADORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS: (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município – RO, dia _____ de _____ de 20_____.

_____

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Diretor/Chefe de Sessão de Atividades Técnicas
Proponente

Protocolo 0067123894

DECRETO N° 32.148, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui no Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia as Medalhas de Mérito das Diretorias de Atividades Técnicas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Da Finalidade das Medalhas

Art. 1°Ficam instituídas no Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, com a finalidade de condecorar autoridades civis e militares pelo reconhecimento dos bons serviços prestados ao CBMRO durante o serviço ativo, as seguintes Medalhas:

I - Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho;

II - Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná;

III - Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena;

IV - Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal;

V - Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes; e

VI - Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura.

Seção II

Das Características da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho

Art. 2°A Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho terá as características do desenho do item 1 constante no Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor prateada, em forma circular, com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um e meio milímetro) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

II - a estrutura do anverso e do verso é delimitada por 2 (dois) círculos concêntricos visíveis pelo relevo da borda:

a) anverso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, destinado a abrigar as figuras heráldicas centrais em alto-relevo, ao centro, figura em relevo o símbolo representativo da Atividade Técnica, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas, sobre 2 (dois) machados cruzados e, acima dele, a representação das Três Caixas d'Água entre dois ramos de seringueiras, representativas do município de Porto Velho, sobreposto ao contorno linear de um escudo de proteção heráldico;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta ATIVIDADES TÉCNICAS, e na parte inferior, PORTO VELHO as inscrições são separadas, em ambos os lados, por uma estrela de 5 (cinco) pontas em relevo;

b) verso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, ao centro, figura em relevo o Brasão de Armas do Corpo de Bombeiros Militar, composto pela tocha flamejante, cruzada por 2 (dois) machados de bombeiro e uma mangueira e esguicho formando a base, sobrepostos à Estrela da Vida;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior o lema PREVENIR PARA PROTEGER, e na parte inferior, a sigla CBMRO, assim como no anverso, as inscrições superior e inferior são separadas por 2 (duas) estrelas de 5 (cinco) pontas em relevo;

III - será pendente por meio de um passador, de tamanho igual à barreta, de uma fita de gorgorão de seda chamalotada, medindo 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, conforme escala da imagem, a ponta da fita se prenderá à argola da Medalha, a fita é composta por 2 (duas) listras verticais, a da esquerda, amarela, com 10 mm (dez milímetros) de espessura, e a da direita, azul, com 25 mm (vinte e cinco milímetros) de espessura, cores representativas da bandeira do município de Porto Velho, sobre a fita repousa um passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente no anverso da Medalha.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 3°Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com fita de gorgorão de seda chamalotada, composta por listras verticais, tais como as descritas na fita, com moldura e passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente no anverso da Medalha, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*, conforme desenho do item 1 constante do Anexo I;

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, confeccionado em acrílico vitrificado ou esmaltado, circundado por uma moldura, borda, em metal prateado, conferindo acabamento refinado e proteção à peça, nas mesmas cores da fita da Medalha; e

III - o diploma da Medalha, com as características do item 1 constante do Anexo II.

§ 1°Para efeito de promoção, fica estabelecido o cômputo de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos.

§ 2°O conjunto da condecoração, composto por Medalha, barreta e roseta, deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

Seção III

Das Características da Medalha de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná

Art. 4°A Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná terá as características do desenho do item 2 constante no Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor prateada, em forma circular, com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um e meio milímetro) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

II - a estrutura do anverso e do verso é delimitada por 2 (dois) círculos concêntricos visíveis pelo relevo da borda:

a) anverso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, destinado a abrigar as figuras heráldicas centrais em alto-relevo, ao centro, figura em relevo o símbolo representativo das Atividades Técnicas, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas sobre 2 (dois) machados cruzados e, na parte inferior, uma ponte sobre o Rio Machado, um dos símbolos da cidade de Ji-Paraná, a ponte sobre o Rio Machado, do tupi rio grande dos machados, deu origem ao nome da cidade de Ji-Paraná, onde também se encontra a Ilha do Coração e divide a cidade em 2 (dois) distritos;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta ATIVIDADES TÉCNICAS, e na parte inferior, JI-PARANÁ, as inscrições são separadas, em ambos os lados, por uma estrela de 5 (cinco) pontas em relevo;

b) verso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, ao centro, figura em relevo o Brasão de Armas do Corpo de Bombeiros Militar, composto pela tocha flamejante, cruzada por 2 (dois) machados de bombeiro e uma mangueira e esguicho formando a base, sobrepostos à Estrela da Vida;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta o lema PREVENIR PARA PROTEGER, e na parte inferior, a sigla CBMRO, assim como no anverso, as inscrições superior e inferior são separadas por 2 (duas) estrelas de 5 (cinco) pontas em relevo;

III - será pendente por meio de um passador, de tamanho igual à barreta, de uma fita de gorgorão de seda chamalotada, com 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, conforme escala da imagem, a ponta da fita se prenderá à argola da Medalha, a fita é composta por 3 (três) listras verticais, a da esquerda na cor azul, com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros)de espessura, a do centro, na cor amarela, com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros) e a da direita, na cor verde, com 11,66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros) de espessura, cores representativas da bandeira do município de Ji-Paraná, sobre a fita repousa um passador metálico preteado, retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente no anverso da Medalha.

Art. 5°Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com fita de gorgorão de seda chamalotada, composta por listras verticais, tais como as descritas na fita, com moldura e passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura da figura do símbolo representativo da Atividade Técnica, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas, sobre 2 (dois) machados cruzados presente no anverso da Medalha, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*, conforme desenho do item 2 do anexo I;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, confeccionado em acrílico vitrificado ou esmaltado, circundado por uma moldura, borda, em metal prateado, conferindo acabamento refinado e proteção à peça, nas mesmas cores da fita da Medalha; e

III - o diploma da Medalha, com as características do item 2 do Anexo II.

§ 1°Para efeito de promoção, fica estabelecido o cômputo de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos.

§ 2°O conjunto da condecoração, composto por Medalha, barreta e roseta, deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

Seção IV

Das Características da Medalha de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena

Art. 6°A Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena terá as características do desenho do item 3 constante do Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor prateada, em forma circular com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um e meio milímetro) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

II - a estrutura do anverso e do verso é delimitada por 2 (dois) círculos concêntricos visíveis pelo relevo da borda:

a) anverso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, destinado a abrigar as figuras heráldicas centrais em alto-relevo, ao centro, figura em relevo o símbolo representativo do Museu Casa Rondon do município de Vilhena, uma edificação histórica estilizada em relevo, representando o Museu Casa Rondon, com cobertura em 2 (duas) águas e varanda frontal sustentada por pilares, assentada sobre base linear, tendo ao fundo nuvens estilizadas, abaixo da figura a escrita MUSEU CASA RONDON;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta ATIVIDADES TÉCNICAS, e na parte inferior, VILHENA, as inscrições são separadas, em ambos os lados, por uma estrela de 5 (cinco) pontas em relevo;

b) verso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, ao centro, figura em relevo o Brasão de Armas do Corpo de Bombeiros Militar, composto pela tocha flamejante, cruzada por 2 (dois) machados de bombeiro e uma mangueira e esguicho formando a base, sobrepostos à Estrela da Vida.

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior o lema PREVENIR PARA PROTEGER, e na parte inferior, a sigla CBMRO, assim como no anverso, as inscrições superior e inferior são separadas por 2 (duas) estrelas de 5 (cinco) pontas em relevo;

III - será pendente por meio de um passador, de tamanho igual à barreta, de uma fita de gorgorão de seda chamalotada, com 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, conforme escala da imagem, a ponta da fita se prenderá à argola da Medalha, a fita é composta por 4 (quatro) listras verticais, dispostas da esquerda para a direita nas seguintes cores, a primeira na cor azul com 8,75 mm(oito vírgula setenta e cinco milímetros) de espessura, a segunda na cor branca com 8,75 mm (oito vírgula setenta e cinco milímetros) de espessura, a terceira na cor amarelo com 8,75 mm (oito vírgula setenta e cinco milímetros) de espessura e a quarta na cor verde com 8,75 mm (oito vírgula setenta e cinco milímetros) de espessura, cores representativas da bandeira do município de Vilhena, sobre a fita, repousa um passador, metálico, prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente na fita no anverso da Medalha.

Art. 7°Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com fita de gorgorão de seda chamalotada, composta por listras verticais, tais como as descritas na fita, com moldura e passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura da figura do símbolo representativo da Atividade Técnica, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas, sobre 2 (dois) machados cruzados, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*, conforme desenho do item 3 constante do anexo I;

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, confeccionado em acrílico vitrificado ou esmaltado, circundado por uma moldura, borda, em metal prateado, conferindo acabamento refinado e proteção à peça, nas mesmas cores da fita da Medalha; e

III - o diploma da Medalha, com as características do item 3 constante do Anexo II.

§ 1°Para efeito de promoção, fica estabelecido o cômputo de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

§ 2°O conjunto da condecoração, composto por Medalha, barreta e roseta, deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

Seção V

Das Características da Medalha de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal

Art. 8°A Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal terá as características do desenho do item 4 constante no Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor prateada, em forma circular, com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um e meio milímetro) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

II - a estrutura do anverso e do verso é delimitada por 2 (dois) círculos concêntricos visíveis pelo relevo da borda:

a) anverso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, destinado a abrigar as figuras heráldicas centrais em alto-relevo, ao centro, figura em relevo o símbolo representativo das Atividades Técnicas, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas sobre 2 (dois) machados cruzados, em seu lado direito, um ramo de cacau e, em seu lado esquerdo, um ramo de café, símbolos que representam a importância econômica e histórica dessas culturas para o município de Cacoal, sobreposto ao contorno linear de um escudo de proteção heráldico;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta ATIVIDADES TÉCNICAS, e na parte inferior, CACOAL, as inscrições são separadas, em ambos os lados, por uma estrela de 5 (cinco) pontas em relevo;

b) verso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, ao centro, figura em relevo o Brasão de Armas do Corpo de Bombeiros Militar, composto pela tocha flamejante, cruzada por 2 (dois) machados de bombeiro e uma mangueira e esguicho formando a base, sobrepostos à Estrela da Vida;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior o lema PREVENIR PARA PROTEGER, e na parte inferior, a sigla CBMRO, assim como no anverso, as inscrições superior e inferior são separadas por 2 (duas) estrelas de 5 (cinco) pontas em relevo;

III - será pendente por meio de um passador, de tamanho igual à barreta, de uma fita de gorgorão de seda chamalotada, com 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, conforme escala da imagem, a ponta da fita se prenderá à argola da Medalha, a fita é composta por 3 (três) listras verticais, a da esquerda na cor verde com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros) de espessura, a do centro, na cor branca com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros) e a da direita na cor verde com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros), cores representativas da bandeira do município de Cacoal, sobre a fita, repousa um passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente na fita no anverso da Medalha.

Art. 9°Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com fita de gorgorão de seda chamalotada, composta por listras verticais, tais como as descritas na fita, com moldura e passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura da figura do símbolo representativo da Atividade Técnica, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas, sobre 2 (dois) machados cruzados, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*, conforme desenho do item 4 constante do anexo I;

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, confeccionado em acrílico vitrificado ou esmaltado, circundado por uma moldura, borda, em metal prateado, conferindo acabamento refinado e proteção à peça, nas mesmas cores da fita da Medalha; e

III - o diploma da Medalha, com as características do item 4 constante do Anexo II.

§ 1°Para efeito de promoção, fica estabelecido o cômputo de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos.

§ 2°O conjunto da condecoração, composto por Medalha, barreta e roseta, deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

Seção VI

Das Características da Medalha de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes

Art. 10.A Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes terá as características do desenho do item 5 constante do Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor prateada, em forma circular com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um e meio milímetro) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

II - a estrutura do anverso e do verso é delimitada por 2 (dois) círculos concêntricos visíveis pelo relevo da borda:

a) anverso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, destinado a abrigar as figuras heráldicas centrais em alto-relevo, ao centro, figura em relevo o símbolo representativo do município de Ariquemes, uma seringueira ao centro, cruzada por uma flecha ARIKEME e um bacamarte, em sua base uma batéia e, em seu contorno externo, ramos de café e cacau com uma faixa ondulada na parte inferior contendo, à esquerda a data 1977, à direita a data de 1962, e ao centro, a palavra ARIQUEMES, sobreposto ao contorno linear de um escudo de proteção heráldico;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta ATIVIDADES TÉCNICAS, e na parte inferior, ARIQUEMES, as inscrições são separadas, em ambos os lados, por uma estrela de 5 (cinco) pontas em relevo;

b) verso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, ao centro, figura em relevo o Brasão de Armas do Corpo de Bombeiros Militar, composto pela tocha flamejante, cruzada por 2 (dois) machados de bombeiro e uma mangueira e esguicho formando a base, sobrepostos à Estrela da Vida;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta o lema PREVENIR PARA PROTEGER, e na parte inferior, a sigla CBMRO, assim como no anverso, as inscrições superior e inferior são separadas por 2 (duas) estrelas de 5 (cinco) pontas em relevo;

III - será pendente por meio de um passador, de tamanho igual à barreta, de uma fita de gorgorão de seda chamalotada, com 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, conforme escala da imagem, a ponta da fita se prenderá à argola da Medalha, a fita é composta por 3 (três) listras verticais, a da esquerda na cor azul com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros) de espessura, a do centro, na cor branca com (onze vírgula sessenta e seis milímetros) e a da direita, na cor verde com 11.66 mm (onze vírgula sessenta e seis milímetros), cores representativas da bandeira do município de Ariquemes, sobre a fita, repousa um passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente na fita no anverso da Medalha.

Art. 11.Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com fita de gorgorão de seda chamalotada, composta por listras verticais, tais como as descritas na fita, com moldura e passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura da figura do símbolo representativo da Atividade Técnica, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas, sobre 2 (dois) machados cruzados, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*, conforme desenho do item 5 constante do anexo I;

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, confeccionado em acrílico vitrificado ou esmaltado, circundado por uma moldura, borda, em metal prateado, conferindo acabamento refinado e proteção à peça, nas mesmas cores da fita da Medalha; e

III - o diploma da Medalha, com as características do item 5 constante do Anexo II.

§ 1°Para efeito de promoção, fica estabelecido o cômputo de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos.

§ 2°O conjunto da condecoração, composto por Medalha, barreta e roseta, deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

Seção VII

Das Características da Medalha de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura

Art. 12.A Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura terá as características do desenho do item 6 constante do Anexo I e será confeccionada, rigorosamente, de acordo com as seguintes especificações:

I - será cunhada na cor prateada, em forma circular com 40 mm (quarenta milímetros) de diâmetro e 1,5 mm (um e meio milímetro) de espessura, tendo ao alto uma alça para sustentação;

II - a estrutura do anverso e do verso é delimitada por 2 (dois) círculos concêntricos visíveis pelo relevo da borda:

a) anverso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, destinado a abrigar as figuras heráldicas centrais em alto-relevo, ao centro, figura em relevo o símbolo representativo das Atividades Técnicas, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas sobre 2 (dois) machados cruzados, sobreposto à representação estilizada de uma rotatória, ícone geográfico e arquitetônico do centro da cidade de Rolim de Moura;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta ATIVIDADES TÉCNICAS, e na parte inferior, ROLIM DE MOURA, as inscrições são separadas, em ambos os lados, por uma estrela de 5 (cinco) pontas em relevo;

b) verso:

1. o círculo interno possui 28 mm (vinte e oito milímetros) de diâmetro, ao centro, figura em relevo o Brasão de Armas do Corpo de Bombeiros Militar, composto pela tocha flamejante, cruzada por 2 (dois) machados de bombeiro e uma mangueira e esguicho formando a base, sobrepostos à Estrela da Vida;

2. o círculo externo contém a inscrição em caixa alta, em relevo, disposta em arco, na parte superior consta o lema PREVENIR PARA PROTEGER, e na parte inferior, a sigla CBMRO, assim como no anverso, as inscrições superior e inferior são separadas por 2 (duas) estrelas de 5 (cinco) pontas em relevo;

III - será pendente por meio de um passador, de tamanho igual à barreta, de uma fita de gorgorão de seda chamalotada, com 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento por 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura, conforme escala da imagem, a ponta da fita se prenderá à argola da Medalha, a fita é composta por 5 (cinco) listras verticais, dispostas da esquerda para a direita nas seguintes cores, a primeira na cor verde com 10 mm (dez milímetros) de espessura, a segunda na cor branca com 2,5 mm (dois vírgula cinco milímetros) de espessura, a terceira na cor azul com 10 mm (dez milímetros) de espessura, a quarta na cor branca com 2,5 mm (dois vírgula cinco milímetros) de espessura e a quinta na cor amarela com 10 mm (dez milímetros) de espessura, cores representativas da bandeira do município de Rolim de Moura, sobre a fita, repousa um passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura do mesmo hidrante alado presente no anverso da Medalha.

Art. 13.Acompanham a Medalha:

I - a barreta, com 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura, recoberta com fita de gorgorão de seda chamalotada, composta por listras verticais, tais como as descritas na fita, com moldura e passador metálico prateado retangular, de estrutura vazada, contendo ao centro, em relevo, a miniatura da figura do símbolo representativo da Atividade Técnica, um hidrante estilizado ladeado por asas abertas, sobre 2 (dois) machados cruzados, apoiado sobre suporte de latão com prendedores ou pino curto de metal, tipo *ballon*, conforme desenho do item 6 constante do anexo I;

II - a roseta, distintivo para lapela, será utilizada em traje específico, constituída por botão circular de 12 mm (doze milímetros) de diâmetro, confeccionada em acrílico vitrificado ou esmaltado, circundada por uma moldura, borda, em metal prateado, conferindo acabamento refinado e proteção à peça, nas mesmas cores da fita da Medalha; e

III - o diploma da Medalha, com as características do item 6 constante do Anexo II.

§ 1°Para efeito de promoção, fica estabelecido o cômputo de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos.

§ 2°O conjunto da condecoração, composto por Medalha, barreta e roseta, deverá ser acondicionado em estojo apropriado.

CAPÍTULO II
DAS NORMAS RELATIVAS AS MEDALHAS
Seção I
Do Direito às Medalhas

Art. 14.Para ter direito à Medalha, além da condição estipulada no art. 1°, os militares indicados deverão atender aos seguintes requisitos:

I - tenham sido devidamente indicados por meio de Ficha Indicativa constante do Anexo III;

II - tenham prestado relevante serviço ativo nas coordenadorias, diretorias ou seções de atividades técnicas, subordinadas à respectiva unidade de atividade técnica correspondente à comenda indicada, pelo período mínimo de 3 (três) anos, consecutivos ou não;

III - possuam 5 (cinco) anos de serviço ativo no CBMRO;

IV - tenham seu nome proposto pelo coordenador de atividades técnicas, diretor de atividades técnicas ou chefe de seção de atividades técnicas corresponde à comenda, mediante exposição dos motivos que levaram o bombeiro militar a se destacar dentre os demais;

V - não tenham sofrido sentença condenatória passada em julgado, ainda que beneficiados por indulto, durante o período em que estiverem no serviço ativo;

VI - não tenham sido punidos com transgressão disciplinar de natureza grave nos últimos 5 (cinco) anos;

VII - tenham, quando praças, o comportamento classificado, no mínimo, como bom;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

§ 1°Para a concessão da comenda a bombeiros militares estaduais de outras Organizações Bombeiros Militares - OBMs, deverão ser observados os incisos do *caput* deste artigo.

§ 2°Para a concessão da comenda a militares de outras forças, o Conselho observará os seguintes critérios:

I - ter prestado relevantes serviços ao CBMRO.

II - ter prestado relevantes serviços à sociedade rondoniense; e

III - ter reputação ilibada.

§ 3°Para a concessão da comenda às autoridades civis, nacionais ou estrangeiras, o Conselho observará os seguintes critérios:

I - ter prestado relevantes serviços ao CBMRO;

II - ter prestado relevantes serviços à sociedade rondoniense; e

III - ter reputação ilibada.

§ 4°Os primeiros membros que integrarem a Comissão de Criação da Medalha serão agraciados com as respectivas Medalhas.

§ 5°Fará jus à comenda os militares que se encontrem na inatividade, cujo ato de transferência tenha ocorrido nas diretorias de atividades técnicas ou seções subordinadas, onde à percepção da referida Comenda será correspondente, mediante proposta do Conselho da Medalha, desde que satisfeitas as condições estabelecidas neste Decreto.

§ 6°Fará jus a receber a Medalha o oficial ou praça que comandar por 3 (três) anos consecutivos ou não, uma diretoria ou seção de atividades técnicas, correspondente à unidade da comenda.

§ 7°Fica assegurado ao Comandante-Geral, Subcomandante-Geral do CBMRO o direito à percepção das referidas comendas.

Seção II

Da Indicação das Medalhas

Art. 15.As indicações, observadas as prescrições deste Decreto, serão apresentadas ao Conselho da Medalha pelo Comandante-Geral do CBMRO, pelo coordenador ou diretor de atividades técnicas, aos militares reconhecidamente merecedores que satisfaçam as condições estabelecidas neste Decreto.

Seção III

Do Processamento da Concessão das Medalhas

Art. 16.O Conselho deverá iniciar as reuniões para estudo das indicações pelo menos 10 (dez) dias antes da data de outorga das condecorações.

Parágrafo único.Após análise de todos os casos, com base neste Decreto, o Conselho das Medalhas proporá ao Comandante-Geral a concessão das Medalhas.

Art. 17.O julgamento das propostas é feito em Sessão Ordinária do Conselho, que se reunirá no período estabelecido, e as decisões serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes.

§ 1°Cada membro do Conselho terá direito a 1 (um) voto.

§ 2°As propostas rejeitadas em uma sessão não serão objeto de novo julgamento, salvo quando renovadas, em época oportuna, pelas autoridades competentes para indicar.

§ 3°Fica estabelecido o quórum mínimo de 3 (três) membros do Conselho para qualquer deliberação.

Art. 18.As Medalhas serão concedidas pelo Comandante-Geral da Corporação mediante ato normativo de sua competência.

Seção IV

Da Data da Outorga das Medalhas

Art. 19.As Medalhas de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas instituídas neste Decreto serão concedidas anualmente no dia 2 de julho, nas unidades de atividades técnicas das respectivas comendas e, excepcionalmente, em outro local, quando a solenidade presidida pelo Comandante-Geral da Corporação.

§ 1°Em caráter excepcional, o Comandante-Geral poderá conceder Medalha de Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas, de que tratam os arts. 2° a art. 13, independentemente de data, por meio de proposta justificada do Conselho da Medalha.

§ 2°A Medalha será colocada no peito esquerdo dos agraciados, observando-se o seguinte:

I - aos oficiais, pelo oficial mais antigo presente à solenidade; e

II - aos praças, pelo coordenador, diretor ou chefe de OBM a que estiverem subordinados diretamente, ou pelo oficial mais antigopresente à solenidade;

§ 3°Quando o agraciado for o Comandante-Geral do CBMRO, a Medalha será colocada em seu peito pelo Governador do Estado ou personalidade ou autoridade que o representar.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

§ 4°Simultaneamente à Medalha, será entregue o diploma da respectiva condecoração.

Art. 20.No caso de falecimento do agraciado, a Medalha será entregue ao cônjuge supérstite ou aos seus herdeiros legais, observada a ordem de sucessão.

Seção V

Do Uso das Medalhas, Barreta e Roseta

Art. 21.O uso das Medalhas, barretas e das rosetas será de acordo com as normas contidas no Regulamento de Uniforme e Insígnias do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

Seção VI

Da Cassação das Medalhas

Art. 22.As Medalhas concedidas serão cassadas, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

I - quando o militar perder o posto ou a graduação;

II - quando o militar demonstrar desinteresse em recebê-la;

III - quando, nos termos da Constituição Federal, tenha perdido a nacionalidade brasileira;

IV - quando tenha cometido ato contrário à dignidade e à honra militar, à moralidade da Corporação ou da sociedade civil, desde que apurado em investigação, sindicância, inquérito ou outro instrumento apuratório; e

V - quando tenha sido condenado pela Justiça civil ou militar, por crime contra a integridade e a soberania nacional, ou atentado contra o erário público, as instituições e a sociedade.

Parágrafo único.A cassação será feita por portaria, na qual serão expostos, sucintamente, os motivos determinantes da medida.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO DAS MEDALHAS DAS DIRETORIAS DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

Seção I

Da Constituição do Conselho das Medalhas

Art. 23. O Conselho da Medalha será composto por 3 (três) membros, dentre oficiais, sob a presidência do Chefe do Estado-Maior-Geral do CBMRO ou, na ausência deste, de um oficial superior do serviço de atividade técnica, designados anualmente pelo Comandante-Geral do CBMRO.

Parágrafo único.O membro mais moderno será o Secretário do Conselho da Medalha.

Seção II

Das Atribuições do Conselho das Medalhas

Art. 24.Compete ao Conselho da Medalha:

I - reunir-se com todos os seus membros, por convocação de seu Presidente;

II - apreciar, em sessão, com imparcialidade e interesse, as indicações submetidas à sua apreciação, aprovando-as ou recusando-as;

III - velar pela execução do presente Decreto;

IV **-** propor e tomar as medidas que se tornarem indispensáveis ao bom desempenho de suas funções; e

V - propor ao Comandante-Geral a concessão da Medalha aos militares que julgar merecedores.

Parágrafo único.O Conselho da Medalha poderá reunir-se em sessão extraordinária, em qualquer época, por convocação de seu Presidente, quando o assunto assim o justificar.

Art. 25.Compete ao Presidente do Conselho:

I - convocar reuniões;

II - presidir as reuniões do Conselho; e

III - decidir, em casos de urgência, sobre assuntos do Conselho.

Art. 26.Ao Secretário do Conselho, compete:

I - fazer as comunicações que lhe forem determinadas pelo Presidente; e

II - secretariar as sessões e redigir as atas.

Seção III

Das Disposições Gerais

Art. 27.As Medalhas e seus complementos serão fornecidos gratuitamente pelo CBMRO.

Parágrafo único.As Medalhas e os complementos não distribuídos constituirão patrimônio do CBMRO, ficando sua guarda e controle a cargo do órgão provedor da Corporação.

Art. 28.Ao final dos trabalhos do Conselho das Medalhas, compete ao órgão de pessoal da Corporação as seguintes atribuições:

I - preparar as minutas dos atos normativos para a concessão das Medalhas;

II - organizar, manter em ordem e atualizado e ter sob sua guarda todos os documentos do Conselho; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - manter organizado e atualizado um relatório com os nomes de todos os agraciados.

Art. 29.Compete, ainda, ao órgão de pessoal da Corporação providenciar, junto ao órgão provedor, em tempo oportuno, o fornecimento das Medalhas e de seus complementos ao Conselho.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30.Não caberá recurso contra as decisões do Conselho das Medalhas e das concessões do Comandante-Geral.

Art. 31.O Comandante-Geral do CBMRO resolverá os casos omissos, bem como proporá ao Chefe do Poder Executivo as modificações necessárias para sua melhor aplicação.

Art. 32.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 22 de outubro de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

ANEXO I

1. Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho:

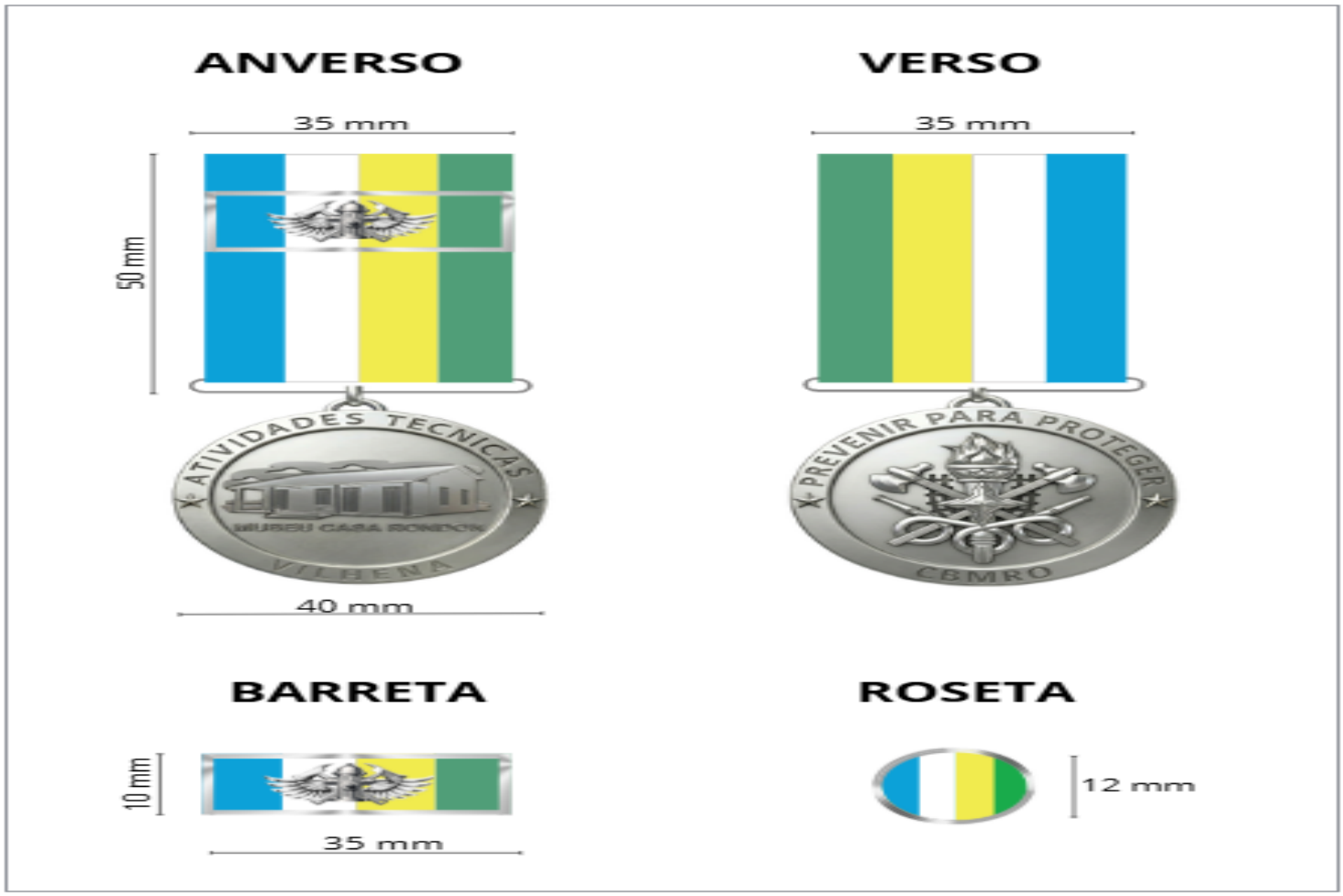


2. Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná:

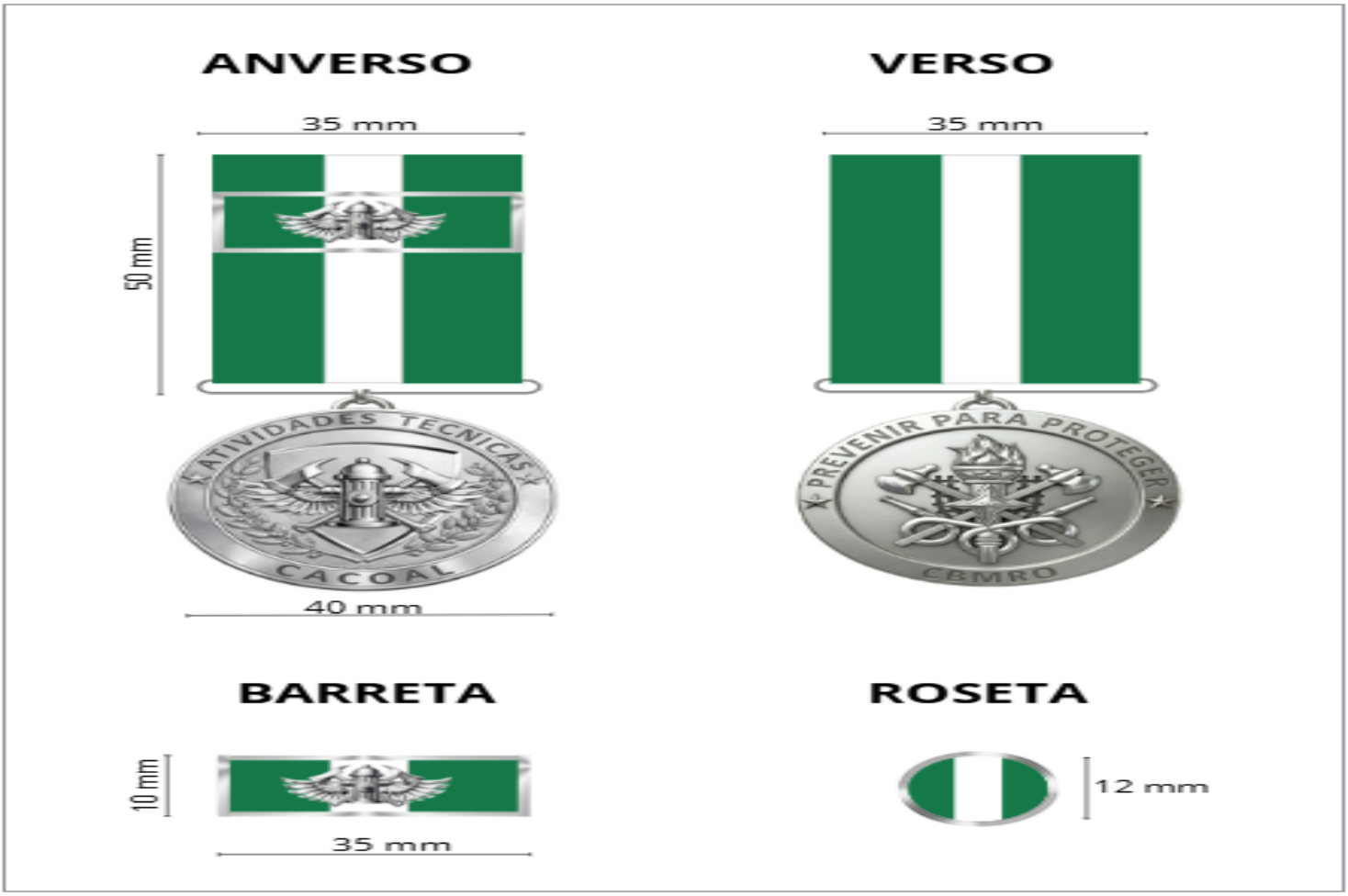
Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13



3. Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena:



4. Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal:



5. Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes:



6. Medalha Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura:



ANEXO II

1. Diploma da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho:



Diploma da Medalha
"Mérito da Diretoria de Atividades técnicas de Porto Velho"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____ de __ de _____ de 20__ e de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha "Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho" ao Senhor _____, como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se portanto, merecedor desta homenagem.

Quartel em Porto Velho, RO, __ de _____ de 20__

_____
Comandante-Geral do CBMRO

2. Diploma da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná:



Diploma da Medalha
"Mérito da Diretoria de Atividades técnicas de Ji-Paraná"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____, de __ de _____ de 20__ e de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha "Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná" ao Senhor _____, como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se portanto, merecedor desta homenagem.

Quartel em Porto Velho, RO, __ de _____ de 20__

_____
Comandante-Geral do CBMRO

3. Diploma da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena:



Diploma da Medalha
"Mérito da Diretoria de Atividades técnicas de Vilhena"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____, de __ de _____ de 20__ e de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha "Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena" ao Senhor _____, como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se portanto, merecedor desta homenagem.

Quartel em Porto Velho, RO, __ de _____ de 20__

_____
Comandante-Geral do CBMRO

4. Diploma da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal:



Diploma da Medalha
"Mérito da Diretoria de Atividades técnicas de Cacoal"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____, de __ de _____ de 20__ e de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha "Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal" ao Senhor _____, como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se portanto, merecedor desta homenagem.

Quartel em Porto Velho, RO, __ de _____ de 20__

_____
Comandante-Geral do CBMRO

5. Diploma da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes:



Diploma da Medalha
"Mérito da Diretoria de Atividades técnicas de Ariquemes"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____, de __ de _____ de 20__ e de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha "Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes" ao Senhor _____. como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se portanto, merecedor desta homenagem.

Quartel em Porto Velho, RO, __ de _____ de 20__

_____
Comandante-Geral do CBMRO

6. Diploma da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura:



Diploma da Medalha
"Mérito da Diretoria de Atividades técnicas de Rolim de Moura"

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, tendo em vista o disposto no Decreto n. _____, de __ de _____ de 20__ e de acordo com a proposta do Conselho da Medalha, confere a Medalha "Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura" ao Senhor _____. como prova de reconhecimento pelos notáveis serviços prestados à Corporação, tornando-se portanto, merecedor desta homenagem.

Quartel em Porto Velho, RO, __ de _____ de 20__

_____
Comandante-Geral do CBMRO

ANEXO III

1. Ficha de Indicação da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Porto Velho:

RONDÔNIA
Governo do Estado

Corpo de Bombeiros Militar - CBM
FICHA
DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO
"MÉRITO DA DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE PORTO VELHO"

I. DADOS PESSOAIS
a. Nome do Militar:
b. Nacionalidade/Naturalidade:
c. Endereço Residencial:
d. Telefone:

II. DADOS MILITARES
A. Nome de Guerra:
b. Posto/Grad/RE:
c. Comportamento:
d. Tempo de Serviço:
e. Tempo de serviço na Atividade Técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação)

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE NA REGIÃO DE PORTO VELHO OU SEÇÕES SUBORDINADAS (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município - RO, dia ___ de _____ de 20 ____.

_____
Diretor/Chefe de Seção de Atividades técnicas
Proponente

2. Ficha de Indicação da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ji-Paraná:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RONDÔNIA
Governo do Estado

Corpo de Bombeiros Militar - CBM
FICHA
DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO
"MÉRITO DA DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE JI-PARANÁ"

I. DADOS PESSOAIS
a. Nome do Militar:
b. Nacionalidade/Naturalidade:
c. Endereço Residencial:
d. Telefone:

II. DADOS MILITARES
A. Nome de Guerra:
b. Posto/Grad/RE:
c. Comportamento:
d. Tempo de Serviço:
e. Tempo de serviço na Atividade Técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação)

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE NA REGIÃO DE JI-PARANÁ OU SEÇÕES SUBORDINADAS (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município - RO, dia ___ de _____ de 20 ____.

_____
Diretor/Chefe de Seção de Atividades técnicas
Proponente

3. Ficha de Indicação da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Vilhena:

RONDÔNIA
Governo do Estado

Corpo de Bombeiros Militar - CBM
FICHA
DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO
"MÉRITO DA DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE VILHENA"

I. DADOS PESSOAIS
a. Nome do Militar:
b. Nacionalidade/Naturalidade:
c. Endereço Residencial:
d. Telefone:

II. DADOS MILITARES
A. Nome de Guerra:
b. Posto/Grad/RE:
c. Comportamento:
d. Tempo de Serviço:
e. Tempo de serviço na Atividade Técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação)

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE NA REGIÃO DE VILHENA OU SEÇÕES SUBORDINADAS (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município - RO, dia ___ de _____ de 20 ____.

_____
Diretor/Chefe de Seção de Atividades técnicas
Proponente

4. Ficha de Indicação da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Cacoal:

RONDÔNIA
Governo do Estado

Corpo de Bombeiros Militar - CBM
FICHA
DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO
"MÉRITO DA DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE CACOAL"

I. DADOS PESSOAIS
a. Nome do Militar:
b. Nacionalidade/Naturalidade:
c. Endereço Residencial:
d. Telefone:

II. DADOS MILITARES
A. Nome de Guerra:
b. Posto/Grad/RE:
c. Comportamento:
d. Tempo de Serviço:
e. Tempo de serviço na Atividade Técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação)

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE NA REGIÃO DE CACOAL OU SEÇÕES SUBORDINADAS (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município - RO, dia ___ de _____ de 20 ____.

_____
Diretor/Chefe de Seção de Atividades técnicas
Proponente

5. Ficha de Indicação da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Ariquemes:

RONDÔNIA
Governo do Estado

Corpo de Bombeiros Militar - CBM
FICHA
DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO
"MÉRITO DA DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE ARIQUEMES"

I. DADOS PESSOAIS
a. Nome do Militar:
b. Nacionalidade/Naturalidade:
c. Endereço Residencial:
d. Telefone:

II. DADOS MILITARES
A. Nome de Guerra:
b. Posto/Grad/RE:
c. Comportamento:
d. Tempo de Serviço:
e. Tempo de serviço na Atividade Técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação)

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE NA REGIÃO DE ARIQUEMES OU SEÇÕES SUBORDINADAS (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município - RO, dia ___ de _____ de 20 ____.

_____
Diretor/Chefe de Seção de Atividades técnicas
Proponente

6. Ficha de Indicação da Medalha do Mérito da Diretoria de Atividades Técnicas de Rolim de Moura:

RONDÔNIA
Governo do Estado

Corpo de Bombeiros Militar - CBM
FICHA
DE INDICAÇÃO DA MEDALHA DO
"MÉRITO DA DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE ROLIM DE MOURA"

I. DADOS PESSOAIS
a. Nome do Militar:
b. Nacionalidade/Naturalidade:
c. Endereço Residencial:
d. Telefone:

II. DADOS MILITARES
A. Nome de Guerra:
b. Posto/Grad/RE:
c. Comportamento:
d. Tempo de Serviço:
e. Tempo de serviço na Atividade Técnica:

III. PUNIÇÕES (relacionar na integra o enquadramento das punições pelo militar, se houver)

IV. ELOGIOS (individual/coletivo, Boletim de Publicação)

V. AÇÕES MERITÓRIAS E VALIOSOS SERVIÇOS DA ATIVIDADE NA REGIÃO DE ROLIM DE MOURA OU SEÇÕES SUBORDINADAS (descrever ações meritórias relevantes do militar)

Município - RO, dia ___ de _____ de 20 ____.

_____
Diretor/Chefe de Seção de Atividades técnicas
Proponente

DECRETO N° 32.146, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 2.319.958,06, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 14 da Lei Complementar n° 1.322, de 27 de março de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 2.319.958,06 (dois milhões trezentos e dezenove mil novecentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), em favor das unidades orçamentárias Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - Sedec, Secretaria de Estado da Educação - Seduc e Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, de acordo com a autorização para reprogramação de dotações oriundas de Emendas Parlamentares de Comissão, para atendimento de despesas correntes e de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃO REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG			**206.040,00**
13.001.28.846.0000.0256	ATENDER EMENDAS PARLAMENTARES	444042	1.500.0	206.040,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC			**550.000,00**
16.001.12.361.2176.4102	CELEBRAR PACTOS COM PREFEITURAS	444042	1.500.0	60.000,00
16.001.12.362.2157.4043	CELEBRAR PACTOS PARA MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	445042	1.500.0	250.000,00
		335041	1.500.0	90.000,00
16.001.12.367.2158.4045	ASSEGURAR A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	445042	1.500.0	150.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS			**889.000,00**
23.001.08.244.2162.2073	FORTALECER A REDE SOCIOASSISTENCIAL PÚBLICO E PRIVADA	445042	1.500.0	539.000,00
		335041	1.500.0	350.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP			**250.000,00**
27.001.15.451.2183.2465	EXECUTAR SERVIÇOS PÚBLICOS	445042	1.500.0	250.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**424.918,06**
32.001.13.392.2093.4211	FOMENTAR A PROMOÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	335041	1.500.0	212.158,06
32.001.27.812.2094.4212	JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS	335041	1.500.0	128.552,34
		445042	1.500.0	84.207,66
TOTAL				**R$ 2.319.958,06**

ANEXO II
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC			**1.467.800,00**
11.006.23.691.2000.4145	PROMOVER A COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS	335041	1.500.0	1.467.800,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC			**340.000,00**
16.001.12.367.2158.4045	ASSEGURAR A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	445042	1.500.0	250.000,00
		335041	1.500.0	90.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL			**512.158,06**
32.001.27.812.2094.4212	JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS	335041	1.500.0	109.000,00
32.001.27.813.2094.1008	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO LAZER - PRODEL	335041	1.500.0	403.158,06
TOTAL				**R$ 2.319.958,06**

Protocolo 77891649

DECRETO N° 32.145, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 1.810.084,00, em favor das unidades orçamentárias Superintendência Estadual de Turismo - Setur e Fundo Estadual de Saúde - FES, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado, e nos termos do art. 14 da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 1.810.084,00 (um milhão oitocentos e dez mil oitenta e quatro reais), em favor das unidades orçamentárias Superintendência Estadual de Turismo - Setur e Fundo Estadual de Saúde - FES, de acordo com a autorização para reprogramação de dotações oriundas de Emendas Parlamentares Individuais, para atendimento de despesas correntes e de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃO REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG			**800.000,00**
13.001.28.846.0000.0256	ATENDER EMENDAS PARLAMENTARES	444042	1.500.0	800.000,00
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**1.000.000,00**
17.012.10.302.2084.4007	APOIAR PREFEITURAS E ENTIDADES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE	334041	1.500.0	850.000,00
		444142	1.500.0	150.000,00
	AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA-RO			**10.084,00**
17.034.10.305.2023.2263	EXECUTAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	335041	1.500.0	10.084,00
TOTAL				**R$ 1.810.084,00**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR			**810.084,00**
11.004.23.695.2108.2194	PROMOVER ATIVIDADES DE APOIO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO DE RO	334041	1.500.0	800.000,00
		335041	1.500.0	10.084,00
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**1.000.000,00**
17.012.10.301.2084.4029	APOIAR ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS COM ATUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE	335041	1.500.0	250.000,00
		334141	1.500.0	150.000,00
17.012.10.302.2084.4007	APOIAR PREFEITURAS E ENTIDADES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE	335041	1.500.0	500.000,00
		444142	1.500.0	100.000,00
TOTAL				**R$ 1.810.084,00**

Protocolo 77892409

DECRETO N° 32.147, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 59.877.132,26, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado, e nos termos do art. 8°, *caput*, inciso II, da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 59.877.132,26 (cinquenta e nove milhões oitocentos e setenta e sete mil cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos) em favor das unidades orçamentárias Superintendência Estadual de Turismo - Setur, Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - Setic e Secretaria de Estado da Educação - Seduc, para atendimento de despesas correntes, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃO REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR			**2.745,60**
11.004.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	1.500.0	2.745,60
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC			**2.011.785,81**
11.007.04.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339046	1.500.0	95.000,00
		339019	1.500.0	16.000,00
11.007.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319013	1.500.0	1.800.000,00
		319012	1.500.0	80.000,00
		319092	1.500.0	20.785,81
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC			**57.862.600,85**
16.001.12.122.1015.1490	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS	319004	1.500.0	650.000,00
16.001.12.361.2156.1524	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	319004	1.500.0	200.000,00
16.001.12.361.2156.4034	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	319011	1.540.0	10.000.000,00
		319012	1.500.0	400.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

		319113	1.500.0	170.000,00
		319113	1.540.0	7.174.500,00
		319192	1.540.0	5.500,00
16.001.12.361.2158.1619	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL	319004	1.500.0	0,71
16.001.12.361.2176.4095	REMUNERAR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	319011	1.500.0	50.000,00
		319011	1.540.0	700.000,00
		319013	1.500.0	2.600,00
		319113	1.500.0	130.000,00
		319113	1.540.0	100.000,00
16.001.12.362.2157.1579	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DO ENSINO MÉDIO	319094	1.540.0	15.000.000,00
16.001.12.362.2157.4039	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	319011	1.540.0	4.000.000,00
		319113	1.540.0	6.000.000,00
16.001.12.362.2158.1622	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO	319004	1.500.0	0,14
16.001.12.366.2158.1617	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	319004	1.500.0	60.000,00
16.001.12.366.2158.4048	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	319011	1.540.0	3.000.000,00
		319113	1.540.0	2.000.000,00
16.001.12.367.2158.1581	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	319004	1.500.0	80.000,00
16.001.12.367.2158.4044	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	319011	1.540.0	6.000.000,00
		319113	1.500.0	140.000,00
		319113	1.540.0	2.000.000,00
TOTAL				**R$ 59.877.132,26**

ANEXO II
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR			**2.745,60**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

11.004.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319016	1.500.0	2.745,60
	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC			**2.011.785,81**
11.007.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319113	1.500.0	400.000,00
		319011	1.500.0	1.511.785,81
		319096	1.500.0	100.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC			**57.862.600,85**
16.001.12.122.1015.2351	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	319013	1.500.0	4.000,00
		319013	1.540.0	180.000,00
		319092	1.500.0	200.000,00
		319094	1.500.0	730.600,85
		319113	1.500.0	40.000,00
		319113	1.540.0	50.000,00
16.001.12.361.2156.1524	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	319004	1.540.0	32.000.000,00
16.001.12.361.2156.4034	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	319011	1.500.0	180.000,00
16.001.12.361.2158.1619	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL	319004	1.540.0	1.500.000,00
16.001.12.362.2157.1579	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DO ENSINO MÉDIO	319004	1.540.0	18.000.000,00
16.001.12.362.2157.4039	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	319011	1.500.0	250.000,00
		319113	1.500.0	28.000,00
16.001.12.362.2158.1622	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO	319004	1.540.0	250.000,00
16.001.12.366.2158.1617	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	319004	1.540.0	4.000.000,00
16.001.12.366.2158.4048	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	319011	1.500.0	130.000,00
16.001.12.367.2158.4044	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	319011	1.500.0	250.000,00
		319092	1.500.0	70.000,00
TOTAL				**R$ 59.877.132,26**

Protocolo 77894205

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO N° 32.151, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 13.474.473,42, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 8°, *caput*, inciso I, da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 13.474.473,42 (treze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), em favor das unidades orçamentárias Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia - PGE, Junta Comercial do Estado de Rondônia - Jucer, Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - Soph, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - Sesdec, Secretaria de Estado da Educação - Seduc, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam, Fundo Especial de Proteção Ambiental - Fepram, Secretaria de Estado de Justiça - Sejus e Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - Seas, para atendimento de despesas correntes e de capital, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 22 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃO REDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - PGE			**150.000,00**
11.003.04.846.0000.0019	REALIZAR PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS MEDIANTE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV)	339091	1.500.0	150.000,00
	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER			**829.081,41**
11.022.23.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	1.753.0	18.004,22
		339033	1.753.0	44.344,24
		339036	1.753.0	92.329,49
		339039	1.753.0	244.005,59
		339040	1.753.0	54.365,65
		339047	1.753.0	1.098,58
		339091	1.753.0	97,37
		339093	1.753.0	5.242,33
		339139	1.753.0	16.004,75
		339147	1.753.0	1.747,23

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

11.022.23.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339046	1.753.0	40.000,00
		339049	1.753.0	52.000,00
11.022.23.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319113	1.753.0	115.000,00
		319013	1.753.0	35.000,00
11.022.23.125.1260.2330	FOMENTAR PARCERIAS PARA REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	339014	1.753.0	62.830,00
		339030	1.753.0	6.545,52
		339033	1.753.0	20.042,57
11.022.28.846.0000.0205	REALIZAR PAGAMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO DO PASEP (PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	339047	1.753.0	20.042,57
		339092	1.753.0	381,30
	SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH			**1.106.616,62**
11.051.04.122.1015.1656	MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA SOPH	339030	1.753.0	200.000,00
11.051.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339047	1.753.0	300.000,00
11.051.04.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339046	1.753.0	84.740,62
		339049	1.500.0	151.212,00
11.051.04.122.1015.2096	FORMAR, QUALIFICAR, TREINAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS	339039	1.753.0	176.420,00
11.051.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319091	1.500.0	70.000,00
11.051.04.122.1015.4103	MANTER A MÃO DE OBRA REEDUCANDA	339036	1.753.0	124.244,00
	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON			**320.000,00**
14.023.09.128.1000.2096	FORMAR, QUALIFICAR, TREINAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS	339036	1.802.0	20.000,00
14.023.28.846.0000.0221	REALIZAR PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS REFERENTES A SERVIDORES ATIVOS E OUTROS (RPV E PRECATÓRIOS)	319091	1.802.0	300.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC			**50.000,00**
15.001.06.181.2166.4125	REALIZAR AÇÕES OPERACIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA	339015	1.500.0	50.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC			**8.972.099,15**
16.001.12.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	16.000,00
		339049	1.500.0	741.400,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

16.001.12.361.2156.4109	ATENDER SERVIDORES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	1.035.000,00
		339019	1.500.0	45.000,00
		339049	1.500.0	36.000,00
16.001.12.361.2158.4107	ATENDER SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INDÍGENA ENSINO FUNDAMENTAL COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	6.000,00
		339049	1.500.0	35.100,00
16.001.12.361.2176.4095	REMUNERAR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	339008	1.500.0	97.000,00
		339046	1.500.0	73.000,00
		339049	1.500.0	96.000,00
16.001.12.362.2157.4041	ASSEGURAR A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO MÉDIO	339040	1.500.0	2.129.399,15
16.001.12.362.2157.4104	ATENDER SERVIDORES DO ENSINO MÉDIO COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	905.000,00
		339019	1.500.0	28.000,00
		339046	1.500.0	571.000,00
		339049	1.540.0	816.000,00
16.001.12.362.2158.4108	ATENDER SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INDÍGENA ENSINO MÉDIO COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	1.200,00
		339049	1.500.0	31.000,00
16.001.12.366.2158.4105	ATENDER SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	326.000,00
		339046	1.500.0	407.000,00
		339049	1.500.0	20.000,00
16.001.12.367.2158.4106	ATENDER SERVIDORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	718.000,00
		339046	1.500.0	319.000,00
		339049	1.500.0	20.000,00
		339049	1.540.0	500.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			**281.565,56**
18.001.18.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	1.500.0	84.990,00
		339039	1.500.0	80.739,02
		339092	1.500.0	5.195,37
		339139	1.500.0	20.000,00
		339047	1.500.0	31.297,77
18.001.18.541.2153.2580	PROMOVER A INOVAÇÃO NA GESTÃO, GOVERNANÇA E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS	339014	1.500.0	29.343,40

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

18.001.18.541.2154.2599	PROMOVER A GESTÃO PARTICIPATIVA E USO PÚBLICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	339036	1.500.0	30.000,00
	FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPRAM			**38.784,70**
18.011.18.541.2154.2602	PROMOVER A PESQUISA E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	339036	1.759.0	38.784,70
	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS			**1.396.325,98**
21.001.14.122.1015.2909	MANTER CONSELHOS ESTADUAIS VINCULADOS A SEJUS	339036	1.500.0	240.000,00
21.001.14.122.2102.2237	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A SEGURANÇA	449052	1.500.0	720.213,18
		339030	1.500.0	201.712,80
21.001.14.128.1015.2096	FORMAR, QUALIFICAR, TREINAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS.	339039	1.500.0	100.000,00
21.001.14.421.2102.1001	CONSTRUIR, REFORMAR E AMPLIAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO	449051	1.500.0	100.000,00
		339039	1.500.0	34.400,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS			**330.000,00**
23.001.08.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	449051	1.500.0	300.000,00
23.001.08.482.2175.4069	PROMOVER O ACESSO E/OU MELHORIA DA HABITAÇÃO POPULAR E DE INTERESSE SOCIAL	339039	1.500.0	30.000,00
TOTAL				**R$ 13.474.473,42**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - PGE			**150.000,00**
11.003.04.846.0000.0014	REALIZAR PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EVENTUAIS	339091	1.500.0	150.000,00
	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER			**829.081,41**
11.022.23.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339014	1.753.0	80.000,00
11.022.23.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339008	1.753.0	2.000,00
11.022.23.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	1.753.0	547.081,41
11.022.23.125.1260.2330	FOMENTAR PARCERIAS PARA REGISTRO E LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	339040	1.753.0	200.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

	SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH			**1.106.616,62**
11.051.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	1.753.0	43.082,27
		339039	1.753.0	440.848,42
		339139	1.753.0	8.315,58
11.051.04.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339093	1.753.0	3.500,00
		339019	1.500.0	9.000,00
11.051.04.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	1.753.0	84.740,62
		319096	1.753.0	13.000,00
		319013	1.500.0	212.212,00
11.051.28.845.0000.0028	ATENDER COMPROMISSOS COM A PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN	329021	1.753.0	116.917,73
		469071	1.753.0	175.000,00
	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON			**320.000,00**
14.023.09.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319013	1.802.0	300.000,00
14.023.09.128.1000.2096	FORMAR, QUALIFICAR, TREINAR E CAPACITAR RECURSOS HUMANOS	339030	1.802.0	20.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC			**50.000,00**
15.001.06.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	1.500.0	50.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC			**8.972.099,15**
16.001.12.122.1015.1490	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS	339004	1.500.0	65.900,00
16.001.12.122.1015.2351	REMUNERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	319011	1.500.0	2.000.000,00
		319013	1.500.0	60.000,00
		319094	1.500.0	69.399,15
16.001.12.361.2156.1524	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	339004	1.500.0	3.628.800,00
		339004	1.540.0	997.000,00
16.001.12.361.2158.1619	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL	339004	1.500.0	120.100,00
16.001.12.362.2157.1579	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DO ENSINO MÉDIO	339004	1.500.0	1.436.700,00
		339004	1.540.0	183.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

16.001.12.362.2158.1622	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO	339004	1.500.0	10.300,00
16.001.12.366.2158.1617	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	339004	1.500.0	242.500,00
		339004	1.540.0	136.000,00
16.001.12.367.2158.1581	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	339004	1.500.0	22.400,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			**281.565,56**
18.001.18.122.2153.2164	PROMOVER A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL	339014	1.500.0	251.565,56
18.001.18.541.2154.2601	DESENVOLVER A PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	339014	1.500.0	30.000,00
	FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPRAM			**38.784,70**
18.011.18.541.2154.2601	DESENVOLVER A PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	339014	1.759.0	38.784,70
	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS			**1.396.325,98**
21.001.14.421.2102.1624	GARANTIR A EXPANSÃO DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	339039	1.500.0	185.000,00
21.001.14.421.2102.2953	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO, DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	339039	1.500.0	1.211.325,98
	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS			**330.000,00**
23.001.08.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339046	1.500.0	300.000,00
23.001.08.482.2175.1348	EXECUTAR PROJETOS DE TRABALHO SOCIAL	339014	1.500.0	30.000,00
TOTAL				**R$ 13.474.473,42**

Protocolo 77894349

DECRETO N° 32.153, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 6.164.332,00, em favor das unidades orçamentárias Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron e Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater/RO, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 8°, *caput*, inciso II, da Lei n° 6.324, de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 6.164.332,00 (seis milhões cento e sessenta e quatro mil trezentos e trinta e dois reais), em favor das unidades orçamentárias Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron e Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater/RO, para atendimento de despesas correntes, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 22 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃOREDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON			**2.650.000,00**
19.023.20.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339049	1.500.0	1.400.000,00
19.023.20.609.2096.4091	ATENDER SERVIDORES DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	250.000,00
19.023.20.609.2096.4234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS EM ATIVIDADES FINALÍSTICAS	319013	2.753.0	1.000.000,00
	ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - EMATER/RO			**3.514.332,00**
19.025.20.606.2024.2019	PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	339030	2.899.0	249.850,00
		339036	2.899.0	73.225,00
		339039	2.899.0	1.341.738,00
		339031	2.899.0	75.000,00
		339032	2.899.0	24.920,00
		449052	2.899.0	1.749.599,00
TOTAL				**R$ 6.164.332,00**

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON			**2.650.000,00**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

19.023.20.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319196	1.500.0	1.650.000,00
19.023.20.609.2096.4234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS EM ATIVIDADES FINALÍSTICAS	319113	2.753.0	1.000.000,00
	ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - EMATER/RO			**3.514.332,00**
19.025.20.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	2.899.0	619.091,96
		319013	2.899.0	189.408,67
		319094	2.899.0	467.889,00
19.025.20.122.2024.4234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS EM ATIVIDADES FINALÍSTICAS	319011	2.899.0	1.743.279,45
		319013	2.899.0	494.662,92
TOTAL				**R$ 6.164.332,00**

Protocolo 77914616

DECRETO N° 32.152, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 21.374.554,12, reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, *caput*, inciso V, da Constituição do Estado e nos termos do art. 8°, *caput*, inciso I, da Lei n° 6.324 de 22 de janeiro de 2026,

D E C R E T A:

Art. 1°Fica aberto no orçamento-programa anual do estado de Rondônia crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R$ 21.374.554,12 (vinte e um milhões trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos), em favor das unidades orçamentárias Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos - Sugesp, Departamento Estadual de Trânsito - Detran/RO e Fundo Estadual de Saúde - FES, para atendimento de despesas correntes, no presente exercício, indicadas no Anexo II.

Parágrafo único.Os recursos necessários à execução do disposto no *caput* decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias, indicadas no Anexo I e nos valores especificados.

Art. 2°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 22 de outubro de 2026; 205° da Independência e 138° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO POR ANULAÇÃOREDUZ

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP			**300.094,93**
11.009.04.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	1.500.0	150.000,00

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

11.009.04.122.2128.2172	PROMOVER A COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ATOS E FATOS DO GOVERNO	339039	1.500.0	150.094,93
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO			**800.000,00**
15.020.06.181.2174.2064	PROMOVER A GESTÃO DE T.I.	339040	2.753.0	800.000,00
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**20.274.459,19**
17.012.10.122.1015.1490	REALIZAR PAGAMENTOS DE PROFISSIONAIS TEMPORÁRIOS	339004	1.500.0	2.800.000,00
		319004	1.500.0	10.900.000,00
17.012.10.302.2034.4009	ASSEGURAR ATENDIMENTO EM SAÚDE NAS UNIDADES HOSPITALARES	335085	1.500.0	6.574.459,19
TOTAL				**R$ 21.374.554,12**

ANEXO II
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃOSUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP			**300.094,93**
11.009.04.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	84.361,60
		339049	1.500.0	215.733,33
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/RO			**800.000,00**
15.020.06.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339014	2.753.0	800.000,00
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES			**20.274.459,19**
17.012.10.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339033	1.500.0	100.000,00
17.012.10.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXÍLIOS	339008	1.500.0	800.000,00
		339046	1.500.0	2.000.000,00
17.012.10.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319013	1.500.0	200.000,00
		319016	1.500.0	3.300.000,00
		319113	1.500.0	7.400.000,00
17.012.10.302.2034.4004	ASSEGURAR ATENDIMENTO EM SAÚDE POR MEIO DE CONVÊNIOS E CONTRATO COM A REDE PRIVADA	339033	1.500.0	3.358.895,04
		339047	1.500.0	115.564,15
17.012.10.302.2034.4009	ASSEGURAR ATENDIMENTO EM SAÚDE NAS UNIDADES HOSPITALARES	339030	1.500.0	3.000.000,00
TOTAL				**R$ 21.374.554,12**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77916666

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 26 de agosto de 2026, CEL PM JOSÉLIA LÚCIA GRINIVOLD, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Coordenadora Adjunta, da Polícia Militar.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897908

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, GABRIEL VENICIUS FREIRE RAMALHAES AMARAL, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77893302

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, NATHANY FERREIRA SERPA MICHELATO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Chefe de Gabinete, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77893427

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, JARDE DA SILVA RABELO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77893488

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 20 de outubro de 2026 publicado no diário oficial nº.203 de 21 de outubro de 2026 que nomeou, a contar de 3 de abril de 2026, DIEGO ANDRADE LAGE, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-17, de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77909234

DECRETO DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 20 de outubro de 2026, DIEGO ANDRADE LAGE, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-17, de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos.

Rondônia, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77909446

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 13 de outubro de 2026, TATIANE RODRIGUES LOPES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado da Justiça.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77896611

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, LORRANY DE FREITAS PINTO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado da Justiça.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77897025

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, TATIANA SILVA DE SOUZA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77899050

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 1 de outubro de 2026, DEMILY COSTA DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77895730

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 20 de outubro de 2026, JÚLIA DE CASTRO MENDONÇA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77895840

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 20 de outubro de 2026, ÂNGELO DE OLIVEIRA FOCHEZATTO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77896058

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 20 de outubro de 2026, JÚLIA DE CASTRO MENDONÇA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor V, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77896250

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a contar de 20 de outubro de 2026, ÂNGELO DE OLIVEIRA FOCHEZATTO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77896480

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Nomear, a contar de 20 de outubro de 2026, ROSIANE PINTO DE CASTRO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77896684

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, VICTOR ALEXANDRE OLIVEIRA BRITO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77826469

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, CÍCERO MARQUES DE FRANÇA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77826692

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, ERICK GABRIEL LIMA DA COSTA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77826941

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, JEFERSON ANDRE PEREIRA AYRES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77827065

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, JUCÉLIO FERNANDES DA SILVA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77827250

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, SEBASTIÃO DE ANDRADE FREIRE, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77827356

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, BRENO DA SILVA MACÊDO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77827459

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, CLEIVANETE SOARES DE LIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77827569

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, ELCY FERREIRA BRAGA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77827779

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, JESSICA MENDES PEREIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

GOVERNADOR

Protocolo 77828012

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, VICTOR BEGNINI COSTA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77828235

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, ILKA CECILIA COSTA DE MIRANDA DE DEUS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77828527

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, IVNA MARCON FERREIRA LEITE, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77828670

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, ROMOLO GOMES DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77828852

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, MAYRA CRISTINA ROSENA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77829016

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, CLAUDIA RIBAS DE AQUINO VITORINO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77829126

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 22 de outubro de 2026, ELTON RODRIGO DE OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77829268

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, CLAUDENOR AUGUSTINO LIMA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessor III, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898162

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, ALAN DA SILVA MELO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898279

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898368

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, RAGE FONTOURA DE LIMA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898508

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, JOÃO MARCOS DAS NEVES PATRIOTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898600

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, MÁRCIO JOSÉ DE ARAÚJO NEVES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898693

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, AYCHA NICLOLY DE SOUZA VAN SLUYTMAN, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessora I, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898792

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, JOANA ARIELLY BISPO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898861

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, JUCELINO CARVALHO PATRIOTA JÚNIOR, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898953

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, RANSEIS JOSÉ RODRIGUES BARROS, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899042

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, MÔNICA MARTINS DE LIMA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899120

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, SERGINALDO MORAES DE ARAUJO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899183

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, MARIA IZABELLY CAVALCANTE GOUVEA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899718

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 27 de outubro de 2026, REGIA SIMONE PEDROZA SANDIM, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, da Contabilidade Geral do Estado.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897573

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 27 de outubro de 2026, ALINE RODRIGUES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-08, de Assessora VIII, da Contabilidade Geral do Estado.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897680

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a contar de 20 de outubro de 2026, ALGBERG DE QUEIROZ VELOSO JUNIOR, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77841235

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 22 de outubro de 2026, CLAUDIA RIBAS DE AQUINO VITORINO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77841527

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, LUCAS ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-14, de Coordenador de Usina, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77896769

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, GERVESON PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-14, de Coordenador de Usina, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77896883

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, MARCOS VINICIUS DA SILVA SOUSA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897376

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, LUCAS ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897445

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, RODRIGO RODRIGUES MARQUES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Assessor X, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77897534

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, MARCOS VINICIUS DA SILVA SOUSA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-10, de Assessor X, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897627

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, JUNIOR VIDAL DE SOUZA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898744

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, DAVI MARCAL COUCEIRO CASTIEL, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898868

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, EDUARDO LUCIANO SARTORI, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessor IX, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899163

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, AMANDA CAROLINE REBELO RAMALHO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora V, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77900434

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, VALERIA LOURENÇA DIAS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessora Técnica de Gerência, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77900503

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, MAGNO VELOSO DOS SANTOSQ, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Assessor Técnico de Gerência, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77900554

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, TATIANE MARTINS MAIA OLIVEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Chefe do Núcleo de Pesquisa de Preços, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77900607

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, EDER RODRIGUES CARDOSO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-05, de Chefe do Núcleo de Pesquisa de Preços, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77900655

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, HANS HILLMAN MARADEI, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor Técnico I, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77900701

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, CARLOS HENRIQUE DE JESUS L DE SOUZA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor I, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77900730

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, GENIS CELESTINO DOS SANTOS, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Chefe de Equipe Administrativa, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77900769

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, HIGOR CASTRO TEIXEIRA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-01, de Assessor Técnico I, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77900804

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 18 de setembro de 2026 publicado no diário oficial nº.181 de 18 de setembro de 2026 que nomeou, a partir de 21 de setembro de 2026, MARINA PAMELA DELGADO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Casa Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899463

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 3 de novembro de 2026, MARINA PAMELA DELGADO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Casa Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899609

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

REPUBLICAÇÃO:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 21 de setembro de 2026, HELEN CATIUSCIA SAMPAIO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Casa Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77899821

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a contar de 19 de outubro de 2026, KAROLINE DA GAMA ALVES, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-03, de Assessora III, da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897332

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, JERRY LUIS RIBEIRO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897455

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, PEDRO HENRIQUE FRAZÃO BRITO, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77897608

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, FRANCISCO MARCIO MARIM AMANCIO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessor VI, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897718

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, GISLANE DE QUEIROS CORREA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessora VI, da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897853

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 26 de outubro de 2026, WALLACE VELOSO DA COSTA, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77897987

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, JAMILE KATIANE CAVALCANTE SILVA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessora II, do Gabinete do Governador.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Protocolo 77898167

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar a Pedido, a partir de 26 de outubro de 2026, JOSIANE DA SILVA MONTEIRO, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Casa Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77898543

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 26 de outubro de 2026, JHEINY GRISS DE SOUZA TORRES, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Casa Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77899002

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito os termos do decreto de 16 de outubro de 2026 publicado no diário oficial nº.201 de 19 de outubro de 2026 que nomeou, a partir de 22 de outubro de 2026, SILVIO CESAR EVANGELISTA, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-06, de Assessor VI, da Secretaria de Estado de Comunicação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77895679

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 27 de outubro de 2026, JAQUELINE COUTINHO APOLINARIO GIL, do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77895810

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual e, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Nomear, a partir de 27 de outubro de 2026, VALDEIRES OLIVEIRA DA CRUZ, para exercer o Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessor IV, da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador

Protocolo 77895958

Portaria nº 454 de 21 de outubro de 2026

O Secretário-Executivo do Gabinete do Governador, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como pelo Decreto n. 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n. 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta e, considerando o solicitado no Processo nº0019.029791/2026-06.

R E S O L V E:

Art. 1º Disponibilizar, a contar de 19 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, o servidor Paulo Yuri Martins Ferreira, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-02, de Assessor II, do Gabinete do Governador, para desenvolver suas atividades laborais junto a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

Parágrafo Único. A renovação da lotação para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão acerca de cessar a lotação.

Art. 2º Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar à SUGESP-CGP, com cópia ao Gabinete do Governador para ciência, as folhas de frequência do servidor mencionada no Art. 1º, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata, no 1º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º Em relação às férias do servidor disponibilizada, a Secretaria solicitante deverá providenciar a elaboração e publicação da Portaria de Férias, enviando posteriormente à Unidade de Recursos Humanos - RH do Gabinete Governador, através de Processo Sei, conforme orientações contidas no Ofício n. 798/2023/SEGEP-REOF.

Registre-se. Publique-se.

Cumpra-se.

RUTE CARVALHO SILVA PEDROSA

Secretária-Executiva do Gabinete do Governador

Protocolo 77867027

Portaria nº 453 de 21 de outubro de 2026

A Secretária-Executiva do Gabinete do Governador, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como pelo Decreto n. 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n. 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta e, considerando o solicitado no Processo nº 0028.025522/2026-53.

R E S O L V E:

Art. 1º Disponibilizar, a contar de 13 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, a servidora Fernanda Carolline da Frota Soares, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, do Gabinete do Governador, para desenvolver suas atividades laborais junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Parágrafo Único. A renovação da lotação para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão acerca de cessar a lotação.

Art. 2º Fica de inteira responsabilidade da Secretaria solicitante encaminhar à SUGESP-CGP, com cópia ao Gabinete do Governador para ciência, as folhas de frequência da servidora mencionada no Art. 1º, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata, no 1º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º Em relação às férias da servidora disponibilizada, a Secretaria solicitante deverá providenciar a elaboração e publicação da Portaria de Férias, enviando posteriormente à Unidade de Recursos Humanos - RH do Gabinete Governador, através de Processo Sei, conforme orientações contidas no Ofício n. 798/2023/SEGEP-REOF.

Registre-se. Publique-se.

Cumpra-se.

RUTE CARVALHO SILVA PEDROSA

Secretária-Executiva do Gabinete do Governador

Protocolo 77866364

Portaria nº 449 de 19 de outubro de 2026

A Secretária-Executiva do Gabinete do Governador, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como pelo Decreto n. 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n. 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta e, considerando o solicitado no Processo nº 0048.002091/2026-19.

R E S O L V E:

Art. 1º Disponibilizar, a contar de 21 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, a servidora Liana Silva de Almeida Lima, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-09, de Assessora IX, do Gabinete do Governador,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

para desenvolver suas atividades laborais junto ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP.

Parágrafo Único. A renovação da lotação para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão acerca de cessar a lotação.

Art. 2º Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar à SUGESP-CGP, com cópia ao Gabinete do Governador para ciência, as folhas de frequência da servidora mencionada no Art. 1º, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata, no 1º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º Em relação às férias da servidora disponibilizada, a Secretaria solicitante deverá providenciar a elaboração e publicação da Portaria de Férias, enviando posteriormente à Unidade de Recursos Humanos - RH do Gabinete Governador, através de Processo Sei, conforme orientações contidas no Ofício n. 798/2023/SEGEP-REOF.

Registre-se. Publique-se.

Cumpra-se.

RUTE CARVALHO SILVA PEDROSA

Secretária-Executiva do Gabinete do Governador

Protocolo 77764648

Portaria nº 455 de 21 de outubro de 2026

A Secretária-Executiva do Gabinete do Governador, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, bem como pelo Decreto n. 23.273, de 15 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto n. 25.394, de 11 de setembro de 2020, que estabelece as ações a serem cumpridas pelas Unidades de Recursos Humanos no âmbito da Administração Direta.

R E S O L V E:

Art. 1º Cessar, a contar de 01 de setembro de 2026, a disposição da servidora Maria Cristina Santos de Castro, ocupante do Cargo de Direção Superior, símbolo CDS-04, de Assessora IV, do Gabinete do Governador, para desenvolver suas atividades laborais junto a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater, a qual foi concedida pela Portaria n° 17 de 13 de janeiro de 2026, id68198554, publicada no Diário Oficial nº 9 de 14 de janeiro de 2026.

Registre-se. Publique-se.

Cumpra-se.

RUTE CARVALHO SILVA PEDROSA

Secretária-Executiva do Gabinete do Governador

Protocolo 77886039

CASA CIVIL

Portaria nº 1108 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **14 de outubro de 2026**, os termos da **Portaria nº 664 de 11 de junho de 2026**, publicada no Diário Oficial n.º 116 de 18 de junho de 2026, que disponibilizou o servidor **TIAGO CAMPOS SANTOS**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - Der, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77759982

Portaria nº 1109 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **13 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 69 de 28 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial n.º 24 de 05 de fevereiro de 2026, que disponibilizou a servidora RENATA DE PAULA AFONSO, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Policia Civil - PC, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77762348

Portaria nº 1111 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **13 de outubro de 2026**, os termos da **Portaria nº 869 de 03 de agosto de 2026**, publicada no Diário Oficial n.º 154 de 11 de agosto de 2026, que disponibilizou o servidor **OVINELZIO ALVES DA SILVA**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Secretaria de Estado da Saúde - Sesau, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77766355

Portaria nº 1113 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **20 de outubro de 2026**, os termos da **Portaria nº 286 de 16 de março de 2026**, publicada no Diário Oficial n.º 50 de 16 de março de 2026, que disponibilizou a servidora **VANECY DE JESUS DA SILVA**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Fundação Cultural do Estado de Rondônia - Funcer, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77776521

Portaria nº 1118 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **20 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 937 de 24 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 164 de 25 de agosto de 2026, que disponibilizou a servidora BENEDITA MIZAELE FERREIRA LUCENA, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77784056

Portaria nº 1120 de 19 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **20 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 708 de 22 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 119 de 23 de junho de 2026, que disponibilizou o servidor **RHADSON BARBOSA BARROS**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto ao Departamento Estadual de Trânsito - Dentran, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77787283

Portaria nº 1122 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **20 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 622 de 19 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial n.º 158 de 21 de agosto de 2025 , que disponibilizou o servidor IVALDO SANTOS DE OLIVEIRA, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77789001

Portaria nº 1127 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0011.009998/2026-26; e

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar do efetivo exercício, o servidor **BRUNO MONTES DORADO**, ocupante do Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater.

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** do servidor acima mencionado **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias do servidor disponibilizado, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77797862

Portaria nº 1132 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0011.010005/2026-69; e

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar do efetivo exercício, a servidora **MARIA HELENA DE OLIVEIRA,** ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - Emater.

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** da servidora acima mencionada **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias da servidora disponibilizada, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77798447

Portaria nº 1142 de 20 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **19 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 381 de 16 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial n.º 113 de 17 de junho de 2025, que disponibilizou o servidor**MAICON DE OLIVEIRA PEREIRA**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - Sejucel, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77850742

Portaria nº 1141 de 20 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0036.044764/2026-47; e

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar do efetivo exercício, o servidor **ROBERTO ANTONIO FERREIRA GARCIA**, ocupante do Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto a Secretaria de Estado da Saúde - Sesau.

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** do servidor acima mencionado **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias do servidor disponibilizado, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77849756

Portaria nº 1140 de 20 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º - **CESSAR** a contar de **19 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 939 de 24 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 164 de 25 de outubro de 2026, que disponibilizou a servidora **IANDRA PANCIERI SILVA SOUZA**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron, em razão da alteração de sua disponibilização.

Art. 2º A servidora será disponibilizada em novo órgão, conforme Portaria específica.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77849036

Portaria nº 1125 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **19 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 557 de 21 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 105 de 02 de junho de 2026, que disponibilizou a servidora **VALDEIRES OLIVEIRA DA CRUZ**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77791850

Portaria nº 1123 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **20 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 557 de 04 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial n.º 149 de 08 de agosto de 2025, que disponibilizou a servidora **ALICE COSTA SCARPATI**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77790226

Portaria nº 1133 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar n° 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e da outras providências e, embasado no § 4º do art.173 da Lei 965, acrescido pela Lei Complementar n° 1.249, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO solicitação através do Processo nº 0015.014594/2026-14; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO interesse da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Disponibilizar a contar do efetivo exercício, o servidor **ROBSON PAULA DE OLIVEIRA**, ocupante do Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para desenvolver suas atividades laborais junto à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron.

Parágrafo Único - A renovação da disponibilização para o próximo exercício ocorrerá de forma automática, salvo se houver manifestação do órgão quanto a cessar a disponibilidade.

Art. 2º - **Fica de inteira responsabilidade do solicitante encaminhar as folhas de frequência** do servidor acima mencionado **no 1° dia útil** do mês subsequente a esta Casa Civil, devidamente assinadas e abonadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Em relação às férias do servidor disponibilizado, o órgão solicitante deverá providenciar a elaboração e **publicação da Portaria de férias**, enviando posteriormente a esta Casa Civil (NGP) **através de processo SEI,** conforme orientações contidas no Ofício nº 798/2023/SEGEP-REOF.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77804795

Portaria nº 1124 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **16 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 731 de 25 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 123 de 29 de junho de 2026, que disponibilizou o servidor EDON COSTA DE OLIVEIRA, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77791036

Portaria nº 1114 de 19 de outubro de 2026

O Secretário-Chefe da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como o § 4º do art. 173 da referida Lei, acrescido pela Lei Complementar nº 1.249, de 22 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR a contar de **20 de outubro de 2026**, os termos da Portaria nº 374 de 07 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial n.º 66 de 07 de abril de 2026, que disponibilizou a servidora **SHARON LEMES NUNES**, ocupante de Cargo de Direção Superior, de Assessor, da Casa Civil, para o desempenho de suas atividades junto à Secretaria de Estado da Saúde - Sesau, em razão de sua exoneração.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Protocolo 77778177

CASA MILITAR

Portaria de férias nº 15209 de 22 de outubro de 2026.

O(A) chefe de seção, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Lei Complementar 965 de 20/12/2017,publicada no DOE n.238, de 20/12/2017.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Estabelecer a **Escala Anual de Férias dos servidores do quadro de pessoal** da Casa Militar, referente ao **Ano Aquisitivo 2026 e Ano de Exercício 2027**, na forma do ANEXO I.

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

ERVERTON PAIXAO ALVES
chefe de seção

ANEXO I

Nº	Servidor	1ºPERÍODO	2ºPERÍODO	3ºPERÍODO	ABONO PECUNIÁRIO PERÍODO A CONVERTER
1	**Matricula** ******979 **Nome** FABIO ALEXANDRE DA ROSA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
2	**Matricula** ******361 **Nome** FABIO QUEIROZ **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-04-2027) **Fim** (30-04-2027)			**Inicio** (01-04-2027) **Fim** (10-04-2027)
3	**Matricula** ******946 **Nome** FABIO RODRIGUES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
4	**Matricula** ******881 **Nome** FABRICIO PINHEIRO DE PAULA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-12-2027) **Fim** (30-12-2027)			**Inicio** (01-12-2027) **Fim** (10-12-2027)
5	**Matricula** ******923 **Nome** FAGNER SOARES SARAIVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

6	**Matricula** ******693 **Nome** FERNANDA ODINEIA LISBOA VERGOTTI **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
7	**Matricula** ******528 **Nome** FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
8	**Matricula** ******899 **Nome** FRANCISCO EVAN NOGUEIRA DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
9	**Matricula** ******604 **Nome** FRANCISCO HILTON DE OLIVEIRA FILHO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-12-2027) **Fim** (30-12-2027)			**Inicio** (01-12-2027) **Fim** (10-12-2027)
10	**Matricula** ******090 **Nome** FRANSCINEI FELIX PAIVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-06-2027) **Fim** (30-06-2027)			**Inicio** (01-06-2027) **Fim** (10-06-2027)
11	**Matricula** ******393 **Nome** GEOVANDRO SOUZA LACERDA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-05-2027) **Fim** (30-05-2027)			**Inicio** (01-05-2027) **Fim** (10-05-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

12	**Matricula** ******265 **Nome** GEOVANI DURANS SANTOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-04-2027) **Fim** (30-04-2027)			**Inicio** (01-04-2027) **Fim** (10-04-2027)
13	**Matricula** ******698 **Nome** GILBERTO NERY INFANTE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
14	**Matricula** ******224 **Nome** GLEIDSON BENFICA FERNANDES **Cargo** CASA MILITAR - GERENTE DE SEGURANÇA - CDS-12 *	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
15	**Matricula** ******699 **Nome** HENRIQUE FELIPE DA CONCEIÇÃO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
16	**Matricula** ******370 **Nome** HENRY GOMES TESKE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-12-2027) **Fim** (30-12-2027)			**Inicio** (01-12-2027) **Fim** (10-12-2027)
17	**Matricula** ******895 **Nome** IZAIAS DA SILVA LIMA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
18	**Matricula** ******575 **Nome** JAIRO MAIA FERREIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-08-2027) **Fim** (30-08-2027)			**Inicio** (01-08-2027) **Fim** (10-08-2027)

19	**Matricula** ******788 **Nome** JAQUELINE COSTA PIMENTEL **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-10-2027) **Fim** (30-10-2027)			**Inicio** (01-10-2027) **Fim** (10-10-2027)
20	**Matricula** ******327 **Nome** JARBAS LOPES DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
21	**Matricula** ******056 **Nome** JEFERSON APARECIDO MACHADO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
22	**Matricula** ******328 **Nome** JEFERSON CHARLLES BRZUSKA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
23	**Matricula** ******894 **Nome** JHONATAN BARROS PADIA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
24	**Matricula** ******370 **Nome** JOAO ADONIS LIMA ROCA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
25	**Matricula** ******882 **Nome** JOAO FERREIRA MARINCK **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

26	**Matricula** ******526 **Nome** JOAO PAULO ARAUJO DE QUADROS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
27	**Matricula** ******377 **Nome** Jorge de Oliveira Campos Junior **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
28	**Matricula** ******875 **Nome** JOSÉ CARLOS LIMA DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
29	**Matricula** ******047 **Nome** JOSE LEITE DE FIGUEIREDO CISNE **Cargo** CASA MILITAR - DIRETOR MILITAR - CDS-14 *	**Inicio** (12-04-2027) **Fim** (01-05-2027)			**Inicio** (02-04-2027) **Fim** (11-04-2027)
30	**Matricula** ******753 **Nome** JOSEIZA CASTRO CAVALCANTE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
31	**Matricula** ******989 **Nome** JOSIANE UMBELINO QUINTO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)

32	**Matricula** ******406 **Nome** JUCA ARAUJO DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-05-2027) **Fim** (30-05-2027)			**Inicio** (01-05-2027) **Fim** (10-05-2027)
33	**Matricula** ******892 **Nome** JULIO CESAR PERES DE MORAIS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
34	**Matricula** ******438 **Nome** JUNIOR LIMA MACIEL **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-12-2027) **Fim** (30-12-2027)			**Inicio** (01-12-2027) **Fim** (10-12-2027)
35	**Matricula** ******776 **Nome** LAERCIO SANTOS MENDONCA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
36	**Matricula** ******007 **Nome** LIANE SOARES NAKAIOSHI DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
37	**Matricula** ******404 **Nome** LOURIVAL ALVES GONDIM JUNIOR **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
38	**Matricula** ******778 **Nome** MANUEL BARRETO JUNIOR **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-04-2027) **Fim** (30-04-2027)			**Inicio** (01-04-2027) **Fim** (10-04-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

39	**Matricula** ******885 **Nome** MARCELO PINHEIRO DOS SANTOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
40	**Matricula** ******400 **Nome** MARCIO ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
41	**Matricula** ******374 **Nome** MARCO AURELIO FREZ MARQUES DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-06-2027) **Fim** (30-06-2027)			**Inicio** (01-06-2027) **Fim** (10-06-2027)
42	**Matricula** ******405 **Nome** MARCUS ROBERTO RODRIGUES OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
43	**Matricula** ******093 **Nome** MARCUS VINICIUS CORDELIER DOS SANTOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
44	**Matricula** ******593 **Nome** MARIA AUXILIADORA DA SILVA FLORES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

45	**Matricula** ******095 **Nome** MARIO LIMA DA FONSECA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
46	**Matricula** ******068 **Nome** MAURICIO ALVES DE ALBUQUERQUE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
47	**Matricula** ******943 **Nome** MAYKON PECANHA DE JESUS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
48	**Matricula** ******925 **Nome** NALU VERIDIANE ZANELLA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-06-2027) **Fim** (30-06-2027)			**Inicio** (01-06-2027) **Fim** (10-06-2027)
49	**Matricula** ******972 **Nome** NILDERSON DOS SANTOS RAPOSO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
50	**Matricula** ******975 **Nome** OSCAR MUNHOZ MARQUES JUNIOR **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-06-2027) **Fim** (30-06-2027)			**Inicio** (01-06-2027) **Fim** (10-06-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

51	**Matricula** ******863 **Nome** PAULO ANDRE MOREIRA ATAIDE **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
52	**Matricula** ******741 **Nome** PAULO ANTUNES DA SILVA **Cargo** CASA MILITAR - DIRETOR ADMINISTRATIVO - CDS-14 *	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
53	**Matricula** ******569 **Nome** PAULO CORDEIRO BARBOSA NAPOLEAO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
54	**Matricula** ******927 **Nome** PAULO MARCOS DE SOUZA SOARES SOUZA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
55	**Matricula** ******092 **Nome** RAIMUNDO ROBSON BARBOSA DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
56	**Matricula** ******261 **Nome** RAMESON AMAZONAS DOS SANTOS AZEVEDO **Cargo** CASA MILITAR - GERENTE DE PATRIMÔNIO - CDS-12 *	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

57	**Matricula** ******597 **Nome** RENATO APARECIDO MOREIRA ZACHEU **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
58	**Matricula** ******092 **Nome** RODRIGO JOSE DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
59	**Matricula** ******424 **Nome** ROSICLEIA LEANDRO DE AZEVEDO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-05-2027) **Fim** (30-05-2027)			**Inicio** (01-05-2027) **Fim** (10-05-2027)
60	**Matricula** ******429 **Nome** SANDRA NETTO BORGES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			
61	**Matricula** ******530 **Nome** SELMA NETTO BORGES LIMA **Cargo** CASA MILITAR - Assessor XII - CDS-12*	**Inicio** (01-09-2027) **Fim** (20-09-2027)			**Inicio** (21-09-2027) **Fim** (30-09-2027)
62	**Matricula** ******403 **Nome** SERGINEI CAMILO DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-09-2027) **Fim** (30-09-2027)			**Inicio** (01-09-2027) **Fim** (10-09-2027)
63	**Matricula** ******364 **Nome** SIDNEY GOMES DA SILVA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

64	**Matricula** ******363 **Nome** TARCISIO PARADA DE CARVALHO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
65	**Matricula** ******807 **Nome** THALYA ABREU ALVES **Cargo** CASA MILITAR - Assessor V - CDS-05	**Inicio** (11-12-2027) **Fim** (30-12-2027)			**Inicio** (01-12-2027) **Fim** (10-12-2027)
66	**Matricula** ******702 **Nome** THIAGO GONÇALVES **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-08-2027) **Fim** (30-08-2027)			**Inicio** (01-08-2027) **Fim** (10-08-2027)
67	**Matricula** ******884 **Nome** VALDEMIR CARLOS GOES **Cargo** CASA MILITAR - SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR - SUBSÍDIO II *	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
68	**Matricula** ******813 **Nome** VALDINEI SOUZA OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
69	**Matricula** ******940 **Nome** VIVIANE CÂNDIDO DE FREITAS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)

70	**Matricula** ******178 **Nome** WALTER COELHO NETO **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
71	**Matricula** ******438 **Nome** WANDER BANDEIRA DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-07-2027) **Fim** (30-07-2027)			**Inicio** (01-07-2027) **Fim** (10-07-2027)
72	**Matricula** ******159 **Nome** WEDER SANTANA DE OLIVEIRA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)
73	**Matricula** ******368 **Nome** WHALLACY EDER DE LIMA **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-03-2027) **Fim** (30-03-2027)			**Inicio** (01-03-2027) **Fim** (10-03-2027)
74	**Matricula** ******835 **Nome** WILANY BARBOSA DOS SANTOS **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-02-2027) **Fim** (02-03-2027)			**Inicio** (01-02-2027) **Fim** (10-02-2027)
75	**Matricula** ******882 **Nome** WINSTON SANTOS RUIZ **Cargo** LEI 0972 - Casa Militar	**Inicio** (11-01-2027) **Fim** (30-01-2027)			**Inicio** (01-01-2027) **Fim** (10-01-2027)

Protocolo DOC65879

Portaria nº 120 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR , no uso de suas atribuições, nos termos do Decreto nº 9495, de 28 de maio de 2001, alterado pelo Decreto nº 13512, de 13 de março de 2008,

R E S O L V E:

Dispensar, a contar de 20 de outubro de 2026, o 3º SGT PM DINO CESAR PEREIRA SAMPAIO, Matrícula ******676, da função Gratificada de Representação, prevista na Lei nº 972, de 15 de maio de 2001, alterada pela Lei nº 5.761, de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

17 abril de 2024, no Art. 1º., § 1º,Inciso III - Segurança do Governador, seus familiares e residência oficial.

Nomear, a contar de 20 de outubro de 2026, o 3º SGT PM DINO CESAR PEREIRA SAMPAIO, Matrícula ******676, na função Gratificada de Representação, prevista na Lei nº 972, de 15 de maio de 2001, alterada pela Lei nº 5.761, de 17 abril de 2024, no Art. 1º., § 1º, Inciso V - Demais atividades.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALDEMIR CARLOS DE **GÓES** – CEL PM RR
Secretário-Chefe da Casa Militar

Protocolo 77930413

Portaria nº 121 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR , no uso de suas atribuições, nos termos do Decreto nº 9495, de 28 de maio de 2001, alterado pelo Decreto nº 13512, de 13 de março de 2008,

R E S O L V E:

Dispensar, a contar de 19 de outubro de 2026, o 3º SGT PM JULIO CESAR PERES DE MORAIS, Matrícula ******892, da função Gratificada de Representação, prevista na Lei nº 972, de 15 de maio de 2001, alterada pela Lei nº 5.761, de 17 abril de 2024, no Art. 1º., § 1º,Inciso III - Segurança do Governador, seus familiares e residência oficial.

Nomear, a contar de 19 de outubro de 2026, o 3º SGT PM JULIO CESAR PERES DE MORAIS, Matrícula ******892, na função Gratificada de Representação, prevista na Lei nº 972, de 15 de maio de 2001, alterada pela Lei nº 5.761, de 17 abril de 2024, no Art. 1º., § 1º, Inciso V - Demais atividades.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALDEMIR CARLOS DE **GÓES** – CEL PM RR
Secretário-Chefe da Casa Militar

Protocolo 77930880

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 193/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** ASSOCIAÇÃO DE ARTES E CULTURA ARTERIAL/PONTO DE CULTURA E EXTENSÃO CABARÉ DO NOBRE, CNPJ/MF Nº 04.394.912/0001-46. **4-OBJETO:** Concessão de subsídio para manutenção do espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural denominado "Espaço Associação de Artes e Cultura Arterial/Ponto de Cultura e Extensão Cabaré do Nobre", contemplado na Categoria A.. **5-REPASSE:** R$ 108.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003230/2026-09 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77900739

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 194/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** ATEW - ASSOCIAÇÃO DE TEATRO E EDUCAÇÃO WANKABUKI, CNPJ/MF Nº 11.643.310/0001-40. **4-OBJETO:** Concessão de subsídio para manutenção do espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural denominado "Espaço Associação de Artes e Cultura Arterial/Ponto de Cultura e Extensão Cabaré do Nobre", contemplado na Categoria A. **5-REPASSE:** R$ 108.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003230/2026-09 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77900790

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 195/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** CARLA LETICIA DE SOUZA FERREIRA, CPF/MF Nº XXX.214.222-XX. **4-OBJETO:** Concessão de subsídio para manutenção do espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural denominado "Batalha do JK", contemplado na Categoria B.. **5-REPASSE:** R$ 60.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31,

33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003230/2026-09 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77900833

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 196/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** ALEXANDRE REIS, CPF/MF Nº XXX.155.046-XX. **4-OBJETO:** Concessão de subsídio para manutenção do espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural denominado "Ateliê vai a Escola", contemplado na Categoria B. **5-REPASSE:** R$ 60.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003230/2026-09 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77900888

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 197/2026/PGE-SEJUCEL **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** TAQUARA PRODUCOES LTDA, CNPJ/MF Nº 36.305.078/0001-61. **4-OBJETO:** Concessão de subsídio para manutenção do espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural denominado "Espaço Associação de Artes e Cultura Arterial/Ponto de Cultura e Extensão Cabaré do Nobre", contemplado na Categoria B.. **5-REPASSE:** R$ 60.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003230/2026-09 **9-DATA DA ASSINATURA:** 20/10/2026.

Protocolo 77900924

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 189/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** JOSÉ HECTON ECIRO DA SILVA, CPF/MF Nº XXX.900.152-XX. **4-OBJETO:** Execução do projeto cultural “Fashion Film - Perigos Amazônicos”, contemplado na Linha 3, Eixo II, Categoria D.. **5-REPASSE:** R$ 20.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003224/2026-43 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77893141

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 190/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** HECTOR CARVALHO GADELHA, CPF/MF Nº XXX.123.932-XX. **4-OBJETO:** Execução do projeto cultural “Moda Beradeira”, contemplado na Linha 3, Eixo II, Categoria D.. **5-REPASSE:** R$ 20.000,00 **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003224/2026-43 **9-DATA DA ASSINATURA:** 20/10/2026.

Protocolo 77893246

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 191/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** AMAZÔNIA NEGRA & MÃES DE AFRO E CACHEADOS LTDA, CNPJ/MF Nº 41.562.328/0001-89. **4-OBJETO:** Execução do projeto cultural “Pega o Seu Banheiro”, contemplado na Linha 1, Eixo II, Categoria E.. **5-REPASSE:** R$ 100.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003224/2026-43 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77893386

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 192/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** ALINE CAVALCANTE LENARTOWICZ, CPF/MF Nº XXX.222.592-XX. **4-OBJETO:** Execução do projeto cultural "Tecendo Memórias Mura", contemplado na Linha 2, Eixo II, Categoria B. **5-REPASSE:** R$ 30.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.003224/2026-43 **9-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77893454

EXTRATO

1-EXTRATO: 11º TACNT Nº 611/PGE-2021 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO **3-CONTRATADA:** G. J. SEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF Nº: 21.361.698/0001-40 **4-OBJETO:** Fica autorizada a prorrogação excepcional de prazo do CONTRATO pelo período de 12 meses, a contar de 20.10.2026, ou até a conclusão do novo procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro, condicionada a sua eficácia à renovação ou atualização da garantia contratual, no prazo máximo de 15 dias, contados da assinatura deste instrumento, bem como à apresentação da Certidão de Regularidade de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, no prazo máximo de 30 dias corridos contados de 15/10/2026. **5-PROCESSO:** 0029.018376/2026-08 **6-DATA DA ASSINATURA:** 20/10/2026.

Protocolo 77901281

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TACNT Nº 577/2025/PGE-SESAU **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** HOSPITAL SÃO LUCAS DE OURO PRETO LTDA, CNPJ/MF Nº: 05.656.459/0001-61 **4-OBJETO:** Fica prorrogada a vigência do contrato pactuado entre as partes por mais 12 meses, a contar do dia 25/06/2026. **5-PROCESSO:** 0036.026902/2025-25 **6-DATA DA ASSINATURA:** 24/06/2026.

Protocolo 77901839

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TACNT Nº 577/2025/PGE-SESAU **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** HOSPITAL SÃO LUCAS DE OURO PRETO LTDA, CNPJ/MF Nº: 05.656.459/0001-61 **4-OBJETO:** Fica suprimido do Contrato nº 577/2025/PGE-SESAU (0061384833) o percentual de 25% do valor global contratual, correspondente ao montante de R$ 137.125,78. Em decorrência da supressão, o valor global do Contrato nº 577/2025/PGE-SESAU (0061384833) passa de R$ 548.503,13 para R$ 411.377,34. **5-PROCESSO:** 0036.026902/2025-25 **6-DATA DA ASSINATURA:** 20/10/2026.

Protocolo 77901869

EXTRATO

1-EXTRATO: 3º TAFOM Nº 274/2024/PGE-SESAU **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-VINCULADA:** ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL À SAÚDE SÃO DANIEL COMBONI - ASSDACO, CNPJ/MF Nº: 06.052.929/0001-40 **4-OBJETO:** Fica prorrogada a vigência do termo de fomento, firmado pelos partícipes, por mais 180 dias, a contar do dia 19/11/2026. **5-PROCESSO:** 0036.029660/2023-60 **6-DATA DA ASSINATURA:** 15/10/2026.

Protocolo 77901952

EXTRATO

1-EXTRATO: 5º TACNT Nº 708/PGE-2021 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** FG TECNO CENTER SERVIÇOS DE MANUTENCÃO LTDA, CNPJ/MF Nº: 29.811.993/0001-63 **4-OBJETO:** Fica prorrogada a vigência do contrato pactuado entre as partes por mais 12 meses meses de forma EXCEPCIONAL, a contar do dia 21 de outubro de 2026. O presente contrato poderá ser rescindido ao término da nova contratação para o mesmo objeto, mediante prévia notificação com antecedência mínima de 30 dias, não restando qualquer direito de indenização à contratada. **5-PROCESSO:** 0036.555750/2019-25 **6-DATA DA ASSINATURA:** 21/10/2026.

Protocolo 77902031

Portaria nº 620 de 21 de outubro de 2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Complementar nº 620/2011 (Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia);

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 1º. DESIGNAR, com efeitos a partir de **22 de outubro de 2026**, a servidora NAIR ORTEGA REZENDE DOS SANTOS, matrícula n. ******908, ocupante do cargo de Procuradora do Estado, para exercer a função de Procurador Assessor Especial do Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Fica DESIGNADA a Procuradora do Estado de que trata o caput deste artigo para atuar na Procuradoria Administrativa.

Art. 2°. DESIGNAR, com efeitos a partir de 22 de outubro de 2026, o servidor GABRIEL CARVALHO SIMOES, matrícula n. ******576, ocupante do cargo de Procurador do Estado, para exercer a função de Diretor da Subprocuradoria junto ao Departamento Estadual de Trânsito (PGE-DETRAN), sem prejuízo de sua lotação anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da retrocitada data, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 422 de 30 de julho de 2025 (0062762548).

THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA

Procurador-Geral do Estado

Protocolo 77903055

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TACNT Nº 648/2025/PGE-SESAU **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** CLIMEDI LTDA, CNPJ/MF Nº: 57.931.849/0001-04 **4-OBJETO:** Fica prorrogado a vigência do contrato pactuado entre as partes por 12 meses, a contar do dia 16/07/2026. **5-PROCESSO:** 0036.032527/2025-52 **6-DATA DA ASSINATURA:** 16/07/2026.

Protocolo 77909095

EXTRATO

1-EXTRATO: 1º TAADESAO Nº 35/2026/PGE-SEDUC **2-VINCULANTE:** SEDUC. **3-VINCULADO(A):** MUNICÍPIO DE CABIXI, CNPJ/MF Nº 22.855.159/0001-20. **4-OBJETO:** Fica autorizada a alteração das ações e metas constantes do Plano de Aplicação do Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado – Ir e Vir, vinculado ao Termo de Adesão n. 35/2026/PGE-SEDUC, conforme Plano de Aplicação atualizado (76943846) e Autorização do Ordenador de Despesas (77394080), mediante o remanejamento de R$ 160.000,00 da meta Manutenção para a meta Locação, sem alteração do valor global do repasse, que permanece em R$ 2.153.151,89. **5-PROCESSO:** 0029.011308/2026-18 **6-DATA DA ASSINATURA:** 20/10/2026.

Protocolo 77909438

EXTRATO

1-EXTRATO: 4º TACNT/0500/SESAU/PGE/2022 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ/MF Nº: 10.973.764/0001-17 **4-OBJETO:** Fica prorrogada a vigência do contrato pactuado entre as partes por mais 12 meses, a contar do dia 29/07/2026. **5-PROCESSO:** 0059.260765/2020-83 **6-DATA DA ASSINATURA:** 23/07/2026.

Protocolo 77910065

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TAPOSTCNT/0852/SESAU/PGE/2022 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** SUMMUS CONSULTORIA, ASSESSORIA, LICITAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ/MF Nº: 17.178.720/0001-44 **4-OBJETO:** Fica ajustado entre as partes, que o valor mensal do contrato será de R$ 309.157,80, e o valor anual será de R$ 3.709.893,60, conforme Informação nº 158/2025/SESAU-CCI (0056670965), com efeitos financeiros para a CCT-2024/2025 a partir de 01/01/2024, conforme Parecer nº 221/2025/PGE-SESAU (0058422072). **5-PROCESSO:** 0036.474205/2020-72 **6-DATA DA ASSINATURA:** 04/08/2025.

Protocolo 77911158

EXTRATO

1-EXTRATO: 3º TAPOSTCNT/0852/SESAU/PGE/2022 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** SUMMUS CONSULTORIA, ASSESSORIA, LICITAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES LTDA, CNPJ/MF Nº: 17.178.720/0001-44 **4-OBJETO:** Fica ajustado entre as partes, que o valor mensal do contrato será de R$ 332.886,86, perfazendo um valor anual de R$ 3.994.642,32. **5-PROCESSO:** 0036.474205/2020-72 **6-DATA DA ASSINATURA:** 13/11/2025.

Protocolo 77911267

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 141/2026/PGE-SEJUCEL. 2-VINCULANTE: SEJUCEL 3-VINCULADO(A): INGRID NAYARA SOUZA DE OLIVEIRA, CPF/MF Nº XXX.468.942-XX. 4-OBJETO: Execução do projeto artístico-cultural denominado “Fadado ao escuro (Coletânea de contos)”, contemplado no Linha 5, Eixo 1, Categoria A. 5-REPASSE: R$ 38.500,00. 6-DESPESA: Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. 7-VIGÊNCIA: 12 meses, a contar da data de sua assinatura. 8-PROCESSO: 0032.002850/2026-12 9-DATA DA ASSINATURA: 17/09/2026.

Protocolo 77927441

EXTRATO

1-EXTRATO: 10º TACNT Nº 380/PGE-2017 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP **3-CONTRATADA:** CONSTRUTORA VALE DO OURO LTDA, CNPJ/MF Nº: 06.280.244/0001-51 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Contrato por mais 6 meses, a contar de 18 de outubro de 2026. **5-PROCESSO:** 0009.158309/2021-41 **6-DATA DA ASSINATURA:** 16/10/2026.

Protocolo 77934547

EXTRATO

1-EXTRATO: EXECUÇÃO CULTURAL Nº 95/2026/PGE-SEJUCEL. **2-VINCULANTE:** SEJUCEL **3-VINCULADO(A):** PRICILA ALINE DE SOUZA, CPF/MF Nº XXX.793.686-XX. **4-OBJETO:** Execução do projeto artístico-cultural denominado "A lenda de Mapinguari: Bonecos Gigantes de rua", contemplado no Linha 3, Eixo 1, Categoria A. **5-REPASSE:** R$ 80.000,00. **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 320013 - Programa de Trabalho: 32.013.13.392.2093.4023 - Fonte de Recursos: 2.719.0.00001 - Natureza de Despesa: 33.40.41, 33.50.41, 33.60.45, 33.90.14, 33.90.30, 33.90.31, 33.90.33, e 33.90.48. **7-VIGÊNCIA:** 12 meses, a contar da data de sua assinatura. **8-PROCESSO:** 0032.002850/2026-12 **9-DATA DA ASSINATURA:** 17/09/2026.

Protocolo 77769370

EXTRATO

1-EXTRATO: Termo de Contrato nº 1115/2026/PGE-DERADM; **2-CONTRATANTE:** DER/RO; **3-CONTRATADA:** ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA, CNPJ/MF n.º 35.963.479/0001-46; **4-OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a capacitação e desenvolvimento de 02 (dois) servidores do Controle Interno (CI) do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO), para participação no curso "Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos"; 5-VALOR: R$9.580,00 (nove mil e quinhentos e oitenta reais); **6-DESPESA:** Cód. U.O.: 11025 - Programa de Trabalho: 26 122 1015 2087 208741 - Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 - Natureza da Despesa: 33.90.39.26; **7-PROCESSO:** 0009.010282/2026-11; **8-PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**: Inexigibilidade de licitação; **9-VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias; **10-DATA DA ASSINATURA:** 22/10/2026.

Protocolo 77941898

EXTRATO

1- EXTRATO: 5º Termo Aditivo ao Convênio nº 121/2022/PGE/DER-RO; **2- CONCEDENTE:** DER; **3-CONVENENTE**: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D'OESTE/RO; **4- DO OBJETO:** Adequação de projeto e Prorrogação de prazo; **5- CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica autorizada a adequação de projeto indicada no Plano de Trabalho (Id. 77657730), consistente na alteração da localização da obra de construção de ponte mista em concreto e aço para a Linha 176, lado norte, km 5,00, sobre o rio Anta Atirada, zona rural do município de Santa Luzia do Oeste, com extensão de 10 metros, bem como na atualização dos preços; **6-** CLÁUSULA SEGUNDA – O valor global da avença passa a ser **R$**650.313,20 (seiscentos e cinquenta mil trezentos e treze reais e vinte centavos), nos termos da planilha orçamentária de Id. 76302348, haja vista o aumento do valor da contrapartida do Convenente no montante de **R$51.416,27** (cinquenta e um mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos), composto pelos seguintes elementos: **- R$**568.952,08 (quinhentos e sessenta e oito mil novecentos e cinquenta e dois reais e oito centavos), correspondentes ao repasse da Concedente (depósito já efetivado - Id. 0030233578); **- R$81.361,12** (oitenta e um mil trezentos e sessenta e um reais e doze centavos), correspondentes à contrapartida financeira do Convenente (valor já depositado - Id. 0043198612, somado ao valor ora acrescido id.76500632); **7-** CLÁUSULA TERCEIRA – Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do **Convênio nº** 121/2022/PGE/DER-RO até a data de 19 de abril de 2027 (180 dias

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

a contar de 21/10/2026), nos termos do Plano de Trabalho de Id. 77657730; **8-** CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e em vigor as Cláusulas e condições anteriormente pactuadas naquilo que não conflitar com as disposições aqui inseridas; **9- PROCESSO:** 0009.073954/2022-75; **10- ASSINATURA:** 21/10/2026.

Protocolo 77928170

EXTRATO

1-EXTRATO: 3º TACNV Nº 133/2025/PGE-SEOSP **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP **3-VINCULADA:** MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA, CNPJ/MF Nº: 04.394.805/0001-18 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Convênio por mais 120 dia, a contar de 29 de outubro de 2026. **5-PROCESSO:** 0069.003495/2023-39 **6-DATA DA ASSINATURA:** 22/10/2026.

Protocolo 77942823

EXTRATO

1-EXTRATO: 5º TACNV Nº 349/2024/PGE-SEOSP **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP **3-VINCULADA:** MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS, CNPJ/MF Nº: 04.914.925/0001-07 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Convênio por mais 180 dias, a contar de 22 de dezembro de 2026. **5-PROCESSO:** 0069.004005/2023-11 **6-DATA DA ASSINATURA:** 22/10/2026.

Protocolo 77943433

EXTRATO

1-EXTRATO: 4º TACNV Nº 57/2024/PGE-SEOSP **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP **3-VINCULADA:** MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, CNPJ/MF Nº: 63.762.009/0001-50 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Convênio por mais 365 dias, a contar de 16 de outubro de 2026. **5-PROCESSO:** 0069.600964/2021-09 **6-DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2026.

Protocolo 77755383

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TAFOM Nº 179/2025/PGE-SEDUC **2-VINCULANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO **3-VINCULADA:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ALTA FLORESTA DO OESTE, CNPJ/MF Nº: 05.976.299/0001-38 **4-OBJETO:** Fica autorizada a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Fomento, atualmente vigente até 26.10.2026, por mais 60 dias, passando sua vigência a compreender o período de 27.10.2026 até 25.12.2026. **5-PROCESSO:** 0005.002808/2024-67 **6-DATA DA ASSINATURA:** 09/10/2026.

Protocolo 77770917

EXTRATO

1-EXTRATO: 9º TACNT Nº 359/PGE-2017 **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** POLIANO DE LIMA MARQUES EIRELI, CNPJ/MF Nº: 33.833.345/0001-85 **4-OBJETO:** Fica prorrogado a vigência do contrato pactuado entre as partes por 12 meses, a contar do dia 28/09/2026. **5-PROCESSO:** 0036.190011/2020-17 **6-DATA DA ASSINATURA:** 28/09/2026.

Protocolo 77948311

EXTRATO

1-EXTRATO: 2º TACNT Nº 954/2024/PGE-SESAU **2-CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE **3-CONTRATADA:** C C M DE VIVEIROS QUALISA MANUTENÇÃO E SERVIÇOS, CNPJ/MF Nº: 25.465.051/0001-10 **4-OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Contrato por mais 12 meses, a contar de 14/08/2026. **5-PROCESSO:** 0058.271771/2020-76 **6-DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2026.

Protocolo 77949735

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE

Portaria nº 317 de 22 de outubro de 2026

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições previstas no Art. 10, Inciso XXI, do Decreto nº 31.279, de 23 de fevereiro de 2026;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO o art. 34, da Lei Complementar n.º 758, de 2 de janeiro de 2014, alterada pela Lei Complementar n.º 1.143, de 1° de abril de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional, as Funções Institucionais, o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os Cargos e a Remuneração dos servidores da Controladoria-Geral do Estado e dá outras providências;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n.º 29.254, de 4 de julho de 2024, que regulamenta os critérios e procedimentos específicos para a progressão e promoção dos servidores da CGE-RO;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo nº (0007.001540/2026-98).

RESOLVE:

Art. 1º - **HOMOLOGAR** e CONCEDER Promoção Funcional do servidor a seguir indicado, com base na LC n.º 758, de 2 de janeiro de 2014 c/c o Decreto n.º 29.254, de 4 de julho de 2024:

PROMOÇÃO

I- Promoção Funcional da Classe I - Referência C, para a **Classe II - Referência A**, conforme Anexo Único da Lei complementar nº 1.143/2022:

PROCESSO SEI	NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO DA AVALIAÇÃO	PARA CLASSE/ REFERÊNCIA	EFEITOS FINANCEIROS A CONTAR DE
0007.001540/2026-98	Luciano de Souza Ortiz	******005	Assistente de Controle Interno	23/09/2023 a 22/09/2026	II-A	23/09/2026

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ABRANTES ALVES DE AQUINO
Controlador Geral do Estado

Protocolo 77931840

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS - SUGESP

Portaria nº 485 de 21 de outubro de 2026

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições delegadas pela Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, torna pública a seguinte Portaria:

CONSIDERANDO que o contrato deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, conforme o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO as regras e diretrizes dos procedimentos da Gestão dos Contratos Administrativos, estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos (0015847516) e na Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931), no âmbito da Superintendência de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Processo Administrativo n.º 0042.001027/2026-71, bem como a solicitação no Memorando n.º 194/2026/SUGESP-CGA (77850207) e o Adendo SUGESP-GABS (77879391).

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores relacionados abaixo, constantes no § 1.º, para, sem prejuízo de suas atribuições, atuarem como **Fiscais do contrato** de que trata o Art. 46º da Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL (0054621446), do contrato referente ao objeto especificado no § 2.º, no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

§ 1.º - Servidores designados:

***FERNANDO KAUAN LIME LEITE**, cargo de assessor, matrícula n.º xxx.xxx.598, sendo fiscal técnico;

***RAIMUNDA DO SOCORRO SILVA**, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.581, sendo fiscal técnica;

***WILLIAN DORNELYS DOS REIS QUINO**, cargo de assessor, matrícula n.º xxx.xxx.772, sendo fiscal técnico;

***JANAINA SILVA DOS SANTOS**, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.337, sendo fiscal técnica;

***EDILANE FERREIRA RIBEIRO**, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.094, sendo fiscal técnica substituta.

***ANDERSON ASSUNÇÃO**, cargo de assessor, matrícula n.º xxx.xxx.719, sendo Fiscal Administrativo**;**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

***JANAINA SILVA DOS SANTOS**, cargo de assessora, matrícula n.º xxx.xxx.337, sendo Fiscal Administrativo substituta.

§ 2.º - Contrato:

- Termo de Contrato n.º 1551/2024/PGE-SUGESP (0055472251), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustível (gasolina comum, diesel S10, diesel S500), ARLA e outros combustíveis em rede de postos credenciados, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet) e integrado com tecnologia de cartão magnético ou cartão eletrônico tipo smart com chip ou outro dispositivo disponível no mercado, a pedido da SUGESP.

Art. 2° - O fiscal do contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função:

I - conhecer o termo de contrato e todos os seus anexos, especialmente o projeto básico ou o termo de referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas;

II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III - no caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia, cumpre ainda aos fiscais:

a) fazer constar todas as ocorrências no Diário de Obras, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;

b) zelar pela fiel execução da obra, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados, bem como quanto aos aspectos ambientais;

c) atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

d) acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver;

e) informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros; e

f) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados, conforme definido no contrato.

IV - nos casos de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, cumpre ainda aos fiscais:

a) Inspecionar, mensalmente, os documentos pertinentes ao: i. Registro de ponto ou folha de frequência; ii. Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; iii. Comprovantes de depósito do FGTS; iv. Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias; v. Recibos de pagamento de vale-transporte; vi. Recibo de pagamento de vale-alimentação; vii. Outras exigências contratuais.

§ 1º A função de fiscal de contrato deve ser atribuída, preferencialmente, a servidor lotado no local cujos serviços serão executados/entregues/recebidos nos moldes do Termo de Referência, Contrato, ou outro instrumento de natureza similar aplicado ao caso.

§ 2º Os servidores nomeados para as funções de fiscal técnico ou administrativo, além das atribuições fixadas nesta seção, deverão observar as atividades entabuladas nos Art. 24 a 26 do Decreto n.º 28.874/2024.

§ 3º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Art. 3º - Demais atribuições estabelecidas no Art. 8º da Instrução Normativa n.º 006/2024/SUGESP-DGSL, publicada no DOE n.º 4 do dia 07/01/2025 (0056810931) no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos – SUGESP.

Art. 4º - A designação dos servidores mencionados no art. 1, § 1.º, se dará durante a vigência do respectivo Contrato, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato da Superintendência Estadual de Gestão dos Gastos Públicos Administrativos.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando, a partir de sua vigência, todas as portarias anteriores e demais disposições em contrário, consoante a alteração legal promovida pela publicação da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GERMANO DE SOUSA JUNIOR

Diretor Executivo

Portaria n.º 298, de 16 de setembro de 2024 - DOE n.º 175, de 17/09/2024 (0052870763

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77879688

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC

Portaria nº 148 de 16 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 114-A da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a justificativa administrativa que demonstrou a necessidade de interrupção de 20 (vinte) dias das férias do servidor, compreendidos entre 15/10/2025 até 24/10/2025 e 10/12/2025 até 19/12/2025, por necessidade do serviço e no interesse da Administração Pública;

CONSIDERANDO o Parecer nº 394/2021/PGE-PCDS, que orienta acerca da possibilidade de conversão de férias em pecúnia nos casos de comprovada impossibilidade de fruição por interesse da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a conversão em pecúnia de 20 (vinte) dias de férias interrompidas e não usufruídas, correspondentes ao período de 15/10/2025 até 24/10/2025 e 10/12/2025 até 19/12/2025, referentes ao exercício de 2025, em favor do servidor JORGE LUIZ DE OLIVEIRA LOYOLA, matrícula ******196, ocupante do cargo de Gerente de Recursos Humanos, pertencente ao quadro comissionado da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

DELNER FREIRE - CEL PM RR

Superintendente Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 04 de abril de 2023 - Ed. 65.1 de 06/04/2023

Protocolo 77727206

Portaria nº 151 de 22 de outubro de 2026

O **DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria nº 42, de 4 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº 67, de 12 de abril de 2024,

CONSIDERANDO os autos do Processo SEI nº 0070.000286/2026-47;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de licença-prêmio em pecúnia ao servidor **TIAGO LOPES DE AGUIAR**, matrícula ******993, ocupante do cargo de Analista em Tecnologia da Informação e Comunicação, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado nesta Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, referente ao 3º quinquênio, correspondente ao período de 20 de janeiro de 2021 a 19 de janeiro de 2026, com fundamento no art. 123, da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed.67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

Protocolo 77921682

Portaria nº 155 de 22 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024, publicado no DOE 67 de 12/04/2024;

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 1º **Convalidar** a interrupção do gozo de férias do(a) servidor(a) LUIZ HENRIQUE DE FRANCA SOARES, Gerente Administrativo, matrícula nº ******430, pertencente ao quadro de servidores da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, referente ao exercício de 2026, no período de 13/01/2026 a 22/01/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed.67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

Protocolo 77933461

Portaria nº 154 de 22 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024, publicado no DOE 67 de 12/04/2024;

RESOLVE:

Art. 1º **Convalidar** a interrupção do gozo de férias do(a) servidor(a) ANDREIA ALFAIA DE ALMEIDA, Assessora, matrícula nº ******059, pertencente ao quadro de servidores da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, referente ao exercício de 2026, no período de 08/04/2026 a 17/04/2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed.67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

Protocolo 77931031

Portaria nº 157 de 22 de outubro de 2026

O DIRETOR TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SETIC, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024, publicado no DOE 67 de 12/04/2024;

RESOLVE:

Art. 1º **Convalidar** a interrupção do gozo de férias do(a) servidor(a) JORGE LUIZ DE OLIVEIRA LOYOLA, Gerente de Recursos Humanos, matrícula nº ******196, pertencente ao quadro de servidores da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, referente ao exercício de 2025, no período de 10/12/2025 a 19/12/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de publicação

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GABRIEL CARRIJO BENTO TEIXEIRA

Diretor Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Decreto de 12 de abril de 2024 - Ed.67 de 12/04/2024

Portaria nº 42 de 04 de abril de 2024 (0047420328)

Protocolo 77935660

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

Portaria nº 806 de 16 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicado no DOE nº 238 de 20.12.2017, o CONTADOR GERAL DO ESTADO no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 1.109, de 12 novembro de 2021, e o **SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 41, inciso I da Lei Complementar n. 965 de 20 de dezembro 2017;

CONSIDERANDO a Portaria nº 247, de 1º de junho de 2023 (Id. 0038750178), que designou Comissão para revisar a Lei nº 3.989, de 3 de março de 2017, que instituiu o procedimento de descentralização de créditos orçamentários;

CONSIDERANDO que os trabalhos desenvolvidos pela Comissão instituída pela Portaria nº 247/2023 resultaram na elaboração de proposta de alteração do marco normativo relativo à descentralização de créditos;

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 6.400, de 7 de maio de 2026 (Id. 71718642), que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e institui os procedimentos para celebração do Termo de Cooperação de Execução Descentralizada – TCED, revogando a Lei nº 3.989, de 3 de março de 2017;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.400/2026 estabelece, em seu art. 25, que Manual específico deverá manter atualizados a minuta padrão do TCED, o Plano de Trabalho e o Relatório de Cumprimento do Objeto, cujos modelos deverão ser previamente examinados e aprovados pela Procuradoria-Geral do Estado; e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e atualização do Manual de Descentralização de Créditos anteriormente elaborado, de modo a compatibilizá-lo com as disposições da Lei nº 6.400/2026;

CONSIDERANDO a Portaria nº 579 de 20 de agosto de 2026 (Id. 75760081), que Institui Comissão para revisão e atualização do Manual de Descentralização de Créditos, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e da Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a solicitação e as justificativas apresentas no Memorando nº 115/2026/SEPOG-GPG (Id. 77184555), especialmente quanto a necessidade de continuidade das atividades de análise, revisão e alinhamento dos procedimentos constantes do referido Manual;

R E S O L V E M:

Art. 1º. ATUALIZAR o Anexo Único da Portaria nº 579 de 20 de agosto de 2026 (ID SEI nº 75760081), que Institui Comissão para revisão e atualização do Manual de Descentralização de Créditos, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG,da Contabilidade Geral do Estado de Rondônia - COGES e Secretaria de Estado de Finanças-SEFIN;

Art. 2º PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, contados do término do prazo originalmente estabelecido, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão;

Art. 3º Os demais dispositivos da Portaria nº 579 de 20 de agosto de 2026 (ID SEI nº 75760081), permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

JAKELINE OLIVEIRA COSTA MACKERTE

Secretária Adjunta de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

JURANDIR CLÁUDIO MENDES

Contador Geral do Estado - COGES/RO

FRANCO MAEGAKI ONO

Secretário de Estado de Finanças - SEFIN

ANEXO ÚNICO

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO
Eliane Rocha Monteiro	XXX.XXX.517	Administradora	SEPOG	Presidente
Daniele de Paula Pereira	XXX.XXX.381	Administradora	SEPOG	Membro
Fernanda Matias Cavalcante	XXX.XXX.713	Técnica em Pol. Públicas e G. Gov.	SEPOG	Membro
Auro Guedes de Moura	XXX.XXX.901	Agente Atividade Administrativa	SEPOG	Membro
Leandro de Lima Martins	XXX.XXX.573	Analista Contábil	COGES	Membro
André Sales Mendes	XXX.XXX.281	Gerente de Contas Bancárias do Tesouro	SEFIN	Membro
Michael da Costa Lima	XXX.XXX.315	Gerente de Operações e Programação Financeira	SEFIN	Membro

Protocolo 77732055

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 802 de 16 de outubro de 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 41 c/c Art. 117 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20.12.2017.

Considerando o teor Ofício nº 6779/2026/CASACIVIL-NGP (ID: 77632758), com fulcro no § 1º e 2º, do art. 5° do Decreto n. 23.379, de 23 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar Cedência com ônus para a Casa Civil, a servidora **ELOIA DUARTE RODRIGUES**, matrícula n° ******246, Agente Atividade Administrativa LC 1117, a contar de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2027, para exercer suas atividades laborais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação, revogam-se as disposições em contrário.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Protocolo 77718513

Portaria nº 724 de 13 de outubro de 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41, Seção I da Lei Complementar nº 965, publicado no DOE nº 238, de 20 de dezembro de 2017.

Considerando o art. 3º, §1º da Lei Complementar n. 1.117, de 22 de dezembro de 2021, que trata da delegação de competência para praticar os atos de cedência, previstos no art. 53 da Lei Complementar 68, de 9 de dezembro de 1992.

Considerando o teor do Ofício nº 6800/2026/SEGEP-GRH (ID 77478140).

RESOLVE:

Art. 1° **Prorrogar a cedência** com ônus para a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas (SEGEP), da servidora **Marli Martins Sousa**, ocupante do cargo de Auxiliar em Serviços Gerais, matrícula nº ******037,a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Protocolo 77566388

Portaria nº 687 de 09 de outubro de 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, Seção I da Lei Complementar nº 965, publicado no DOE nº 238, de 20 de dezembro de 2017.

Considerando o art. 3º, §1º da Lei Complementar n. 1.117, de 22 de dezembro de 2021, que trata da delegação de competência para praticar os atos de cedência, previstos no art. 53 da Lei Complementar 68, de 9 de dezembro de 1992.

Considerando o teor do Ofício nº 5650/2027/SEDEC-RH (SEI nº 77408169).

RESOLVE:

Art. 1° **Prorrogar a cedência** com ônus para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), da servidora **Eleida Ramos Nogueira**, ocupante do cargo de Auxiliar em Atividades Administrativas, matrícula nº ******226, a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO

Protocolo 77506140

Portaria nº 833 de 22 de outubro de 2026

Ajusta o QDD das unidades orçamentárias: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - Sesdec, Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A Secretária Adjunta de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso das atribuições que lhe confere no §§1° e 2º do artigo 7º da Lei n. 6.324, de 22 de janeiro de 2026

R E S O L V E:

Art. 1º. Ajustar o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, instituído pela Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026.

AJUSTE NEGATIVO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC			**52.000,00**
15.001.06.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319017	1.500.0	52.000,00
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNRESPOL			**250.000,00**
15.011.06.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339093	1.759.0	250.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			**200.000,00**
18.001.18.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	1.500.0	200.000,00
TOTAL				**R$ 502.000,00**

AJUSTE POSITIVO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC			**52.000,00**
15.001.06.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319016	1.500.0	52.000,00
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNRESPOL			**R$ 250.000,00**
15.011.06.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339030	1.759.0	250.000,00
	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM			**R$ 200.000,00**
18.001.18.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319016	1.500.0	200.000,00
TOTAL				**R$ 502.000,00**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAKELINE OLIVEIRA COSTA MACKERTE

Secretária Adjunta de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Protocolo 77939770

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP

AVISO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Ordenador de Despesas da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, CNPJ n.º 07.824.639/0001-30, Unidade Gestora 130006, em cumprimento ao disposto no art. 5º c/c art. 75, §3º da Lei n.º 14.133/21, torna público, a **futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva, adaptativa e legal, sustentação, suporte técnico especializado e evolução tecnológica do Sistema Governa Web, utilizado nas atividades de gestão de pessoas e processamento da folha de pagamento do Estado de Rondônia, incluindo as adequações dos dados, regras de negócio e interfaces necessárias à integração com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.**

A contratação será do Tipo, **Menor preço,** tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da Proposta mais vantajosa, consignando o que segue:

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º0031.006863/2026-71

As características descritas abaixo constituem requisitos mínimos para a contratação, admitindo-se a oferta dos serviçosconforme as especificações abaixo, desde que submetidos à avaliação e aprovação desta Coordenadoria:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade máxima preliminar
01	Serviços especializados de manutenção corretiva, adaptativa e legal, sustentação e suporte técnico do Sistema Governa Web	Hora técnica	6.720
02	Serviços especializados de evolução tecnológica, desenvolvimento de novas funcionalidades e aperfeiçoamento das integrações existentes, mediante ordens de serviço	Hora técnica	7.680
	Total potencial	**Hora técnica**	**14.400**

O Termo de Referência, juntamente com a Cotação de Preços, poderão ser solicitados/retirados via e-mail caf@segep.ro.gov.br e de forma presencial, dentro do prazo estabelecido.

Prazo limite para a retirada/solicitação das cotações: 27/10/2026

Prazo para recebimento das cotações e documentos de Regularização Fiscal: 27/10/2026

Local: Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, curvo II, 1º andar, lado direito, Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas, Porto Velho–RO, 76801-466 no horário de funcionamento: das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira.

Para mais Informações: tel. (69) 3212-9106, das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira (Horário de Rondônia), e-mail: caf@segep.ro.gov.br

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77866768

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0036.038234/2026-60,

D E C R E T A:

Vacância, a pedido, em decorrência de **posse em outro cargo inacumulável,** a contar de 31 de agosto de 2026, à servidora **RAIANE TOMÉ DE SOUZA**, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n. ******263, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77763840

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0036.034206/2026-73,

D E C R E T A:

Vacância, a pedido, em decorrência de **posse em outro cargo inacumulável,** a contar de 6 de agosto de 2026, à servidora **ALINE WALTER RECULIANO FAGUNDES**, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde, matrícula n. ******667, do Hospital Regional de Cacoal, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77763796

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.039725/2026-17,

D E C R E T A:

Vacância, a pedido, em decorrência de **posse em outro cargo inacumulável,** a contar de 17 de julho de 2026, à servidora **DÉBORA DOS SANTOS**, do cargo de Técnico Educacional Nível 2, matrícula n. ******058, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77763642

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.045462/2026-85,

D E C R E T A:

Vacância, a pedido, em decorrência de **posse em outro cargo inacumulável,** a contar de 17 de agosto de 2026, à servidora **IRACEMA SOUZA DUTRA**, do cargo de Técnico Educacional Nível 2, matrícula n. ******268, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77763520

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0007.000851/2026-30,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a contar de 25 de maio de 2026, a servidora **LETICIA MANVAILER VIEIRA DE ARAUJO**, do cargo de Assistente de Controle Interno, matrícula n. ******234, pertencente ao quadro de pessoal da Controladoria Geral do Estado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77762794

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.024558/2026-18,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a contar de 1º de maio de 2026, a servidora **DANIELA DA COSTA PEDRO PUERARI**, do cargo de Professor Classe C, matrícula n. ******371, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77762656

DECRETO DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.046418/2026-92,

RESOLVE:

Exonerar, "ex officio," com data retroativa a 20 de abril de 1992, o servidor **HOMERO DE CAMARGO LIMA**, do cargo de Professor de 1º e 2º Graus, cadastro n. ***28-0, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 19 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77762732

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.024954/2026-37,

RESOLVE:

I - **Exonerar,** a contar de 22 de janeiro de 2026, o servidor **ALMÉRIO CÂMARA DE GUSMÃO**, do cargo de Professor Classe C, matrícula n. ******573, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

II - Ficando revogadas as disposições em contrário.

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77828039

DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0036.026250/2025-29,

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Prorrogar, a contar de 10 de julho de 2026, pelo prazo indeterminado, a redução em 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho, sem prejuízo de remuneração, da servidora **GISLENE ALVES DE ARAUJO ALMEIDA**, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula n. ******757, do Centro de Diálise de Ariquemes, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde**.**

Rondônia, 20 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77827508

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0029.021467/2024-51,

RESOLVE:

Prorrogar, a contar de 17 de julho de 2026, pelo prazo indeterminado, a redução em 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho, sem prejuízo de remuneração, da servidora **ISABEL PAULA ALNOCH**, ocupante do cargo de Professor Classe C, matrícula n. *****264, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77869104

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0036.039011/2026-10,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a contar de 2 de setembro de 2026, a servidora **GESSICA MEIRA DE ALMEIDA**, do cargo de Especialista em Saúde, matrícula n. ******706, do Hospital Regional de Cacoal, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77869609

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme constam no Processo n. 0049.009220/2026-90,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a contar de 1º de setembro de 2026, a servidora **EVANI AREDES MOREIRA**, do cargo de Técnico de serviços em Saúde, matrícula n. ******206, do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77869300

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0069.000279/2023-31,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até 31 de dezembro de 2027, do servidor IURI DA SILVA SOUSA, Técnico da Procuradoria sem Especialidade, matrícula n. ******620, pertencente ao quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Estado.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77867192

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0029.029217/2026-21,

RESOLVE:

Aceitar a Cedência, a contar de 15 de junho de 2026, **com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente**, até 31 de dezembro de 2026, da servidora **JUCICLEIDE THEODORO DA SILVA**,Professora, matrícula n. ***265, 25h, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto Velho, para desenvolver suas atividades na **Secretaria de Estado da Educação - Seduc.**

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77896031

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0035.001211/2026-18,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Sepog, até 31 de dezembro de 2027, da servidora **JOSINEIDE BARBOSA LEITE ANASTACIO FERREIRA**, Agente em Atividades Administrativas, matrícula n. ******255, pertencente ao quadro de pessoal da Superintendência Estadual de Licitações.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77869110

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0005.001834/2026-30,

RESOLVE:

Cessar, a contar de 15 de outubro de 2026, os termos do Decreto de 4.5.2026, que Aceitou a Cedência, a contar de 3 de abril de 2026, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2026, do servidor **CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS**, Agente Administrativo, matrícula n. *80, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Theobroma, para desenvolver suas atividades na Casa Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77868557

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0005.001834/2026-30,

RESOLVE:

Aceitar a Cedência, a contar de 15 de outubro de 2026, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2026, do servidor **CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS**, Agente Administrativo, matrícula n. *80, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Theobroma, para desenvolver suas atividades no cargo de **Coordenador- Geral das Secretarias Executivas Regionais**, do**Gabinete do Governador.**

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77869866

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0028.022978/2025-81,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, **com ônus para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam,** até 31 de dezembro de 2027, do servidor **REGINALDO OLIVEIRA DE SOUZA**, Técnico Educacional Nível 1, matrícula n. ******765, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77895671

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0016.004960/2025-36,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2027, do servidor RICARDO FERNANDES NETO DA SILVA, Escrivão de Polícia, matrícula ******371, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil, para desenvolver suas atividades no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador
JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77895444

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0069.001741/2025-80,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até 31 de dezembro de 2027, do servidor KAISER GUILHERME BARRETO DE MELO, Técnico da Procuradoria - Sem Especialidade, matrícula n. ******751, pertencente ao quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Estado.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77867520

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0005.002079/2025-20,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Casa Civil, até 31 de dezembro de 2027, do servidor **MARCOS CORREIA,** Delegado de Polícia, matrícula n. ******320, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77895256

Portaria nº 8806 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0049.010093/2026-71,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **CLAUDIA MARIA PINHEIRO DE AZEVEDO**, Nutricionista, matrícula n. ******125, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB/Porto Velho, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.9.2027 a 30.9.2027 e 1.9.2028 a 30.9.2028**, referente ao 4º quinquênio de 4.8.2020 a 3.8.2025.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77886366

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0026.004755/2024-71,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - Seas, até 31 de dezembro de 2027, da servidora ANANDA GABRIELA DE FIGUEIREDO, Escrivã de Polícia, matrícula n. ******483, pertencente ao quadro de pessoal da Policia Civil.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77895567

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0003.004593/2023-58,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para o cessionário mediante reembolso mensal ao órgão cedente, até 31 de dezembro de 2027, da servidora JUSCELIA NUNES DOS SANTOS, Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação, matrícula n. ******601, pertencente ao quadro de pessoal da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação, para desenvolver suas atividades na Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77869467

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0028.006436/2023-07,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam, até 31 de dezembro de 2027, do servidor MARCO AURELIO DALL ACQUA, Professor Classe C, matricula n. ******699, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Os servidores da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), quando necessário e devidamente requisitados pela Secretária de Educação, poderão ser lotados em unidades escolares, sob a administração da SEDUC, para desempenhar atividades técnico-pedagógicas ou pedagógicas, mais especificamente com atuação em sala de aula, além de outras inerentes às competências da área educacional, como garantia do cumprimento do calendário letivo e do pleno funcionamento das atividades nas escolas estaduais.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77895818

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Processo n. 0069.070709/2022-00,

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a partir de 1º de janeiro de 2027, com ônus para a Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp, até 31 de dezembro de 2027, da servidora RAFAELA CARVALHO DE SOUSA, Técnico da Procuradoria sem Especialidade, matrícula n. ******385, pertencente ao quadro pessoal da Procuradoria Geral do Estado.

Rondônia, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77867966

Portaria nº 8826 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0036.037630/2026-70,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **JESSICA ALVES DA GRACA**, Administrador Hospitalar, matrícula n. ******454, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/Ariquemes, no período de **18.11.2026 a 18.12.2026, 1.7.2027 a 31.7.2027 e 1.7.2028 a 31.7.2028**, referente ao 1º quinquênio de 3.3.2020 a 2.3.2025.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77895207

Portaria nº 8813 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0030.008261/2026-68,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao servidor **JANDER SALVADOR**, Auditor Fiscal, matrícula n. ******355, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN/Porto Velho, no período de **1.10.2026 a 31.10.2026, 1.12.2028 a 31.12.2028 e 1.12.2029 a 31.12.2029**, referente ao 4º quinquênio de 7.1.2019 a 6.1.2024.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77892739

Portaria nº 8825 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0029.043197/2026-09,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **LUZINETE CESCO ORLANDINI**, Professor Classe C - Ch 40, matrícula n. ******596, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/Jaru, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.12.2026 a 31.12.2026 e 1.2.2027 a 28.2.2027**, referente ao 4º quinquênio de 27.5.2019 a 26.5.2024.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77893821

Portaria nº 8801 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0019.021702/2026-75,**

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao servidor **PEDRO FERRAZ DA SILVA NETO**, Agente de Policia, matrícula n. *****604, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Polícia Civil - PC/Porto Velho, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.3.2027 a 31.3.2027 e 1.5.2027 a 31.5.2027**, referente ao 2º quinquênio de 11.8.2015 a 10.8.2020, no período de **1.8.2027 a 31.8.2027, 1.10.2027 a 31.10.2027 e 1.3.2028 a 31.3.2028**, referente ao 3º quinquênio de 11.8.2020 a 10.8.2025.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77884485

Portaria nº 8799 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0033.021032/2026-17,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **JANETE APARECIDA STOCCO**, SEJUS- Enfermeiro, matrícula n. *****526, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS/Pimenta Bueno, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.2.2027 a 28.2.2027 e 1.4.2027 a 30.4.2027**, referente ao 3º quinquênio de 3.6.2021 a 2.6.2026.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77883496

Portaria nº 8810 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0045.000111/2026-47,**

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao servidor **MAURO SHUGIRO TADA**, Medico 40h, matrícula n. ******933, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/Porto Velho, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.2.2027 a 28.2.2027 e 1.3.2027 a 31.3.2027**, referente ao 4º quinquênio de 6.5.2017 a 5.5.2022.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77889950

Portaria nº 8811 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0045.000111/2026-47**,

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, ao servidor **MAURO SHUGIRO TADA**, Medico 20h, matrícula n. ******373, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/Porto Velho, no período de **1.11.2026 a 30.11.2026, 1.2.2027 a 28.2.2027 e 1.3.2027 a 31.3.2027**, referente ao 5º quinquênio de 9.6.2008 a 8.6.2013.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77891131

Portaria nº 8812 de 21 de outubro de 2026

O **SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS,** no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 43 c/c o artigo 120 da Lei Complementar n. 965, de20 de dezembro de 2017, publicada no DOE-RO n. 238, de 20/12/2017.

Considerando o Requerimento (75932370), e a Certidão n. 2694 (77793043), emitida pela GBP/SEGEP, constantes nos autos do Processo Administrativo SEI n.0029.047322/2026-41;

Considerando o processo do pedido de AposentadoriaSEI n. 0029.047320/2026-52;

RESOLVE:

CONCEDER Afastamento remunerado para aguardar homologação da Aposentadoria, com base no artigo 91, da Lei Complementar n. 680, de 7 de setembro de 2012, publicada no DOE-RO n. 2054, de7/9/2012, à servidora **ELVIRA DE FATIMA LAZARIN**, ocupante do cargo Técnico Educacional Nível 1, matrícula n.******795, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia - Secretaria de Estado da Educação-SEDUC.

Neste ato certifica-se a servidora quanto a **exclusão das verbas** e auxilios devidos exclusivamente aos servidores em atividade e, da interrupção da contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria, licença prêmio e progressão funcional, **a partir da data de publicação desta portaria.**

Porto Velho-RO, 21 de outubro de 2026.

JOSE MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77891955

Portaria nº 8781 de 20 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho Prorrogação de prazo (77751140) -SEGEP - 3ª CSPAD, de 19 de Outubro de 2026

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 058/PAD/SESAU/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 19 de outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77851163

Portaria nº 8796 de 21 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Minuta SEOSP-GCAL (77661287) e Parecer 896 SEOSP-CIN (77674277), conforme constam no Processo n. 0069.068205/2022-11,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, com base na Lei Complementar nº 959 de 04 de dezembro de 2017, que altera e acrescenta a Lei Complementar nº 769, de 04 de abril de 2014, que assegura o vencimento básico aos Engenheiros, Geólogos e Arquitetos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, ao Servidor:

NOME: ALBENIR ANTONIO DE MELLO CARVALHO

MATRÍCULA: ******961

CARGO: Engenheiro Civil - LC 959

LOTAÇÃO: SEOSP

Período: 04/04/2024 a 03/04/2026 - Referencia/Classe: 3ª - A - Efeito Financeiro: 04/04/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77882167

Portaria nº 8794 de 21 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3829 SESAU-NDC (77771337) e, conforme constam no Processo n. 0036.047976/2025-03,

RESOLVE:

Convalidar Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos nos Art. 22 à 24 da Lei n° 5.243, de 28 de dezembro de 2021 e publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992, conforme previsto no inciso II artigo 23 e inciso I do artigo 38, ambos da Lei n. 5.243/2021, à servidora: TELITES GOMES PACHECO, Matrícula: ******932, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

REFERÊNCIA	INTERSTÍCIO	A CONTAR DE:
05	21/06/2019 a 20/06/2021	21/06/2021
06	21/06/2021 a 20/06/2023	21/06/2023

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77879753

Portaria nº 8791 de 21 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3734 SESAU-NDC (77496443) e, conforme constam no Processo n. 0036.005864/2026-58,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo relacionado, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

AURINDO DE ALMEIDA	
Matricula: xxxxxx723	Data de Admissão: 05/02/1992
Função/Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS EM SAUDE/AUXILIAR DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	

Referência	Interstício	A contar de
15	05/02/2018 a 04/02/2020	05/02/2020
16	05/02/2020 a 04/02/2022	05/02/2022
17	05/02/2022 a 04/02/2024	05/02/2024

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77878586

Portaria nº 8789 de 21 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n.965, de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017, considerando a Informação 3813 SESAU-NDC (77736213) e, conforme constam no Processo n. 0036.043706/2026-04,

RESOLVE:

Conceder Progressão Horizontal, conforme critérios estabelecidos na Lei n° 1067, de 19 de Abril de 2002 e publicada no DOE n.4966, de 22 de Abril de 2002, assim como Decreto nº 6540, de 30 de setembro de 1994, que regulamenta o Capítulo VII da Lei Complementar nº 67/1992; e a Lei de nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

publicado no DOE nº 255 de 29 de dezembro de 2021, à servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde:

DILMA MARIA TOSE STOCCO	
Matricula: xxxxxx942	Data de Admissão: 30/06/2010
Função/Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM/TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE	
Lotação: HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL	

Referência	Interstício	A contar de
09	30/06/2024 a 29/06/2026	30/06/2026

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas

Protocolo 77877402

Portaria nº 8867 de 22 de outubro de 2026

Dispõe sobre a organização interna, a distribuição de atribuições e a designação de servidores no âmbito da Coordenadoria Administrativa e Financeira da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 43 c/c art. 120 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO as competências institucionais da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP, previstas na Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO as atribuições da Coordenadoria Administrativa e Financeira – CAF, especialmente aquelas previstas nos arts. 46 e 47 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, disciplinar e distribuir as atividades administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, contratuais e operacionais desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria Administrativa e Financeira;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior eficiência, continuidade, segregação de funções, rastreabilidade das responsabilidades administrativas e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, controle e transparência;

CONSIDERANDO que as atribuições ora disciplinadas possuem caráter organizacional, interno e exemplificativo, sem prejuízo das competências previstas em lei, regulamento, regimento interno, atos administrativos específicos e determinações superiores;

R E S O L V E :

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a organização interna da Coordenadoria Administrativa e Financeira da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP, estabelecendo a distribuição de atribuições, áreas de atuação, responsabilidades funcionais e designação de servidores para execução das atividades administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, contratuais, operacionais e de apoio.

Art. 2º As designações previstas nesta Portaria têm natureza administrativa e organizacional, destinando-se à adequada distribuição interna das atividades da Coordenadoria Administrativa e Financeira, não implicando criação de cargo, função gratificada, vantagem remuneratória, alteração de vínculo funcional ou ampliação de competências legais.

Art. 3º As atribuições descritas nesta Portaria são exemplificativas e deverão ser exercidas em conformidade com:

I – a Constituição Federal;

II – a Constituição do Estado de Rondônia;

III – a Lei Complementar Estadual nº 68, de 9 de dezembro de 1992;

IV – a Lei Complementar Estadual nº 965, de 20 de dezembro de 2017;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

V – a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI – a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

VII – a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

VIII – os decretos, instruções normativas, manuais, orientações técnicas e demais atos normativos aplicáveis à Administração Pública Estadual;

IX – as orientações dos órgãos centrais de planejamento, orçamento, finanças, contabilidade, controle interno, gestão patrimonial, tecnologia da informação e gestão de pessoas;

X – as determinações do Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas e da chefia imediata.

Art. 4º Todos os servidores designados por esta Portaria ficam vinculados técnica e administrativamente à Coordenadoria Administrativa e Financeira, devendo observar a hierarquia administrativa, os fluxos processuais internos, as normas de controle, os prazos institucionais e as determinações da chefia imediata.

Art. 5º As decisões, atos, manifestações ou providências que ultrapassarem a competência técnica ou funcional do servidor responsável deverão ser submetidos, em tempo hábil, à apreciação da chefia imediata ou da autoridade competente.

Art. 6º A distribuição de atividades prevista nesta Portaria não afasta a possibilidade de redistribuição temporária de tarefas, remanejamento interno, apoio entre setores ou designação específica para atendimento de demandas urgentes, extraordinárias ou prioritárias, desde que observada a compatibilidade funcional e a legislação aplicável.

Art. 7º Nenhuma atribuição prevista nesta Portaria deverá ser interpretada como delegação de competência privativa do Ordenador de Despesas, do Agente de Contratação, do Pregoeiro, da Comissão de Contratação, da Procuradoria-Geral do Estado, da Controladoria-Geral do Estado, dos órgãos centrais ou de qualquer outra autoridade legalmente competente.

CAPÍTULO II
DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 8º Compete à Coordenadoria Administrativa e Financeira – CAF promover, coordenar, acompanhar e controlar as atividades administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, contratuais, logísticas e operacionais necessárias ao funcionamento da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP.

Art. 9º Constituem competências institucionais da Coordenadoria Administrativa e Financeira, sem prejuízo de outras previstas em lei, regulamento ou determinação superior:

I – coordenar as atividades administrativas e financeiras da SEGEP;

II – orientar, acompanhar e supervisionar as unidades internas sob sua responsabilidade;

III – coordenar a execução orçamentária e financeira da unidade, observadas as competências do Ordenador de Despesas e as normas dos órgãos centrais;

IV – acompanhar a programação financeira, os limites orçamentários, os saldos disponíveis e a execução das despesas;

V – propor ajustes administrativos, orçamentários e financeiros necessários à continuidade dos serviços públicos;

VI – acompanhar a elaboração, revisão e execução dos instrumentos de planejamento, inclusive PPA, LDO e LOA, no âmbito da SEGEP;

VII – monitorar a execução das ações previstas nos instrumentos de planejamento e orçamento;

VIII – zelar pela regularidade formal dos processos administrativos submetidos à sua análise;

IX – supervisionar a instrução de processos de contratação, aquisição, prestação de serviços, gestão patrimonial, almoxarifado, transporte, execução financeira e demais matérias afetas à Coordenadoria;

X – acompanhar a execução dos contratos administrativos vinculados à área de atuação da CAF, sem prejuízo das atribuições dos fiscais e gestores formalmente designados;

XI – prestar apoio técnico aos setores demandantes na instrução dos documentos de planejamento das contratações, observadas as competências previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

XII – supervisionar as atividades relativas a patrimônio, almoxarifado, transporte, protocolo, apoio administrativo e serviços gerais;

XIII – acompanhar a execução dos pagamentos de folha, ressarcimentos, consignações, contribuições previdenciárias, auxílios, pensões e demais despesas sob responsabilidade operacional da SEGEP, observadas as competências dos setores próprios e dos órgãos centrais;

XIV – coordenar a elaboração de relatórios, informações, despachos, memorandos, ofícios e demais expedientes administrativos necessários ao andamento dos processos;

XV – adotar medidas de prevenção, saneamento e regularização de apontamentos realizados por órgãos de controle interno e externo;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

XVI – estimular a melhoria contínua dos fluxos de trabalho, da produtividade, da governança administrativa e da qualidade dos serviços prestados;

XVII – exercer outras atividades correlatas, compatíveis com sua finalidade institucional.

CAPÍTULO III
DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Art. 10. O Coordenador Administrativo e Financeiro é responsável pela direção, coordenação, supervisão e controle das atividades desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria Administrativa e Financeira, respondendo diretamente ao Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas.

Art. 11. Compete ao Coordenador Administrativo e Financeiro, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, regulamento ou determinação superior:

I – dirigir, coordenar, acompanhar e controlar as atividades administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, contratuais e operacionais da CAF;

II – distribuir, orientar e supervisionar as atividades desempenhadas pelos servidores lotados ou em exercício na Coordenadoria;

III – analisar, despachar e encaminhar processos administrativos submetidos à Coordenadoria;

IV – propor medidas de aperfeiçoamento dos fluxos internos, rotinas administrativas, procedimentos operacionais e controles internos;

V – acompanhar a execução orçamentária e financeira da SEGEP, propondo medidas corretivas quando identificados riscos de insuficiência orçamentária, financeira ou operacional;

VI – supervisionar a programação financeira e acompanhar a disponibilidade orçamentária para atendimento das despesas sob responsabilidade da unidade;

VII – acompanhar a elaboração, atualização ou revisão de normas, procedimentos, manuais e orientações internas, em conjunto com as áreas competentes;

VIII – orientar as unidades internas da SEGEP em matérias administrativas e financeiras, quando necessário;

IX – supervisionar a elaboração de informações técnicas, relatórios gerenciais, demonstrativos, despachos e demais expedientes administrativos;

X – acompanhar a instrução dos processos de contratação, aquisição, gestão contratual e pagamentos, observadas as competências legais dos agentes públicos envolvidos;

XI – acompanhar a gestão dos bens patrimoniais, materiais de consumo, transporte, manutenção predial, apoio administrativo e serviços gerais;

XII – acompanhar a atuação dos setores de folha, ressarcimento de servidores cedidos, execução financeira, execução orçamentária e planejamento;

XIII – zelar pela legalidade, eficiência, economicidade, regularidade formal e transparência dos atos praticados no âmbito da Coordenadoria;

XIV – avaliar a produtividade, o desempenho e a necessidade de redistribuição de atividades entre os servidores subordinados;

XV – promover a articulação da CAF com o Gabinete da SEGEP, órgãos centrais, unidades administrativas, fornecedores, contratadas e demais setores envolvidos nos processos administrativos;

XVI – submeter à autoridade superior os assuntos que demandarem decisão, autorização, convalidação, ratificação ou providência de competência do Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas ou do Ordenador de Despesas;

XVII – exercer outras atribuições correlatas, compatíveis com a função de coordenação e com as finalidades institucionais da SEGEP.

Art. 12. O Coordenador Administrativo e Financeiro poderá expedir orientações internas, distribuir processos, estabelecer prioridades, solicitar informações, fixar prazos internos e adotar providências necessárias ao regular funcionamento da Coordenadoria, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO IV
DAS CHEFIAS SETORIAIS

Seção I
Do Chefe do Setor Financeiro

Art. 13. O Chefe do Setor Financeiro é responsável pela coordenação, supervisão e controle das atividades de execução orçamentária e financeira desenvolvidas pela Coordenadoria Administrativa e Financeira, observadas as competências dos órgãos centrais do Sistema de Administração Financeira do Estado.

Art. 14. Compete ao Chefe do Setor Financeiro:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

I – coordenar e supervisionar a execução orçamentária e financeira da SEGEP, observadas as normas legais vigentes;

II – acompanhar a disponibilidade orçamentária e financeira das ações, programas e projetos sob responsabilidade da Superintendência;

III – supervisionar os procedimentos de empenho, liquidação e pagamento das despesas, observadas as competências do Ordenador de Despesas;

IV – acompanhar a inscrição, execução, cancelamento e controle de restos a pagar;

V – acompanhar a programação financeira da unidade;

VI – supervisionar a emissão de ordens bancárias, documentos contábeis e registros financeiros no SIGEF e demais sistemas oficiais;

VII – supervisionar os processos de concessão e prestação de contas de diárias, suprimento de fundos e demais despesas administrativas;

VIII – acompanhar a regularidade das retenções tributárias incidentes sobre pagamentos realizados pela SEGEP;

IX – orientar os servidores da unidade quanto às normas expedidas pelos órgãos centrais de orçamento, finanças e contabilidade;

X – elaborar relatórios gerenciais relativos à execução financeira da unidade;

XI – acompanhar diligências, recomendações e determinações expedidas pelos órgãos de controle;

XII – exercer outras atividades correlatas determinadas pela Coordenadoria Administrativa e Financeira.

Seção II

Da Contadora Setorial

Art. 15. A Contadora Setorial é responsável pela coordenação técnica das atividades contábeis desenvolvidas no âmbito da SEGEP, observadas as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade e da legislação estadual.

Art. 16. Compete à Contadora Setorial:

I – supervisionar os registros contábeis da unidade;

II – acompanhar a conformidade contábil dos atos e fatos administrativos;

III – realizar ou supervisionar conciliações contábeis e bancárias;

IV – acompanhar os registros patrimoniais e de almoxarifado sob o aspecto contábil;

V – acompanhar os demonstrativos contábeis obrigatórios;

VI – supervisionar os procedimentos relativos ao encerramento contábil mensal e anual;

VII – acompanhar a elaboração da prestação de contas anual;

VIII – orientar tecnicamente os servidores da área contábil;

IX – acompanhar a regularização das inconsistências apontadas pelos órgãos de controle;

X – emitir manifestações técnicas de natureza contábil quando solicitada;

XI – acompanhar a conformidade dos registros realizados no SIGEF e demais sistemas corporativos;

XII – exercer outras atribuições correlatas.

Seção III

Da Unidade de Planejamento e Orçamento

Art. 17. Compete à Unidade de Planejamento e Orçamento:

I – acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual;

II – acompanhar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

III – monitorar a execução física e financeira das ações orçamentárias;

IV – elaborar demonstrativos gerenciais de acompanhamento orçamentário;

V – subsidiar tecnicamente a Coordenadoria na tomada de decisões relacionadas ao orçamento;

VI – acompanhar alterações orçamentárias, créditos adicionais e remanejamentos;

VII – elaborar estudos visando ao aperfeiçoamento da gestão orçamentária;

VIII – prestar apoio técnico às demais unidades da SEGEP em assuntos orçamentários.

Seção IV

Da Unidade de Execução Orçamentária

Art. 18. Compete à Unidade de Execução Orçamentária:

I – realizar os procedimentos de execução orçamentária previstos na legislação;

II – elaborar minutas de notas de empenho;

III – acompanhar saldos orçamentários;

IV – controlar dotações orçamentárias e fontes de recursos;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

V – acompanhar a execução dos créditos disponíveis;
VI – controlar restos a pagar sob responsabilidade da unidade;
VII – elaborar demonstrativos e relatórios da execução orçamentária;
VIII – acompanhar a classificação orçamentária das despesas;
IX – prestar apoio às unidades demandantes quanto à correta instrução dos processos de despesa;
X – exercer outras atividades correlatas.

Seção V
Da Unidade de Execução Financeira

Art. 19. Compete à Unidade de Execução Financeira:
I – executar os procedimentos financeiros autorizados pela autoridade competente;
II – instruir processos de liquidação e pagamento;
III – realizar registros financeiros nos sistemas corporativos;
IV – acompanhar ordens bancárias emitidas;
V – controlar pagamentos realizados;
VI – acompanhar retenções tributárias e previdenciárias incidentes sobre pagamentos;
VII – acompanhar a regularidade fiscal dos fornecedores quando exigida pela legislação;
VIII – controlar cronogramas financeiros;
IX – elaborar relatórios financeiros;
X – executar outras atividades correlatas.

Seção VI
Da Unidade de Prestação de Contas de Diárias e Suprimento de Fundos

Art. 20. Compete à Unidade responsável pela prestação de contas:
I – receber, conferir e instruir as prestações de contas de diárias;
II – acompanhar os prazos legais de prestação de contas;
III – instruir processos relativos a suprimento de fundos;
IV – emitir informações técnicas acerca das prestações de contas;
V – controlar pendências e inadimplências;
VI – comunicar às autoridades competentes eventuais irregularidades;
VII – manter controles estatísticos das prestações de contas;
VIII – exercer outras atividades correlatas.

Seção VII
Da Unidade de Gestão de Ressarcimento de Servidores Cedidos

Art. 21. Compete à Unidade de Ressarcimento:
I – controlar os pagamentos pendentes;
II – elaborar demonstrativos gerenciais;
III – acompanhar os recolhimentos efetuados mediante DARE, GRU ou outros instrumentos legalmente admitidos;
IV – promover diligências administrativas visando à regularização dos valores pendentes;
V – prestar informações aos órgãos interessados;
VI – manter atualizados os controles administrativos relativos às cessões de servidores;
VII – exercer outras atividades correlatas.

Seção VIII
Da Unidade de Licitações e Contratos

Art. 22. Compete à Unidade de Licitações e Contratos prestar apoio administrativo às contratações públicas da SEGEP, observadas as competências dos agentes públicos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 23. Constituem atribuições da Unidade:
I – instruir processos administrativos de contratação;
II – auxiliar as unidades demandantes na elaboração dos documentos de planejamento da contratação;
III – realizar pesquisas de preços conforme normas vigentes;
IV – acompanhar a tramitação dos processos administrativos de contratação;
V – elaborar minutas de despachos, memorandos, ofícios e demais expedientes administrativos;
VI – acompanhar a execução contratual sob o aspecto administrativo;
VII – controlar prazos de vigência contratual;
VIII – acompanhar aditivos, apostilamentos, reajustes e repactuações;
IX – acompanhar a fiscalização administrativa dos contratos;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

X – elaborar relatórios gerenciais sobre contratos vigentes;

XI – prestar apoio técnico aos gestores e fiscais de contratos;

XII – exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único. As atribuições previstas nesta Seção não substituem nem afastam as competências legais do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação, Gestor de Contrato, Fiscal de Contrato ou da autoridade competente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO V
DAS UNIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO

Seção I
Da Unidade de Patrimônio

Art. 24. A Unidade de Patrimônio é responsável pela gestão, controle, conservação e movimentação dos bens permanentes da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, observadas as normas expedidas pelos órgãos centrais de patrimônio do Estado.

Art. 25. Compete à Unidade de Patrimônio:

I – controlar, registrar e manter atualizado o cadastro dos bens patrimoniais da SEGEP;

II – promover o tombamento, destombamento, incorporação, transferência e baixa de bens patrimoniais, observadas as normas vigentes;

III – controlar a movimentação dos bens entre as unidades administrativas;

IV – manter atualizados os termos de responsabilidade patrimonial;

V – acompanhar inventários patrimoniais periódicos;

VI – acompanhar os procedimentos de desfazimento, alienação, doação e transferência de bens;

VII – acompanhar os serviços de manutenção dos bens permanentes;

VIII – controlar a documentação patrimonial da Superintendência;

IX – elaborar relatórios gerenciais relativos ao patrimônio;

X – prestar apoio técnico às unidades administrativas quanto à correta utilização dos bens públicos;

XI – exercer outras atividades correlatas.

Seção II
Da Unidade de Almoxarifado

Art. 26. A Unidade de Almoxarifado é responsável pelo recebimento, conferência, armazenamento, controle e distribuição dos materiais de consumo utilizados pela SEGEP.

Art. 27. Compete à Unidade de Almoxarifado:

I – receber materiais adquiridos pela Administração;

II – conferir quantitativa e qualitativamente os materiais recebidos;

III – comunicar imediatamente eventuais divergências, avarias ou desconformidades;

IV – armazenar adequadamente os materiais de consumo;

V – controlar os níveis mínimos e máximos de estoque;

VI – realizar inventários periódicos;

VII – registrar entradas e saídas nos sistemas corporativos;

VIII – controlar validade e condições de armazenamento dos materiais;

IX – elaborar demonstrativos estatísticos de consumo;

X – atender às requisições das unidades administrativas;

XI – acompanhar a comissão de recebimento quando necessário;

XII – exercer outras atividades correlatas.

Seção III
Da Unidade de Transporte

Art. 28. A Unidade de Transporte é responsável pela administração da frota oficial da SEGEP.

Art. 29. Compete à Unidade de Transporte:

I – administrar a utilização da frota oficial;

II – elaborar escalas de motoristas;

III – controlar a utilização dos veículos oficiais;

IV – acompanhar abastecimentos;

V – acompanhar manutenções preventivas e corretivas;

VI – controlar documentação dos veículos;

VII – controlar vencimentos de licenciamentos, seguros e demais obrigações;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

VIII – acompanhar o consumo de combustíveis;
IX – controlar utilização dos sistemas eletrônicos de abastecimento e manutenção;
X – instruir processos relativos à manutenção e aquisição de veículos;
XI – acompanhar sinistros envolvendo veículos oficiais;
XII – elaborar relatórios gerenciais relativos à frota;
XIII – exercer outras atividades correlatas.

Seção IV
Dos Motoristas Oficiais

Art. 30. Compete aos motoristas oficiais:
I – conduzir veículos oficiais de forma segura;
II – observar a legislação de trânsito;
III – zelar pela conservação dos veículos;
IV – comunicar imediatamente qualquer ocorrência envolvendo o veículo;
V – acompanhar abastecimentos quando solicitado;
VI – acompanhar serviços de manutenção;
VII – manter atualizado o diário de bordo;
VIII – realizar protocolos e entregas oficiais quando designados;
IX – exercer outras atividades compatíveis com a função.

Seção V
Da Unidade de Tecnologia da Informação

Art. 31. A Unidade de Tecnologia da Informação prestará suporte técnico às atividades administrativas da SEGEP, observadas as competências da SETIC e dos órgãos centrais de tecnologia do Estado.

Art. 32. Compete à Unidade de Tecnologia da Informação:
I – prestar suporte técnico aos usuários;
II – instalar e configurar equipamentos de informática;
III – acompanhar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
IV – auxiliar na instalação de softwares homologados;
V – acompanhar inventário dos equipamentos de informática;
VI – prestar apoio técnico na utilização dos sistemas corporativos;
VII – identificar necessidades de atualização tecnológica;
VIII – elaborar relatórios técnicos;
IX – acompanhar contratos relacionados à tecnologia da informação;
X – prestar apoio às unidades administrativas em assuntos relacionados à informática;
XI – exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A Unidade de Tecnologia da Informação não exercerá atribuições exclusivas da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC, limitando-se às atividades de apoio operacional interno.

Seção VI
Da Unidade de Folha de Pagamento

Art. 33. Compete à Unidade de Folha de Pagamento:
I – executar as rotinas operacionais relativas ao processamento da folha de pagamento cuja execução seja atribuída à SEGEP;
II – elaborar planilhas de conferência;
III – conferir informações encaminhadas pelas unidades responsáveis;
IV – instruir processos relacionados à folha de pagamento;
V – acompanhar pagamentos de remuneração, pensões, consignações, auxílios e contribuições previdenciárias sob responsabilidade operacional da SEGEP;
VI – elaborar demonstrativos e relatórios gerenciais;
VII – prestar informações técnicas quando solicitado;
VIII – exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único. A execução das atividades previstas neste artigo observará as competências dos órgãos centrais responsáveis pela gestão da folha de pagamento do Estado.

Seção VII
Da Unidade de Apoio Administrativo

Art. 34. Compete à Unidade de Apoio Administrativo:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

I – executar atividades de protocolo;
II – controlar documentos administrativos;
III – acompanhar tramitação processual;
IV – organizar arquivos físicos e digitais;
V – elaborar expedientes administrativos;
VI – prestar apoio às demais unidades da Coordenadoria;
VII – atender usuários internos;
VIII – acompanhar processos administrativos;
IX – auxiliar na organização de reuniões, eventos e atividades institucionais;
X – executar outras atividades correlatas.

Seção VIII
Da Unidade de Serviços Gerais

Art. 35. Compete à Unidade de Serviços Gerais:
I – executar atividades de apoio operacional;
II – realizar serviços de limpeza e conservação das áreas privativas;
III – manter limpas copas e ambientes de uso coletivo;
IV – preparar e servir café, água e outros itens de apoio durante reuniões institucionais, quando solicitado;
V – auxiliar na movimentação interna de materiais;
VI – abastecer bebedouros e controlar materiais de consumo destinados às copas;
VII – exercer outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

Seção IX
Dos Servidores em Apoio Técnico Especializado

Art. 36. Os servidores ocupantes de cargos efetivos, cargos em comissão, cedidos, requisitados ou colocados à disposição da SEGEP poderão ser designados para atuar em atividades técnicas específicas compatíveis com sua formação, experiência profissional e atribuições legais.

Parágrafo único. As atividades técnicas especializadas compreenderão, entre outras:
I – elaboração de estudos técnicos;
II – emissão de informações técnicas;
III – apoio ao planejamento institucional;
IV – análise processual;
V – acompanhamento de contratos;
VI – elaboração de relatórios gerenciais;
VII – assessoramento técnico à Coordenadoria Administrativa e Financeira;
VIII – execução de outras atividades compatíveis com sua formação e com as necessidades institucionais.

CAPÍTULO VI
DAS DESIGNAÇÕES DOS SERVIDORES

Seção I
Da Coordenação Administrativa e Financeira

Art. 37. Fica designado o servidor **FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA**, ocupante do cargo de Coordenador Administrativo e Financeiro, para responder pela Coordenação Administrativa e Financeira da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP, exercendo as competências previstas nos arts. 8º a 12 desta Portaria.

Seção II
Da Chefia do Setor Financeiro

Art. 38. Fica designada a servidora **CILENE RODRIGUES LOPES**, ocupante do cargo de Assessor VI, para exercer a função de Chefe do Setor Financeiro, desempenhando as competências previstas nos arts. 13 e 14 desta Portaria.

Seção III
Da Contabilidade Setorial

Art. 39. Fica designada a servidora **CAMILA MEDEIROS DE CASTRO NEVES**, ocupante do cargo de Analista Contábil, para responder pela Contabilidade Setorial da SEGEP, exercendo as competências previstas nos arts. 15 e 16.

Art. 40. Fica designada a servidora **VANESSA BARROSO DA SILVA**, para atuar em apoio técnico às atividades da Contabilidade Setorial.

Seção IV
Da Unidade de Planejamento e Orçamento

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 41. Fica designada a servidora **CLEIDIANE DE AGUIAR CARNEIRO**, ocupante do cargo de Assessor VII, para responder pela Unidade de Planejamento e Orçamento da Coordenadoria Administrativa e Financeira.

Art. 42. Compete à servidora acompanhar as atividades previstas nos arts. 17 e 18 desta Portaria, sob supervisão do Coordenador Administrativo e Financeiro.

Seção V

Da Unidade de Execução Financeira

Art. 43. Fica designada a servidora para atuar na Unidade de Execução Financeira:

I – **CILENE RODRIGUES LOPES**;

III – demais servidores designados pelo Coordenador Administrativo e Financeiro, conforme necessidade do serviço.

Seção VI

Da Unidade de Ressarcimento de Servidores Cedidos

Art. 44. Ficam designadas as servidoras:

I – **VIVIAN CARISSA BARROS RAMOS**;

II – **LUCIANA LANCAROVICH CORDEIRO DE VASCONCELOS**,

para responder pelas atividades da Unidade de Ressarcimento de Servidores Cedidos, observadas as competências previstas no art. 21 desta Portaria.

Seção VII

Da Unidade de Licitações e Contratos

Art. 45. Ficam designadas as servidoras:

I – **REBECA CAROLINE NOGUEIRA DA SILVA**;

II – **WALCIRENE MARTINS RIBEIRO LOPES**;

III – **GIULIANA KIMBERLY SOUZA VILELA,**

para exercer atividades de apoio técnico e administrativo aos processos de contratação, gestão e fiscalização contratual, observadas as competências previstas nos arts. 22 e 23 desta Portaria.

§ 1º As atividades desempenhadas não substituem as atribuições do Agente de Contratação, Comissão de Contratação, Gestor ou Fiscal de Contrato formalmente designados.

§ 2º As servidoras atuarão em assessoramento técnico, elaboração de minutas, instrução processual, pesquisa de mercado, acompanhamento administrativo dos contratos e demais atividades compatíveis com suas funções.

Seção VIII

Da Unidade de Patrimônio

Art. 46. Fica designado o servidor **JONES RODRIGUES SOARES**, ocupante do cargo de Assessor V, para responder pela Unidade de Patrimônio.

Art. 47. Fica designada a servidora **DAIANA DOS SANTOS ABREU**, ocupante do cargo de Assessor IV, para atuar como apoio técnico da Unidade de Patrimônio.

Seção IX

Da Unidade de Almoxarifado

Art. 48. Fica designado ao servidor **OSIRES AUGUSTO ANDRADE LOPES**, ocupante do cargo de assessor IV, para responder pela Unidade de Almoxarifado.

Art. 49. Ficam designados para atuar na Unidade de Almoxarifado:

I – **CELSO FERREIRA DE SOUZA**;

II – **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA DA COSTA**;

III – **EDIVALDO AVELINO GHRANT**.

Seção X

Da Unidade de Transporte

Art. 50. Fica designada a servidora **WANDERLENE PAULA DO N. CAVALCANTE**, ocupante do cargo de Chefe de Transporte, para responder pela Unidade de Transporte.

Art. 51. Ficam designados para exercer as funções de motorista oficial:

I – **NELSON PEREIRA RENDA**;

II – **ROGÉRIO FÚLVIO ROMANO;**

III – **DORACI DE LIMA NEPOMUCENO.**

Parágrafo único. Os motoristas atuarão em conformidade com as competências previstas nos arts. 28 a 30 desta Portaria.

Seção XI

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Da Unidade de Tecnologia da Informação

Art. 52. Ficam designados:

I – **DENILSON CIDADE DE OLIVEIRA**, Agente de Atividade Administrativa;

II – **GABRIEL DE SOUZA AFONSO CORTEZ LEITE**, Assessor I,

para atuarem na Unidade de Tecnologia da Informação, observadas as competências previstas nos arts. 31 e 32 desta Portaria.

Seção XII

Da Unidade de Folha de Pagamento

Art. 53. Ficam designados para atuar na Unidade de Folha de Pagamento:

I – **CILENE RODRIGUES LOPES**;

II – **CLARILUCE NERY DAS CHAGAS**;

III – **JAILSON RAMALHO FERREIRA**;

IV – **JOÃO BOSCO CALIXTO DE SOUZA**;

V – **MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS MARQUES**;

VI – **MARIA HULDA REIS**.

Seção XIII

Da Unidade de Apoio Administrativo

Art. 54. Ficam designados para atuar na Unidade de Apoio Administrativo:

I – **ANA CLEIDE MOSINHO DE AMORIM**;

II – **CELIVALDO SOARES DA SILVA**;

III – **MÁRCIO ROGÉRIO GOMES ROCHA**.

Seção XIV

Da Unidade de Serviços Gerais

Art. 55. Ficam designados para atuar na Unidade de Serviços Gerais:

I – **FRANCISCA LENICEIA FELÍCIO LIMA**;

II – **MARIA LEITÃO DOS PASSOS**;

III – **ANA CLETA RIPARDO GOMES** (Serviço Voluntário);

IV – **MÔNICA DE SOUZA ARAÚJO** (Serviço Voluntário);

V – **FRANCISCO CHAGAS DE CARLOS** (Serviço Voluntário).

Seção XV

Das Disposições sobre os Servidores Cedidos e Voluntários

Art. 56. Os servidores cedidos, requisitados, colocados à disposição do Estado ou prestadores de serviço voluntário exercerão exclusivamente atividades compatíveis com:

I – a legislação específica que rege sua situação funcional;

II – o termo de cessão, requisição ou adesão ao serviço voluntário;

III – sua formação técnica;

IV – as determinações da chefia imediata.

Parágrafo único. Os prestadores de serviço voluntário não exercerão atividades que envolvam manifestação decisória, prática de atos privativos de servidores públicos ou exercício de competência exclusiva de cargo efetivo ou em comissão, atuando exclusivamente em atividades auxiliares, de apoio e colaboração institucional.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS

Art. 57. Os servidores designados por esta Portaria responderão pelas atividades inerentes às unidades em que estiverem lotados, observados os limites de suas atribuições legais, a natureza do cargo ocupado e as determinações da chefia imediata.

Art. 58. O desempenho das atribuições previstas nesta Portaria observará, obrigatoriamente:

I – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II – a segregação de funções;

III – a gestão de riscos e os mecanismos de controle interno;

IV – a transparência administrativa;

V – a economicidade;

VI – a continuidade do serviço público;

VII – a boa governança administrativa;

VIII – a proteção do patrimônio público.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 59. Os servidores deverão atuar de forma integrada, cooperativa e coordenada, compartilhando informações necessárias ao adequado andamento dos processos administrativos.

Art. 60. Nenhum servidor poderá praticar ato administrativo que extrapole sua competência legal ou regulamentar, devendo submeter à autoridade competente os assuntos que dependam de autorização superior.

CAPÍTULO VIII
DA SUBSTITUIÇÃO DAS CHEFIAS

Art. 61. Nos afastamentos legais, férias, licenças, impedimentos ou vacâncias, as chefias poderão ser substituídas mediante designação do Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas, observado o interesse da Administração.

Art. 62. Enquanto não houver designação formal de substituto, as atividades consideradas essenciais poderão ser redistribuídas pelo Coordenador Administrativo e Financeiro entre os servidores da unidade, observadas a compatibilidade funcional e a legislação vigente.

CAPÍTULO IX
DO CONTROLE INTERNO E DA RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 63. Todos os atos administrativos praticados pelos servidores deverão observar as normas expedidas pelos órgãos centrais de:

I – Planejamento;

II – Orçamento;

III – Finanças;

IV – Contabilidade;

V – Patrimônio;

VI – Gestão de Pessoas;

VII – Tecnologia da Informação;

VIII – Controle Interno;

IX – Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 64. O exercício das atribuições previstas nesta Portaria não exclui a responsabilidade funcional, civil, administrativa e penal do servidor pelos atos praticados no exercício de suas funções.

Art. 65. Os servidores deverão comunicar imediatamente à chefia qualquer irregularidade, inconsistência, indício de fraude, erro material, falha operacional ou situação que possa causar prejuízo ao interesse público.

CAPÍTULO X
DAS COMPETÊNCIAS COMPLEMENTARES

Art. 66. Além das atribuições específicas previstas nesta Portaria, compete a todos os servidores designados:

I – observar os prazos processuais;

II – manter atualizados os registros administrativos sob sua responsabilidade;

III – elaborar informações, relatórios e manifestações técnicas quando solicitados;

IV – atender diligências dos órgãos de controle;

V – prestar apoio técnico às demais unidades administrativas da SEGEP;

VI – propor melhorias nos procedimentos internos;

VII – preservar o sigilo das informações protegidas por lei;

VIII – zelar pelos bens públicos colocados sob sua guarda;

IX – participar de capacitações e treinamentos promovidos pela Administração;

X – executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata, desde que compatíveis com o cargo ocupado.

CAPÍTULO XI
DA ATUALIZAÇÃO DAS DESIGNAÇÕES

Art. 67. As alterações relativas exclusivamente:

I – à lotação dos servidores;

II – à substituição de ocupantes das funções;

III – às movimentações internas;

IV – à atualização de matrícula funcional;

V – às alterações de nomenclatura dos cargos;

poderão ser promovidas mediante Portaria específica, permanecendo inalteradas as competências previstas nesta norma.

Art. 68. A criação, extinção ou alteração das competências institucionais da Coordenadoria Administrativa e Financeira dependerá de alteração do Regimento Interno ou da legislação pertinente.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. As atribuições previstas nesta Portaria possuem natureza exemplificativa e complementar, não afastando outras competências previstas em lei, regulamento, regimento interno, atos normativos ou determinações da autoridade competente.

Art. 70. Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador Administrativo e Financeiro, quando inseridos em sua esfera de competência, ou submetidos ao Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas para deliberação.

Art. 71. Fica revogada a Portaria nº 1082, de 09 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado nº 28, de 10 de fevereiro de 2026, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 72. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARIA GISBERT BEZERRA
Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas-SEGEP

Protocolo 77910700

Portaria nº 8892 de 22 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 447, de 03.06.2008 e suas alterações, bem como o exposto no Despacho (77696249), de 16 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1° Tornar sem efeito a Portaria nº 8523 de 09 de outubro de 2026, que designou a servidora Clarice Teresinha Souza Alvares, Professora Classe C, matrícula nº ******330, Bacharel em Direito, para atuar como Defensora Dativa da servidora K.B.V., matrícula nº ******842, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 084/PAD/SESAU/2025.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Claudinei Bernardo Araujo
Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77936964

Portaria nº 8713 de 19 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho (77581982), de 14 de Outubro de 2026.

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 012/PAD/SESAU/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 09 de outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo
Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77791129

Portaria nº 8809 de 21 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho (77775332) SEGEP - 5ª CSPAD, de 19 de Outubro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 115/PAD/SESAU/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 10 de Outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo
Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77887739

Portaria nº 8775 de 20 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho Prorrogação de prazo (77360071) - 4ªCSPAD, de 06 de Outubro de 2026,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 048/PAD/SESAU/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a contar de 29 de setembro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77849508

Portaria nº 8777 de 20 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho (74932254) - 5ªCSPAD, de 27 de agosto de 2026,

ESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 165/PAD/SEDUC/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 22 de julho de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77850287

Portaria nº 8778 de 20 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho (76002507) - 5ªCSPAD, de 27 de agosto de 2026,

ESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 165/PAD/SEDUC/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 21 de agosto de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77850445

Portaria nº 8779 de 20 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho (76970917) - 5ªCSPAD, de 24 de setembro de 2026,

ESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 165/PAD/SEDUC/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 20 de setembro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77850530

Portaria nº 8780 de 20 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Despacho (77843320) - 5ªCSPAD, de 20 de outubro de 2026,

ESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 165/PAD/SEDUC/2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 20 de outubro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 77850650

Portaria nº 8880 de 22 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017.

Considerando, o constante Memorando nº 45/2026/SEGEP-GRH (71826623), que consta no autos do processo n. 0031.001030/2025-32;

R E S O L V E:

CONVALIDAR a interrupção a contar de **10/10/2026 a 29/10/2026** por interesse da Administração Pública o gozo de férias da servidora **DAIANE ANDRADE PIMENTEL BARROS**, Gerente de Recursos Humanos - CDS-06, matrícula ******346, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, referente ao exercício de **2026.**

Porto Velho - RO, 22/10/2026.

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
SUPERINTENDENTE - SEGEP

Protocolo 77926647

Portaria nº 8883 de 22 de outubro de 2026

O SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 43 c/c Art. 120 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n.238 de 20.12.2017.

Considerando, Memorando nº 45/2026/SEGEP-GRH (71826623), que consta nos autos do processo n° 0031.001030/2025-32;

R E S O L V E:

CONCEDER a conversão em pecúnia de férias da servidora DAIANE ANDRADE PIMENTEL BARROS, Gerente de Recursos Humanos - CDS-06, matrícula ******346, pertencente ao quadro de servidores da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, relativa à 30 (trinta) dias, referente aos exercícios de **2025 e 2026.**

Porto Velho - RO, 22/10/2026.

JOSÉ MARIA GISBERT BEZERRA
SUPERINTENDENTE - SEGEP

Protocolo 77928176

Portaria nº 8792 de 21 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400/SEGEP-NCSR de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme consta no **Processo n. 0031.007855/2026-41,**

R E S O L V E:

Convalidar a Localização na Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/Superintendência Regional de Ji-Paraná, a contar de **10.4.1987,** do servidor **JOSÉ FERNANDES DE SOUZA**, ocupante do Cargo de Agente de Portaria, SIAPE n**.** ***970, pertencente ao Quadro do ex-Território Federal de Rondônia.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77878815

Portaria nº 8884 de 22 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0036.012162/2026-21,**

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da **Portaria n. 2991 de 10.4.2026,** à servidora **ANA MARIA SCARPATTI CUZZUOL**, Tecnico em Enfermagem, Matrícula n. ******960, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/Ji-Paraná.

ONDE SE LÊ:

no período de **1.7.2026 a 31.7.2026, 1.9.2026 a 30.9.2026 e 1.2.2027 a 28.2.2027**, referente ao 4º quinquênio de 4.11.2020 a 3.11.2025.

LEIA-SE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

no período de **1.3.2027 a 31.3.2027, 1.4.2027 a 30.4.2027 e 1.5.2027 a 31.5.2027**, referente ao 4º quinquênio de 4.11.2020 a 3.11.2025.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77930793

Portaria nº 8885 de 22 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0050.004734/2026-10,**

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da **Portaria n. 5868 de 14.7.2026,** à servidora **DEBORA CRISTIANE DOS SANTOS**, Tecnico em Laboratorio, Matrícula n. ******252, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JP II/Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

no período de 1.8.2026 a 31.8.2026, 1.9.2026 a 30.9.2026 e **1.10.2026 a 31.10.2026**, referente ao 1º quinquênio de 24.8.2017 a 23.8.2022.

LEIA-SE:

no período de 1.8.2026 a 31.8.2026, 1.9.2026 a 30.9.2026 e **1.3.2027 a 31.3.2027**, referente ao 1º quinquênio de 24.8.2017 a 23.8.2022.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77933281

Portaria nº 8890 de 22 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0065.003324/2026-92,**

R E S O L V E:

Transferir o período da Licença Prêmio por Assiduidade concedido através da **Portaria n. 8334 de 6.10.2026,** ao servidor **ENOQUE PAIVA ALVES**, FEASE - Agente de Seguranca Socioeducativo, Matrícula n. ******921, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

no período de **1.1.2027 a 31.1.2027,** 1.7.2027 a 31.7.2027 e 1.12.2027 a 31.12.2027, referente ao 2º quinquênio de 25.2.2021 a 24.2.2026.

LEIA-SE:

no período de 1.7.2027 a 31.7.2027**,** 1.12.2027 a 31.12.2027 e **1.1.2028 a 31.1.2028**, referente ao 2º quinquênio de 25.2.2021 a 24.2.2026.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho
Assessor - SEGEP
Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77935824

Portaria nº 8897 de 22 de outubro de 2026

A Assessora do Gabinete da Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas Atribuições que lhe confere a Portaria n. 5400 de 25.6.2026, publicado no DOE, Edição 122, de 26.6.2026, e conforme constam no **Processo n. 0050.005277/2026-81,**

R E S O L V E:

Retificar, os termos da Portaria n.5391 de 9.9.2024, que Concedeu Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **ADNA DA SILVA CHAVES,** Tecnico em Enfermagem, matrícula n. ******325, pertencente ao Quadro Permanente de

Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JP II /Porto Velho.

ONDE SE LÊ:

no período de 1.10.2024 a 31.12.2024**, referente ao 2º quinquênio de 7.6.2009 a 6.9.2024.**

LEIA-SE:

no período de 1.10.2024 a 31.12.2024**, referente ao 2º quinquênio de 7.6.2009 a 6.9.2014.**

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEP

Portaria n. 5400 de 25.6.2026

Protocolo 77939601

Portaria nº 7998 de 22 de setembro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 195, *caput*, da LCE de nº. 68 de 09 de dezembro de 1992, e suas alterações e o exposto no Memorando n. 360/2026/SEGEP - 1ª CSPAD, de 18 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias o Processo Administrativo Disciplinar nº 003/PAD/SEJUS/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 17 de setembro de 2026.

Claudinei Bernardo Araujo

Corregedor-Geral da Administração - CGA/SEGEP

Protocolo 76907161

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2026/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 117/2026		
Data da Homologação:	19/10/2026	Processo nº	0029.033073/2025-26
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S)REGISTRADO(S).

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II – DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Aquisição de Material Gráfico para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

Na hipótese de prorrogação da vigência desta Ata de Registro de Preços, fica expressamente admitida a renovação dos quantitativos originalmente registrados, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual n° 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual n° 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termo do art. 134, § 1º do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual n° 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual n° 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual n° 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CLÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual n°28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

CLÁUSULA IX - DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	ENVELOPE: PARA CONVITE, EM PAPEL CARTÃO, CORES VARIADAS, TAMANHO 22CM X17CM, POLICROMIA EM 6 CORES. IMPRESSÃO CONTERÁ COM A LOGOMARCA DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.	4.300,00	UND	PROPRIA	R$ 0,56	R$ 0,50	-10,71	LCT SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
0002	CORDÃO: PERSONALIZADO EM SILKSCREEN FRENTE E VERSO, MEDINDO 90 CM POR 2,5 CM, EM FIO 100% POLIÉSTER, CORES VARIADAS. COM DOIS "JACARÉS", UM EM CADA EXTREMIDADE DO CORDÃO. NA ARTE INCLUIRÁ A LOGOMARCA DO EVENTO, DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA E SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO SEDE.	8.320,00	UND	PROPRIA	R$ 1,76	R$ 1,76	0,00	LCT SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

0003	SQUEEZE: DE MATERIAL PLÁSTICO, MATÉRIA PRIMA VIRGEM, PIGMENTAÇÃO ATÓXICA COM CERTIFICADO, CORES VARIADAS, COM TAMPA EM CORES VARIADAS (SERÃO DEFINIDAS NO MOMENTO DA ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO), CAPACIDADE DE 500 ML, DIÂMETRO DE FRASCO 7,2 CM, DIÂMETRO DO GARGALO 3,5 CM, ALTURA 20,5 CM, PESO TOTAL 56 G, IMPRESSÃO EM SILKSCREEN, ARES DA IMPRESSÃO 22,3 POR 09 CM, PICTOGRAMAS DE ATÉ 15 MODALIDADES. CONTENDO A LOGOMARCA DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, DA SEDUC E DO EVENTO.	5.523,00	UND	BB BRINDES	R$ 4,21	R$ 3,71	-11,88	LCT SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
0004	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CAPA: com as seguintes características: formato fechado: 200 x 266 mm, formato aberto: 400 x 266 mm, papel: cartão triplex 250g/m², acabamento: laminação brilho, cores: 4x0. Unidade. Livros do PROALFA RONDÔNIA	412.604,00	UND	MARCA PROPRIA	R$ 0,65	R$ 0,59	-9,23	PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
0005	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CONTRACAPA: com as seguintes características: formato fechado: 200 x 266 mm, papel: off set 75g/m², cores: 4x0, impressão colorida, folha impressa apenas na parte da frente. Unidade. Livros do PROALFA RONDÔNIA	412.604,00	UND	MARCA PRÓPRIA	R$ 0,28	R$ 0,15	-46,43	PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
0006	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE PÁGINAS DO MIOLO: com as seguintes características: formato fechado: 200 x 266 mm, formato aberto: 400 x 266 mm, papel: off set 90g/m², cores: 4x4. Unidade. Livros do PROALFA RONDÔNIA	55.209.924,00	UND	MARCA PROPRIA	R$ 0,06	R$ 0,04	-33,33	PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
0007	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO E ACABAMENTO: com as seguintes características: colado no sistema PUR-lombada quadrada, de forma a garantir a integridade física do miolo. O produto a ser acabado conterá capa, contracapa e página de miolo (impressa em frente e verso). Livros do PROALFA RONDÔNIA	407.052,00	UND	MARCA PROPRIA	R$ 4,14	R$ 0,68	-83,57	PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
0008	SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO E ACABAMENTO: com as seguintes características: acabamento canoa com 2 grampos na lateral, de forma a garantir a integridade física do miolo. O produto a ser acabado conterá capa, contracapa e página de miolo (impressa em frente e verso). Livros do PROALFA RONDÔNIA	5.552,00	UND	MARCA PROPRIA	R$ 3,71	R$ 0,90	-75,74	PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	Telefone
47.776.344/0001-50	LCT SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	Rua José Martins de Barros, 348 - Santa Cruz	BATATAIS - SP	Leandra Cristina Tristão	(16) 99108-8764
03.858.331/0001-55	PLURAL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES, 700 - Tamboré	SANTANA DE PARNAIBA - SP	FLÁVIA SONDERMANN PRADO VILELA	(11) 97152-0501

GEOVANNA PINHEIRO ALVES
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL
ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO
Diretora Executiva/SUPEL
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA
Superintendente Estadual de Licitações/SUPEL

Elaborado por:
ADRIELY MAGALHÃES ARAÚJO.

Protocolo 77833064

AVISO DE LICITAÇÃO

AMPLA PARTICIPAÇÃO SEM A RESERVA DE COTA ATÉ 25% ÀS EMPRESAS ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2026/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0029.019617/2026-28
Objeto: Aquisição Papel Sufite A4, mediante Sistema de Registro de Preço.
Critério de Julgamento: Menor Preço, **Adjudicação**: Por Item, **Método de Disputa:** Aberto.
Valor Estimado: 1.347.834,73 (Um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos).
Data de Abertura: 23 de novembro de 2026 às 10:00 horas (horário de Brasília - DF).
UASG: 925373, **Endereço Eletrônico:** https://www.gov.br/compras/pt-br.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, gratuitamente no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br ou https://rondonia.ro.gov.br/supel/.
Outras Informações através do Telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho - RO, 22 de outubro de 2026.

RÓGER CARDOSO
Pregoeiro SUPEL-COEDU
Portaria nº 124/2026/SUPEL/GAB

Protocolo 77906886

Portaria de férias nº 15211 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Diretor Executivo, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria de 28/04/2025,publicada no DOE n.Decreto nº 80, de 28 de abril de 2025, de 29/04/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 02/09/2026 a 01/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **VIVIANE CRISTINA CABRAL DO NASCIMENTO DE ALENCAR**, **SUPEL - Assessor VIII - CDS - 08 ***, matrícula ******934, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Compras e Licitações, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(02/09/2026 a 01/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO
Diretor Executivo

Protocolo DOC65881

AVISO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 202/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0021.039597/2024-10
PREGÃO ELETRÔNICO: 90275/2024
OBJETO: *REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de Medalhas e Moedas Comemorativas, visando atender as necessidades da Polícia Militar - PM."*

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2025

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO torna público aos interessados que foi prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 202/2025/SUPEL-RO, originada do Pregão Eletrônico nº 90275/2024, celebrada entre o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Polícia Militar - PM, como órgão participante, e a Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, como órgão gerenciador, tendo como empresa detentora: MERITO BRINDES E PREMIACOES - LTDA**.**

A referida Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual *aquisição de Medalhas e Moedas Comemorativas, visando atender as necessidades da Polícia Militar - PM.*

A prorrogação foi formalizada por meio do 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 202/2025 (0065390303), com fundamento no Parecer nº 320/2026/PGE-SESDEC (76707096), ficando a vigência estendida por mais 12 (doze) meses, a partir de 20 de outubro de 2026, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições anteriormente pactuadas.

Publique-se no Diário Oficial do Estado.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

GEOVANNA PINHEIRO ALVES
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL
ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO
Diretora Executiva/SUPEL
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA
Superintendente Estadual de Licitações/SUPEL

Protocolo 77871271

AVISO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 124/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0036.026845/2024-01
PREGÃO ELETRÔNICO: 90431/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de Medicamentos do Grupo SEMI-SÓLIDOS, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

AVISO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2026

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL torna público aos interessados, que foi alterada a tabela abaixo elencado, pertencentes à Ata de Registro de Preços nº 124/2026 publicada no Diário Oficial do Estado – DOE - edição do dia 04/08/2026.

ONDE SE LÊ:

0043	DORZOLAMIDA, CLORIDRATO + TIMOLOL, MALEATO COLÍRIO (20MG+5MG)/ML, FRASCO 5ml	210,00	UND	GEOLAB	R$ 42,22	R$ 41,00	-2,89	BARBOSA & OLIVEIRA COMERCIO FARMACÊUTICO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

LEIA-SE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

0043	DORZOLAMIDA, CLORIDRATO + TIMOLOL, MALEATO COLÍRIO (20MG+5MG)/ML, FRASCO 5ml	210,00	UND	**TEUTO**	R$ 42,22	R$ 41,00	-2,89	BARBOSA & OLIVEIRA COMERCIO FARMACÊUTICO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

Publique-se no Diário Oficial do Estado.

Porto Velho, data e hora do sistema.

GEOVANNA PINHEIRO ALVES
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços - SUPEL/RO
ADRIANA LARISSA DA SILVA MENDES NASCIMENTO
Diretora Executiva - SUPEL/RO
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA
Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

Protocolo 77894640

CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES

Portaria de férias nº 15189 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Contador Geral, da Contabilidade Geral do Estado., no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 06 de janeiro de 2022 de 07/01/2022,publicada no DOE n.04, de 07/01/2022.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **SIRLEI DE FATIMA DA CRUZ,** ANALISTA CONTÁBIL, matrícula ******677, pertencente ao quadro de servidores de Contabilidade Geral do Estado, do(s) período(s) de**(08/02/2023 a 17/02/2023 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (09/08/2023 a 18/08/2023) e (06/11/2023 a 15/11/2023),**referente ao exercício de **2023,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(08/02/2023 a 17/02/2023 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (06/11/2023 a 15/11/2023) e (16/11/2027 a 25/11/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

JURANDIR CLAUDIO D ADDA
Contador Geral, da Contabilidade Geral do Estado.

Protocolo DOC65857

Portaria nº 313 de 21 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021.

Considerando, Requerimento e Justificativavia ID 70055401 que consta no Processo n. 0088.000246/2026-14.

R E S O L V E:

Conceder Licença-Prêmio em Pecúnia, em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar n 68/92, ao servidor **ADRIAN BRENO CAVALCANTE DO NASCIMENTO,** matrícula xxxxxx518, cargo de Analista Contábil, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Contabilidade Geral do Estado - COGES, no período já adquirido e não usufruído, referente ao 2º quinquênio, de 03.05.2021 a 02.05.2026, constante no Mapa de Apuração (72237722).

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Analista Contábil COGES - CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77868049

Portaria nº 319 de 21 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 1.109, de 12 novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE n.º 224, de 12 de novembro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º – RETIFICAR, por motivo de erro material, a Portaria nº 308 de 15 de outubro de 2026 ID 77674297, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 200, de 16 de outubro de 2026, referente à concessão de folgas compensatórias eleitorais à servidora **SIRLEI DE FÁTIMA DA CRUZ**, matrícula nº ******677, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

"referente aos serviços prestados nas eleições de 2026"

LEIA-SE:

"referente aos serviços prestados nas eleições de 2018"

Art. 2º – Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 308, de 15 de outubro de 2026.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77891509

Portaria nº 317 de 21 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021.

Considerando, Requerimento e Justificativavia ID 70047068 que consta no Processo n. 0088.000101/2026-13.

R E S O L V E:

Conceder Licença-Prêmio em Pecúnia, em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar n 68/92, ao servidor JONAS SANTOS OLIVEIRA**,** matrícula xxxxxx267, cargo de Analista Contábil, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Contabilidade Geral do Estado - COGES, no período já adquirido e não usufruído, referente ao 3º quinquênio, de 01.12.2020 a 30.11.2025, constante no Mapa de Apuração (70028267).

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES - CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77871372

Portaria nº 312 de 21 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021.

Considerando, Requerimento e Justificativavia ID 70055462 que consta no Processo n. 0088.000050/2026-11.

R E S O L V E:

Conceder Licença-Prêmio em Pecúnia, em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar n 68/92, a servidora **SÂMIA PRISCILA SOARES DE SOUZA,** matrícula xxxxxx056, cargo de Analista Contábil, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Contabilidade Geral do Estado - COGES, no período já adquirido e não usufruído, referente ao 1º quinquênio, de 01.10.2019 a 30.09.2024, constante no Mapa de Apuração (70227805).

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Analista Contábil COGES - CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77867478

Portaria nº 316 de 21 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021.

Considerando, Requerimento e Justificativavia ID 71930029 que consta no Processo n. 0088.067903/2022-71.

R E S O L V E:

Conceder Licença-Prêmio em Pecúnia, em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar n 68/92, a servidora APARECIDA FERREIRA QUEIROZ MATOS**,** matrícula xxxxxx015, cargo de Agente Atividade Administrativa, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Contabilidade Geral do Estado - COGES, no período já adquirido e não usufruído, referente ao 7º quinquênio, de 14.11.2019 a 13.11.2024, constante no Mapa de Apuração (73462245).

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES - CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77870457

Portaria nº 315 de 21 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021.

Considerando, Requerimento e Justificativavia ID 71929676 que consta no Processo n. 0030.265330/2021-24.

R E S O L V E:

Conceder Licença-Prêmio em Pecúnia, em conformidade com o Art. 123, os § 4º e § 5º da Lei Complementar n 68/92, ao servidor **MARCELO NONATO DURÃES,** matrícula xxxxxx091, cargo de Agente Atividade Administrativa, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotado na Contabilidade Geral do Estado - COGES, no período já adquirido e não usufruído, referente ao 7º quinquênio, de 05.10.2019 a 04.10.2024, constante no Mapa de Apuração (72028785).

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES - CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77869544

Portaria nº 310 de 20 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 1.109, de 12 novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE n.º 224, de 12 de novembro de 2021.

Considerando Despacho 77824420.

RESOLVE:

Art. 1º. – REMARCAR a folga compensatória da servidora VANESSA BARROSO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente em Atividades Administrativas, matrícula xxxxxx064, pertencente ao Quadro de Pessoal da Contabilidade Geral do Estado - COGES/RO, do dia 09 de outubro de 2026, para o dia**23 de outubro de 2026**, sem prejuízo da remuneração, por prestar relevantes serviços à Justiça Eleitoral nas eleições gerais de 2024, do município de Porto Velho/RO, nos termos do Art. 98, da Lei nº 9.504/1997 e Certidão N° 314/2024 - CRE/GAB02ª ZE/2ª ZE (0059849347).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, alterando a Portaria 205 (74212713).

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES - CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77826077

Portaria nº 311 de 20 de outubro de 2026

O CONTADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 1.109, de 12 novembro de 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE n.º 224, de 12 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o Requerimento (77836032) constante no processo SEI nº 0088.001270/2026-62.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à servidora **MICHELLE DAHIANE DUTRA,** ocupante do cargo de Agente em Atividades Administrativas, matrícula nº ******471, pertencente ao quadro de pessoal desta Contabilidade Geral do Estado de Rondônia – COGES/RO, **04 (quatro) dias de folga compensatória eleitoral**, sem prejuízo da remuneração,correspondentes aos dias **26, 27, 28 e 29 de outubro 2026,** *referentes aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2026*, conforme Certidão TRE (77836772),nos termos do art. 98 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Resolução TSE nº 22.747, de 27 de março de 2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JURANDIR CLÁUDIO D'ADDA
Contador-Geral do Estado
Analista Contábil COGES CRC/RO nº 007220
Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES)

Protocolo 77839355

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

EDITAL Nº 32/2026/SEFIN-TATE
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, e em conformidade com o disposto no artigo 112, inciso III, no artigo 127-B e no artigo 146, todos da Lei nº 688/96, fica o sujeito passivo devidamente intimado da decisão de primeira instância que **julgou parcial procedente o Auto de Infração,** declarando parcialmente devido o crédito tributário**.**

O sujeito passivo deverá efetuar o recolhimento do crédito tributário no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste edital, ou, querendo, poderá interpor recurso voluntário à Câmara de Segunda Instância no mesmo prazo, ocasião em que será considerado intimado para todos os efeitos legais.

Cópia da decisão de **1ª instância** estão disponíveis neste Tribunal e podem ser solicitadas pelo e-mail **primeirainstancia@sefin.ro.gov.br**. O acesso integral ao processo pode ser realizado por meio do sistema **e-PAT**.

PROCESSO Nº: 20252700100192
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0005-74
DECISÃO Nº: 20252700100192/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**

PROCESSO Nº: 20252700100190
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0002-21
DECISÃO Nº: 20252700100190/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**
5. VANDO GOMES DOS SANTOS
CPF: ***.541.232-**

PROCESSO Nº: 20252700100193
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0005-74
DECISÃO Nº: 20252700100193/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**

PROCESSO Nº: 20252700100196
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0006-55
DECISÃO Nº: 20252700100196/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**
5. VANDO GOMES DOS SANTOS
CPF: ***.541.232-**

PROCESSO Nº: 20252700100117
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0001-40
DECISÃO Nº: 20252700100117/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**

PROCESSO Nº: 20252700100189
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0002-21
DECISÃO Nº: 20252700100189/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**
5. VANDO GOMES DOS SANTOS
CPF: ***.541.232-**

PROCESSO Nº: 20252700100195
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0006-55
DECISÃO Nº: 20252700100195/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**

PROCESSO Nº: 20252700100191
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0003-02
DECISÃO Nº: 20252700100191/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**

PROCESSO Nº: 20252700100194
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0007-36

DECISÃO Nº: 20252700100194/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**

PROCESSO Nº: 20252700100157
SUJEITO PASSIVO: BIG UTILIDADES E PRESENTES LTDA
CNPJ/CPF: 02.672.212/0004-93
DECISÃO Nº: 20252700100157/2026/UJ/TATE/SEFIN
JULGADOR: ANDERSON APARECIDO ARNAUT
RESP. SOLIDÁRIO MANTIDOS:
1. JARDSON COSTA MENDONÇA
CPF: ***.350.652-**
2. MÁRCIO LUIZ FIDELI
CPF: ***.269.972-**
3. CLEOMAR SILVA DE JESUS
CPF: ***.759.262-**
4. SÉRGIO PINTO SÁ
CPF :***.641.872-**
5. VANDO GOMES DOS SANTOS
CPF: ***.541.232-**

FABIANO EMANOEL FERNANDES CAETANO
PRESIDENTE DO TATE/SEFIN

Protocolo 77865316

EDITAL Nº 21/2026/SEFIN-AGVHA

Pelo presente Edital, atendendo ao que preceitua o inciso III do artigo 112 da lei 688 de 27 de dezembro de 1996, ficam os contribuintes abaixo arrolados CIENTIFICADOS dos Autos de Infração abaixo relacionados, bem como ficam INTIMADOS a pagarem o crédito tributário lançado por meio dos respectivos Autos de Infração ou oferecem DEFESAS no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do 6º (sexto) dia da publicação deste Diário Oficial do Estado, sob pena de, vencido o prazo, ser decretada a **REVELIA**, aplicando-se o que determina o art. 127 da Lei n°.688/96.

Caso opte por efetuar o PAGAMENTO do Auto de infração recebido, **os PRAZOS** para recolhimento **com redução da MULTA** estão no Art. 80, item I, da lei 688/96; para impressão do DARE, acessar:

https://dare.sefin.ro.gov.br/adm (impressão pelo nº do complemento que é o nº do Auto de Infração).

Caso opte por apresentar DEFESA, conforme artigo 121 da citada lei, esta deverá ser protocolizada diretamente no Sistema E-PAT da SEFIN-RO com seu certificado digital, no endereço epat.sefin.ro.gov.br.

Para maiores informações sobre a utilização do Sistema E-PAT acessar https://agenciavirtual.sefin.ro.gov.br/ (tópico E-PAT). Não tendo acesso ao e-PAT, contatar a Agência de Rendas.

Os Processos Administrativos Tributários encontram-se à disposição do contribuinte na Agência de Rendas de Vilhena -RO.

1. Auto de Infração: 20262906300502
Sujeito Passivo: FRANCINO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 62.796.976/0001-70
Município: PONTA PORÃ - MS
2. Auto de Infração: 20262906300488
Sujeito Passivo: K T B CORTEZ TRANSPORTES LTDA

CNPJ/CPF: 04.832.132/0001-30
Município: COLOMBO - PR
3. Auto de Infração: 20263006300005
Sujeito Passivo: S S MATOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ/CPF: 36.012.868/0001-59
Município: VILHENA - RO
4. Auto de Infração: 20263006300008
Sujeito Passivo: S S MATOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ/CPF: 36.012.868/0001-59
Município: VILHENA - RO
5. Auto de Infração: 20263006300009
Sujeito Passivo: S S MATOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ/CPF: 36.012.868/0001-59
Município: VILHENA - RO
Vilhena/RO, 22 de outubro de 2026.

André Luiz Magalhães da Paz
Agente de Rendas de Vilhena

Protocolo 77918584

EDITAL Nº 11/2026/SEFIN-AGCAC

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
4ª DRRE / CACOAL /RONDÔNIA
AG. DE RENDAS DE CACOAL - RO

Pelo presente Edital, atendendo ao que preceitua o Inciso III, do artigo 112 da Lei 688 de 27/12/1996, fica o contribuinte abaixo relacionado INTIMADO a pagar o crédito tributário referente ao auto de infração, ou oferecer defesa no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do sexto dia da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Rondônia, sob pena de, vencido o prazo, ser considerado revel, aplicando o que determina o art. 127 do referido diploma legal. Cópias do processo administrativo encontram-se à disposição do autuado nesta Agência de Renda.

01 PAT. Nº 20263000400033 de 23/07/2026
SUJEITO PASSIVO: GT CONSTRUTORA & COMERCIO LTDA
CNPJ/MF: 30.0**.***/****-81
ENDEREÇO: AVENIDA ROLIM DE MOURA, 439, BAIRRO ALVORADA,
CEP:76.970-000 - PIMENTA BUENO - RO.
02 PAT. Nº 20263000400034 de 23/07/2026
SUJEITO PASSIVO: GT CONSTRUTORA & COMERCIO LTDA
CNPJ/MF: 30.0**.***/****-81
ENDEREÇO: AVENIDA ROLIM DE MOURA, 439, BAIRRO ALVORADA,
CEP: 76.970-000 - PIMENTA BUENO - RO.
03 PAT. Nº 20263000400087 de 19/09/2026
SUJEITO PASSIVO: DELICIA CAIPIRA IND. DE ALIMENTOS DA AMAZONIA LTDA - ME
CNPJ/MF: 05.0**.***/****-06
ENDEREÇO: AVENIDA JOSE CARLOS MINGORANCE, 1811, BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL,
CEP: 76.967-790 - CACOAL - RO.
04 PAT. Nº 20263000400036 de 23/07/2026
SUJEITO PASSIVO: COMERCIAL ESPERANÇA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ/MF: 30.2**.***/****-55
ENDEREÇO: AVENIDA RONDONIA, SN, BAIRRO DISTRITO DE NOVA ESPERANÇA,
CEP: 76.974-000 - ESPIGÃO D'OESTE - RO.
AR/CACOAL, 22 de outubro de 2026.

Fabrício Fernandes Andrade
Agente de Rendas de Cacoal
Matrícula nº: ******143

Protocolo 77899383

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

EDITAL Nº 21/2026/SEFIN-AGARI
6ªDRRE/AGÊNCIA DE RENDAS DE ARIQUEMES
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, atendendo ao que preceituam os artigos 109, 110, 112, III,e 121 da Lei nº 688/1996 e 8º do Anexo XII, do Decreto nº 22.721/2018, fica o Sujeito Passivo abaixo relacionado **INTIMADO** a pagar o crédito tributário lançado por meio dos Autos de Infração abaixo relacionados, ou oferecer defesa no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do 5º (quinto) dia após a publicação deste edital, sob pena de, vencido o prazo, ser decretada a REVELIA, aplicando-se o que determina o artigo 127 da Lei nº 688/1996.

Fica, ainda, o Sujeito Passivo, **NOTIFICADO** que os documentos que originaram e instruíram a lavratura dos autos de infração, inclusive as peças produzidas em formato digital gravadas e disponibilizadas em mídia ótica, CD-R ou DVD-R (porventura existentes), permanecerão anexados ao processo original, disponível para retirada ou obtenção de cópias.

Auto de Infração de nº: 20263000600068
Sujeito Passivo: R S DOS REIS TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 40.529.582/000-12
CAD: 0000000589315-1

Ariquemes/RO, 22 de outubro de 2026

ANDRÉ LUÍS F. FONTOURA
MATRÍCULA Nº *****124
AGENTE DE RENDAS DE ARIQUEMES

Protocolo 77941600

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO XV DA LEI N.º 14.133/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº (0037.006898/2026-50)

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, sediada na Av. Farquar, nº 2986, Edifício Rio Cautário, Bairro Pedrinhas, na cidade de Porto Velho/RO, torna pública a manifestação de interesse da Administração Pública em obter propostas mais vantajosas economicamente para *c*ontratação emergencial de empresa especializada para a aquisição de transformador de distribuição de 225 kVA (220/127V) com serviço especializado de instalação, comissionamento e adequação infraestrutural para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Porto Velho/RO, compreendendo a substituição de cruzetas, adequação do suporte e ancoragem da estrutura, remoção e montagem para sustentação do equipamento, instalação física, conexões de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT), parametrização de proteções no Quadro Geral de Distribuição (QGD), ensaios elétricos de rotina, adequação do sistema de aterramento e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA), bem como o fornecimento de todos os materiais, insumos, ferramentais e mão de obra necessários para garantir o pleno e seguro funcionamento do sistema de alimentação elétrica da unidade.

Constam abaixo as informações necessárias para os eventuais interessados:

I - Processo Administrativo: (0037.006898/2026-50);

II - Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para a aquisição de transformador de distribuição de 225 kVA (220/127V) com serviço especializado de instalação, comissionamento e adequação infraestrutural para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Porto Velho/RO, compreendendo a substituição de cruzetas, adequação do suporte e ancoragem da estrutura, remoção e montagem para sustentação do equipamento, instalação física, conexões de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT), parametrização de proteções no Quadro Geral de Distribuição (QGD), ensaios elétricos de rotina, adequação do sistema de aterramento e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA), bem como o fornecimento de todos os materiais, insumos, ferramentais e mão de obra necessários para garantir o pleno e seguro funcionamento do sistema de alimentação elétrica da unidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - Valor Estimado da Contratação: R$ 55.482,04 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois reais e quatro centavos);

IV - Critério de Julgamento: Menor Preço;

V - Prazo para recebimento das propostas: 3 dias úteis, a contar desta publicação;

VI - Contato para informações: gerenciadecompras@cloud.sesdec.ro.gov.br

As empresas interessadas deverão manifestar seu interesse em apresentar proposta por meio do endereço eletrônico indicado no **item VI**. Após o recebimento da manifestação, esta Secretaria encaminhará o Termo de Referência, contendo as especificações técnicas do objeto, e a respectiva SAMS, para subsidiar a elaboração e o posterior envio da proposta comercial formal pela empresa interessada.

Publique-se.

Porto Velho, na data da assinatura eletrônica.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77789595

Portaria nº 1147 de 21 de outubro de 2026

Designa Gestores e Fiscais Técnicos de contrato para acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Contrato nº 851/2026/PGE-SESDEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, e o art. 19 do Decreto Estadual nº 21.887, de 25 de abril de 2017, e

CONSIDERANDO o disposto nos art. 117 e 140 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, especialmente os art. 19 a 21, que dispõem sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual; e

CONSIDERANDO a necessidade de designação formal de gestor e fiscais para acompanhamento e controle da execução contratual,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na gestão e fiscalização do Termo de Contrato em tela, celebrado com a empresa STRATTEGIX NEGOCIOS PUBLICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.485.496/0001-83, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MONITORES CURVOS DE 49 POLEGADAS COM CURVATURA 1000R**, conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Estadual nº 28.874, de 2024.

§ 1º Ficam designados como Gestores do Contrato os servidores: **AMARILDO BRITO PANTOJA ARNHOLD**, matrícula ******345 (Titular); e **RAFAEL MEDEIROS MOTA**, matrícula ******935 (Suplente), competindo-lhes:

I – gerir e acompanhar a execução do contrato administrativo, assegurando o fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

II – instruir os processos de alteração contratual, inclusive quanto a acréscimos, supressões, prorrogações, reajustes, repactuações e revisões, observados os limites legais, encaminhando-os à autoridade competente para decisão;

III – controlar os prazos de vigência do contrato, de execução do objeto e de suas etapas, recomendando, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, quando cabível, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação contratual;

IV – prover os fiscais do contrato das informações e dos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as ações relacionadas ao adimplemento do objeto;

V – analisar relatórios e comunicações dos fiscais, adotando as providências administrativas necessárias;

VI – comunicar à autoridade competente irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a aplicação de sanções administrativas;

VII – adotar medidas preparatórias para a aplicação de sanções e para a rescisão contratual, observado o devido processo legal;

VIII – controlar as garantias contratuais, inclusive quanto à vigência, valor e eventual liberação;

IX – receber as notas fiscais devidamente atestadas pelos fiscais e encaminhá-las ao setor competente para pagamento, mantendo controle atualizado dos pagamentos realizados;

X – documentar nos autos do processo administrativo todos os fatos relevantes à execução contratual;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

XI – registrar e manter atualizadas as informações do contrato nos sistemas oficiais, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

XII – acompanhar situações supervenientes que possam impactar os preços contratados, na forma do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

XIII – elaborar o relatório final de gestão contratual;

XIV – promover o encerramento administrativo do contrato.

§ 2º Ficam designados para compor a Comissão de Fiscalização do contrato os servidores: **KLAYTON KELVYO ALVES FERNANDES**, matrícula ******186 (Presidente); **ADALBERTO MOREIRA LOPES JÚNIOR**, matrícula ******028 (Membro); e **JOÃO ANGELO CAVALCANTE FONSECA**, matrícula ******458 (Membro), competindo-lhes:

I – conhecer o contrato e seus anexos, especialmente o Termo de Referência;

II – fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas;

III – registrar, de forma circunstanciada, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

IV – emitir notificações para correção de irregularidades, fixando prazo para saneamento;

V – comunicar tempestivamente ao Gestor do Contrato situações que demandem providências superiores;

VI – conferir notas fiscais e demais documentos exigidos para pagamento;

VII – realizar o recebimento provisório do objeto contratual, mediante termo detalhado que comprove o atendimento às exigências técnicas;

VIII – verificar a conformidade da execução quanto a especificações, prazos, quantidades e qualidade;

IX – recusar fornecimentos ou serviços em desacordo com o contrato;

X – emitir relatórios técnicos circunstanciados que subsidiem decisões quanto à prorrogação, alteração ou encerramento do contrato;

XI – subsidiar o Gestor do Contrato com informações necessárias à adequada gestão contratual.

Art. 2º A fiscalização deverá ser realizada por meio de mecanismos transparentes, seguros e rastreáveis, com adequada evidenciação documental das atividades desenvolvidas, inclusive mediante relatórios, registros fotográficos e listas de verificação, quando necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia.

HÉLIO GOMES FERREIRA

Secretário de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania

Protocolo 77895453

POLÍCIA MILITAR - PM

Portaria nº 7983 de 21 de outubro de 2026

Outorga a Moeda *Veteranis Honorem* da Polícia Militar de Rondônia.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XI, do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM), aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021, e em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 0262/2021/PM-ASSELEGIS, que institui a Moeda *Veteranis Honorem* da Polícia Militar do Estado de Rondônia e aprova seu Regulamento (77877532), e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 5.389, de 11 de julho de 2022, que institui o Dia do Veterano no âmbito do Estado de Rondônia (77890404),

R E S O L V E:

Art. 1º Outorgar a **Moeda *Veteranis Honorem*,** em reconhecimento aos relevantes serviços e às contribuições prestadas **em defesa da causa policial-militar,** aos policiais militares da Reserva Remunerada e Reformados abaixo nominados:

1. Coronel QOPM RR ******298 FÁBIO DE CARVALHO SOUZA;
2. Coronel QOPM RR ******486 CESAR ADILSON BANDEIRA PINHEIRO;
3. Coronel QOPM RR ******427 RAMIRO EUSTÁQUIO VIEIRA SOBRINHO;
4. Coronel QOPM REF ******622 AUREO CESAR DA SILVA;
5. Tenente-Coronel QOPM RR ******455 FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA FERREIRA;
6. Major QOPM RR ******551 ANTONIO NASCIMENTO;
7. Major QOPM REF ******056 EUNICE ALEXANDRE DE LIMA;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8. Major QOPM REF ******450 RONALDO JOSÉ DE LIMA;
9. Capitão QOPM RR ******956 GEREMIAS CARMO NOVAIS;
10. Capitão QOPM REF ******409 SÉRGIO FRIZANCO PINHEIRO;
11. Primeiro-Tenente QOPM RR ******909 CLEMILSON OLIVEIRA LIMA;
12. Primeiro-Tenente QOPM RR ******418 LOURIVAL ANDRADE;
13. Segundo-Tenente QOPM RR ******444 GABRIEL MANAIA GOMES;
14. Segundo-Tenente QOPM RR ******948 JORGE FLARIS DA SILVA;
15. Segundo-Tenente QOPM RR ******114 JOSÉ VALTER DE OLIVEIRA;
16. Segundo-Tenente QOPM RR ******524 RIVALDO JOSÉ DE SOUZA;
17. Segundo-Tenente QOPM RR ******240 ADALTO FREZ;
18. Segundo-Tenente QOPM RR ******339 LAZÁRO DONIZETE BRAJÃO;
19. Segundo-Tenente QOPM REF ******620 ROBERTO CARLOS VALLE;
20. Subtenente QPPM RR ******707 ROGÉRIO DOS SANTOS ALVES;
21. Subtenente QPPM RR ******042 JORGE RÓGUS;
22. Subtenente QPPM RR ******631 GENISSON JOSE DA SILVA;
23. Subtenente QPPM RR ******720 JEFFERSON DOS SANTOS MAIA;
24. Subtenente QPPM RR ******070 LUCIANA DA SILVA NOBERTO;
25. Subtenente QPPM RR ******214 LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS;
26. Subtenente QPPM RR ******009 PAULO SERGIO FIGUEIREDO;
27. Subtenente QPPM RR ******707 CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS;
28. Subtenente QPPM RR ******896 NADIR NUNES DA SILVA;
29. Subtenente QPPM RR ******565 SANDRA BEZERRA DOS SANTOS ALCANTARA;
30. Subtenente QPPM REF ******316 ROMERO MARQUES RAMOS;
31. Subtenente QPPM REF ******836 CARLOS AUGUSTO ALVES DA ROSA;
32. Subtenente QPPM REF ******654 APARECIDA CASTURINA DE SOUZA;
33. Subtenente QPPM REF ******355 ANTÔNIO ALVES DA SILVA;
34. Primeiro-Sargento QPPM RR ******861 ROSANGELA ALVES DA SILVA;
35. Primeiro-Sargento QPPM RR ******074 VALDECIR COSTA DE OLIVEIRA;
36. Primeiro-Sargento QPPM RR ******932 FRANCISCO DE ASSIS LOPES DE FARIAS;
37. Primeiro-Sargento QPPM RR ******512 VALDIR GOMES;
38. Primeiro-Sargento QPPM RR ******329 ARNESTO LIMA DA SILVA;
39. Primeiro-Sargento QPPM RR ******050 EDER JUNHIOR APARECIDO PEREIRA;
40. Primeiro-Sargento QPPM RR ******770 RAIMUNDO JOSÉ RABELO LIMA;
41. Primeiro-Sargento QPPM RR ******717 MANOEL FERREIRA FERNANDES;
42. Primeiro-Sargento QPPM RR ******902 CARLOS ANES VASQUES;
43. Primeiro-Sargento QPPM RR ******998 LINDOMAR JOSÉ DE CARVALHO;
44. Primeiro-Sargento QPPM RR ******771 CARLOS DA CRUZ SARAIVA;
45. Primeiro-Sargento QPPM RR ******581 IVETE ZINI;
46. Primeiro-Sargento QPPM REF ******203 JOÃO GONÇALVES ZINGRA;
47. Primeiro-Sargento QPPM REF ******688 MAURÍCIO GRENGE;
48. Primeiro-Sargento QPPM REF ******280 ROSANGELA DOS SANTOS;
49. Segundo-Sargento QPPM RR ******808 MARLISA FRANZ ROVES;
50. Segundo-Sargento QPPM RR ******919 JOSÉ GONÇALVES FILHO;
51. Segundo-Sargento QPPM RR ******523 LÁZARO FERREIRA DOS SANTOS FILHO;
52. Segundo-Sargento QPPM RR ******453 ZENILDO SILVA;
53. Segundo-Sargento QPPM RR ******652 MAURICIO OSCAR DIAS;
54. Segundo-Sargento QPPM RR ******781 MIGUEL ANTONIO MATTOS DA CUNHA;
55. Segundo-Sargento QPPM RR ******204 PEDRO FERREIRA DOS SANTOS;
56. Segundo-Sargento QPPM RR ******711 WILSON MELO DE MATTOS;
57. Segundo-Sargento QPPM REF ******092 JOÃO BREMIDE EDUARDO;
58. Segundo-Sargento QPPM REF ******769 CARLOS ALBERTO DOS SANTOS;
59. Segundo-Sargento QPPM REF ******660 JOSE ROBERTO PEREIRA DA SILVA;
60. Segundo-Sargento QPPM REF ******767 MANOEL HONÓRIO DOS SANTOS SOBRINHO;
61. Segundo-Sargento QPPM REF ******573 CLAUDIO GOMES DO NASCIMENTO;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

62. Segundo-Sargento QPPM REF ******583 HILDNÉIA FEITOZA MONTEIRO NOBRE;
63. Segundo-Sargento QPPM REF ******549 ANTAO TEIXEIRA CABRAL;
64. Terceiro-Sargento QPPM RR ******106 CONCEIÇÃO APARECIDA NOGUEIRA;
65. Terceiro-Sargento QPPM RR ******476 MARIA ELIZABETH BARBOSA DE LIMA;
66. Terceiro-Sargento QPPM RR ******497 MARIA GIGLIOLA DA CUNHA SILVA GIL;
67. Terceiro-Sargento QPPM RR ******645 ADALVO MÁXIMO DE SOUZA;
68. Terceiro-Sargento QPPM RR ******950 HERINELTON PANTOJA SILVA;
69. Terceiro-Sargento QPPM RR ******805 JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA;
70. Terceiro-Sargento QPPM RR ******111 MARCOS ORTIZ DE OLIVEIRA;
71. Terceiro-Sargento QPPM RR ******335 MARIA DE LOURDES LEMOS DE FARIAS;
72. Terceiro-Sargento QPPM RR ******440 GILDO COLODA;
73. Terceiro-Sargento QPPM RR ******963 NEIVA MARIA CASAGRANDE;
74. Terceiro-Sargento QPPM RR ******219 AIRTON AMADOR DE ARAÚJO;
75. Terceiro-Sargento QPPM REF ******267 LOURIVALDO APARECIDO DA SILVA;
76. Terceiro-Sargento QPPM REF ******432 LUIZ CARLOS MACARINI;
77. Terceiro-Sargento QPPM REF ******452 MARIA APARECIDA GOMES DO CARMO;
78. Cabo QPPM RR ******545 GILVANE MELO DA SILVA GONZAGA;
79. Cabo QPPM RR ******755 LEONIDA ANICETO DA SILVA;
80. Cabo QPPM RR ******832 ALZENIRA MARIA DE BRITO;
81. Cabo QPPM RR ******359 SORAIA VALLE RODRIGUES DA SILVA;
82. Cabo QPPM RR ******330 OLAVO DE OLIVEIRA MORAIS;
83. Cabo QPPM RR ******889 PAULO SERGIO FACCIN;
84. Cabo QPPM RR ******180 VALQUIMAR CARLOS VIANA;
85. Soldado QPPM REF ******745 CLAUDIO MIGUEL DO NASCIMENTO TELLES;
86. Soldado QPPM REF ******914 MANOEL PEREIRA DO NASCIMENTO; e
87. Soldado QPPM REF ******338 DOMINGOS SALVIO DA CRUZ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS CARLOS GONÇALVES DA COSTA **GARIBALDI** - CORONEL QOPM
Comandante-Geral da PMRO em exercício
Portaria 7950 (77841897)

Protocolo 77877649

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR IV
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 005/2026-PROAFI
PROCESSO SEI Nº 0021.050023/2026-64

Objeto: **AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO.**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026.**

O **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar IV**, C.N.P.J nº 22.859.417/0001-47, localizado na Rua Castelo Branco, nº 1523 – Bairro: Nova Brasília CEP: 76.908-340/ Município de Ji-Paraná-RO,doravante Unidade Executora, aderente ao programa **PROAFI**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a **AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO** , referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Castelo Branco, nº 1523 – Bairro: Nova Brasília CEP: 76.908-340/ Município de Ji-Paraná-RO, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a **AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE APLICAÇÃO**, considerando o menor preço por item.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov, a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail colegiotiradentes.ctpmiv@seduc.ro.gov dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar IV**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (75588179)

Ji-Paraná/RO, 22 de Outubro de 2026.

Marlon Eduardo Dias Alves
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES
ÉDERSON NEVES DA SILVA - CAP QOAPM
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

Protocolo 75588181

EXTRATO

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2025/PM-CPOFLICITACOES (0065390303) QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA - PMRO (ÓRGÃO PARTICIPANTE) E DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL (ÓRGÃO GERENCIADOR), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

1-EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO: 1ª PRORROGAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2025 (0065390303) **2-PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 0021.039597/2024-10 **3-PREGÃO ELETRÔNICO:** Nº

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

90275/2024/SUPEL/RO **4-ÓRGÃO GERENCIADOR**: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL-RO **5-ÓRGÃO PARTICIPANTE**: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA - PMRO **6-FORNECEDOR:** MERITO BRINDES E PREMIACOES - LTDA, CNPJ: 21.883.166/0001-73 **7-OBJETO:** MEDALHAS E MOEDAS COMEMORATIVAS E MERITÓRIAS **8-PARECER JURÍDICO:** PARECER Nº 320/2026/PGE-SESDEC (76707096) **9-BASE LEGAL:** LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, ART. 84, E DECRETO ESTADUAL Nº 28.874/2024. **10-VIGÊNCIA:** 21OUT26 a 21OUT27, COM RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVO DOS ITENS REGISTRADOS.

Protocolo 77844250

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 02/2026.
CONTRATANTE: Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Rondônia Unidade IX – Cacoal.
CONTRATADA: Distribuidora de Gás Santa Elvira Ltda.
CNPJ DA CONTRATADA: Nº 01.081.154/0001-18.
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de gás engarrafado carga 13 kg
VALOR: R$ 5.628,00 (Cinco mil e seiscentos e vinte e oito reais)
VIGÊNCIA: 190 dias.
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2026.
ASSINAM:
ROSIANA MARIA DA **ROSA** - 1º TEN QOAPM
Presidente do Conselho Escolar
Contratante
JOÃO DE OLIVEIRA MESQUITA
Representante da Contratada

Protocolo 77869913

POLÍCIA CIVIL - PC

EXTRATO

1-EXTRATO: Contrato nº 001/2026/2026/PC-ASSTEC 2-PARTÍCIPE 1: PCRO. 3-PARTÍCIPE 2: STRATOPS INTELLIGENCE LTDA., CNPJ sob o nº 67.856.111/0001-75. 4-OBJETO: Concessão de licença de uso, gratuita, temporária, não exclusiva, não sublicenciável e intransferível, da solução tecnológica denominada eForenses Institucional, para utilização experimental pela Polícia Civil do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 9.609/1998. 5-VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura. 6-PROCESSO: nº 0019.022367/2026-22. 7-DATA DA ASSINATURA: 13/10/2026.

Protocolo 77888582

Portaria nº 1129 de 22 de outubro de 2026

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA**,** no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, todos da Lei Complementar nº 76/93 e,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 0019.117293/2019-82 e Memorando nº 2387/2026/PC-CORREGEPOL, datado de 14 de outubro de 2026.

R E S O L V E:

Art 1º **PRORROGAR** o prazo por **60 (sessenta)** dias, a partir de **21/09/2026**, para conclusão dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 11/2022-CEPA/COR, datado de 30/05/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Del. Mario Jorge Pinto Sobrinho
Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia

Protocolo 77930756

Portaria nº 1132 de 22 de outubro de 2026

PC-ACADEPOL

A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições previstas no art. 14 da Lei Complementar Estadual n. 76, de 27 de abril de 1993; e

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n. 05/2023/PC-CONSUPOL - Regimento Interno da ACADEPOL/PCRO e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 02/2022/PC-DGPC, de 8 de julho de 2022, que tornou público o concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva nos cargos de Agente de Polícia, Datiloscopista Policial, Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Médico-Legista e Técnico em Necropsia;

CONSIDERANDO o que dispõe o Edital nº 8/2026/PC-DGPC, de 20 de outubro de 2026, que tornou pública a convocação, em quinta chamada, para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II/2026;

CONSIDERANDO a instabilidade técnica que ocasionou a indisponibilidade do sistema de matrícula MINERVA por aproximadamente 2 (duas) horas e 40 (quarenta) minutos;

R E S O L V E:

Art. 1º ALTERAR o cronograma constante do Anexo II do Edital nº 8/2026/PC-DGPC, de 20 de outubro de 2026, exclusivamente quanto ao período destinado à matrícula on-line dos candidatos convocados em quinta chamada para o Curso de Formação Técnico-Profissional - CFTP II/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Evento	Novo período	Canal de divulgação
Matrícula On-line - Quinta Chamada	Início às 20 horas do dia 20 até as 23h59 do dia 22/10/2026 (horário oficial de Brasília/DF)	https://acadepol.pc.ro.gov.br

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº 8/2026/PC-DGPC, de 20 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KEITY MOTA SOARES

Delegada de Polícia - Diretora da ACADEPOL/PCRO

Protocolo 77933684

Portaria de férias nº 14420 de 05 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/08/2026 a 01/08/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JESSICA KAYGINA DA SILVEIRA SEUBERT DAPONT**, **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******414, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/07/2026 a 01/08/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 05/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ

Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65904

Portaria de férias nº 15154 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ADIEL DAVID PAVAO,** AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, matrícula ******990, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, do(s) período(s) de**(22/05/2026 a**

10/06/2026) e (20/07/2026 a 29/07/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário),referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(20/07/2026 a 29/07/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (01/12/2026 a 20/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65913

Portaria de férias nº 15157 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 19/10/2026 a 28/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **FERNANDA MENDES DE LIMA**, **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******771, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(19/10/2026 a 28/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65917

Portaria de férias nº 15158 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 22/08/2026 a 31/08/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **FLAVIO BRILHANTE ZEFERINO**, **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******896, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(22/08/2026 a 31/08/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65920

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15159 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **GIL LENO DIAS ARAUJO**, **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******625, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65923

Portaria de férias nº 15160 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **JADER GALDINO DE MACEDO,** AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, matrícula ******385, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, originalmente marcadas para o**09/02/2026 a 28/02/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**09/02/2026 a 28/02/2026 e 09/02/2026 a 28/02/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **12/12/2026 a 31/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65927

Portaria de férias nº 15161 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JANAINA XANDER WESSEL**, **DELEGADO DE POLÍCIA**, matrícula ******435, pertencente ao quadro

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65929

Portaria de férias nº 15162 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JEFFERSON LUIZ MOREIRA** , **AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**, matrícula ******475, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65931

Portaria de férias nº 15163 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 10/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JEOSANE DA SILVA**, **DATILOSCOPISTA POLICIAL**, matrícula ******198, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 10/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65932

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15164 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/10/2026 a 10/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JONATHAS URIEL PEREIRA LIMA**, **ESCRIVÃO DE POLÍCIA**, matrícula ******523, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 10/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65933

Portaria de férias nº 15166 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 20/10/2026 a 29/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **SWAMI OTTO BARBOZA NETO**, **DELEGADO DE POLÍCIA**, matrícula ******447, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(20/10/2026 a 29/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65934

Portaria de férias nº 15184 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **SWAMI OTTO BARBOZA NETO,** DELEGADO DE POLÍCIA, matrícula ******447, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, originalmente marcadas para o**20/10/2026 a 29/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**20/10/2026 a 29/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **25/11/2026 a 04/12/2026.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65935

Portaria de férias nº 15177 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Delegado Adjunto de Polícia Civil, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto de 05 de junho de 2025 de 05/06/2025,publicada no DOE n.105, de 05/06/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARCIO RODRIGUES PORTUGAL,** AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, matrícula ******371, pertencente ao quadro de servidores de Polícia Civil, originalmente marcadas para o**01/07/2026 a 20/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/07/2026 a 20/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **16/11/2026 a 05/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado Adjunto de Polícia Civil

Protocolo DOC65936

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029192/2026-04

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2458/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Jairo Messias Lima de Oliveira, Vania Denise Vilaforte do Nascimento**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS

EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

Protocolo 77664257

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026774/2026-21

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2457/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Gilberto Santos de Andrade, Mesaque Antonio de**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Almeida, **Evânia da Silva e Noeme Ribeiro de Assis Lemos**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77666409

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027950/2026-41

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2465/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Francisco Alyson da Silva Cruz, Pablo José de Oliveira, Marcos Barroso dos Santos e Josue dos Santos Lima**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77669393

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027652/2026-51

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2425/2026/SEJUS-CI e Despacho 77521483, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Mauricio Anacleto de Souza, Marinalva Balordin e Michel Ozorio Broiano**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77672407

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029741/2026-32

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2475/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Genison da Silva Mendonça, Lauro Pereira da Silva, Helder Geraldo Souza Santos e Nilson Maia de Oliveira**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77613663

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026777/2026-64

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2407/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Luciandro Pereira Cardoso, Vanuzia Vieira Ferreira e Aidee Aparecida Vorgnes**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77618019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.024343/2026-20

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2472/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Gilmara Aguiar de Sá e Michel de Araujo Silva**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77618965

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029000/2026-51

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2473/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias do servidor **Mauricio Da Costa Silva**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77619723

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029281/2026-42

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2471/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **David Lucas de Souza Bezerra e Nathalya Sthefani Aquino dos Santos,** bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

Protocolo 77621966

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029899/2026-11

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2474/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias do servidor **Edinaldo de Souza Rodrigues**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

Protocolo 77623543

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026772/2026-31

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2469/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Gilmar Duarte dos Santos, Leandro Nascimento Delgado, Marcela Ramalho de Souza e Franceliza Cosmo Rodrigues,** bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.

Protocolo 77626535

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.028769/2026-52

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2476/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Maicon Ferreira Alfaia, Ricardo da Silva Pimentel e Denilson Carlos Xavier da Costa**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77628048

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029629/2026-00

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2477/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias do servidor **Elias Rodrigues da Silva**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77630011

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026237/2026-81

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer n.º 2392/2026/SEJUS-CI e Despacho 77472475, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Diego Fernando Alves de Souza, Raonni Jacob Galvão, José Edmar Ferreira Viana, Edilson Gomes Santana, Nei Januis Batista Reis e Nill Andrius Justiniano Aranha**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77647757

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.026741/2026-81

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2453/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Walace Lira de Brito, Clebes Brito**, bem como

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77535557

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027392/2026-14

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2451/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Fabiano Vieira Rodrigues, Wellinton da Silva Cabral**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77536918

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.028194/2026-78

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2455/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Wanderson Silva Pereira, Genario Pereira dos Santos, Adelar Ignacio de Lima**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77539328

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.029266/2026-02

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2464/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Renata Ferreira Campos e José Maicon Gomes da Silva**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77540633

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027681/2026-13

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2462/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Walace Lira de Brito e Clebes Brito**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77542256

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 0033.027210/2026-13

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, nos termos do artigo 18 do Decreto 18.728/2014 e em consonância com o Decreto 17.145 de 1.º de outubro de 2012, que regulamenta o acesso à informação, após análise pela Assessoria de Controle Interno da SEJUS, por meio do Parecer Favorável n.º 2460/2026/SEJUS-CI, **HOMOLOGA** a prestação de contas de concessão de diárias dos servidores **Pablo José de Oliveira, Josivaldo Garcia da Silva, Ivo Maia Lima, John Kennedy José Fraga da Cunha**, bem como determina à Gerência de Administração e Finanças que proceda à baixa da responsabilidade dos beneficiários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO
Secretário de Estado de Justiça - SEJUS
EBENÉZER MOREIRA BORGES
Secretário de Estado de Justiça Adjunto - SEJUS

Porto Velho, 16 de outubro de 2026.
Protocolo 77544394

Portaria nº 2754 de 22 de junho de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o Regime dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Despacho da Corregedoria Geral da SEJUS/COGER, que opinou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO a natureza dos interesses envolvidos e a necessidade de apurar os fatos, à luz do princípio do devido processo legal, observando os preceitos estatuídos na Lei Complementar nº 68/1992;

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar em face dos Policiais Penais: R.F.D.M, matrícula ***.***.*73; J.E.L.S, matrícula ***.***.*51; M.D.P.B, matrícula ***.***.*93; J.C.R.D.L, matrícula ***.***.*54; A.B.B.S, matrícula ***.***.*97; R.G.A, matrícula ***.***.**80, visando à apuração dos fatos noticiados no Processo SEI nº **0033.014580/2026-82** e descritos no Despacho **ID 73245919**, inserido nos autos do Processo SEI nº **0033.015439/2026-05**.

Art. 2º. DESIGNAR a 4ª CPPAD, composta pelos servidores, Jussara Araújo de Castro - matrícula nº ***.***.414, Ivanildo Pereira de Lima - matrícula nº ***.***.590 e Magno Oliveira de Sousa - matrícula nº ***.***.561, todos Policiais Penais, para que sob a presidência do primeiro, realizem no prazo de 50 (cinquenta) dias os atos apuratórios em toda sua extensão.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 3º. A comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, bem como, os fatos conexos que surgirem.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

Secretário de Estado de Justiça

Protocolo 73574543

Portaria nº 4555 de 01 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei complementar n. 68/1992, que dispõe sobre o Regime dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO a Notícia de Fato que aportou na Corregedoria Geral, através do Processo SEI nº 0033.011886/2026-87, referente a suposta irregularidade funcional atribuída ao Policial Penal W. S. P., matrícula nº ***.***.452, consistente em possível saída antecipada de seu posto de serviço, sem prévia autorização da chefia imediata, durante o cumprimento de jornada extraordinária, em 10 de abril de 2026, no Centro de Ressocialização de Machadinho do Oeste, e da reiteração da conduta na data de 06/08/2026;

CONSIDERANDO a conduta do servidor C. M. DE O**.**, matrícula nº ***.***.458, possível irregularidade funcional consistente na ausência de registro, no sistema GDOP, relativo a saída do Policial Penal W. S. P, no dia 10/04/2026;

CONSIDERANDO o teor do despacho expedido pela Corregedoria Geral. (77232414);

CONSIDERANDO a natureza dos interesses envolvidos, sobreleva a importância de se impor a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar as condutas imputadas, à luz do princípio do devido processo legal, observando os preceitos estatuídos na Lei 068/1992.

CONSIDERANDO a previsão legal, constante no caput do artigo 195 da Lei Complementar 68/1992, de que: "(...) *o marco inicial para o início do prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contará da publicação da portaria de instauração, ou do recebimento da cópia desta pelo acusado*", temos que, a adoção de qualquer dessas alternativas, nos procedimentos disciplinares, estará em consonância com os princípios da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa.

CONSIDERANDO que o impedimento de atuação da servidora Marcela Lima Gil, matrícula nº. ***.***.474, justificado no documento de id 77659760 e, diante da necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos da Comissão Processante, faz-se necessária sua substituição pelo servidor CLAUDINEI DOMINGOS, matrícula nº ***.***.120, durante o período da missão.

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos servidores C. M. DE O**.**, matrícula nº ***.***.458 eW. S. P., matrícula nº ***.***.452 , a fim de apurar os fatos acima descritos.

Art. 2º - DESIGNAR a 3ª CPPAD, composta pelos servidores, Aldo de Souza Carvalho, Policial Penal, matrícula n° ***.***.183, Marcela Lima Gil, Agente de Atividades Administrativas, matrícula ***.***.474 e Thiago Ramos Faifer, Policial Penal, matrícula n° ***.***.507, para que, sob a presidência do primeiro, no prazo de 50 dias, realizem os atos apuratórios em toda sua extensão.

Art. 3º - SUBSTITUIR a servidora Marcela Lima Gil, Agente de Atividades Administrativas, matrícula ***.***.474, pelo servidor Claudinei Domingos, matrícula nº ***.***.120, na composição da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD.

Art. 4º. A comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, bem como, os fatos conexos que surgirem.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

Secretário de Estado de Justiça

Protocolo 77251069

Portaria nº 4731 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei complementar n. 68/1992, que dispõe sobre o Regime dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO a Notícia de Fato que aportou nesta Corregedoria Geral, através do Processo SEI nº 0033.029611/2024-38, referente apuração de suposta irregularidade funcionais atribuída ao policial penal M. M. de O.,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

matrícula.*******.167, no Centro de Ressocialização de Machadinho do Oeste.

CONSIDERANDO o teor do despacho expedido pela Corregedoria Geral. (77684113).

CONSIDERANDO a natureza dos interesses envolvidos, sobreleva a importância de se impor a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar as condutas imputadas, à luz do princípio do devido processo legal, observando os preceitos estatuídos na Lei 068/1992.

CONSIDERANDO a previsão legal, constante no caput do artigo 195 da Lei Complementar 68/1992, de que: "(...) *o marco inicial para o início do prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contará da publicação da portaria de instauração, ou do recebimento da cópia desta pelo acusado*", temos que, a adoção de qualquer dessas alternativas, nos procedimentos disciplinares, estará em consonância com os princípios da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa.

CONSIDERANDO que o impedimento de atuação da servidora Marcela Lima Gil, matrícula nº. ***.***.474, justificado no documento de id 77659760 e, diante da necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos da Comissão Processante, faz-se necessária sua substituição pelo servidor CLAUDINEI DOMINGOS, matrícula nº ***.***.120, durante o período da missão.

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor M. M. de O., matrícula.*******.167, a fim de apurar os fatos acima descritos.

Art. 2º - DESIGNAR a 3ª CPPAD, composta pelos servidores, Aldo de Souza Carvalho, Policial Penal, matrícula n° ***.***.183, Marcela Lima Gil, Agente de Atividades Administrativas, matrícula ***.***.474 e Thiago Ramos Faifer, Policial Penal, matrícula n° ***.***.507, para que, sob a presidência do primeiro, no prazo de 50 dias, realizem os atos apuratórios em toda sua extensão.

Art. 3º - SUBSTITUIR a servidora Marcela Lima Gil, Agente de Atividades Administrativas, matrícula ***.***.474, pelo servidor Claudinei Domingos, matrícula nº ***.***.120, na composição da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD.

Art. 4º. A comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, bem como, os fatos conexos que surgirem.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

Secretário de Estado de Justiça

Protocolo 77686704

Portaria nº 4784 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei complementar n. 68/1992, que dispõe sobre o Regime dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO a Notícia de Fato recebida por esta Corregedoria Geral, por meio do Processo SEI nº 0033.032511/2025-70, referente a supostas irregularidades funcionais atribuídas ao Policial Penal E. N. DE A., matrícula nº ***.***.224, consistentes na alegada prática de condutas que, em tese, caracteriza assédio moral no ambiente de trabalho.

CONSIDERANDO o teor do despacho expedido pela Corregedoria Geral. (72667844);

CONSIDERANDO a natureza dos interesses envolvidos, sobreleva a importância de se impor a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar as condutas imputadas, à luz do princípio do devido processo legal, observando os preceitos estatuídos na Lei 068/1992.

CONSIDERANDO a previsão legal, constante no caput do artigo 195 da Lei Complementar 68/1992, de que: "(...) *o marco inicial para o início do prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, contará da publicação da portaria de instauração, ou do recebimento da cópia desta pelo acusado*", temos que, a adoção de qualquer dessas alternativas, nos procedimentos disciplinares, estará em consonância com os princípios da legalidade, do devido processo legal e da ampla defesa.

CONSIDERANDO que o impedimento de atuação da servidora Marcela Lima Gil, matrícula nº. ***.***.474, justificado no documento de id 77659760 e, diante da necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos da Comissão Processante, faz-se necessária sua substituição pelo servidor CLAUDINEI DOMINGOS, matrícula nº ***.***.120, durante o período da missão.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor E. N. DE A, matrícula nº ***.***.224 , a fim de apurar os fatos acima descritos.

Art. 2º - DESIGNAR a 3ª CPPAD, composta pelos servidores, Aldo de Souza Carvalho, Policial Penal, matrícula n° ***.***.183, Marcela Lima Gil, Agente de Atividades Administrativas, matrícula ***.***.474 e Thiago Ramos Faifer, Policial Penal, matrícula n° ***.***.507, para que, sob a presidência do primeiro, no prazo de 50 dias, realizem os atos apuratórios em toda sua extensão.

Art. 3º - SUBSTITUIR a servidora Marcela Lima Gil, Agente de Atividades Administrativas, matrícula ***.***.474, pelo servidor Claudinei Domingos, matrícula nº ***.***.120, na composição da 3ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD.

Art. 4º. A comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, bem como, os fatos conexos que surgirem.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito

Secretário de Estado de Justiça

Protocolo 77839106

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

Portaria nº 5997 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, nos termos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017, vem expedir a presente portaria, e:

R E S O L V E :

Art. 1º - **DESIGNAR** o servidor (a) abaixo relacionados para compor a Fiscalização contratual com seus respectivos fiscaissubstitutos do Centro de Diálise de Ariquemes - CDA, subordinado à Secretaria de Estado de Rondônia - SESAU/RO, sem ônus e sem prejuízo de suas atividades.

PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:

Manutenção preventiva e corretiva em Ventiladores Pulmonares da marca MAGNAMED

Função	Nome	Cargo	Matrícula
Fiscal Titular	Rafael Thiago Lima Buzinaro dos Santos	Gerente	******682
Fiscal Suplente	Renata Isabel S Carmim Gonçalves	fisioterapeuta	******936

PARA COMPOR A COMISSÃO FISCAL ADMINISTRATIVA DE CONTRATOS:

Nome	Cargo	Matrícula
Jéssica Alves da Graça	Administradora Hospitalar	******454

Art. 2º - Esta portaria revoga todas as portarias anteriores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

Secretário de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77721341

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 518/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.036784/2026-44

Objeto: Aquisição dos medicamentos POLIETILENOGLICOL 4000 40 G, DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG, AZATIOPRINA 50 MG, HIDROXICLOROQUINA 400 MG, TELMISARTANA 80 MG + ANLODIPINO 5 MG, DIOSMINA 900 MG + HESPERIDINA 100 MG, TRAZODONA 50 MG, CIPROTERONA 50 MG, LISDEXANFETAMINA 40 MG/ML, OXIBUTININA 5 MG e BACLOFENO 10 MG, conforme **solicitações médicas** anexadas nos autos, através de **Dispensa de Licitação**, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: **R$ 14.579,58 (quatorze mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).**

- assinado eletronicamente

ARI MULLER MOREIRA CHACON

Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO

Responsável pela contratação.

Protocolo 77873279

Portaria nº 6085 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de dezembro de 2017, considerando o teor do Processo n° 0036.046647/2026-18, Memorando 29 (77849237).

R E S O L V E:

Art. 1º. – RELOTAR, a contar de **21** de outubro de 2026, na Comissão Intergestores Bipartite| SESAU-CIB, o (a) servidor (a) CHARLES GALDINO DE MACEDO**,** matrícula nº:******942**, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE, pertencente ao Quadro efetivo de Pessoal Civil do Estado de Rondônia.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde

Protocolo 77850023

Portaria nº 6116 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de dezembro de 2017, considerando o teor do Processo n°0050.008648/2026-86, Memorando 30 (77897727).

R E S O L V E:

Art. 1º. – RELOTAR, a contar de **01 de outubro de 2026**, no Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II| JPII, a servidora **JUCILENE LOPES DA CUNHA,** matrícula nº:******627**, ocupante do cargo de **Técnico em Serviços de Saúde**, pertencente ao Quadro efetivo de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotada na Assistência Médica Intensiva | AMI.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde

Protocolo 77898906

Portaria nº 5981 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere, nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de dezembro de 2017, considerando o teor do Processo n° 0036.019899/2026-74, Memorando 27 (77710841).

R E S O L V E:

Art. 1º. – RELOTAR, a contar de **1° de novembro de 2026**, na 3ª Gerência Regional de Saúde - Vilhena| **SESAU-GRS3**, o (a) servidor (a) **SAMUEL ABRAHAO DE OLIVEIRA,** matrículas nº:******058 e** n°******267**, ocupante do cargo de **TÉCNICO DE SERVIÇOS EM SAÚDE,** pertencente ao Quadro efetivo de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotado no Hospital Regional de Cacoal | **HRC.**

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde

Protocolo 77712287

TERMO

DE REVOGAÇÃO PARCIAL DE HOMOLOGAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 95/2025/FUNDHACRE - LICOM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.023789/2026-15
ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

OBJETO: Aquisição de Material de Consumo, visando atender as necessidades das cirurgias bariátricas (kit completo para cirurgia bariátrica de obeso e superobeso, recarga para grampeador, sonda gástrica e outros)

A Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO, por intermédio da Secretária Executiva de Estado da Saúde, torna público a **REVOGAÇÃO PARCIAL** da Homologação do TERMO DE HOMOLOGAÇÃO (75029650), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 150 de 05/08/2026, nos termos do Decreto Estadual n° 28.874, de 25 de Janeiro de 2024, e Lei Federal nº 14.133/2021, em que esta SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU, **REVOGA PARCIALMENTE** a supracitada Homologação, em favor daempresa:

BIOLAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ N.° 06.987.995/0001-02, **item: 7**, da presente Adesão, na qual a referida empresa se comprometeria à **aquisição de material de consumo,** visando atender às necessidades das cirurgias bariátricas (kit completo para cirurgia bariátrica obeso e super obeso, recarga para grampeador, sonda gástrica e outros).

A **REVOGAÇÃO PARCIAL** se dá em razão do pedido formalizado por meio do despacho (77813376)

Conforme a solicitação apensada aos autos, publique-se, para que surta os efeitos legais.

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 77855524

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 519/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.044403/2026-09

Objeto: Aquisição dos medicamentos ABEMACICLIBE 150 MG, NINTEDANIBE 150 MG, OMALIZUMABE 150 MG e ANASTRAZOL 1 MG, conforme **solicitações médicas** anexadas nos autos, através de **Dispensa de Licitação**, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: **R$ 397.763,16 (trezentos e noventa e sete mil setecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos)**

- assinado eletronicamente
ARI MULLER MOREIRA CHACON
Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO
Responsável pela contratação.

Protocolo 77881386

Portaria nº 6030 de 19 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0053.002768/2026-40.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados no **CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - CEMETRON/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1	ADEMAR DA SILVA LIMA	******341	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	60
2	AELSON LUIZ LEITE VIANA	******318	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48
3	ELY PARDO COIMBRA	******329	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	36
4	FRANCISCA FERREIRA DOS SANTOS	******263	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	47,28
5	LIZETE REIS DE OLIVEIRA DA COSTA	******982	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48
6	LUANIR NASCIMENTO DA SILVA PEREIRA	******709	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48
7	MARIA RAIMUNDA COSTA DA CRUZ	******238	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48
8	MARLUCIA DOS SANTOS RODRIGUES	******191	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	72
9	RAIMUNDO GOMES DA SILVA FILHO	******201	AGENTE ADMINISTRATIVO	96
10	RAIMUNDO TRAJANO DE MORAIS	******324	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	36
11	ROBERVAL PINHEIRO DE VASCONCELOS	******338	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48
12	SEBASTIANA DUARTE LOPES	******339	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48
13	SEDY GONÇALVES DE BELÉM	******178	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	36
14	TEREZINHA DE JESUS LIMA ALVES AGUIAR	******039	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	48

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77783675

Portaria nº 6031 de 19 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.036136/2026-98.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados na **COORDENAÇÃO ESTADUAL DE TRANSPLANTES - GCET/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	DHYEIME THAUANA NEVES LIMA PEDROSA	******191	ENFERMEIRO	96
2	EDCLEIA GONÇALVES DOS SANTOS	******729	ENFERMEIRO	96
3	ISABEL GOMES DE OLIVEIRA NEGRI	******935	ENFERMEIRO	96
4	SAMIA CAROLINA REIS E SILVA	******237	ENFERMEIRO	96
5	SUELY LIMA ARAUJO TOLEDO	******264	ENFERMEIRO	96

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77783835

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 6033 de 19 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0054.001206/2026-79.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **CENTRO DE REABILITAÇÃO DE RONDÔNIA - CERO/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	DEBORA CRISTINA DOS SANTOS BATISTA	******529	FISIOTERAPEUTA	87,5
2	LUCIA BELEZA DE SOUZA	******956	TÉC. EM ENFERMAGEM	96
3	LUCILENE DOS SANTOS DUARTE	******545	FISIOTERAPEUTA	87,2
4	MIRIAN DE ALMEIDA DOS REIS	******453	FISIOTERAPEUTA	86,29
5	RENATA ALMEIDA DA SILVA MENDONÇA	******468	FISIOTERAPEUTA	45,52

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77785246

Portaria nº 6073 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.046579/2026-97, Ofício 56814 (77830360).

R E S O L V E:

Art. 1º. – RELOTAR, a partir de **22 de outubro de 2026**, no Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD,** o(a) servidor(a) **RAQUEL FREITAS DE ALENCAR COLARES**, matrícula nº:********750**, ocupante do cargo de CDS-06, de Gerente VI, pertencente ao Quadro Comissionado de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, anteriormente lotado (a) no Centro de Medicina Tropical de Rondônia **- CEMETRON**.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

-assinado eletronicamente-

FABIO JULIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU|RO

Protocolo 77834360

Portaria nº 6052 de 20 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.036174/2026-41.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS - HRB/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	DAVID OLIVEIRA DA SILVA	******028	MÉDICO	96
2	EDER APARECIDO BUENO	******421	MÉDICO	22,49
3	JALDEMIR DA SILVA FALLER	******292	MÉDICO	96
4	JALDEMIR DA SILVA FALLER	******424	MÉDICO	96
5	LOISILENE DANTAS DA SILVA	******797	MÉDICO	48
6	SIMONE APARECIDA GALVAO COSTA	******257	MÉDICO	24
7	WLADIMIR AFFONSO VIANA GONCALVES	******235	MÉDICO	48

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77819325

Portaria nº 6054 de 20 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.036178/2026-29.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS - HRB/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ADENILSON GUDE BUTZKE	******454	TÉC.EM ENFERMAGEM	96
2	ADRIAN CAROLINE JOSEFI DE SOUZA	******937	ENFERMEIRO	93,33
3	ADRIELE ALVES DE OLIVEIRA	******717	TÉC.EM ENFERMAGEM	72
4	ALESSANDRA INACIO LEITE	******782	TÉC.EM ENFERMAGEM	12
5	ALEUDA ANDRADE DA SILVA	******754	TÉC.EM ENFERMAGEM	96
6	ANCYRA JULIANI FANDINHO DA SILVA	******709	TÉC.EM ENFERMAGEM	24
7	ANDREIA MACHADO DE SOUZA	******513	TÉC.EM ENFERMAGEM	72
8	CAMILA DE SOUZA RONCONI	******357	BIOMÉDICO	72
9	CELINEIA SCHNEIDER	******470	ASSIST. SOCIAL	60
10	CRISTIANE DENISE MAZUTTI	******750	FARMACÊUTICO	36
11	DEBORA DA SILVA FERREIRA	******130	TÉC.EM ENFERMAGEM	71,08
12	EDELZUITA SOUZA EVANGELISTA	******836	TÉC.EM ENFERMAGEM	84
13	ELESSANDRA SILVA PORCIDONIO OLIVEIRA	******558	TÉC.EM ENFERMAGEM	60
14	ELINEIDE ALVES DE SÁ	******178	ENFERMEIRO	94,18
15	ELZA REGINA ANDRADE BERG	******980	AUX. DE SERV. EM SAUDE	96

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

16	JADIA CLÉIA RODRIGUES GONÇALVES	******142	ENFERMEIRO	84
17	JEANE TEIXEIRA SALES SILVA	******860	TÉC.EM ENFERMAGEM	60
18	JENNIFER PAOLA PEREIRA CASAGRANDE	******896	TÉC.EM ENFERMAGEM	22,5
19	KESLY FREITAS DA COSTA	******599	FISIOTERAPEUTA	96
20	LINDEMIR ELLER ANTUNES	******164	TÉC.EM ENFERMAGEM	12
21	LUCELIA BUENO	******881	ENFERMEIRO	23,22
22	LUCIANA DA COSTA ROCHA	******987	TÉC.EM ENFERMAGEM	47,28
23	LUCIANO PEREIRA	******332	TÉC. EM RADIOLOGIA	24
24	LUCILÉIA ALVES FAUSTINO PEREIRA	******282	TÉC.EM ENFERMAGEM	60
25	LUCILETE BISPO DE MORAES	******969	TÉC.EM ENFERMAGEM	60
26	MARIA ANGÉLICA PEREIRA	******616	TÉC. EM RADIOLOGIA	96
27	MARIA GERALDA DE ANDRADE	******040	TÉC.EM ENFERMAGEM	84,39
28	MARIA IVANETE BERG	******877	TÉC.EM ENFERMAGEM	84
29	MARIA LUZIA DE OLIVEIRA CORREIA	******413	TÉC.EM ENFERMAGEM	96
30	MARIA SUELI BARROS DA SILVA	******472	TÉC.EM ENFERMAGEM	96
31	NAUANNY KAREM RODRIGUES DE LIMA SILVA	******432	BIOMEDICO	60
32	NELMA INÊS DA COSTA	******290	TÉC.EM ENFERMAGEM	24
33	NILCE REINHEIMER	******782	ENFERMEIRO	60
34	NILZA MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO	******668	ENFERMEIRO	95,32
35	PAMELA DOMINGUES PEREIRA DE SOUZA	******356	BIOMEDICO	72
36	RAFAELA LEONES DE SOUZA	******599	ENFERMEIRO	12
37	REGINA FARIA BATISTA	******698	TÉC.EM ENFERMAGEM	47,46
38	ROBTON POSSAMAI DE OLIVEIRA	******131	PSICÓLOGO	84
39	RONEN ALVES GOMES	******300	TÉC.EM ENFERMAGEM	95,44
40	RUMORI DA SILVA PEREZ	******602	FISIOTERAPEUTA	96
41	SIELTON MANTOVANELLI	******863	TÉC.EM ENFERMAGEM	45,34
42	SOLANGE DA SILVA MACHADO	******655	TÉC.EM ENFERMAGEM	94,27
43	VANESSA ANGELIN BORBA	******789	TÉC.EM ENFERMAGEM	47,3
44	VANESSA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA	******582	ENFERMEIRO	11,52
45	VANESSA DAMASCENO DE SOUZA	******405	FARMACÊUTICO	43,14
46	VERA LUCIA PRATES DA SILVA	******861	TÉC.EM ENFERMAGEM	96
47	VIVIANE RAMOS BARBATO	******936	ENFERMEIRO	95,5
48	YASMIM MORAIS MARTINS	******692	TÉC.EM ENFERMAGEM	57,38

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77822221

Portaria nº 6066 de 20 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o art. 92 da Lei Complementar nº 68 de 09 de dezembro de 1992;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037328/2026-11.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 92, da Lei Complementar n. 68/1992, **horas extras**, e o **Decreto n° 27.021, de 04 de abril de 2022, publicado no DOE** Edição Suplementar 62.1 de 04 de Abril de 2022, pela prestação de **Adicional de Serviços Extraordinários,** aos servidores lotados no **HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ABRAHIM MERINO CHAMMA	******783	MÉDICO	96
2	ALINE SARA MIOTTI CORDEIRO	******478	MÉDICO	90
3	ALLAN FERREIRA NOIA	******511	MÉDICO	24
4	CLAUDIO SILVA GODOY	******726	MÉDICO	96
5	DEBORA DAMIAO DE FATIMA	******543	MÉDICO	48
6	EDER CORDEIRO BRANTI	******766	MÉDICO	96
7	EMILHO DE SOUZA ANDRADE	******358	MÉDICO	48
8	HELLEN CAROLINE DE OLIVEIRA PEREIRA	******646	MÉDICO	72
9	HERTON DICKEL DE SOUZA	******906	MÉDICO	36
10	IVANNILTON ALVES TEIXEIRA	******979	MÉDICO	48
11	JOANNY DANTAS DE ALMEIDA	******508	MÉDICO	96
12	JOEL ALVES DE SOUZA PEIXOTO	******503	MÉDICO	12
13	JOEZER DUARTE CARVALHO	******979	MÉDICO	96
14	JOSE DE JESUS AHUMADA MOLINA	******740	MÉDICO	12
15	JUNIOR COELHO COSTA DE OLIVEIRA	******563	MÉDICO	96
16	LUCAS RANIELI MIRANDA DANTAS	******765	MÉDICO	48
17	NAÍSA BUDNY DE ALMEIDA	******579	MÉDICO	12
18	NIRLANDO MEIRELES DE SOUZA	******352	MÉDICO	96
19	PATRICK RAMALHO LUCAS	******735	MÉDICO	48
20	SONIA CRISTINA RIBEIRO MOREIRA	******615	MÉDICO	96
21	THAUAN KEVEN GOMES GUAITOLINI	******734	MÉDICO	96
22	VICTOR DALL AGLIO DE ORNELLAS	******358	MÉDICO	96
23	WAGNER FELIPE DINIZ RIBEIRO	******515	MÉDICO	84

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77828253

Portaria nº 6067 de 20 de outubro de 2026

A Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos das Leis Complementares nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Dezembro de 2017, e nº 1.127 de 23 de dezembro de 2021, e;

Considerando o Art. 74, da Lei nº 8.112/90;

Considerando o Decreto nº 27.021 de 04 de abril de 2022;

Considerando o Teor do Processo nº 0036.037650/2026-41.

R E S O L V E:

Art. 1º. - CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do convênio nº 006 de 22/05/2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, os servidores abaixo relacionado, pertencentes ao **Quadro de Pessoal em extinção do Ex-Território Federal de Rondônia**, exercendo atividades nesta Secretaria de Estado da Saúde, lotados na **2ª GERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE CACOAL - GRS2/SESAU**, referente ao mês de **SETEMBRO/2026.**

QTD.	NOME	MATRÍCULA	CARGO	H. E.
1	ALIETE DO CARMO ROCHA DE FREITAS	******810	AUX. OP. SERV. DIVERSOS	40

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA

Secretária Executiva

SESAU/RO

Protocolo 77830178

Portaria nº 5999 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0059.000955/2025-58

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77699977);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Híbrido - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **19.09.2026 a 20.12.2026**, ao servidor(a) **MARYSON DA SILVA RIBEIRO**, ocupante do cargo de Diretor Técnico Médico, matrícula nº ********763**, lotada na Hospital Regional de Extrema/HRE.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77724260

Portaria nº 6051 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0053.000628/2025-56

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77508709);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Híbrido - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **05.11.2026 a 05.02.2027**, ao servidor(a) **ADÉLIA CUNHA**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

PRATES, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, matrícula nº ******799**, lotada no Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77819043

Portaria nº 6060 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.044929/2026-81

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77502645);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **03.11.2026 a 31.01.2027**, ao servidor(a) **MARLA CRISTINA MENDONÇA MUNHOZ**, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, matrícula nº ******669**, lotada na Coordenadoria de Conciliação e Mandados Judiciais.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77823702

Portaria nº 6065 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.054612/2025-71

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77629624);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **13.09.2026 a 13.12.2026**, ao servidor(a) **MAIZA BRAGA BARBETO**, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional de Saúde, matrícula nº ******844**, lotada na Gerência de Compras - GECOMP.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77827701

Portaria nº 6069 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0053.001121/2026-09

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77690584);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **02.10.2026 a 01.01.2027**, ao servidor(a) **WALMER ALFREDO SILVA SIQUEIRA**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******206**, lotada na Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77831779

Portaria nº 5851 de 09 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017,Considerando o Teor do Processo nº 0049.011136/2026-36 e Requerimento (77131112).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 14 (quatorze) dias de folgas, em conformidade com a Lei nº 9.504/97, art. 98, art. 1º da Resolução TSE nº 22.424/2006 e Resolução TSE nº 22.747/2008, a servidora DIANA CHRISTINY MEDEIROS DE MORAIS, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******778, lotada no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período que esteve à disposição da Justiça eleitoral nas eleições municipais de 2024, nos períodos citados abaixo.

MÊS/ANO	DIAS
Dezembro/2026	28/12/2026, 29/12/2026, 30/12/2026 e 31/12/2026.
Janeiro/2027	01/01/2027
Fevereiro/2027	03/02/2027, 05/02/2027, 08/02/2027, 09/02/2027, 10/02/2027 e 12/02/2027.
Julho/2027	20/07/2027, 21/07/2027 e 23/07/2027

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77505029

Portaria nº 5883 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.011386/2026-76, e Requerimento (77508626).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **LETICIA ROBERTO DA SILVA**, ocupante do cargo de Nutricionista, Matrícula nº ******670**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **02.12.2026 à 04.12.2026** e **07.12.2026 à 11.12.2026 ,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de **02.05.2025, 29.08.2025 e 31.12.2025**, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77587674

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 5886 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.011430/2026-48, e Requerimento (77410864).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **JANAINA CALDEIRA SIMÕES DA SILVA**, ocupante do cargo de Psicóloga, Matrícula nº ******815**, lotado no Núcleo de Fissurados de Rondônia - HB, no período de **31/12/2026 à 07/01/2027,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de **23.01.2024, 21.08.2024, 23.12.2024** total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77590671

Portaria nº 5887 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.011444/2026-61 , e Requerimento (77422587).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **ROSE SOUZA LIMA**, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº ******246**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **19.12.2026 à 26.12.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de **09.05.2026, 13.10.2025, 22.05.2026**, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77593016

Portaria nº 5890 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº0049.011378/2026-20, e Requerimento (77356585).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **GLEICIANE SOARES GONÇALVES**, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº ******291**, lotado no Núcleo de Enfermagem Médica - HB, no período de **08.11.2026 à 15.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de **10.11.2025, 16.02.2026, 25.08.2026**, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77596740

Portaria nº 5893 de 14 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.011463/2026-98, e Requerimento (77434802).

R E S O L V E:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **LUANA TRINDADE DE SOUSA SIMÕES PINTO,** ocupante do cargo de Técnico Administrativo operacional da Saúde, Matrícula nº ******262**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **14.12.2026 à 21.12.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de **23.05.2022, 21.10.2022 e 07.03.2023**, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77600543

Portaria nº 5927 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, Considerando o teor do Processo nº 0036.026456/2026-30 e Requerimento (77329307).

R E S O L V E:

Art.1º - CONCEDER, **4** (quatro) dias de folga, em conformidade com a Lei nº 9.504/97, art. 98, art. 1º da Resolução TSE nº 22.424/2006 e Resolução TSE nº 22.747/2008, o(a) servidor(a) **ANA LUCIA ZANGRANDI SILVA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde**,** matrícula nº ******745**, lotado(a) no Hospital Regional de São Francisco do Guaporé , no período de **07.10.2026, 10.10.2026, 12.10.2026 e 14.10.2026**, referente aos dias em que esteve à disposição da Justiça eleitoral nas eleições municipais 2024.

Art. 2º - Revogar a Portaria nº 3637 de 24 de junho de 2026, Diof nº 123, publicada em 29 de junho de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado de Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77648956

Portaria nº 5932 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0050.009067/2026-61.

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **GIZELE GONÇALVES DOS SANTOS DE ARRUDA**, Matricula nº ******370**, ocupante do cargo de Técnico de Serviços em Saúde e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no Hospital e Pronto Socorro João Paulo ll, no período de **08.10.2026 a 15.10.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77653636

Portaria nº 5937 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0050.009026/2026-75.

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **FERNANDA DOS SANTOS MELO**, Matricula nº ******209/******949**, ocupante do cargo de Técnico de Serviços em Saúde e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no Hospital e Pronto Socorro João Paulo ll, no período de **09.10.2026 a 16.10.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77658801

Portaria nº 5938 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017 e, Considerando o teor do Processo nº 0036.029659/2026-88 e Certidão Nascimento (74218423).

R E S O L V E:

Art. 1º. **CONCEDER,** 20 (vinte) dias de **LICENÇA PATERNIDADE**, em conformidade com a Lei Nº 13.257 de 08 de Março de 2016, e Lei 3.803 de 12 de Maio de 2016, ao Servidor **THIAGO ANIZIO,** matricula nº ******850**, ocupante do cargo de Médico, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado de Saúde/SESAU, lotado na Hospital Regional de Buritis, no período de **08.07.2026 a 27.07.2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77662876

Portaria nº 5942 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0050.008593/2026-12 , e Requerimento (77081214).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **LILITH DEISERRER LIMA DE FREITAS**, ocupante do cargo de Técnico de Serviços em Saúde, Matrícula nº ******320**, lotado no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II , no período de **01.12.2026 a 08.12.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 23/09/2025, 30.12.2025 e 16.04.2026, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77668525

Portaria nº 5947 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0046.000860/2026-64 , e Requerimento (77630540).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **EDUARDO RIBEIRO DE SOUZA**, ocupante do cargo de Técnico de Serviços em Saúde, Matrícula nº ******762**, lotado no Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia, no período de **04.11.2026 a 06.11.2026 e 09.11.2026 a 13.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 11/07/2025, 22/12/2025, 24/02/2026 e 03/06/2026, total de 04 (quatro) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77683890

Portaria nº 5949 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.045338/2026-21 , e Requerimento (77575554).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **ELIZABETH AGUIAR PEREIRA**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******255**, lotado no Hospital Infantil Cosme e Damião, no período de **02.11.2026 a 06.11.2026 e 09.11.2026 a 11.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 21/11/2025, 20/03/2026 e 31/07/2026, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77686141

Portaria nº 5977 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.005164/2026-14 , e Requerimento (77574749).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **CHRISTIANNE GARCIA GIMENES CHIARELLI**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******639/******387**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **17.12.2026 a 24.12.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 07/08/2023, 05/02/2024 e 11/06/2024, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Revogar a Portaria nº 2855 de 21 de maio de 2026, Diof nº 99, publicada em 25/ de maio de 2026.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77710058

Portaria nº 5985 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0036.045354/2026-13.

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **JOSIANE GOMES**, Matricula nº ******358**, ocupante do cargo de Assessor IX e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no 1ª Gerência Regional de Saúde - Ji-Paraná, no período de **10.10.2026 a 17.10.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77714883

Portaria nº 5995 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0050.009046/2026-46.

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **ROSILENE FIRMINO MAGNO**, Matricula nº ******840**, ocupante do cargo de Técnico de Serviços em Saúde e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no Hospital e Pronto Socorro João Paulo ll, no período de **23.09.2026 a 30.09.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77720310

Portaria nº 6003 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.045809/2026-09 , e Requerimento (77673137).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **JULIANO DE OLIVEIRA S*LVA***, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, Matrícula nº ******122**, lotado no Complexo Hospitalar Regional de Cacoal, no período de **02.11.2026 a 09.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 26/09/2025, 01/01/2026, 16/07/2026 e 16/09/2026, total de 04 (quatro) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77729534

Portaria nº 6005 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0050.009009/2026-38.

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **QUETILEN CANDIDA MARQUES MOREIRA**, Matricula nº ******817**, ocupante do cargo de Médico e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, no período de **08.10.2026 a 15.10.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77733105

Portaria nº 6011 de 16 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0050.009027/2026-10 , e Requerimento (77578154).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **ELIZABETH AGUIAR PEREIRA**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******433**, lotado no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, no período de **03.11.2026 a 06.11.2026 e 09.11.2026 a 12.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 21/11/2025, 20/03/2026 e 31/07/2026, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA
Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77735858

Portaria nº 6015 de 19 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.046058/2026-30 , e Requerimento (77720540).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **GABRIEL RODRIGUES CHOMA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assessor ll, Matrícula nº ******434**, lotado no 1ª Gerência Regional de Saúde - Ji-Paraná, no período de **17.11.2026 a 19.11.2026 e 23.11.2026 a 27.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 01/01/2025, 23/03/2026, 30/06/2026 e 28/09/2026, total de 04 (quatro) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77754227

Portaria nº 6017 de 19 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE nº 238 de 20 de Dezembro de 2017, Considerando o teor do Processo nº 0053.003643/2026-37 e Requerimento (77638082).

R E S O L V E:

Art.1º - CONCEDER, **4** (quatro) dias de folga, em conformidade com a Lei nº 9.504/97, art. 98, art. 1º da Resolução TSE nº 22.424/2006 e Resolução TSE nº 22.747/2008, o(a) servidor(a) **DAIANE COSTA PEREIRA**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde**,** matrícula nº ******977**, lotado(a) no Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia, no período de **17.11.2026, 02.12.2026, 07.12.2026 e 12.12.2026**, referente aos dias em que esteve à disposição da Justiça eleitoral nas eleições gerais 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado de Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77759579

Portaria nº 6019 de 19 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.011716/2026-23 , e Requerimento (77661045).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **BENILCE DA SILCA MAGALHAES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde, Matrícula nº ******368**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **22.12.2026 a 25.12.2026 e 28.12.2026 a 31.12.2026 ,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 18/08/2025 , 30/01/2026 e 12/06/2026, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77765210

Portaria nº 6025 de 19 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0049.005706/2026-59 , e Requerimento (77634475).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **FERNANDA VIEIRA ALVES**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******377**, lotado no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **20.11.2026 a 27.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 26/10/2023, 06/02/2024 e 18/07/2024, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77771825

Portaria nº 6045 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0036.048047/2025-11 , e Requerimento (76792120).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **SARA DOENHA MOTA**, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Operacional da Saúde, Matrícula nº ******100**, lotado no 1ª Gerência Regional de Saúde - Ji-Paraná, no período de **09.11.2026 a 13.11.2026 e 25.11.2026 a 27.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 28/01/2025, 28/05/2025 e 07/10/2025, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77812182

Portaria nº 6048 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017 e, Considerando o teor do Processo nº 0036.046323/2026-80 e Certidão Nascimento (77776704).

R E S O L V E:

Art. 1º. **CONCEDER,** 20 (vinte) dias de **LICENÇA PATERNIDADE**, em conformidade com a Lei Nº 13.257 de 08 de Março de 2016, e Lei 3.803 de 12 de Maio de 2016, ao Servidor **LUIZ FERNANDO PEDROSO DA SILVA,** matricula nº ******478**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado de Saúde/SESAU, lotado na Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal, no período de **17.10.2026 a 05.11.2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado de Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77815884

Portaria nº 6027 de 19 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0050.009121/2026-79 , e Requerimento (77692045).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **SILVANE PASSOS MONTEIRO**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******765**, lotado no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, no período de **09.11.2026 a 16.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 14/11/2023, 28/03/2024 e 05/07/2024, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77780090

Portaria nº 6074 de 20 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0053.003351/2026-02 , e Requerimento (76871572).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **GRAZIELE SAMDIM PEREIRA**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******094**, lotado no Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia, no período de **16.11.2026 a 23.11.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 17/02/2025, 24/04/2026 e 31/07/2026, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77836832

Portaria nº 6078 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 0049.011631/2026-45

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias consecutivos por **LICENÇA FALECIMENTO**, ao Servidor(a) **PAULO ROBERTO MARTINS**, Matricula nº ******119**, ocupante do cargo de Cirurgião Bucomaxilofacial e, pertencente ao Quadro de Servidor da Secretária de Estado da Saúde/SESAU, lotado(a) no Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, no período de **08.10.2026 a 15.10.2026,** conforme estabelecido na Lei Complementar n. 68/92, Art. 135, inciso III, alínea "b".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77842360

Portaria nº 6084 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017,Considerando o Teor do Processo nº 0050.011816/2025-30 e Requerimento (77741382).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 10 (quatorze) dias de folgas, em conformidade com a Lei nº 9.504/97, art. 98, art. 1º da Resolução TSE nº 22.424/2006 e Resolução TSE nº 22.747/2008, a servidora **ELIDAIANA FELICIO DE SOUZA LEAL**, ocupante do cargo de Técnico de Serviços em Saúde, Matrícula nº ******050**, lotada Hospital e Pronto Socorro João Paulo ll, no período que esteve à disposição da Justiça eleitoral nas eleições gerais de 2018/ 2022, nos períodos citados abaixo.

MÊS/ANO	DIAS
Outubro/2026	01/10/2026, 05/10/2026, 08/10/2026, 12/10/2026, 15/10/2026, 19/10/2026, 22/10/2026, 26/10/2026, 29/10/2026
Novembro/2026	02/11/2026

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77849790

Portaria nº 6113 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.041314/2023-50

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77710280);

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **01.11.2026 a 31.01.2027**, ao servidor(a) **JÉSSICA ALVES DA GRAÇA**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, matrícula nº ******454**, lotada na Centro de Diálise de Ariquemes - CDA.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77889999

Portaria nº 6090 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0046.000879/2026-19 , e Requerimento (77718052).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **SUELEN CAVALCANTE**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******271**, lotado no Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia, no período de **28.12.2026 a 31.12.2026 e 01.02.2027 a 04.02.2027,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 22/07/2025, 04/12/2025 e 20/05/2026, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77853947

Portaria nº 6106 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017, considerando o teor do Processo nº 0050.009175/2026-34 , e Requerimento (77753010).

R E S O L V E:

Art.1º. CONCEDER, 08 (oito) dias de licença, ao Servidor(a) **ANA PAULA ANÍSIO DA SILVA**, ocupante do cargo de Especialista em Saúde, Matrícula nº ******771**, lotado no Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, no período de **12.12.2026 a 19.12.2026,** por **doação de sangue** à Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia/FHEMERON, nas datas de 25/10/2023, 31/01/2024 e 13/05/2024, total de 03 (três) doações, em conformidade com a Lei nº 3922, de 17 de outubro de 2016, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 865, de 22 de dezembro de 1999, e PORTARIA Nº. 907/GAB/SESAU de 07 de Maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77873379

Portaria nº 6120 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, que lhe confere nos termos da Lei Complementar nº. 965 de 20 de Dezembro de 2017, publicada no DOE n. 238 de 20 de Dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o Teor do Processo SEI nº 0036.045467/2026-19

CONSIDERANDO a Autorização do Titular da Pasta (77605676);

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO o Teor do Decreto Estadual n. 26.869 de 26 de janeiro de 2022, fica instituído o Trabalho Remoto - Home Office e o teletrabalho, destinados à realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo.

R E S O L V E:

Art.1º - AUTORIZARo Regime Remoto - Teletrabalho, destinado à relação de atividades e atribuições fora das dependências físicas das Unidades Administrativas do Poder Executivo, conforme Artigos 1º a 17 do Decreto Estadual nº 26.869, de 26 de janeiro de 2022, pelo período de **01.11.2026 a 29.01.2027**, ao servidor(a) **NAJARA CARIOCA SOARES PINTO**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº ******236**, lotada na Central de Regulação Hospitalar - CREGH.

Art. 2º - O servidor deverá enviar mensalmente para Gerência de Administração de Pessoal-SESAU/GAP, o relatório de atividades laborais desenvolvidas durante o período de teletrabalho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO JÚLIO PERONDI SILVA

Secretário Adjunto de Estado da Saúde | SESAU-RO

Protocolo 77901684

AVISO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Administrativo SEI nº: 0036.037752/2026-66

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e com o Decreto Estadual nº 21.431/2016, torna pública a dispensa de chamamento público para celebração de Termo de Fomento com a CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA, inscrita no CNPJ nº 60742616000240, tendo por objeto à aquisição de 03 (três) lavadoras automáticas de piso e 09 (nove) aparelhos de ar-condicionado, conforme Plano de Trabalho constante dos autos.

A presente dispensa fundamenta-se no art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão de a parceria envolver recursos decorrentes de emenda parlamentar às leis orçamentárias anuais, hipótese em que a celebração do Termo de Fomento ocorre sem chamamento público.

A parceria justifica-se pelo interesse público decorrente da necessidade de modernização da infraestrutura de apoio hospitalar da Casa de Saúde Santa Marcelina, diante do desgaste dos equipamentos atualmente utilizados, da redução da eficiência operacional dos serviços de higienização, do aumento das despesas com manutenção e consumo de energia elétrica, bem como da necessidade de assegurar condições adequadas de conforto térmico aos pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde. Considerando a elevada demanda assistencial atendida pela instituição e sua relevância na prestação de serviços de saúde à população do Estado de Rondônia, evidencia-se a necessidade de aprimoramento das condições estruturais de apoio às atividades hospitalares, especialmente diante das limitações operacionais decorrentes da utilização de equipamentos desgastados e da ausência de climatização no novo espaço destinado à Fisioterapia.

Diante desse cenário, propõe-se a modernização da infraestrutura de apoio da entidade, mediante a aquisição de 03 (três) lavadoras automáticas de piso e 09 (nove) aparelhos de ar-condicionado, destinados aos setores de Higienização, Recepção, SAME (Serviço de Arquivo Médico e Estatística), Ortopedia, Fisioterapia e Refeitório. A execução da proposta permitirá ampliar a eficiência dos processos de higienização hospitalar, reduzir o esforço físico dos colaboradores e o tempo necessário à limpeza dos ambientes, melhorar as condições de conforto térmico, diminuir as despesas com manutenção corretiva e proporcionar condições adequadas ao funcionamento do novo espaço de Fisioterapia. Com a implementação do projeto, espera-se fortalecer a infraestrutura de apoio hospitalar, contribuir para as ações de prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, aprimorar as condições de trabalho das equipes e qualificar a assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, beneficiando a população atendida pela instituição e fortalecendo a rede de atenção à saúde do Estado de Rondônia.

A aptidão da entidade para a execução do objeto foi analisada pela área técnica, conforme manifestação constante do SEI nº 76383096 e 76655577, estando os demais elementos necessários à formalização da parceria anexados aos autos.

Nos termos do art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação deste Aviso, para eventual impugnação da presente justificativa.

Publique-se.

Porto Velho, na data de assinatura.

-Assinado eletronicamente-

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ROSELAINE DE SOUZA CHAGA
Secretária Executiva de Estado da Saúde de Rondônia
SESAU/RO

Protocolo 77718874

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 507/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.044154/2026-43

Objeto: Contratação de empresa especializada na realização de BRONCOSCOPIA INFANTIL, para atender paciente internada na clínica pediátrica do Hospital Regional de Cacoal, mediante Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

- assinado eletronicamente

ARI MULLER MOREIRA CHACON
Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO
Responsável pela contratação.

Protocolo 77760668

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 506/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: 0036.022770/2026-43

Objeto: Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e acessórios de áudio e vídeo, novos e de primeiro uso, destinados a viabilizar o funcionamento descentralizado e contínuo da Central de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nas unidades de saúde da rede pública estadual, vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: R$ 48.096,90 (quarenta e oito mil e noventa e seis reais e noventa centavos).

- assinado eletronicamente

ARI MULLER MOREIRA CHACON
Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO
Responsável pela contratação.

Protocolo 77726237

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 505/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: **0049.003251/2026-37**

Objeto: Aquisição emergencial de **instrumentais para transplante de córnea, compreendendo trépanos e punchs nos diâmetros de maior demanda**, destinados à realização de procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, a fim de garantir a continuidade dos serviços assistenciais, por um período estimado de 09 (nove) meses, visando assegurar a continuidade do serviço de transplante de córnea no Núcleo de Transplantes de Córnea – HBAP.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: R$ 473.049,00 (Quatrocentos e setenta e três mil e quarenta e nove reais).

- assinado eletronicamente

ARI MULLER MOREIRA CHACON
Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Responsável pela contratação.

Protocolo 77711333

AVISO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 480/2026. UASG: 927502;

Nº Processo: **0036.038328/2026-39**

Objeto: Contratação de Empresa especializada na realização de exames, em prol de pacientes específicos de demanda judicial, por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Data da sessão eletrônica: **Conforme publicação no PNCP**

Horário da fase de lances: 08h00min às 14h00min (Horário de Brasília - DF);

Endereço: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP ou https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1

Valor da Contratação: R$ 11.481,10 (onze mil quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos).

- assinado eletronicamente

ARI MULLER MOREIRA CHACON

Gerente de Compras - CECOMP/SESAU-RO

Responsável pela contratação.

Protocolo 76898534

TERMO

TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA Nº PID 154/SESAU/2026

DEVEDOR: ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, apoiado pelo FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF nº 00.733.062/0001-02, com sede na Avenida Farquar, 2.986 – Complexo do Palácio Rio Madeira (Prédio Rio Machado), Bairro Pedrinhas - Porto Velho/RO, neste ato representado pela Secretária Executiva de Estado da Saúde, Sra. ROSELAINE DE SOUZA CHAGA, inscrita no CPF/MF n° XXX.904.592-XX, na forma prescrita no art. 41, IV. da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017 c/c 171 da Lei Complementar nº 965 de 20 de dezembro de 2017, alterado pela Lei Complementar n.º 1.127, de 23 de dezembro de 2021.

CREDOR: AIR CLEAN COMÉRCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADOS EIRELI, CNPJ/MF nº 08.078.066/0001-06, estabelecida na Rua 22 de Novembro, n. 466, Bairro Centro, em Ji-Paraná/RO, neste ato representada por seu sócio-proprietário SR. ANTÔNIO FERNANDO LEITE, inscrito no CPF/MF nº XXX.656.262-XX.

As partes, acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA que se regerá pelas disposições contidas nas cláusulas e condições abaixo especificadas, em conformidade com a legislação de regência, vinculando-se aos termos do processo administrativo nº 0036.039307/2026-31, e à Justificativa (76305862), aos termos do Parecer 833 (77686686) e Despacho SESAU-GECONT (77797192), obrigando as partes por si e/ou eventuais sucessores, a saber:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O DEVEDOR, por meio do presente instrumento, reconhece a existência de despesa em favor do CREDOR, no montante de **R$** 47.506,73 (quarenta e sete mil quinhentos e seis reais e setenta e três centavos)**,** proveniente do objeto referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e reposição de peças, acessórios e componentes eletrônicos do Sistema climatização de expansão direta tipo VRF de 950 HP da marca Mitsubishi e demais equipamentos e climatização de conforto térmico, de forma contínua, para atender ao Hospital Regional de Cacoal - HRC, sob forma de indenização, nos mesmos moldes do CONTRATO Nº 257/PGE-2020 (0012010565)., sem relação jurídica formada/regular, não pago em tempo e modo pelo **FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE**, conforme consignado no documento (76305827) e Declaração de Adequação Financeira (75771903), correspondente ao **período de** 18 a 30 de JUNHO de 2026, nos termos dos cálculos consignados na manifestação jurídica com ID nº (77686686).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 A despesa ora reconhecida, será paga pelo DEVEDOR à conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 O DEVEDOR terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento constante do objeto da cláusula primeira, a contar da assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado, a critério do DEVEDOR e com a concordância do CREDOR, por períodos iguais ou inferiores, mediante termo aditivo.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

4. CLÁUSULA QUARTA – DO COMPROMISSO

4.1 Com o cumprimento do pagamento do presente ajuste, as partes se darão mútua e recíproca quitação para nada mais reclamar uma da outra, especialmente no que tange ao débito objeto do presente termo de pagamento indenizado de despesa.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à Secretaria de Estado da Saúde providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a ter por domicílio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RO

7.1 Considerando que o presente instrumento é celebrado no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da última assinatura eletrônica de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

7.2 O Termo será vistado na forma do art. 23, da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

7.3 Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE PAGAMENTO INDENIZADO DE DESPESA que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

✎**ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)
✎**ANTÔNIO FERNANDO LEITE**
Representante Credor
(Assinado Eletronicamente).

Protocolo 77844379

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90549/2025
PROCESSO N.º 0036.024765/2025-94

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos do Decreto Estadual n° 28.874, de 25 de janeiro de 2024 e Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a realização de Pregão Eletrônico com vistas ao Sistema de Registro de Preços (SRP), do tipo menor preço por item e por lote, para aquisição de bens e serviços comuns. Visando à futura, eventual e parcelada aquisição de materiais de consumo do Grupo de Apresentação "BOLSAS DE COLOSTOMIA" - (Materiais Médico-Hospitalares/Penso -Bolsas para Estoma Intestinal e Intestinal Pós-Operatório, Urinário , Uma e Duas Peças, Adulto e Infantil, Convexas e Não Convexas, adjuvantes , entre outros...) - EXERCÍCIO 2025".

Em favor das empresas:

EMPRESA/CNPJ	ITEM	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL POR EMPRESA
ULTRA MEDKA PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ: 14.646.435/0001-12	22	R$ 281.578,99	**R$ 281.578,99**
INTEGRALMED DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 46.672.090/0001-68	85	R$ 114.037,68	**R$ 227.721,71**
	86	R$ 113.684,03	
VALOR TOTAL		**R$ 509.300,70 (quinhentos e nove mil e trezentos reais e setenta centavos)**	

No valor total de **R$ 509.300,70 (quinhentos e nove mil e trezentos reais e setenta centavos).** Conforme o Termo de Referência (67684787), Parecer n.º 11/2025/PGE-SESAU (68270641), Instrumento Convocatório (68487298), Termo de Julgamento (73406487), motivação da Homologação (77782575) e Análise n.º480/2026/SESAU-NAP (77863915). Publique-se.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

✎ **ROSELAINE DE SOUZA CHAGA**
Secretária Executiva de Estado da Saúde
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo 77863967

HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP

Portaria de férias nº 15194 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 535 de 10/10/2023,publicada no DOE n.192, de 10/10/2023.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **RAYSSA CALZAVARA FERNEDA SCHITTINI,** MÉDICO, matrícula ******425, pertencente ao quadro de servidores de Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro, do(s) período(s) de**(01/09/2026 a 30/09/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(13/09/2026 a 27/09/2026) e (26/10/2026 a 09/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

FABIOLA DA SILVA NUNES
Gerente de Recursos Humanos

Protocolo DOC65862

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - HPSJP-II

Portaria de férias nº 15207 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Chefe de Núcleo - Núcleo de Gestão de Pessoas-JPII-NGDP, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Decreto 106814/2025 (0061792629) de 02/07/2025,publicada no DOE n.122, de 02/07/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **SANDRA ROSA LIMA GOMES,** BIOMÉDICO , matrícula ******379, pertencente ao quadro de servidores de Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, do(s) período(s) de**(19/07/2026 a 02/08/2026) e (18/12/2026 a 01/01/2027),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(19/07/2026 a 02/08/2026) e (18/11/2026 a 02/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

MAGNA APARECIDA BARBOSA
Chefe de Núcleo - Núcleo de Gestão de Pessoas-JPII-NGDP

Protocolo DOC65877

Portaria nº 147 de 22 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL ESTADUAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II, no uso de suas atribuições, conforme a Lei Complementar nº 733 de 10 de outubro de 2013, designada através do Decreto de 26 de junho de 2025.

R E S O L V E :

Art. 1º - Atualizar a partir de 22/10/2026 os termos da Portaria nº 141 de 09 de outubro de 2026, registrada sob o SEI nº77509047 publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº195 de 09/10/2026, que designou os servidores lotados nesta unidade hospitalar para comporem a Comissão de Certificação de Serviços, a Comissão de Recebimento de Documentos e a Comissão de Fiscalização de Contratos, com seus respectivos fiscais e substitutos do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II e Assistência Médica Intensiva - AMI, essa designação não acarretará ônus financeiros ou prejuízos em suas atividades ordinárias. Os membros das comissões e seus respectivos fiscais e substitutos estão especificados no quadro a seguir:

PARA COMPOR A COMISSÃO DE RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS: JPII-AMI

NOME	CARGO	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Alexandrina Elizabete Madeira	Técnico de Serviços em Saúde	******673	Membro
Jarina de Azevedo Pereira	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******337	Membro
Ana Rafaela Sousa dos Santos	Gerente Administrativo	******857	Membro
Ilciane Costa Sales	Assessor	******593	Membro
Paula Aparecida Fernandes Alves	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******836	Membro
Fabiana Ferreira Schumann	Especialista em Saúde	******218	Membro
Maisa Coelho de Lima	Técnico de Serviços em Saúde	******451	Membro

PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTRATOS:
1. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 0780/SESAU/PGE-2023		**SEI nº 0041180279**	
Empresa	**CALECHE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Théllisson Cássio Santos Barreto	Especialista em Saúde	******056
Fiscal Substituto	Simone Neves Velasque	Técnico de Serviços em Saúde	******177
Fiscal Substituto	Robson Bandeira da Silva	Especialista em Saúde	******007
Fiscal Substituto	Quetle Quinto Franco Reis	Especialista em Saúde	******451

2. ANESTESIOLOGIA - HEPSJPII

Contrato nº 660/PGE-2020		**SEI nº 15416095**	
Empresa	**CENTRO MÉDICO ANESTESIOLÓGICO DE RONDÔNIA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	Neiry Costa de Oliveira	Assessor	******640
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893

3. ENGENHARIA CLÍNICA - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 580/PGE-2020		**SEI nº 0014983171**	
Empresa	**COMPREHENSE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Thiago Borges Konzen	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******203
Fiscal Substituto	Raí da Silva Lopes	Especialista em Saúde	******050
Fiscal Substituto	Edmilson Fernandes Júnior	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******718
Fiscal Substituto	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196

4. ENGENHARIA CLÍNICA - HEPSJPII-AMI

Contrato nº829/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0063569498**	
Empresa	**NORTEMÉDICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Thiago Borges Konzen	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******203
Fiscal Substituto	Raí da Silva Lopes	Especialista em Saúde	******050
Fiscal Substituto	Edmilson Fernandes Júnior	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******718
Fiscal Substituto	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196

5. GASES MEDICINAIS (COMPRESSOR) - AMI

Contrato nº 29/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0056395092**	
Empresa	**AAE METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Tatiane da Silva Costa de Souza	Técnico de Serviços de Saúde	*******348
Fiscal Substituto	Raí da Silva Lopes	Especialista em Saúde	*******050
Fiscal Substituto	Pablo Saraiva do Nascimento	Técnico de Serviços de Saúde	*******805

6. GASES MEDICINAIS (COMPRESSOR) - HEPSJPII

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Contrato nº 822/PGE-2023 (Compressor)		**SEI nº 0041508562**	
Empresa	**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Mirian Alves de Lima Brito	Técnico de Serviços de Saúde	******214
Fiscal Substituto	Mateus Duarte Ribeiro	Auxiliar de serviços gerais	******450
Fiscal Substituto	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949

7. GASES ESPECIAIS (NITROGÊNIO) - HEPSJPII

Contrato nº 1612/2024 (Nitrogênio)		**SEI nº 0056001713**	
Empresa	**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Mirian Alves de Lima Brito	Técnico de Serviços de Saúde	******214
Fiscal Substituto	Mateus Duarte Ribeiro	Auxiliar de serviços gerais	******450
Fiscal Substituto	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949

8. DIÓXIDO DE CARBONO GASOSO “USP” - HEPSJPII

Contrato nº 262/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0046675907**	
Empresa	**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Mirian Alves de Lima Brito	Técnico de Serviços de Saúde	******214
Fiscal Substituto	Mateus Duarte Ribeiro	Auxiliar de serviços gerais	******450
Fiscal Substituto	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949

9. GASES MEDICINAIS (OXIGÊNIO LÍQUIDO, GASOSO E AR MEDICINAL) - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 289/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0046876968**	
Empresa	**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Mirian Alves de Lima Brito	Técnico de Serviços de Saúde	******214
Fiscal Substituto	Mateus Duarte Ribeiro	Auxiliar de serviços gerais	******450
Fiscal Substituto	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196

10. HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA HOSPITALAR - AMI

Contrato nº 481/2025/PGE-SESAU	**SEI n°0062018084**

Empresa	**MULTI SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Queslei do Amparo Bem Vieira	Especialista em Saúde	******071
Fiscal Substituto	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196
Fiscal Titular	Tatiane da Silva Costa de Souza	Técnico de Serviços de Saúde	******348

11. HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA HOSPITALAR - HEPSJPII

Contrato nº 179/PGE-2026	**SEI nº 69597591**		
Empresa	**OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Marcia Ferreira Martins	Técnico de Serviços de Saúde	******185
Fiscal Substituto	Edmilson Fernandes Júnior	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******718
Fiscal Substituto	Lucicléia Silveira da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******353
Fiscal Substituto	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949

12. COLETA E INCINERAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 343/PGE-2021	**SEI nº 0018162933**		
Empresa	**PRESERVA SOLUÇÕES LTDA**		
Contrato nº 672/2026/PGE-SESAU 67	**SEI nº 73879468**		
Empresa	**ECOFORT ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Edmilson Fernandes Junior	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******718
Fiscal Substituto	Marcia Ferreira Martins	Técnico de Serviços de Saúde	******185
Fiscal Titular	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013
Fiscal Substituto	Marcelo Mendonça da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******191

13. LAVANDERIA HOSPITALAR EXTERNA -AMI

Contrato nº 87/PGE-2024	**SEI nº 0045499417**		
Empresa	**ESSENCIAL LAVANDERIA E HIGIENIZAÇÃO LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Titular	Bárbara Mayara Souza Vasconcelos	Técnico de Serviços da Saúde	******110
Fiscal Substituto	Claudio de Araújo Maio	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******218
Fiscal Substituto	Verônica Aparecida Silva Cavalcante	Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde	******762

14. LAVANDERIA HOSPITALAR EXTERNA - HEPSJPII

Contrato nº 28/PGE-2024		**SEI nº 0045002194**	
Empresa	**LAVIN LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA - ME**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Liandrio Silva Pedraça	Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde	******004
Fiscal Substituto	Irene Pereira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde	******866
Fiscal Substituto	Helenir Batista dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais da Saúde	******494
Fiscal Substituto	Bárbara Mayara Souza Vasconcelos	Técnico de Serviços da Saúde	******110

15. LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 167/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 69511366**	
Empresa	**UNI-SOS EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Titular	Edilena Acco	Técnico de Serviços em Saúde	******420
Fiscal Substituto	Irismar Aparecida da Silva Machado	Técnico de Serviços em Saúde	******540

16.LEITOS DE UTI NEONATAL E ADULTO COMPLEMENTARES - HEPSJPII

Contrato nº 314/PGE-2023		**SEI nº 0037863317**	
Empresa	**HOSPITAL SAMAR S/A**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Neiry Costa de Oliveira	Assessor	******640

17. MANUTENÇÃO DE 2° NÍVEL, MANUTENÇÃO DE 3° NÍVEL E RECARGA PARA EXTINTORES - HEPSJPII-AMI

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Contrato nº 0544/SESAU/PGE-2022		**SEI nº 30924691**	
Empresa	**MARIA LUZIA DA SILVA -ME**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Franque Rodrigues Neves Barbosa	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******083
Fiscal Substituto	Ítalo Damasceno Justino	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******654
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013

18. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CONDICIONADORES DE AR - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 508/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0060785501**	
Empresa	**L & F SERVICOS E MANUTENCAO LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949
Fiscal Substituto	Antônio Aleson Ribeiro de Souza	Chefe de Núcleo	******492
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013

19. DEDETIZAÇÃO HOSPITALAR - JPII-AMI

Contrato nº 708/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0062720880**	
Empresa	**IMUNIZADORA PROTEGE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Titular	Marcia Ferreira Martins	Técnico de Serviços de Saúde	******185
Fiscal Substituto	Lucicleia Silveira da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******353
Titular	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013

20. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GRUPO GERADOR - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 204/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0058255814**	
Empresa	**TIAGO G DA SILVA ALVES INSTALAÇÃO ELÉTRICA ME**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Titular	Mateus Duarte Ribeiro	Auxiliar de serviços gerais	******450
Fiscal Substituto	Antônio Aleson Ribeiro de Souza	Chefe de Núcleo	******492

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013

21. NEFROLOGIA - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 242/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0058872576**	
Empresa	**CLÍNICA RENAL DE RONDÔNIA LTDA**		
Contrato nº 1186/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0065435084**	
Contrato nº 240/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0058836216**	
Empresa	NEFRON SERVIÇOS DE NEFROLOGIA LTDA		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	José Armir da Costa Neto	Médico	******540
Fiscal Substituto	Lourival de Jesus Cunha Neto	Médico	******731

22. CIRURGIA VASCULAR/ANGIOLOGIA - HEPSJPII

Contrato nº 1240/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0066020791**	
Empresa	**CIRMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Ronilson Campos de Lima	Especialista em Saúde	******841

23. NEUROCIRURGIA - HEPSJPII

Contrato nº 324/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0059517320**	
Empresa	**INSTITUTO DE NEUROCIRURGIA E NEUROLOGIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL INAO LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Neiry Costa de Oliveira	Assessor	******640

24. NEUROLOGIA - HEPSJPII

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Contrato nº 267/PGE-2021		**SEI nº 0017424923**	
Empresa	**NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Neiry Costa de Oliveira	Assessor	******640

25. OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE - HEPSJPII

Contrato nº 699/PGE-2021		**SEI nº 21312797**	
Empresa	**MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Antônio Aleson Ribeiro de Souza	Chefe de Núcleo	******492
Fiscal Substituto	Mateus Duarte Ribeiro	Auxiliar de serviços gerais	******450
Fiscal Substituto	Mirian Alves de Lima Brito	Técnico de Serviços de Saúde	******214

26. VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL OSTENSIVA ARMADA/DESARMADA - AMI

Contrato nº 0624/SESAU/PGE-2022		**SEI nº 0032311357**	
Empresa	**G.J. SEG VIGILÂNCIA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cristina Eleutério de Assunção Lopes	Especialista em Saúde	******143
Fiscal Substituto	Marcelo Mendonça da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******191
Fiscal Substituto	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196

27. VIGILÂNCIA/SEGURANÇA PATRIMONIAL OSTENSIVA ARMADA/DESARMADA

Contrato nº 0623/SESAU/PGE-2022		**SEI nº 0032101241**	
Empresa	**BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Fernanda dos Santos Melo	Técnico de Serviços de Saúde	******949
Fiscal Substituto	Thiago Borges Konzen	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******203
Fiscal Substituto	Edmilson Fernandes Júnior	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******718

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

28. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA PRÉ-TRATAMENTO DE ÁGUA PARA DIÁLISE - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 85/SESAU/PGE-2024		**SEI nº 0045495384**	
Empresa	**TECHMED ENGENHARIA HOSPITAL-LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Marcia Ferreira Martins	Técnico de Serviços de Saúde	******185
Fiscal Substituto	Lucicleia Silveira da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******353
Fiscal Titular	Alana Rodrigues do Nascimento	Especialista em Saúde	******583
Fiscal Substituto	Vivian Aparecida de Oliveira Irmão	Técnico de Serviços de Saúde	******365

29. SERVIÇOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL - HEPSJPII

Contrato nº 1344/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0066929616**	
Empresa	**JACI ANGELICA DO NASCIMENTO (HIDROQUIMICA)**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Substituto	Marcia Ferreira Martins	Técnico de Serviços de Saúde	******185
Fiscal Titular	Antônio Aleson Ribeiro de Souza	Chefe de Núcleo	******492
Fiscal Substituto	Lucicleia Silveira da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******353

30. SERVIÇOS DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL-AMI

Contrato nº 1344/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0066929616**	
Empresa	**HIDROQUÍMICA LABORATÓRIO E CONSULTORIA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Queslei do Amparo Bem Vieira	Especialista em Saúde	******071
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013
Fiscal Substituto	Paulina Petillo Cardoso Moraes	Especialista em Saúde	******418

31. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE DIÁLISE - HEPSJPII- AMI

Contrato nº 207/SESAU/PGE/2026		**SEI nº 69853394**	
Empresa	**NORTEFLOW ENGENHARIA CLÍNICA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Queslei do Amparo Bem Vieira	Especialista em Saúde	******071

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Substituto	Francisco Mateus lima da silva	Especialista em Saúde	******108
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013
Fiscal Substituto	Paulina Petillo Cardoso Moraes	Especialista em Saúde	******418

32. GESTÃO DE ACERVO - HEPSJPII

Contrato nº 1463/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0054820087**	
Empresa	**VIRTUALDOCS GESTÃO DOCUMENTAL LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Elaíne Guimarães de Lima	Chefe de Núcleo	******899
Fiscal Substituto	Leidiane Souza de Arruda Bentes	Auxiliar de Serviços Gerais	******371
Fiscal Substituto	Enivaldo Martins Correa	Chefe de Núcleo	******775

33. SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CONTÊINERES - AMI

Contrato nº 0900/SESAU/PGE/2023		**SEI nº 0042322406**	
Empresa	**LOC-MAQ LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cristina Eleutério de Assunção Lopes	Especialista em saúde	******143
Fiscal Substituto	Cléia Vilande da Silva Nabôa	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******696
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013

34. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE IT MÉDICO - AMI

Contrato nº 0092/SESAU/PGE/2023		**SEI nº 0035582669**	
Empresa	**C C M DE VIVEIROS QUALISA MANUTENÇÃO E SERVIÇOS**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013
Fiscal Substituto	Midiã Quirino Roberto	Especialista em Saúde	******196
Fiscal Substituto	Tatiane da Silva Costa de Souza	Técnico de Serviços de Saúde	******348

35. DOSIMETRIA - HEPSJPII

Contrato nº 127/2024/PGE-SESAU	**SEI nº 0045786136**
Empresa	**SAPRA LANDAUER SERVICO DE ASSESSORIA E PROTECAO RADIOLOGICA LTDA**

Contrato nº 197/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 69765920**	
Empresa	CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Sirley Farias da Silva	Técnico de Serviços em Saúde	******861
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Franque Rodrigues Neves Barbosa	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******083
Fiscal Substituto	Thiago Borges Konzen	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******203

36. SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO (CME CLASSE II) - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 412/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0047908286**	
Empresa	**BIOPLUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Francineide Virgolino Azevedo	Especialista em saúde	******778
Fiscal Substituto	Janete Brito Hitzschky	Especialista em Saúde	******682
Fiscal Substituto	Cristiane Garcia Ferreira Lamarão	Especialista em Saúde	******911
Fiscal Substituto	Ana Telma de Carvalho	Auxiliar de Serviços de Saúde	******067
Fiscal Titular	Cristina Eleuterio de Assunção Lopes	Especialista em Saúde	******707
Fiscal Substituto	Marcelo Mendonça da Silva	Técnico de Serviços de Saúde	******191

37. SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE LEITOS CLÍNICOS - HEPSJPII

Contrato nº 1175/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0053095104**	
Empresa	**CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA**		
Contrato nº 653/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0062222373**	
Empresa	**HOSPITAL 9 DE JULHO DE RONDÔNIA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Neiry Costa de Oliveira	Assessor	******640

38. ANÁLISE CLÍNICAS - HEPSJPII

Contrato nº 460/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0060492658 / ERRATA CNT nº 0060767560**	
Empresa	**INSTITUTO PAULISTA DE MEDICINA DE PORTO VELHO LTDA (DIAC)**		
Contrato nº 762/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0051512423 (0036)**	
Empresa	**LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLINICAS BIO CHECK-UP LTDA - EPP**		
Contrato nº 950/2024/PGE-SESAU		**SEI nº 0052244412**	
Empresa	**NATIVIDA NÚCLEO DE ATENDIMENTO EM TRIAGEM NEONATAL S/S LTDA**		
Contrato nº 914/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 76206263**	
Empresa	**VIVA EMPRESA COMERCIAL LTDA(GASOMETRIA)**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Shayanne Nascimento de Souza	Técnico de Serviços em Saúde	******108
Fiscal Substituto	Samuel Marques Soares	Especialista em Saúde	******104
Fiscal Substituto	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112

39. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE TESTES - HEPSJPII

N° DO CONTRATO	**EMPRESA**		
219/PGE-2020	**LABINBRAZ COMERCIAL LTDA (TESTE DE BIOQUÍMICA)**		
205/PGE-2020	**NOVA BIOMEDICAL DIAGNOSTICOS MÉDICOS E BIOTECNOLOGIA LTDA (GASOMETRIA)**		
288/PGE-2021	**REAL DIAGNOSTICA COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA (HEMATOLOGIA)**		
753/2024/PGE-SESAU	**EBD BIOTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA (ENZ. CARDÍACA)**		
753/2024/PGE-SESAU	**SULDONORTE DISTRIBUIDORA LTDA (COAGULAÇÃO)**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Samuel Marques Soares	Especialista em Saúde	******104

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Substituto	Daniel Oshiro	Especialista em Saúde	******659
Fiscal Substituto	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112

40. SERVIÇOS AMBULATORIAL E CIRÚRGICO - HEPSJPI

Contrato nº 793/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 74741879**	
Empresa	ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE SAÚDE SANTA MARIA		
Contrato nº 309/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 70740663**	
Empresa	**CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA**		
Contrato nº 490/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0060655333**	
Contrato nº 565/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 72736692**	
Empresa	**HOSPITAL SAMAR S/A**		
Contrato nº 528/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0060937563**	
Empresa	**GATE-SERVIÇOS MEDICO HOSPITALARES LTDA**		
Contrato nº 280/2026/PGE-SESAU		**SEI nº 70526805**	
Empresa	**HOSPITAL 9 DE JULHO DE RONDÔNIA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Neiry Costa de Oliveira	Assessor	******640
Fiscal Substituto	Mara da Silva Pereira Bastos	Especialista em Saúde	******015

Contrato nº 219/2026 PGE-SESAU		**SEI nº 69933415**	
Empresa	**INSTITUTO DO CORAÇÃO DE RONDÔNIA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Substituto	Ronilson Campos de Lima	Especialista em Saúde	******841
Fiscal Substituto	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112

41. DENSITOMETRIA ÓSSEA - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 117/2024/PGE-SESAU	**SEI nº 0045711223**

Empresa	**DENSYA SERVICOS MEDICOS LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Cássio Magno Esteves Lopes	Médico	******112
Fiscal Substituto	Ennely Mendonça Gutzeit	Médica	******885
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893
Fiscal Titular	José Armir da Costa Neto	Médico	******540

42. RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E MEDICINA NUCLEAR - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 250/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 0058981800**	
Empresa	**UNIDADE DE ULTRASSONOGRAFIA DE RONDÔNIA LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Sirley Farias da Silva	Técnico de Serviços em Saúde	******246
Fiscal Titular	Willyan Rodrigues da Conceição	Técnico de Serviços em Saúde	******885
Fiscal Substituto	Irismar Aparecida da Silva Machado	Técnico de Serviços em Saúde	******540
Fiscal Substituto	José Campelo da Silva	Especialista em Saúde	******893

43. ENERGIA ELÉTRICA - HEPSJPII-AMI

Contrato nº DCM/333/2015		**SEI nº 004940169**	
Empresa	**ENERGISA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Antônio Aleson Ribeiro de Souza	Chefe de Núcleo	******492
Fiscal Substituto	Mirian Alves de Lima Brito	Técnico de Serviços de Saúde	******214
Fiscal Substituto	Paulo Fernandes das Neves	Mecânico de Aeronave	******013

44. TRANSLADO DE CORPOS - HEPSJPII-AMI

Contrato nº 1488/2025/PGE-SESAU		**SEI nº 67843941**	
Empresa	**FUNERARIA PAX REAL LTDA**		
Função	**Nome**	**Cargo**	**Matrícula**
Fiscal Titular	Maria Clédina da Silva	Especialista em Saúde	******179
Fiscal Substituto	Adelâine da Silva Freisleben	Especialista em Saúde	******478

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Fiscal Substituto	Célia Garcia de Souza	Especialista em Saúde	******264
Fiscal Substituto	Edmilson Fernandes Junior	Técnico Administrativo Operacional da Saúde	******718

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Membro de Comissão: Servidor(a) designado(a) para realizar o recebimento dos serviços e materiais do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II e Assistência Médica Intensiva - AMI.

II - Fiscal: Servidor(a) designado(a) para realizar a fiscalização do objeto do contrato, junto ao local de execução do contrato.

III - Fiscal Substituto: Servidor(a) designado(a) para realizar a fiscalização do objeto do contrato, junto ao local de execução do contrato, em apoio ao fiscal titular e em substituição deste, na impossibilidade de atuação.

Art. 3º - Esta portaria revoga todas as portarias anteriores referentes à composição da **Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, da Comissão de Recebimento de Documentos e da Comissão de Fiscalização de Contratos,** com seus respectivos fiscais e substitutos do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II e Assistência Médica Intensiva - AMI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

✎**Rafaela Garcia Dancini Jensen**
Diretora Geral
Decreto de 26 de junho de 2025
Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJPII

Protocolo 77909307

POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC

Portaria de férias nº 15195 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Gerente de Recursos Humanos da Policlínica Oswaldo Cruz, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 37 de 23/05/2025,publicada no DOE n.97, de 26/05/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **SONIA INES CAIXETA,** MÉDICO, matrícula ******779, pertencente ao quadro de servidores de Policlínica Oswaldo Cruz, do(s) período(s) de**(21/10/2026 a 19/11/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(05/01/2027 a 03/02/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

JOSE WILSON GOMES DA SILVA
Gerente de Recursos Humanos da Policlínica Oswaldo Cruz

Protocolo DOC65863

FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA - FHEMERON

Portaria nº 669 de 16 de outubro de 2026

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, ANILTO FUNEZ JUNIOR no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 13 de janeiro de 2026, publicado no DOE n° 9 de 14 de janeiro de 2026; e

CONSIDERANDO o Processo SEI nº 0052.000560/2026-04

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

R E S O L V E:

Art 1º - Conceder Trabalho Remoto - Home Office na data de 05/10/2026 a 31/12/2026 (Duração: 90 dias)**,** a servidora **SUELY PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula n º *** *** **504**, lotada na Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON, onde exerce a função de Agente Administrativo no setor de Diárias e Suprimentos de Fundos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 648.

ANILTO FUNEZ JUNIOR
Presidente/FHEMERON

Protocolo 77722554

Portaria nº 689 de 21 de outubro de 2026

A VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 19 de setembro de 2025, publicado no DOE ed. n° 180, de 22 de setembro de 2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder de acordo com art. 92 da Lei Complementar n. 68 de 9.12.92, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores abaixo relacionados, referente ao mês de **SETEMBRO/2026**. considerando o teor do processo n°0052.003724/2026-47

ORD	NOME	MATRÍCULA	H
1.	Leandro Neves de Oliveira	******956	06

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

LEYRYS CLEYS FINZE SILVA FEDER
Vice-Presidente/FHEMERON

Protocolo 77892895

Portaria nº 690 de 21 de outubro de 2026

A VICE-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 19 de setembro de 2025, publicado no DOE ed. n° 180, de 22 de setembro de 2025.

R E S O L V E S:

Art. n° 1° - Conceder de acordo com Artigo 74 da Lei n° 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula Terceira, item 3.3, do Convênio n° 006 de 22.5.2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, aos servidores abaixo relacionados, pertencente ao Quadro de Pessoal em extinção do ex-Território Federal de Rondônia, lotados nesta FHEMERON, referente ao mês de **SETEMBRO/2026**. Considerando o teor do processo n° 0052.003724/2026-47

ORD	NOME	MATRÍCULA	H
1.	Clóves das Graças Reis	******841	02
2.	Valmir Ferreira da Silva	******919	08

Art. n° 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEYRYS CLEYS FINZE SILVA FEDER
Vice-Presidente/FHEMERON

Protocolo 77892984

Portaria nº 691 de 22 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE RONDÔNIA**, ANILTO FUNEZ JUNIOR no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto de 13 de janeiro de 2026, publicado no DOE n° 9 de 14 de janeiro de 2026; e

CONSIDERANDO o Processo SEI nº 0052.003875/2026-03

R E S O L V E:

Art 1º - CONCEDER TRABALHO REMOTO - HOME OFFICE a contar de 13 de Outubro a 14 de Dezembro de 2026, ao servidor THIAGO DO CARMO BRASIL, matrícula n º *** *** 402, exerce o cargo de Técnico em Laboratório, no setor NUMANT - Núcleo de Manutenção, lotado na Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ANILTO FUNEZ JUNIOR
Presidente/FHEMERON

Protocolo 77908462

AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE RONDÔNIA - AGEVISA

Portaria nº 369 de 22 de outubro de 2026

O Diretor-Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 333, de 27 de dezembro de 2005, e pelo Decreto nº 16.219, de 26 de setembro de 2011, em observância aos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal e suas alterações;

Considerando o art. 58, § 1º, do Decreto Estadual nº 21.431/2016, que dispõe sobre a designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

Considerando a instrução processual que objetiva a composição da **Comissão de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação**, referente aos **CONVÊNIOS** e **TERMOS DE FOMENTO** celebrados pela **AGEVISA/RO**, com vistas ao atendimento das necessidades das Prefeituras Municipais e das Organizações da Sociedade Civil (associações) voltadas ao resgate, abrigo, cuidado e tratamento dos animais acolhidos, observadas as disposições da Lei nº 13.019/2014, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 93.872/1986 e do Decreto Estadual nº 26.165/2021;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo de suas atribuições, para comporem a **Comissão de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação** dos **Convênios** e **Termos de Fomento** celebrados por esta Unidade Gestora nos exercícios de 2025 e 2026:

- Ananias Alves Filho - CPF n. ***.913.822-** - Presidente
- Rafael da Silva Moreira - CPF n. ***.913.822-** - Membro
- Alexsandro Trifiates da Silva - CPF n. ***.085.902-** - Membro
- Maria do Socorro Pereira dos Santos - CPF n. ***.907.042-** - Membro
- Hercília Fonsêca Marques - CPF n. ***.873.072-** - Membro
- Mauricio Rodrigues Cezar - CPF n. ***.826.347-** - Membro
- Jair Pascasio Bonin - CPF n. ***.374.129.** - Membro
- Marlucia Barboza da Rocha - CPF n. ***.806.552-** - Membro
- Ana Beatriz Brasil Lacerda - CPF n. ***.294.822-** - Membro

Art. 2º - O prazode vigência dos trabalhos da Comissão ora constituída será até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado a critério do Diretor-Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA/RO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 22 de outubro de 2026.

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA
Diretor-Geral da AGEVISA

Protocolo 77927902

Portaria nº 368 de 22 de outubro de 2026

O Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações, bem como o Decreto de nomeação de 29 de março de 2023,publicado no DOE, Edição 61, de 31 de março de 2023,

Considerando a Errata 77915667, que consta nos autos do Processo nº 0002.003774/2026-10,

R E S O L V E:

Art. 1º. Retificar a Portaria nº 343 de 08 de outubro de 2026, que concedeu folga compensatória, em conformidade com a Lei nº 605/1949, art. 67, aos servidores e estagiários lotados na AGEVISA, que atuaram na ação de Prevenção Combinada nos dias 18 a 27/09/2026, durante a 42ª edição do Arraial Flor do Maracujá – 2026**,** conforme documentação anexada, ficando assim programadas:

ONDE SE LÊ:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MATRÍCULA/SIAPE	NOME	DATA DA FOLGA
******460	Klarck Luz M. Araújo	13, 16, 29 e 30/10

LEIA-SE:

MATRÍCULA/SIAPE	NOME	DATA DA FOLGA
******460	Klarck Luz M. Araújo	16, 19, 28 e 29/10

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 16.10.2026.

DRA. VANESSA EZAKI

Direção Geral/AGEVISA-RO

Respondendo Portaria nº 324 (77135785)

Protocolo 77923332

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA - IESPRO

Portaria nº 104 de 22 de outubro de 2026

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 1.248, de 7 de agosto de 2024 (0051569487), e pelo Decreto de 19 de dezembro de 2025 (67683050), publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 241, de 22 de dezembro de 2025, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Avaliação, Progressão e Promoção Funiconal, responsável pela avaliação de estágio probatório e pelos procedimentos de progressão e promoção funional dos servidores de carreira do Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - Iespro.

Art. 2º Designar os servidores a seguir indicados, sob a presidência da primeira, para comporem a Comissão:

a) Marcelia Rodrigues Portugal, matrícula******533

b) Edvaldo Jorge da Silveira Feitosa, matrícula *****699

c) Ruth Rodrigues Fonseca, matrícula ******580

d) Ercília Oliveira do Nascimento, matrícula ******152

Parágrafo único. Nos casos de impedimento ou suspeição da Presidnete, fica designado o servidor Edvaldo Jorge da Silveira Feitosa, matrícula *****699, para atuar como Substituto.

Art. 3º Os servidores ora designados não farão jus a adicional de remuneração pelas atividades interentes à função.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELA MILREA ARAÚJO BARROS

Protocolo 77921928

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

AVISO

Objeto: Gêneros Alimentícios

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 à 26/10/2026**

O Conselho Escolar Educar para o Futuro, C.N.P.J nº 01.782.367/0001-77 localizado na Rua Urupá S/N, bairro Industrial, Ouro Preto do Oeste, 76.920-00, Rondônia, doravante Unidade Executora, aderente ao Programa Estadual de Alimentação Escolar - Peale, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: empresa fornecedora de gêneros alimentícios, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 à 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico escolamargaridacustodio@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço: Rua Urupá S/N, bairro Industrial, Ouro Preto do Oeste, 76.920-00, Rondônia, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa fornecedora de gêneros alimentícios, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEF Professora Margarida Custódio de Souza;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolamargaridacustodio@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolamargaridacustodio@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **22/10/2026 à 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Educar para o futuro, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa Estadual de Alimentação Escolar/Peale serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ouro preto do Oeste, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta 77636689

Ouro Preto do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

Luimar Alonso Lira

Presidente da Comissão de Contratação

Dagmar Ramalho de Oliveira

Presidente do CE Educar para o Futuro

Protocolo 77636693

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 011/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.041999/2026-76

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM manutenção preventiva, corretiva, limpeza de **caixas de água e cisternas, limpeza de bebedouros, trocas de filtros, gás e torneiras**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **23/10/2026 a 03/11/2026**

O CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO, C.N.P.J nº 15.893.563/0001-23 localizado na Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO manutenção preventiva, corretiva, limpeza de **caixas de água e cisternas, limpeza de bebedouros, trocas de filtros, gás e torneiras**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026**, pelo endereço eletrônico **contasarlete@hotmail.com** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO manutenção preventiva, corretiva, limpeza de **caixas de água e cisternas, limpeza de bebedouros, trocas de filtros, gás e torneiras**, considerando o **menor preço GLOBAL**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M. MARIA ARLETE TOLEDO;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **contasarlete@hotmail.com** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **contasarlete@hotmail.com**, dentro do prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Maria Arlete Toledo**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI-REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Vilhena/RO, 22 de outubro de 2026.

Rodrigo Denti Fontes

Presidente da Comissão de Contratação

Claudiane Santana Mendonça Costa

Presidente do Conselho Escolar Maria Arlete Toledo

Protocolo 77836234

AVISO

CONSELHO ESCOLAR ALIETE ALBERTO MATTA MORHY

EEEF PAUL HARRIS

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 0029.055633/2026-84

Objeto:***Carga de Gás engarrafado GLP 13***

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **21/10/2026 a 27/10/2026**

O **CONSELHO ESCOLAR ALIETE ALBERTO MATTA MORHY DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PAUL HARRIS**, C.N.P.J nº **84.632.884/0001-97** localizado na Avenida Leopoldo de Matos, 2102 - Bairro Tamandaré, Guajará-Mirim/RO, doravante Unidade Executora, aderente ao **PROAFI REGULAR-ESCOLA**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a compra de: ***CARGA DE GÁS ENGARRAFADO GLP 13,*** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **21/10/2026 a 27/10/2026**, pelo endereço eletrônico **paulharris@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço localizado na **Avenida Leopoldo de Matos, 2102 - Bairro Tamandaré, Guajará-Mirim/RO**, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a compra de***CARGA DE GÁS ENGARRAFADO GLP 13***, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva **EEEF PAUL HARRIS**;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **paulharris@seduc.ro.gov.br**a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolatubarao@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **21/10/2026 a 27/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **CONSELHO ESCOLAR ALIETE ALBERTO MATTA MORHY DA ESCOLA EEEF PAUL HARRIS**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI REGULAR/ESCOLA** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará Mirim, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Formulário de Pesquisa de Preço/Proposta. (77341240)

Guajará-Mirim/RO, 21 de outubro de 2026.

SALMA IVANEIDE REIS BARROS
Presidente da Comissão de Contratação
IVANEIDE MORAES DA SILVA DORADO
Presidente
Conselho Escolar Aliete Alberto Matta Morhy
EEEF Paul Harris

Protocolo 77341244

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Graciliano Ramos, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 02/2026 (ID 76903745), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77141888)e ID (77141935) e o Resultado da Análise (ID 77939284, **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	C.R do Carmo e Cia Ltda EPP	Carne bovina Acém Cubo, Carne bovina Moida, Cebola,Extrato de tomate, Macarrão Parafuso, Manteiga leite UHT,frango congelado peito.	12.131,52
2	A. de Souza & Cia LTDA EPP	Arroz agulhinha, Açúcar - tipo cristal, Canjiquinha, Colorau, Frango Congelado (coxa e sobrecoxa), Milho verde, Oleo de soja, tomate, sal , Vinagre, .Leite em pó, Amido de milho, pimentão e Repolho, feijão	9..650,00
3	Toigo & Toigo LTDA	Pão (francês) 50 g – 1ª qualidade, em condições técnicas e higiênico sanitárias adequadas e preparado em conformidade com as exigências da Legislação Sanitária Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, como também manchas bolores e sujidades. Embalagem em saco plástico atóxico transparente e resistente.	4.659,60
4	L.L. DE S. CARMO LTDA	Alho nacional, Batata inglesa, Canjica Branca, Cenoura, fuba, leite de coco, pepino	1.353,80
Valor Total			27.794,92

Cacoal/RO 22de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Adenilto Pereira Borges
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77142151

ORDEM DE FORNECIMENTO

O Presidente do Conselho Escolar do I.E.E. Marechal Rondon, CNPJ nº 04.698.270/0001/79, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e Regulamento Próprio de Compras e Contratações, autoriza a contratada GAZIN Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos S.A**,** CNPJ nº 77.941.490/0097-05 a fornecer ao Conselho Escolar do I.E.E. Marechal Rondon, os bens abaixo relacionados:

Item	Descrição do Item	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Freezers vertical flex frost free 228 litros - 110 Volts	Unid.	02	R$4.250,00	R$8.500,00
Valor Total					R$8.500,00

1 - A entrega dos materiais deverá ser realizada de acordo com as prescrições do Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 8120/2026 (ID 77011897), seus anexos, e contrato 28/2026 ID (77812384), devendo ser fiscalizados e recebidos na forma estabelecida.
2 - Prazo de Entrega: 02 (dois) dias após a emissão desta Ordem de Fornecimento.
3 - Condições de Entrega: Conforme contrato
4 - Local da Entrega: Sede do Conselho Escolar do I.E.E. Marechal Rondon
5 - Endereço: Avenida Transcontinental, Nº 710, Bairro Centro - CEP 766907-564.
Ji-Paraná-RO, data e horário do sistema.

VERA MARIA VALENTIM FERREIRA DIAS
Presidente do Conselho Escolar do I. E. E. Marechal Rondon

Protocolo 77815905

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar da EEEM Professora Maria Conceição de Souza, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 012/2026 (ID76773758), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77269466) e o Resultado da Análise (ID77283043), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Lojão do Construtor	-Argamassa Tipo AC III, pacote com 20 kg -Sifão Tubo Extensivo Universal Metalizado 70cm - Cor Prateado -Lona preta/branco 8 x 100 -Torneira PCV jardim 1/2 preta -Mangueira para jardim, material PVC siliconado, diâmetro nominal: 1/2 polegada. -Fechadura externa slin estreita -Mecanismo para caixa acoplada universal. -Fita dupla face verde 12 mm x 20 mt. -Massa acrílica 15 kg. -Piso cerâmico 45 x 46 mm branco. -Luva esgoto 100 mm	**R$ 1.678,90**

2	Kariri Comercio Varejista Materiais para Construção	-Anel de vedação com guia para vaso sanitário -Sela Trinca, selante acrílico, embalagem com 400 gramas. -Assento para vaso sanitáro almofadado, branco universal. -Fechadura externa 40mm Descrição: Material: Zamac Resist. Corrosão: 2 Tipo de trinco: inteiro Acabamento:acetinado -Veda calha Pu, embalagem com 360 gramas. -Cuba de embutir oval 49 x 32 branca. -Massa plástica 400 gramas. -Fita vedatudo 30 cm . -Fita dupla face verde 12 mm x 20 mt -Massa corrida PVA. -Dobradiça cartela 3 x 3,1/2. -Alizares para porta, jogo 6 cm. -Bico para torneira 1/2. -Engate rápido sem adaptador 1/2. -Adaptador para engate rápido	**R$ 3.140,40**
3	E.E.P Materiais para construção	-Fechadura externa para porta com acabamento cromado. -Silicone multi uso incolor, embalagem com 250 gramas. -Cola para cano PVC, embalagem com 75 gramas. -Torneira bica móvel de parede para cozinha, com alavanca ¼, material em inox, acabamento cromada, cor prateado. -Bacia com caixa acoplada, cor branco, capacidade da caixa 06 litros, material em cerâmica esmaltada branca, tamanho 0,75 altura x 0,39 largura x 0,65 profundidade -Tubo soldável 20 mm -Registro esfera 20 mm. -Barra roscada zincada 1/4. -Arruela lisa 1/4, tamanho 01 metro. -Porca sextavada 1/4 -Tubo PVC esgoto. -Porta mista 0,80 x 2,10 metros	**R$ 4.434,00**
Valor Total:			R$ 9.252,90

Machadinho do Oeste, 20 de outubro de 2026.

Cassia Regina Nogueira Agostinho
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77851671

Portaria de férias nº 15196 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 15/09/2026 a 24/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **REGINALDO BARBOSA** , **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******987, pertencente ao quadro de

servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(15/09/2026 a 24/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65867

Portaria de férias nº 15197 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDUARDO SEBASTIAO DA SILVA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******090, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (12/10/2026 a 21/10/2026) e (23/11/2026 a 02/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (10/10/2026 a 19/10/2026) e (23/11/2026 a 02/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65868

Portaria de férias nº 15198 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 18/05/2026 a 27/05/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **EDUARDO SEBASTIAO DA SILVA**, **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******090, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(18/05/2026 a 27/05/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65869

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15199 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ELENIZE PEREIRA DA SILVA FELLINI,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******211, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**12/05/2026 a 21/05/2026 e 22/09/2026 a 01/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**12/05/2026 a 21/05/2026 e 22/09/2026 a 01/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **19/10/2026 a 28/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65870

Portaria de férias nº 15200 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **CLIVALDENHA MARQUES DE SOUZA ,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******143, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**08/06/2026 a 27/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/06/2026 a 27/06/2026 e 08/06/2026 a 27/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **01/09/2026 a 20/09/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65871

Portaria de férias nº 15201 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ELIANE PEREIRA BARROSO TIM,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******113, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

marcadas para o**13/10/2026 a 11/11/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**13/10/2026 a 11/11/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **23/11/2026 a 22/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65872

Portaria de férias nº 15202 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 28/07/2026 a 06/08/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ADRIANA APARECIDA COSTA**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******353, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(28/07/2026 a 06/08/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65873

Portaria de férias nº 15203 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 19/10/2026 a 27/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ELIANE ROCHA PIRES**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******612, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(19/10/2026 a 28/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65874

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15204 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 17/08/2026 a 26/08/2026, por motivo de calamidade pública o gozo de férias do servidor **GILVAN JOSE PEREIRA JUNIOR**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******121, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Turismo, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(17/08/2026 a 26/08/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65875

Portaria de férias nº 15205 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDUARDO SEBASTIAO DA SILVA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******090, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**18/05/2026 a 27/05/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**18/05/2026 a 27/05/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **13/10/2026 a 22/10/2026 e 23/11/2026 a 02/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65876

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso 8507 de Procedimento Simplificado (77474657) o Quadro Comparativo Comparativo e de Análise (77474658) e oDivulgação de Resultado de Análise (77474660), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10	D&GSUPRIMENTO EIRELI	Serviço de manutenção em **MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L3150 WI-FI C11CG86302 PRETO BIVOLT** troca de cabeça de impressão tombamento nº 031.188.855. Manutenção IMPRESSORA COLORIDA MULTIFUNCIONAL ECOTANK revisão geral nº 031.261.574. Manutenção em IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL PANTUM, troca de unidade fusora tombamento nº 31261252. Manutenção geral na impressora hp laser M 428 reparo no scaner jet tombamento nº 415.229 Manutenção em IMPRESSORA LASER MONOCROMATICA PANTUM 2500 FUNÇÃO UNICA VELOCIDADE 22PPM USB 2.0 WIFI tombamento nº 31261381 Manutenção em impressora tombamento IMPRESSORA HP LASER JET M428 troca de placa formatação nº 227590. Serviço de manutenção em impressora IMPRESSORA HP LASER JET revisao geral tombamento nº 489623. Serviço de manutenção em IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L3250 WIFI C11CJ67303 PRETO BIVOLT, troca do escaner tombamento nº 31261574. Manutenção de DESKTOP TC M70Q WINDOWNS 10 PRO 64BITS (formatação) tombamentos nº 363105 , 30050679, 30589125, **182157.** Serviço de manutenção em IMPRESSORA HP LASERJET PRO MFP M428DW, troca de pelicula fusora tombamento nº 30800089. Manutenção de NOTEBOOK LENOVO V15 15,6 FHD CORE15-113G7 8GB 256SSD (FORMATAÇAO) tombamento nº 30540380, 30575895, 30575899, 30540380, 30375885. 30035238.	R$ 3.720,00
Valor Total			R$ 3.720,00

Cerejeiras/RO, 22 de outubrode 2026
SandraMariano de Oliveira Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77474662

Portaria nº 10731 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

Considerando a instituição do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia - Proalfa Rondônia, pela Lei Estadual nº. 5.735/2024;

Considerando a instituição do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, pelo Decreto Federal nº. 11.556/2023;

Considerando que uma das premissas do Compromisso Nacional é a assistência técnica e financeira da União aos estados e municípios;

Considerando que o Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia é a política pública de alfabetização do território estadual;

Considerando ainda o Ofício nº 16657/2026/SEDUC-CAM (72311588) encaminhado aos municípios no dia 22/05/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir das vigências indicadas na tabela, os servidores abaixo relacionados para atuarem na função de Agentes de Monitoramento bolsistas do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia;

Art. 2 ° Conceder por 12 (doze) meses, a vigência da bolsa, no âmbito do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia — PROALFA Rondônia:

	CPF	NOME	VIGÊNCIA INCIAL	VIGÊNCIA FINAL	LOCALIDADE / VAGA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1	***.784.802-**	GLEICIANE DE SOUZA CERQUEIRA	03/09/2026	03/09/2027	ARIQUEMES
2	***.331.192-**	EDNEUZA ALVES DE OLIVEIRA	04/09/2026	04/09/2027	CORUMBIARA
3	***.215.702-**	LUCINÉIA DOS REIS DIAS	17/08/2026	17/08/2027	NOVA BRASILÂNDIA
4	***.929.172-**	LEIVIANI MARIA CHAGAS	01/09/2026	01/09/2027	NOVO HORIZONTE DO OESTE
5	***.805.392-**	ZÉLIA DA SILVA	19/08/2026	19/08/2027	SANTA LUZIA D'OESTE

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora do sistema.

JOSIRENE VALÉRIA XIMENES

Secretária Adjunta de Estado da Educação

Protocolo 77830769

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, na Lei nº 4.320/64, no Decreto nº 5.459 de 11/02/92, Portaria nº 8851 de 02 de setembro de 2025e considerando os termos do Relatório (77440818), do Processo Administrativo nº0029.051319/2026-22, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos, suprido (a) **Cleiton Adriane Cheregatto ,** no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente concessão normal de Suprimento de Fundos, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos, no Arquivo Interno/Seduc, à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO e Ministério Público do Estado - MPE, durante o prazo legal.

Alisson Antônio Maia de Souza

Secretário Executivo

Porto Velho, 20 de Outubrode 2026.

Protocolo 77837112

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente da Associação Conselho Escolar Euclides da Cunha, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 14/2026 (ID 77639787), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77905290) e o Resultado da Análise (ID 77905295), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Liberator Comércio de Gas LTDA	Gás Engarrafado - Botija 13 kg	1.798,35
Valor Total			**1.798,35**

Alvorada do Oeste/RO, 21 outubro de 2026.

Evandro Paulo Carneiro

Presidente da ACE Euclides da Cunha

Protocolo 77905300

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Conselho Escolar União, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o **Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 8191/** PROAFI /2026 (ID77098382), o **Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas** (ID 77098387) e

o Resultado da Análise de **Menor VALOR TOTAL DA PROPOSTA** (ID77098388), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Proponente Habilitado		**Menor VALOR TOTAL DA PROPOSTA**	TOTAL
1	MATILDE RODRIGUES RIBEIRO DA CONCEIÇÃO CNPJ: 28.509.817/0001-09	**VALOR TOTAL**	**R$ 1.895,00**
Valor Total			**R$ 1.895,00**

Novo Horizonte do Oeste, 21 de outubro de 2026.

EDVALDO MARQUES
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77098392

Portaria nº 9857 de 30 de setembro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia e em atendimento ao Decreto 24.041 de 08 de julho de 2019.

Considerando que o levantamento geral dos bens móveis e imóveis e de consumo terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa, conforme disciplinado pela Lei Federal nº 4.320/64, em seu Art. 96 e considerando as disposições da Instrução Normativa nº 13/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, na Seção II, Art. 9º, inciso III, alíneas f, g e h, que recomenda às unidades gestoras o encaminhamento na Prestação de Contas Anual, do Inventário do Estoque em Almoxarifado e Inventário Físico Financeiro dos Bens Móveis e Imóveis e de consumo;

RESOLVE:

Art. 1º - Dar composição à Comissão de Inventário do Estoque em Almoxarifado, bens de consumo, do exercício de 2026, no âmbito desta SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC/RO e setores anexos.

Art. 2° - Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão em comento, sob a presidência do primeiro membro:

1. Nelita Rodrigues dos Santos, Matrícula ******375 - Presidente
2. Guilherme dos Santos Pires, Matrícula ******308 - Membro
3. Elma Coutinho Ferreira Sousa, Matrícula ******746 - Membro
4. Rosa Nunes da Silva, Matrícula ******674 - Membro

Art. 3º - Na ausência legal do presidente, caberá ao 1º membro na lista do art. 2º, efetivar-se nos assuntos relacionados a esta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de Outubro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77215800

AVISO

A **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SEDUC**, CNPJ n.º **04.564.530/0001-13**, Unidade Gestora 16001-Seduc, em cumprimento ao disposto no **art. 72, parágrafo único da Lei Federal n.º 14.133, de 2021**, torna público, para conhecimento dos interessados, o **ATO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO** da Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei de Licitações n.º 14.133/2021** e demais disposições pertinentes. A presente contratação direta se justifica pela **inviabilidade de competição** e pela **notória especialização** do ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.963.479/0001-46, responsável por subsidiar a instrução processual visando à contratação de serviço técnico especializado para a execução do curso **"Inteligência Artificial (IA) nos Fluxos e Rotinas de Trabalho da Administração Pública", a ser realizado na modalidade presencial, no município de** São Paulo/SP, no período de 04 a 06 de novembro de 2026, com carga horária total de 21 (vinte e uma) horas, em atendimento à demanda formalmente justificada ao aperfeiçoamento de pessoal, para inscrição de 03 (três) servidoras da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia - SEDUC/RO. O valor global para esta contratação é de R$ 13.770,00 (treze mil setecentos e

setenta reais). A presente autorização é concedida conforme Documento de Formalização de Demanda 438 (75708548), Termo de Referência nº111/2026/SEDUC-RO (77404165), e demais informações presentes e todos documentos presentes nos autos do Processo SEI nº 0029.037637/2026-81.

Porto Velho, data e hora do sistema.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretario de Estado da Educação - SEDUC/RO

Protocolo 77404936

Portaria de férias nº 15208 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **DEBORA PIRES DA SILVA,** CEDIDO COM ONUS PARA O ESTADO , matrícula ******207, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**22/04/2026 a 01/05/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**28/04/2026 a 01/05/2026 e 28/04/2026 a 01/05/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **22/04/2026 a 01/05/2026 e 17/05/2027 a 26/05/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65878

AVISO
CONSELHO ESCOLAR PROFª ADMA LEAL
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8079/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.052592/2026-74

Objeto: Constitui objeto da presente Contratação Simplificada na Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, para *Assegurar a Estrutura e Funcionamento da Educação no Ensino Médio em Tempo Integral* da EEEMTI Simon Bolívar,.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **21/10/2026 a 23/10/2026.**

O Conselho Escolar Profª Adma Leal, CNPJ nº 04.697.793/0001-09, localizado na Avenida 15 de Novembro, nº 338 - Bairro Centro, Guajará-Mirim/RO - CEP 76.850-00, doravante Unidade Executora aderente ao PROAFI Regular Escola, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **21/10/2026 a 23/10/2026.** , pelo endereço eletrônico simonbolivar@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço acima mencionado, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O Prestador de Serviços deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail simonbolivar@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - As Empresas Prestadoras de Serviços não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail simonbolivar@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de**21/10/2026 a 23/10/2026.** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Profª Adma Leal, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI Regular Escola,serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/ou Proposta (76914734)

Guajará-Mirim/RO, 21 de outubro de 2026.

Augusto Bares da Cunha
Presidente da Comissão de Contratação
Elka Sheila Guastovara Lopes Biliatto
Presidente do Conselho Escolar
Profª Adma Leal

Protocolo 76914358

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR FERNANDA SOUZA DE PAULA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº [13/2026] (ID 77668538), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77669628) e o Resultado da Análise (ID 77669903), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1	**SILVA REFRIGERAÇÃO CNPJ:22.033.218/0001-85**	-	-
2	GUILHERME DA SILVA COSTA CNPJ: 46.153.688/0001-40	**1-**Serviço de substituição do compressor de ar-condicionado convencional de 24.000 BTUs, utilizando gás refrigerante R410A, com fornecimento de todos os materiais necessários para a execução do serviço, incluindo instalação, testes de funcionamento e verificação do sistema na sala dos professores tombamento n° 549607e (sala 07) tomb. n° 106981 . **2-**Serviço de substituição do compressor de ar-condicionado convencional de 18.000 BTUs, utilizando gás refrigerante R22, com fornecimento de todos os materiais necessários para a execução do serviço, incluindo instalação, carga de gás, se necessária, e testes de funcionamento do equipamento na sala pedagógica tombamento n° 230066, 139814 (sala 05), 139799 (sala 04) **3**-Fornecimento e substituição de capacitor de 55 µF para aparelho de ar-condicionado, incluindo material, mão de obra e testes de funcionamento do equipamento das salas de aula, tombamentos n° 30144849 (sala 06), 30538639 (sala 13), 30538637 (sala 01) **4-**Fornecimento e substituição de capacitor de 55 µF para aparelho de ar-condicionado, incluindo material, mão de obra e testes de funcionamento do equipamento das salas de aula, tombamentos n° 30144849 (sala 06), 30538639 (sala 13), 30538637 (sala 01)	9.300,00
3	**SILVA REFRIGERAÇÃO CNPJ:22.033.218/0001-85**	-	-
Valor Total			9.300,00

Espigão do Oeste/RO, 22 de Outubro de 2026

Simone Ferreira da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77670427

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DIVA TEREZA DE OLIVIERA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 8832/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.058693/2026-59

Objeto: Serviços de contabilidade

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **21/10/2026 a 26/10/2026**

Valorestimado :**R$ 1.300,00**

O Conselho Escolar Diva Tereza de Oliveira, C.N.P.J nº 01.167.361/0001-90 localizado na Avenida dos Imigrantes, Nº1845, Bairro CTG - Pimenta Bueno/RO - 76970-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: serviços de técnicos profissionais, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 21/10/2026 a 26/10/2026, pelo endereço eletrônico escolavaldirmonfredinho@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Avenida dos Imigrantes, Nº1845, Bairro CTG - Pimenta Bueno/RO - 76970-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a aquisição de serviços de contabilidade, considerando o menor preço por item.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolavaldirmonfredinho@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolavaldirmonfredinho@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de 21/10/2026 a 26/10/2026 - *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Diva Tereza de Oliveira, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1**-** Os materiais e produtos deverão ser entregues na EEEFM Professor Valdir Monfredinho, localizada, Av. dos Imigrantes numero 1845, bairro CTG, município de Pimenta Bueno, no horário das 8h:00 às17h:00 de segunda a sexta feira.

7.2-A entregaserá realizada de acordo com a ordem de fornecimento e de acordo com a necessidade do Conselho Escolar Diva Tereza de Oliveira.

7.3- O prazo para a entrega dos materiais será em até 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento dos produtos, no endereço citado no item 7.1

OBS: As entregas serão feitas inteiramente de todos os materiais.

8 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

8.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

8.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

8.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

8.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

9.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

9.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

9.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

9.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

9.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

9.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

9.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

9.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta (77879639).

Pimenta Bueno, 21 de outubro de 2026.

Alan Mafra da Silva
Presidente da Comissão de Contratação
Rosângela Mendes Pereira

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77879642

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar da EEEM Professora Maria Conceição de Souza, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 013/2026 (ID77447052), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77749162) e o Resultado da Análise (ID77749171), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	Eduarda Martins Almeida	Aquisição de prestação de serviço para reparo e manutenção predial corretiva. Descrição dos serviços: Instalação de 10 tomadas sobrepor (sala dos professores) Instalação de 12 tomadas sobrepor (sala de planejamento e sala de prestação de contas) Substituição de 20 paflons (salas de aula, sala dos professores e sala de prestação de contas) Recomposição de alvenaria em vão de passagem de tubulação de central de ar (01 unidade) Substituição de porta de madeira (01 unidade) Instalação de porta de madeira (02 unidades) Remoção de porta de alumínio (02 unidades) Recomposição de calçada (01 metro) Realinhamento em esquadrias de portas de madeira com ajustes nas dobradiças (05 unidades) Realinhamento em porta de ferro com ajustes nas dobradiças (02 unidades) Reparo localizado em alvenaria em parede tamanho 0,30 x 0,30 (04 unidades) Desempeno e alinhamento de grelha de drenagem em ferro fundido com correção de fissura (04 unidades, tamanho 5,00 x 0,30) Instalação de barra roscável em corrimão com acabamento de reboco e massa (25 unidades) Substituição de vaso sanitário (03 unidades) Substituição de refletor (05 unidades) Substituição de tomadas em parede de alvenaria (07 unidades) Refixação de placa divisória sanitária de granilite com acabamento de reboco e massa (06 unidades) Instalação de tubulação para drenagem de condensado (10 unidades) Pintura em parede com esquadrias de vidro (02 unidades, tamanhos 2,10 x 0,10 e 2,10 x 0,27) Preenchimento em espaço de parede em gesso acartonado (drywall) (02 unidades, tamanho 0,25 x 0,25) Substituição de fechadura em porta de madeira (04 unidades) Instalação de fechadura em porta de madeira (02 unidades) Substituição de roldana em portão deslizante (01 unidade) Fixação de cortina em sala de aula (01 unidade)	**R$** 7.200,00
Valor Total:			**R$ 7.200,00**

Machadinho do Oeste, 20 de outubro de 2026.

Cassia Regina Nogueira Agostinho

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77920112

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15210 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **SAMARA ALVES DE SOUZA** , **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******410, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65880

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidenta do Conselho Escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 07 / 2026 ID: (77619235), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas ID: (77846889) e o Adendo de Divulgação do Resultado de Análise, ID: (77846988), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição dos Itens	Valor Total
01	WA Ronconi, comércio Atacadista	Carrinho plataforma 500 kg, escada 24 degraus 6,72 mt, fragmentadora 16 folhas 110 v, Exaustor 40 cm, exaustor 50 cm	5.320,00
VALOR TOTAL EM R$			5.320,00

Machadinho D'Oeste - RO, 21 de outubro de de 2026.

Marisa Rosane Barioni
Presidenta do Conselho Escolar

Protocolo 77847193

Portaria nº 10459 de 15 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, a Lei Complementar n. 965, publicada no DOE n. 238, de 20 de dezembro de 2017 a Lei Complementar n. 1180, publicada no DOE n. 49, de 15 de março de 2023, considerando o Processo Administrativo (0029.056362/2026-84),

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR temporariamente o servidor **VALDIR RIBEIRO DA SILVA,** matrícula nº ******247**, para responder pelo cargo de **Secretário Escolar da EEEF Paulo Freire,** localizada no município de Vilhena - RO**,** a referida designação ocorrerá no período de **06/10/2026 a 04/11/2026,** em substituição à titular, **CILENE DE OLIVEIRA SOUZA**,matrícula nº ******239**, que se encontra afastada em razão de atestado médico.

Art. 2º Determinar ao Núcleo de Movimentação de Pessoal (SEDUC-NMP) que proceda com os devidos registros funcionais da servidora designada, para fins de direitos e vantagens legais decorrentes da substituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e administrativos a contar de 06 de outubro de 2026, para fins de convalidação dos atos praticados durante o período de substituição.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77689007

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio RUTH ROCHA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 20/2026 (ID: 77594467), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID: 77878705) e o Resultado da Análise (ID: 77878770), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	COSTA SERVIÇOS CONTABEIS LTDA - CNPJ: 30.784.941/0001-24	-	R$ -
2	**WNS CONTABILIDADE LTDA - 33.070.690/0001-04**	**Serviço de contabilidade 2026; certificado digital**	**R$ 1.821,00**
Valor Total			**R$ 1.821,00**

Distrito de Rio Branco - Campo Novo de Rondônia - RO, 22 de outubro de 2026.

ANGELINA APARECIDA MASALSKAS KROFKE
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77879090

Ato Público nº 451/2026/SEDUC-GAB

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do estado de Rondônia, e com base no disposto na Lei nº 5.737, de 22 de janeiro de 2024, que instituí o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, dar suporte e apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, e proporcionar maior rapidez e eficácia na operacionalização das atividades administrativas e pedagógicas, em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes e às normas e diretrizes da rede pública de ensino do Estado de Rondônia, às unidades administrativas e unidades escolares, aqui denominadas como Unidade Executora - UEx" torna público, para conhecimento dos interessados, a autorização para liberação do repasse de recurso financeiro, referente a **Parcela Única/2026,** no valor anual correspondente a **R$** 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), oriundos do Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, destinado às Unidades Executoras - UEx das Unidades Administrativas, que consta nos autos do Processo SEI nº 0029.040307/2026-72, para atender às necessidades do Conselho Gestor da Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná, da Superintendência de Educação de Ji-Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 26.197.035/0001-56, localizada no município de Ji-Paraná.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77905478

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE RESULTADO

O Presidente do Conselho Escolar do Colégio Tiradentes da Polícia MilitarCTPM VI, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 26/2026 (77034218), o Quadro Comparativo (77245361; e o Resultado da Análise (77353601), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total R$
01	**FVD COMBUSTIVEIS LTDA**	Gasolina Comun	**R$ 1.418,00**
	CNPJ: 52.360.060/0002-08	Oleo Lubrificante 2 Tempos	**R$ 337,50**
Valor Total			**R$ 1.755,50**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Ji-Paraná RO, data e hora do sistema.

ROBERTO BASSI **SASSAMOTO- MAJ QOPM**
Presidente do Conselho Escolar
Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM VI

Protocolo 77354131

EXTRATO
Da Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público

PROCESSO Nº 0029.025663/2026-66
Interessado(a): Associação Escola Família Agrícola de Jaru – AEFAJAR
CNPJ: nº 07.639.001/0001-20 (73942715).
Objeto: Manutenção das atividades educacionais da instituição, com atendimento a 113 alunos (75460726), em Atividade Complementar nos turnos matutino e vespertino.
Referência da justificativa id SEI: 76307307

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A inexigibilidade de chamamento público fundamenta-se no artigo 31 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, e nos artigos 35 e 36 do Decreto Estadual nº 21.431/2016 e **Decreto Estadual nº 26.147/2021.**

A Associação Escola Família Agrícola de Jaru – AEFAJARé a única entidade apta a prestar os serviços especializados previstos no Termo de Fomento, conforme Estatuto Social (n.º 73942709) e Atestado de Exclusividade (n.º 73942705). A Associação Escola Família Agrícola de Jaru – AEFAJAR adota um modelo pedagógico diferenciado voltado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e oficinas pedagógicas.

Será repassado o montante deR$ 252.479,28 (duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) destinado à manutenção das atividades da **Associação Escola Família Agrícola de Jaru – AEFAJAR** , incluindo aquisição de materiais de consumo, visando melhorar os processos educacionais e aprimorar a aprendizagem, fomentando novas metodologias e colaborando para o desenvolvimento da criatividade e o engajamento do estudante.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A Associação Escola Família Agrícola de Jaru – AEFAJAR, inscrita no CNPJ sob o nº 07.639.001/0001-20 (73942715), atende atualmente 113 alunos do ensino complementar, conforme Recibo Censo 2025 (75460726), e possui experiência comprovada na oferta de educação básica, conforme Certificado do SISPAR (73942733).

CONCLUSÃO

A inexigibilidade do chamamento público justifica-se pela inviabilidade de competição, dada a singularidade da parceria e a exclusividade da entidade para execução dos serviços especializados. O repasse direto garante eficiência na gestão pública, transparência e atendimento adequado às necessidades educacionais locais.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Porto Velho, data e hora do sistema.

Protocolo 76307355

EXTRATO
DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo: 0029.016968/2026-87
Assunto: Proposição de Termo de Fomento
Interessado: Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré, Porto Velho/RO
Objeto: Aquisição de materiais permanentes (60 tablets, 16 mesas em MDF, 16 cadeiras tipo poltrona presidente, 16 armários altos fechados com 02 portas, 15 poltronas e 01 mesa de reunião).
Valor: R$ 364.430,00 (trezentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e trinta reais).
Referência da Justificativa (SEI): 76066592

A inexigibilidade de chamamento público para a celebração de Termo de Fomento entre o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e o Conselho Escolar da E.M.E.F. Nossa Senhora de Nazeré fundamenta-se na inviabilidade de competição, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar é entidade privada sem fins lucrativos com atuação voltada à gestão dos recursos destinados à respectiva unidade de ensino. O plano de trabalho visa ao aparelhamento da infraestrutura física da escola, medida

indispensável para o aperfeiçoamento da gestão, a eficiência das rotinas pedagógicas e o cumprimento dos ditames da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A inviabilidade de competição decorre da natureza singular do objeto e da exclusividade da representação da comunidade escolar, visto que as metas pactuadas só podem ser executadas pelo Conselho Escolar da própria unidade beneficiada, conforme preconiza a Lei Complementar Municipal nº 196/2004 (Gestão Democrática do Ensino).

Dessa forma, o repasse direto de recursos atende ao interesse público, assegura a transparência na aplicação dos valores e viabiliza a melhoria das condições do ambiente escolar para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Massud Jorge Badra Neto

Secretário de Estado da Educação

Porto Velho/RO, *data e hora do sistema*.

Protocolo 76573130

EXTRATO

DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo: 0029.016592/2026-19

Assunto: Proposição de Termo de Fomento

Interessado: Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora do Amparo, Porto Velho/RO

Objeto: Aquisição de materiais permanentes (15 caixas de som ativa e passiva, 15 mesas em MDF, 15 cadeiras tipo poltrona presidente, 10 poltronas, 01 mesa para reunião e 15 armários altos fechados com 02 portas).

Valor: R$ 224.700,00 (duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais).

Referência da Justificativa (SEI): 75923124

A inexigibilidade de chamamento público para a celebração de Termo de Fomento entre o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e o Conselho Escolar da E.M.E.I.E.F. Nossa Senhora do Amparo fundamenta-se na inviabilidade de competição, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar é entidade privada sem fins lucrativos com atuação voltada à gestão dos recursos destinados à respectiva unidade de ensino. O plano de trabalho visa ao aparelhamento da infraestrutura física da escola, medida indispensável para o aperfeiçoamento da gestão, a eficiência das rotinas pedagógicas e o cumprimento dos ditames da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A inviabilidade de competição decorre da natureza singular do objeto e da exclusividade da representação da comunidade escolar, visto que as metas pactuadas só podem ser executadas pelo Conselho Escolar da própria unidade beneficiada, conforme preconiza a Lei Complementar Municipal nº 196/2004 (Gestão Democrática do Ensino).

Dessa forma, o repasse direto de recursos atende ao interesse público, assegura a transparência na aplicação dos valores e viabiliza a melhoria das condições do ambiente escolar para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Massud Jorge Badra Neto

Secretário de Estado da Educação

Porto Velho/RO, *data e hora do sistema*.

Protocolo 75924395

EXTRATO

DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo: 0029.016512/2026-17

Assunto: Proposição de Termo de Fomento

Interessado: Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Flamboyant, Porto Velho/RO.

Objeto: Aquisição de materiais permanentes (20 (vinte) Mesa em MDF, 20(vinte) Cadeira tipo poltrona presidente, 15(quinze) Poltrona, 17(dezessete) Caixa de som ativa e passiva, 20(vinte) Armário alto fechado com 02 portas, 01(uma) Mesa de reunião).

Valor: R$ 287.950,00 (duzentos e oitenta e sete mil novecentos e cinquenta reais).

Referência da Justificativa (SEI): 76807948

A inexigibilidade de chamamento público para a celebração de Termo de Fomento entre o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), e o Conselho Escolar da E.M.E.I.E.F. Flamboyant

fundamenta-se na inviabilidade de competição, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar é entidade privada sem fins lucrativos com atuação voltada à gestão dos recursos destinados à respectiva unidade de ensino. O plano de trabalho visa ao aparelhamento da infraestrutura física da escola, medida indispensável para o aperfeiçoamento da gestão, a eficiência das rotinas pedagógicas e o cumprimento dos ditames da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A inviabilidade de competição decorre da natureza singular do objeto e da exclusividade da representação da comunidade escolar, visto que as metas pactuadas só podem ser executadas pelo Conselho Escolar da própria unidade beneficiada, conforme preconiza a Lei Complementar Municipal nº 196/2004 (Gestão Democrática do Ensino).

Dessa forma, o repasse direto de recursos atende ao interesse público, assegura a transparência na aplicação dos valores e viabiliza a melhoria das condições do ambiente escolar para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Massud Jorge Badra Neto
Secretário de Estado da Educação

Porto Velho/RO, *data e hora do sistema*.
Protocolo 76825463

EXTRATO

Processo: 0029.059245/2025-91
Assunto: proposição de termo de fomento
Interessado(a): CONSELHO ESCOLAR DA E.M.E.I.E.F. BROTO DE AÇAÍ - PORTO VELHO/RO
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE
Valor: R$111.504,00 (cento e onze mil, quinhentos e quatro reais)
referência da justificativa id SEI: 76909406

Extrato da Justificativa de Inexigibilidade de chamamento público

A inexigibilidade do chamamento referente a formalização de termo de fomento entre o Conselho Escolar da E.M.E.I.E.F. Broto de Açaí e a **Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)** fundamenta-se na inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar, entidade sem fins lucrativos e de direito privado, possui caráter educacional e autonomia administrativa, sendo responsável pela gestão dos recursos destinados às unidades escolares. A parceria tem como objetivo a aquisição de material permanente composto por 08 projetores multimídia, 08 telas de projeção e 08 caixas de som, com a finalidade de fortalecer o uso de recursos tecnológicos no processo educacional da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Broto do Açaí, assegurando a implantação dos equipamentos em todas as salas de aula contempladas, favorecendo práticas pedagógicas mais dinâmicas, atrativas e eficientes de acordo com os princípios da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A singularidade do objeto da parceria decorre da natureza específica das atividades a serem desenvolvidas, que devem ser realizadas exclusivamente pelos Conselhos Escolares responsáveis pelas respectivas unidades de ensino. Nesse sentido, a implementação deste projeto será realizada de forma exclusiva pelo Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, em Porto Velho/RO.

Assim, o repasse de recursos diretamente ao **Conselho Escolar da E.M.E.I.E.F. Broto de Açaí**, garante a efetividade das metas/ações, assegura a transparência na gestão pública e atende ao interesse coletivo da comunidade escolar, proporcionando um ambiente, agradável, dinâmico e acessível.

Em síntese, a impossibilidade de competição entre as organizações da sociedade civil se deve à natureza específica do objeto da parceria, visto que as metas só podem ser atingidas por uma Organização da Sociedade Civil particular, neste caso, o Conselho Escolar de sua unidade escolar, conforme registrado nos autos. Essa atuação está alinhada com o que estabelece a a Lei 3.018 de 17 de abril de 2013 - Lei de Gestão Democrática que versa sobre a responsabilidade e competência do Conselho Escolar.

Massud Jorge Badra Neto
Secretária de Estado da Educação

Porto Velho (RO), *data e hora do sistema*.
Protocolo 76910472

EXTRATO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Processo: 0029.016639/2026-36
Assunto: proposição de termo de fomento
Interessado(a): Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Infantil e Ensino Fundamental Dr. Tancredo De Almeida Neves
Objeto: **Aquisição de Material Permanente**
Valor: R$ 364.430,00 (trezentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e trinta reais)
referência da justificativa id SEI: 76796187

Extrato da Justificativa de Inexigibilidade de chamamento público

A inexigibilidade do chamamento referente a formalização de termo de fomento entre o **Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Infantil e Ensino Fundamental Dr. Tancredo De Almeida Neves** e a **Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)** fundamenta-se na inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar, entidade sem fins lucrativos e de direito privado, possui caráter educacional e autonomia administrativa, sendo responsável pela gestão dos recursos destinados às unidades escolares. A parceria tem como objetivo a melhoria do infraestrutura pedagógica, administrativa e tecnológica da escola, essenciais para aperfeiçoar a gestão e garantir que os processos internos da escola possam ocorrer de forma eficiente. Dessa forma, assegura-se o direito dos alunos e da comunidade a um ambiente escolar mais agradável e oganizada, de acordo com os princípios da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A singularidade do objeto da parceria decorre da natureza específica das atividades a serem desenvolvidas, que devem ser realizadas exclusivamente pelos Conselhos Escolares responsáveis pelas respectivas unidades de ensino. Nesse sentido, a implementação deste projeto será realizada de forma exclusiva pelo Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Infantil e Ensino Fundamental Dr. Tancredo De Almeida Neves, em Porto Velho/RO.

Assim, o repasse de recursos diretamente ao **Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Infantil e Ensino Fundamental Dr. Tancredo De Almeida Neves**, garante a efetividade das metas/ações, assegura a transparência na gestão pública e atende ao interesse coletivo da comunidade escolar, proporcionando um ambiente seguro, agradável e acessível.

Em síntese, a impossibilidade de competição entre as organizações da sociedade civil se deve à natureza específica do objeto da parceria, visto que as metas só podem ser atingidas por uma Organização da Sociedade Civil particular, neste caso, o Conselho Escolar de sua unidade escolar, conforme registrado nos autos. Essa atuação está alinhada com o que estabelece a a Lei 3.018 de 17 de abril de 2013 - Lei de Gestão Democrática que versa sobre a responsabilidade e competência do Conselho Escolar.

Massud Jorge Badra Neto
Secretária de Estado da Educação

Porto Velho (RO), *data e hora do sistema*.
Protocolo 76797998

EXTRATO

Processo: 0029.059296/2025-13
Assunto: proposição de termo de fomento
Interessado(a): Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Meu Pequeno Jones - Porto Velho/RO
Objeto: **Aquisição de Material Permanente**
Valor: R$ 242.680,00 (duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e oitenta reais)
referência da justificativa id SEI: 76948144

Extrato da Justificativa de Inexigibilidade de chamamento público

A inexigibilidade do chamamento referente a formalização de termo de fomento entre o **Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Meu Pequeno Jones** e a **Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)** fundamenta-se na inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar, entidade sem fins lucrativos e de direito privado, possui caráter educacional e autonomia administrativa, sendo responsável pela gestão dos recursos destinados às unidades escolares. A parceria tem como objetivo a aquisição de material permanente composto por 17 poltronas destinadas à sala dos professores, 10 poltronas para a sala da direção, 17 caixas de som, 17 mesas e 17 armários, com a finalidade de melhorar a infraestrutura física e funcional da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Meu Pequeno Jones.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A singularidade do objeto da parceria decorre da natureza específica das atividades a serem desenvolvidas, que devem ser realizadas exclusivamente pelos Conselhos Escolares responsáveis pelas respectivas unidades de ensino. Nesse sentido, a implementação deste projeto será realizada de forma exclusiva pelo Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, em Porto Velho/RO.

Assim, o repasse de recursos diretamente ao **Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Meu Pequeno Jones**, garante a efetividade das metas/ações, assegura a transparência na gestão pública e atende ao interesse coletivo da comunidade escolar, proporcionando um ambiente seguro, agradável e acessível.

Em síntese, a impossibilidade de competição entre as organizações da sociedade civil se deve à natureza específica do objeto da parceria, visto que as metas só podem ser atingidas por uma Organização da Sociedade Civil particular, neste caso, o Conselho Escolar de sua unidade escolar, conforme registrado nos autos. Essa atuação está alinhada com o que estabelece a a Lei 3.018 de 17 de abril de 2013 - Lei de Gestão Democrática que versa sobre a responsabilidade e competência do Conselho Escolar.

Massud Jorge Badra Neto

Secretária de Estado da Educação

Porto Velho (RO), *data e hora do sistema*.

Protocolo 76951866

EXTRATO

Processo: 0029.016907/2026-10

Assunto: proposição de termo de fomento

Interessado(a): Conselho Escolar da EMEIF Guadalupe

Objeto: Aquisição de Material Permanente (02 gavetas suspensas, cadeiras giratórias, cadeiras poltrona, kits de caixa de som ativa e passiva e armários altos fechados com 02 portas)

Valor: R$ 104.840,00 (cento e quatro mil, oitocentos e quarenta reais)

referência da justificativa id SEI: 77232840

Extrato da Justificativa de Inexigibilidade de chamamento público

A inexigibilidade do chamamento referente a formalização de termo de fomento entre o **Conselho Escolar da EMEIF Guadalupe** e a **Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)** fundamenta-se na inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 21.431/2016.

O Conselho Escolar, entidade sem fins lucrativos e de direito privado, possui caráter educacional e autonomia administrativa, sendo responsável pela gestão dos recursos destinados às unidades escolares. A parceria tem como objetivo a melhoria do ambiente físico e organizado, essenciais para aperfeiçoar a gestão e garantir que os processos internos da escola possam ocorrer de forma eficiente e segura. Dessa forma, assegura-se o direito dos alunos e da comunidade a um ambiente escolar mais agradável, confortável e organizado, garantindo o atendimento às necessidades mínimas, de acordo com os princípios da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A singularidade do objeto da parceria decorre da natureza específica das atividades a serem desenvolvidas, que devem ser realizadas exclusivamente pelos Conselhos Escolares responsáveis pelas respectivas unidades de ensino. Nesse sentido, a aquisição dos materiai permanentesserá realizada de forma exclusiva pelo Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Major Guapindaia, em Porto Velho/RO.

Assim, o repasse de recursos diretamente ao **Conselho Escolar da EMEIF Guadalupe**, garante a efetividade das metas/ações, assegura a transparência na gestão pública e atende ao interesse coletivo da comunidade escolar, proporcionando um ambiente organizado e seguro, agradável e acessível.

Em síntese, a impossibilidade de competição entre as organizações da sociedade civil se deve à natureza específica do objeto da parceria, visto que as metas só podem ser atingidas por uma Organização da Sociedade Civil particular, neste caso, o Conselho Escolar de sua unidade escolar, conforme registrado nos autos. Essa atuação está alinhada com o que estabelece a a Lei 3.018 de 17 de abril de 2013 - Lei de Gestão Democrática que versa sobre a responsabilidade e competência do Conselho Escolar.

Massud Jorge Badra Neto

Secretário de Estado da Educação

Porto Velho (RO), *data e hora do sistema*.

Protocolo 77235659

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2026

PARTES:

CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR EDUCAR PARA O FUTURO,** CNPJ: **01.782.367/0001-77**

CONTRATADO: **COOPERATIVA DE PESCADORES E AQUICULTORES DO ESTADO DE RONDONIA – COOPPESCA,** CNPJ: **06.014.439/0001-50**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO: Constitui a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, **(Filé de Tambaqui)** para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a **Chamada Pública nº 02/2026** em atendimento as necessidades do Conselho Escolar Educar para o Futuro.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de **R$ 1**.658,71 (mil seicentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos)**,** de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços. Os preços contratuais não serão reajustados.

DO PRAZO: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a última entrega dos produtos, conforme cronograma elaborado pela CONTRATANTE.

PROCESSO: 0029.016631/2026-70

ASSINAM: Dagmar Ramalho de Oliveira – Presidente do Conselho Escolar Educar para o Futuro e **Raimundo Umbelino das Neves** – Representante/Contratada

Ouro Preto do Oeste/RO, 22 de outubro de 2026.

Dagmar Ramalho de Oliveira

Presidente do Conselho Escolar

Raimundo Umbelino das Neves

Representante/Contratada

Protocolo 77801662

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MONTEIRO LOBATO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 18/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.058612/2026-11

Objeto: Recarga em Extintores.

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 29/10/2026**

O Conselho Escolar da E.E.E.F. Monteiro lobato, C.N.P.J nº 00.774.348/0001-36 localizado na Avenida Belém, Nº 5796, Bairro Planalto - Rolim de Moura/RO - 76.940-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Recarga em Extintores, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública. Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 29/10/2026**, pelo endereço eletrônico prestacao.monteirolobato@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço acima citado, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de empresa especializada em fornecer Recarga em Extintores, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail prestacao.monteirolobato@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail prestacao.monteirolobato@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 29/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - O recebimento da proposta e seus respectivos documentos requisitados neste Aviso, somente serão aceitos via e-mail e/ou por meio físico **até as 13 h do dia 29/10/2026.**
4.3 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.4 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.5 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.6 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Monteiro Lobato**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Processo/Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta, que deverá ser solicitado através do e-mail (prestacao.monteirolobato@seduc.ro.gov.br**).**

Rolim de Moura/RO, 22 de outubro de 2026.

Edlah Maria da Rocha
Presidente da Comissão de Contratação
Geldiane de Sabino de Oliveira
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77917537

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 14/2026
CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR DA EEEF DR. LOURENÇO PEREIRA LIMA**
CONTRATADA: **MERCADO E ACOUGUE UNIAO LTDA**
CNPJ DA CONTRATADA: **02.448.919/0001-78**
OBJETO: É objeto desta contratação o fornecimento deGÊNEROS ALIMENTÍCIOS
VALOR: **R$ 12.659,00** (**Doze mil seiscentos e cinquenta e nove reais**)
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
DATA DA ASSINATURA:20/10/2026
ASSINAM: SILVANA PEREIRA DA SILVA - Presidente do Conselho Escolar e
ANDERSON GARCIA GONZALES - Contratado

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo 77837604

EXTRATO

DO CONTRATO Nº 21/2026

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR BERNARDO GUIMARÃES

CONTRATADA: COIMBRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ/MF Nº 06.151.921/0013-75

OBJETO: Constitui objeto do presente a compra de **MATERIAL DE EXPEDIENTE,** visando oferecer um ambiente de expediente que atenda as necessidades dos alunos matriculados na Unidade Escolar Bernardo Guimarães da Rede Estadual de Educação, localizada no município de Cacoal, contemplados no âmbito do Programa Apoio Financeiro – **PROAFI.**

VALOR: **R$ 8.750,00 (Oito mil, setecentos e cinquenta reais)**

PROCESSO: 0029.044002/2026-30

VIGÊNCIA: de sua assinatura até a entrega total dos produtos.

DATA DE ASSINATURA: 22 de outubro de 2026.

ASSINAM:

DANDARA XAVIER ROBERTO TOMIATTI - Presidente do Conselho Escolar

CARLOS EDUARDO GREGÓRIO/Representante Legal

Protocolo 77745373

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 26/2026 (ID 77316049), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77922628) e o Resultado da Análise (ID 77925631), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total R$
1	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA GERAL, MANUTENÇÃO COMPLETA E REPAROS EM 03 (TRêS) BEBEDOUROS DO PÁTIO COM TROCA DE ELEMENTO FILTRANTES TOMBAMENTO: 463861 TOMBAMENTO: 854332, E UM SEM TOMBAMENTO	**1.647,00**
2	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA GERAL, MANUTENÇÃO COMPLETA E REPAROS NO BEBEDOURO DA COZINHA COM TROCA DE ELEMENTO FILTRANTES TOMBAMENTO: 857139	**549,00**
3	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA GERAL, MANUTENÇÃO COMPLETA E REPAROS NO BEBEDOURO DA SALA DOS PROFESSORES COM TROCA DE ELEMENTO FILTRANTES TOMBAMENTO: 1.105.979	**295,00**
4	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA GERAL, MANUTENÇÃO COMPLETA E REPAROS NO BEBEDOURO DA QUADRA COM TROCA DE ELEMENTO FILTRANTES TOMBAMENTO: 862537	**549,00**
5	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA DAS DUAS CAIXA D'AGUA PRINCIPAL DA ESCOLA 5000 LITROS CADA	**1.600,00**
6	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DA SALA DOS PROFESSORES 500 LITROS	**349,00**
7	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DA QUADRA DE ESPORTES 1000 LITROS	**499,00**
8	68.742.503 ALESSANDRO FREITAS DA SILVA, CNPJ: 68.742.50/0001-76	LIMPEZA DE CISTERNA SENDO 9M³	**1.200,00**
VALOR TOTAL			R$ **6.688,80**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Rolim de Moura/RO, 22 de outubro de 2026.

Gildo Benedito Ramos da Rocha

Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77925933

AVISO

AVISO DE CANCELAMENTO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73

Objeto: Material de Processamento de Dados.

O Conselho Escolar da EEEEF CASA DE DAVI,torna público o **cancelamento do Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação nº 04/2026**, referente ao Processo SEI nº 0029.056798/2026-73, cujo objeto é a aquisição de material de processamento de dados.

O prazo inicialmente estabelecido para recebimento das propostas e dos documentos correspondentes compreendia o período de **19/10/2026 a 21/10/2026**.

Dessa forma, ficam cancelados o referido procedimento de contratação e os atos dele decorrentes, observadas as disposições legais aplicáveis.

Porto Velho/RO, 22 de outubro de 2026.

Márcia Aparecida Amorin

Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77917936

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 012/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.041999/2026-76

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PAPELARIA

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **23/10/2026 a 03/11/2026 às 8h da manhã.**

O CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO, C.N.P.J nº 15.893.563/0001-23 localizado na Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PAPELARIA, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 8h da manhã**, pelo endereço eletrônico **contasarlete@hotmail.com** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PAPELARIA, considerando o **menor preço por item.**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M. MARIA ARLETE TOLEDO;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **contasarlete@hotmail.com** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **contasarlete@hotmail.com**, dentro do prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 8h da manhã**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Maria Arlete Toledo**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI-REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Vilhena/RO, 22 de outubro de 2026.

Rodrigo Denti Fontes

Presidente da Comissão de Contratação

Claudiane Santana Mendonça Costa

Presidente do Conselho Escolar Maria Arlete Toledo

Protocolo 77836762

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 013/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.041999/2026-76

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **23/10/2026 a 03/11/2026 às 8h da manhã.**

O CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO, C.N.P.J nº 15.893.563/0001-23 localizado na Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 8h da manhã**, pelo endereço eletrônico **contasarlete@hotmail.com** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, considerando o **menor preço por item.**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M. MARIA ARLETE TOLEDO;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **contasarlete@hotmail.com** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **contasarlete@hotmail.com**, dentro do prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 8h da manhã**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Maria Arlete Toledo**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI-REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Vilhena/RO, 22 de outubro de 2026.

Rodrigo Denti Fontes

Presidente da Comissão de Contratação

Claudiane Santana Mendonça Costa

Presidente do Conselho Escolar Maria Arlete Toledo

Protocolo 77836816

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 015/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.041999/2026-76

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA/SIRENE MUSICAL

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **23/10/2026 a 03/11/2026 às 08 horas da manhã.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO, C.N.P.J nº 15.893.563/0001-23 localizado na Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA/SIRENE MUSICAL, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 08 horas da manhã**, pelo endereço eletrônico **contasarlete@hotmail.com** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA/SIRENE MUSICAL, considerando o **menor preço global.**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M. MARIA ARLETE TOLEDO;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **contasarlete@hotmail.com** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **contasarlete@hotmail.com**, dentro do prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 08 horas da manhã**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Maria Arlete Toledo**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI-REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Vilhena/RO, 22 de outubro de 2026.
Rodrigo Denti Fontes
Presidente da Comissão de Contratação
Claudiane Santana Mendonça Costa
Presidente do Conselho Escolar Maria Arlete Toledo

Protocolo 77888570

AVISO

CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 016/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.041999/2026-76
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COZINHA
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **23/10/2026 a 03/11/2026 às 08 horas da manhã.**

O CONSELHO ESCOLAR MARIA ARLETE TOLEDO, C.N.P.J nº 15.893.563/0001-23 localizado na Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI - REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COZINHA, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 08 horas da manhã**, pelo endereço eletrônico **contasarlete@hotmail.com** ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Ana Neri, Nº 6361, Bairro Alto Alegre, Vilhena/RO - CEP: 76.985-314, Telefone: (69) 3322-1155, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COZINHA, considerando o **menor preço por item.**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva E.E.E.F.M. MARIA ARLETE TOLEDO;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail **contasarlete@hotmail.com** a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **contasarlete@hotmail.com**, dentro do prazo de **23/10/2026 a 03/11/2026 às 08 horas da manhã**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do **Conselho Escolar Maria Arlete Toledo**, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI-REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Vilhena/RO, 22 de outubro de 2026.
Rodrigo Denti Fontes
Presidente da Comissão de Contratação
Claudiane Santana Mendonça Costa
Presidente do Conselho Escolar Maria Arlete Toledo

Protocolo 77889932

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 04/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73
Objeto: **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos: Centrais de Ar Condicionado**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado naRua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos: Centrais de Ar Condicionado**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos: Centrais de Ar Condicionado**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Maria Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77921293

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73

Objeto: **Gás Engarrafado, GLP 45KG**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**

O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado naRua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de fornecimento de **Gás Engarrafado, GLP 45KG**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de fornecimento de **Gás Engarrafado, GLP 45KG**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Maria Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77922031

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73

Objeto: **LImpeza de Reservatórios de Água**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado na Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

AVISA a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de **LImpeza de Reservatórios de Água**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **LImpeza de Reservatórios de Água**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Maria Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77922296

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 07/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73

Objeto: **LImpeza e Conservação: Dedetização**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**

O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado na Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de **LImpeza e Conservação: Dedetização**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de **LImpeza e Conservação: Dedetização**, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Maria Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77922652

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 08/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.056798/2026-73
Objeto: **Material Químico**
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, C.N.P.J nº 03.876.684/0001-88 localizado na Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço por item, para a contratação de fornecimento de **Material Químico**, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico: ecdavi@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Natal, nº 421 - Bairro: Pedacinho de Chão, Porto Velho/RO - CEP 76.916-260 as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de forneciemento de **Material Químico**, considerando o menor preço por item.
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora Escola Casa de Davi;
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.bra proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail ecdavi@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

Ricardo Rodrigues da Luz
Membro da Comissão de Contratação
Maria Aparecida Amorin
Presidente do Conselho Escolar da Escola Casa de Davi

Protocolo 77922834

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DONA BENTA, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 8162/2026 (ID 77057277), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77864376) e o Resultado da Análise (ID 77865905), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
2	FORTTECH SOLUÇÕES LTDA, CNPJ:47.199.093/0001-99**.**	TELA HEXAGONAL PARA VIVEIRO, MALHA TIPO 1/2, COMPRIMENTO 50m, DIAMETRO DO FIO 0,56mm BWG24, ALTURA 1m.	R$ 1.395,00

Presidente Médici/RO, 22 de outubro de 2026.
Vânia Kaiser Silva
Presidente do Conselho Escolar Dona Benta

Protocolo 77867137

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 7/2026
CONTRATANTE: CEEJA Professora Nadir Aparecida Ferreira
CONTRATADA: Nara Regina de Souza Cruz
CPF DA CONTRATADA: ***.253.222-**
OBJETO: É objeto desta contrataçãoGêneros alimentícios
VALOR: R$ 1.376,70(Um mil trezentos e setenta e seis reais e setenta centavos.)
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 22/10/2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

ASSINAM: Rosilene Aparecida Paulino Rodrigues
Nara Regina de Souza Cruz

Protocolo 77929030

Portaria nº 10727 de 20 de outubro de 2026

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para exercerem as atribuições de Gestora de Contrato Titular e respectiva Gestora de Contrato Substituta, responsáveis pela gestão e acompanhamento procedimental do instrumento do Termo de Contrato nº 1111/2026/PGE-SEDUC (77743099), referente a prestação de serviços da empresa **KAELE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n. 04.819.323/0001-62, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem fornecimento de motorista e combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva inclusa, cobertura securitária integral, rastreamento veicular ativo e disponibilização de veículo substituto em caso de indisponibilidade operacional, visando atender às demandas operacionais, administrativas, técnicas, pedagógicas e logísticas da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/RO:

Servidoras para Gestora de Contrato Titular e respectiva Gestora de Contrato Substituta

Designação	Nome	Matrícula
Gestora de Contrato Titular	Lucibet Vicentin	******646
Gestora de Contrato Substituta	Nely Chagas da Silva	******299

Art. 2º Compete à Gestora de Contratos:

I – Coordenar as atividades administrativas e procedimentais necessárias ao acompanhamento do contrato, devendo conhecer integralmente o teor do contrato, incluindo o Termo de Referência, seus anexos e demais peças que compõem o respectivo processo administrativo;

II – Observar as normas legais e regulamentares aplicáveis à execução contratual, em especial a Lei 14.133/2021 e o Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024 e decretos correlatos;

III – Orientar os fiscais de contrato e membros de comissão na elaboração de relatórios, certificações e termos de recebimento;

IV – Controlar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, acompanhando os pedidos de reajuste e repactuação;

V – Centralizar a comunicação formal entre a Secretaria de Estado da Educação e o/a contratado/a.

VI – À Gestora de Contrato Substituta compete exercer a plenitude das funções de gestão nos casos de ausências, impedimentos legais ou eventuais da titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia, produzindo efeitos retroativos a contar de 16 de outubro de 2026.

MASSUD JORGE BADRA NETO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77826126

Portaria nº 10893 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024 e demais decretos correlatos que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente;

Art. 1ºDesignar servidores abaixo relacionados a seguir relacionados para, sem prejuízo de suas funções para exercerem a fiscalização referente a prestação de serviços da empresa KAELE LTDA, inscrita no CNPJ/MF n. 04.819.323/0001-62, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem fornecimento de motorista e combustível, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva inclusa, cobertura securitária integral, rastreamento veicular ativo e disponibilização de veículo substituto em caso de indisponibilidade operacional, visando atender às demandas operacionais, administrativas,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

técnicas, pedagógicas e logísticas da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/RO, vinculados ao Termo de Contrato nº 1111/2026/PGE-SEDUC (77743099)**.**

DESIGNAÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Fiscal Técnico de Contrato (Titular e Substituto)	Titular:**Adriano Maia de Araújo**	******855
	Substituto: **Elizabete de Aquila Linhares**	******185
Fiscal Administrativo (Titular e Substituto)	Titula 1: **Reginaldo de Souza Gomes**	******165
	Titular 2: **Mileide Silva da Cruz**	******040
	Titular 3: **Marcos Venicius Vieira Macena**	******079

Art. 2º Compete ao Fiscal Técnico acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando a conformidade dos veículos disponibilizados pela contratada com as especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no instrumento contratual e nos demais documentos que integram a contratação, cabendo-lhe:

I – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a conformidade dos veículos com as especificações e exigências previstas no Termo de Referência e no contrato;

II – realizar vistorias nos veículos por ocasião da entrega, substituição e sempre que necessário, registrando suas condições por meio de ficha de vistoria;

III – elaborar **relatório fotográfico na entrega inicial dos veículos e mensalmente**, identificando, placa, marca, modelo, data e local do registro, de modo a demonstrar as condições de conservação, limpeza, integridade, pneus e equipamentos dos veículos;

IV – verificar a disponibilidade dos veículos, o cumprimento dos prazos de substituição e a realização das manutenções preventivas e corretivas previstas no Termo de Referência;

V – registrar as ocorrências e irregularidades identificadas, solicitar as correções cabíveis à contratada e comunicar ao Gestor do Contrato as situações que exijam providências de sua competência;

VI – elaborar **Termo de Recebimento Provisório** técnico sobre a execução dos serviços, instruído com fichas de vistoria, relatórios fotográficos e demais evidências pertinentes, indicando eventuais falhas, períodos de indisponibilidade e situações que possam ensejar glosas;

VII – fornecer os subsídios técnicos necessários ao recebimento dos serviços e à análise do pagamento, observando as atribuições dos demais agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual.

Art. 3º Compete ao Fiscal Administrativo acompanhar os aspectos administrativos, documentais e financeiros da execução contratual, especialmente:

I – verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, conforme exigências aplicáveis;

II – conferir a documentação apresentada para fins de pagamento, incluindo nota fiscal ou fatura, período de referência, valores faturados e documentos comprobatórios exigíveis;

III – verificar a correspondência entre os valores faturados, os preços contratados, os quantitativos informados e os registros de medição apresentados pela fiscalização técnica;

V – verificar a vigência dos documentos e da garantia contratual, quando exigível, e solicitar as providências necessárias à sua regularização;

VI – registrar pendências documentais e comunicar à contratada as correções necessárias, informando ao Gestor do Contrato as situações que possam comprometer a liquidação ou o pagamento;

VII – emitir **Termo de Recebimento Provisório** da fiscalização administrativa, com conclusão sobre a regularidade dos aspectos sob sua responsabilidade.

Art. 4º Os fiscais designados deverão exercer suas atribuições de forma preventiva, rotineira e sistemática, conforme previsto na legislação vigente, especialmente no Decreto Estadual nº 28.874/2024 e leis e decretos correlatos, respondendo pelos atos praticados no exercício da fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia, produzindo efeitos retroativos a contar de 16 de outubro de 2026.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77908385

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 10804 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem as funções de Fiscal de Contrato e respectivo Substituto, a partir de 1° de setembro de 2026, no acompanhamento e na fiscalização da execução dos seguintes contratos: Contrato Energia Elétrica H. Verde CUSD; Contrato Energia Elétrica H. Verde CCER; Contrato Energia Elétrica Optante CUSD; Contrato Energia Elétrica Optante CCER; e Contrato Energia Elétrica Baixa Tensão Grupo B, objeto do processo n.° 0029.000394/2023-82 e referem-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, executados sob a responsabilidade da Empresa Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o n.° 05.914.650/0001-66, com sede na Avenida dos Imigrantes, 4137, Setor Industrial, CEP: 76.821-063, Porto Velho/RO. A designação tem por finalidade atender às necessidades das Unidades Escolares e da Unidade Administrativa sob a jurisdição da Superintendência Regional de Educação de São Francisco do Guaporé, com sede na Rua Chico Mendes, 3716 - Centro, CEP: 76.935-000, São Francisco do Guaporé/RO, conforme as informações abaixo:

Servidores designados para a fiscalização dos contratos - Superintendência Regional de São Francisco do Guaporé

Unidade	Função	Nome	Matrícula
Superintendência Regional de Educação de São Francisco do Guaporé	Fiscal de Contrato	Wilson Florentino da Silva	******691
	Fiscal Substituto	Priscila Perini dos Santos	******135
EEEFM Campos Sales	Fiscal de Contrato	Rosângela Fae Gheno	******775
	Fiscal Substituto	Katieli Cristina Rodrigues dos Santos	******875
EEEFM Marcilene Carvalho Ricardo	Fiscal de Contrato	Luciane Rangel	******233
	Fiscal Substituto	Daniel Alves de Almeida	******339
CEEJA Silvio Viana Louro	Fiscal de Contrato	Cleonaldo Pereira dos Santos	******868
	Fiscal Substituto	Robson Coelho de Campos	******008
EIEEFM Íria dos Reis Freitas	Fiscal de Contrato	Ronney Carlos Potin Pacheco	******774
	Fiscal Substituto	Gilvana Rodrigues de Freitas	******518
EEEF Deonildo Caragnatto	Fiscal de Contrato	Elza Ferreira da Silva Lenzi	******846
	Fiscal Substituto	Josias Ferreira da Silva	******762
EEEFM Princesa Isabel	Fiscal de Contrato	Osiel Xavier da Gama	******211
	Fiscal Substituto	Esmeraldina Leite Coelho	******762
CEEJA Getúlio Vargas	Fiscal de Contrato	Euvania Alves Rodrigues	******179
	Fiscal Substituto	Wanderlei Aparecido Gabriel	******553
EEEFM Oswaldo Pianna	Fiscal de Contrato	Ronaldo Pereira da Silva	******688

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

	Fiscal Substituto	Danielli Perboni Campos	******618
EEEF Rui Barbosa de Oliveira	Fiscal de Contrato	Lúcia Rodrigues de Oliveira	******468
	Fiscal Substituto	Caio Itaru Toshimitsu de Oliveira	******314
EIEEF Ywará Puruborá	Fiscal de Contrato	Claudimara Giseli de Sousa	******280
	Fiscal Substituto	Janaina Campos Nunes	******306

Art. 2º Compete ao Fiscal de Contrato:

§ 1º Acompanhar a prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica e mensalmente o recebimento das faturas;

§ 2º Emitir Relatório de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços prestados pela contratada;

§ 3º O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidade observadas;

§ 4º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

§ 5º Cabe ao Fiscal Substituto assinar o Relatório de Fiscalização, em caso de impedimento de assinatura pelo Fiscal Titular.

Art. 3º Designar, ainda, no âmbito do Contrato Energia Elétrica H. Verde CUSD; Contrato Energia Elétrica H. Verde CCER; Contrato Energia Elétrica Optante CUSD; Contrato Energia Elétrica Optante CCER; e Contrato Energia Elétrica Baixa Tensão Grupo B, os servidores abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Recebimento dos Serviços Executados, bem como de Certificações de Notas Fiscais.

Comissão de Recebimento de Serviços Executados e de Certificações de Notas Fiscais

Superintendência Regional de Educação de São Francisco do Guaporé			
Unidade	Função	Nome	Matrícula
Superintendência Regional de Educação de São Francisco do Guaporé	Membro	Genandrea Karine da Cruz	******361
	Membro	Marcelino Souza dos Santos	******366
	Membro	João Rodrigues de Castro	******667
	Suplente	Roseli Poiani	******529

§ 1º Compete à Comissão de Recebimento e Certificação:

I - Acompanhar a prestação de serviço e realizar o recebimento das faturas mensais;

II - Realizar, mensalmente, o Recebimento dos Serviços, elaborar o Termo de Recebimento dos Serviços Executados e Certificações das Notas Fiscais, em conformidade com os Relatórios dos Fiscais dos Contratos em tela.

§ 2º Cabe ao Suplente, em conjunto com os demais Membros da Comissão, elaborar e assinar o Termo de Recebimento dos Serviços Executados, bem como, Certificar as Notas Fiscais, em caso de impedimento de assinatura por um dos Membros da Comissão de Recebimentos de Serviços Executados e de Certificações de Notas Fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1° de setembro de 2026, revogando a Portaria nº 6523 de 14 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de agosto de 2026.

MASSUD JORGE BADRA NETO

Secretário de Estado da Educação

Protocolo 77893261

AVISO

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALUÍZIO FERREIRA

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº13/2026

PROCESSO SEI Nº 0029.048043/2026-03

Objeto: **Material de Consumo - Gás engarrafado/recarga gás de cozinha**

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos:**22/10/2026a 26/10/2026**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O **CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALUÍZIO FERREIRA**, C.N.P.J nº XX.788.384/XXXX-XX] localizado na Av. São Paulo, nº 1627, Bairro Nova Brasilia, município de Ji-Paraná-RO - CEP 76.908-490,doravante Unidade Executora, aderente ao **Programa de Apoio Financeiro - PROAFI**, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Material de consumo - Gás engarrafado / recarga de gás de cozinha, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, pelo endereço eletrônico **escolaaluizioferreira@seduc.ro.gov.br** ou entregue diretamente à unidade executora no **endereço Av. São Paulo, nº 1627, Bairro Nova Brasília, município de Ji-Paraná-RO - CEP 76.908-490**, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de material de consumo para recarga de gás de cozinha, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaaluizioferreira@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 60 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras

necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail **escolaaluizioferreira@seduc.ro.gov.br,** dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026**, - *(A unidade executora deverá observar o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis)*, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do **PROAFI** serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. (ID 77889600)
Ji-Paraná-RO, 22 de outubro de 2026
Cleide Eny Carvalho das Neves
Presidente da Comissão de Compra e Contratação
Keila de Sá Santos
Presidente do Conselho Escolar EEEFM Aluízio Ferreira

Protocolo 77890051

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 17/2026 (77638754)
CONTRATANTE: Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino e Médio Prof. João Bento da Costa
CONTRATADA: C20 EXPERTISE INFORMACIONAL LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 57.067.660/0001-07
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Impressoras
VALOR: R$ 4.287,00 (quatro mil duzentos e oitenta e sete reais)
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho, 16 de Outubro de 2026.

Francisco Rodrigues Lopes
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM Prof. João Bento da Costa
Jakeline Celestino
Representante Legal da empresa Contratada

Protocolo 77660452

AVISO

CONSELHO ESCOLAR PRESIDENTE EMILIO GARRASTAZU MÉDICI
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 12/2026
PROCESSO SEI Nº0029.058687/2026-00

Objeto: Material de consumo- Material de copa e cozinha

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 25/10/2026**

O Conselho Escolar Presidente Emilio Garrastazu Médici, C.N.P.J nº 00987789000116 localizado na Rua Valdemar Fernandes , Nº3532, Bairro Lino Alves Teixeira,Município de Presidente Médici/RO, CEP 76916-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de: Material de consumo- Material de copa e cozinha, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 25/10/2026**, pelo endereço eletrônico presidentemedice@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço Rua Valdemar Fernandes , Nº3532, Bairro Lino Alves Teixeira, Município de Presidente Médici/RO , CEP 76916-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Material de consumo- Material de copa e cozinha, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail presidentemedice@seduc.ro.com.br] a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** ID. 77883921 e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail presidentemedice@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 25/10/2026**, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar Presidente Emílio Garrastazu Médici, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Médici, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta. **(**77883921**)**.

PRESIDENTE MÉDICI/RO, 21 de Outubro de 2026.
Valéria Ribeiro de Oliveira
Presidente da Comissão de Contratação
Marly Alves de Oliveira Soares
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77886276

EXTRATO

CONTRATO Nº 001/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: LINIKA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO EIRELI - CNPJ/MF Nº 05.537.772/0001-80

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR: R$8.286,95 (oito mil duzentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos)
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 28 de agosto de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana

Protocolo 0052250913

EXTRATO

CONTRATO Nº 02/2024

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: BAZAR E LIVRARIA LIDER LTDA, CNPJ/MF n.º 02.912.510/0001-60,

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR: R$753,00 (setecentos e cinquenta e três reais)
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 28 de agosto de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana

Protocolo 0052251539

EXTRATO

CONTRATO Nº 003/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: Realmed Comercio e Servicos LTDA, CNPJ/MF n.º 44.641.727/0001-23

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR: R$1.156,005 (um mil cento e cinquenta e seis reais e um centavo)
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 28 de agosto de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana

Protocolo 0052251775

EXTRATO

CONTRATO Nº 004/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: EXECELENCIA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ: 49.496.216/0001-89

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR: R$563,90 (quinhentos e sessenta e três reais e noventa centavos)
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 28 de agosto de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana

Protocolo 0052252043

EXTRATO

CONTRATO Nº 006/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: TIAGO C. BATISTA INF. SERV. E COM. ME, inscrita no CNPJ: 08.781.235/0001-70

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR: R**$ 16.050,00 (dezesseis mil cinquenta reais)**
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 28 de agosto de 2024.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana
Protocolo 0052278171

EXTRATO

CONTRATO Nº 005/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: E**DIVALDO RIBEIRO LIMA LTDA**, inscrita no CNPJ: **CNPJ Nº 34.724.484/0001-33**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR:**R$7.336,40 (sete mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos)**
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 28 de agosto de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana
Protocolo 0059407794

EXTRATO

CONTRATO Nº 007/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA:M. G. R. DA COSTA CARDOSO EIRELI, inscrita no CNPJ: 35.444.726/0001-06

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR:**R$5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais)**
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 04 de setembro de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana
Protocolo 0059407796

EXTRATO

CONTRATO Nº 009/2024
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIANA
CONTRATADA: E**DIVALDO RIBEIRO LIMA LTDA**, inscrita no CNPJ: **CNPJ Nº 34.724.484/0001-33**

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de expediente em atendimento as necessidades do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana ,conforme as especificações técnicas e disposições contidas no regulamento próprio de compras e contratações, oriundo decorrente do PROCESSO SEI 0029.049328/2024-91 **,** homologados pela Autoridade Competente.
VALOR:R$7.725,00 (sete mil setecentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

Porto Velho 23 de setembro de 2024.

Marcia Almeida do Reis
Presidente do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mariana
Protocolo 0059407802

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidente do Conselho Escolar Jean Piaget, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 06/2026

(ID 77337589), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 75711361) e o Resultado da Análise (ID 75711799), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	RAYUDE SOARES - CNPJ- 22.963.049/0001-82	Serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios de água (cisternas e caixas de água), incluindo o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços para a Escola Jean Piaget; Serviço de coleta de água para análise físico-químicas e microbiológicas (bacteriológicas) com emissão de laudos para a Escola Jean Piaget.	2.800,00
Valor Total			2.800,00

Espigão d'Oeste/RO, data e hora do sistema.
DORACI NEIMOG
Presidente do Conselho Escolar Jean Piaget

Protocolo 77931410

Portaria nº 10895 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 171, inciso XII, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão destinada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar referente a necessidade de aquisição de 1.232 (mil duzentos e trinta e dois) tablets educacionais, destinados ao atendimento das necessidades pedagógicas do Programa de Alfabetização – PROALFA e do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA Aida Fibiger de Oliveira, localizado no município de Cacoal/RO, conforme demanda registrada no Documento de Formalização de Demanda 189 (77405169) e anexos, com a finalidade de subsidiar a definição da solução mais adequada e viável ao atendimento da necessidade pública identificada.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo de suas atribuições usuais:

COMISSÃO	NOME	MATRÍCULA/SIAPE
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DE RECURSOS FEDERAIS - GPMRF	MEYRE ANGELA VIEIRA DE OLIVEIRA	******481
Coordenadoria de Articulação com os Munícipios - CAM	CÁSSIO UESLEI CARDOSO REIS	******454
Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC	WANDERLEI FERREIRA LEITE	******636
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA - CAD	LETÍCIA FELIX ROMANO	******425
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DEAQUISIÇÕES - GPA/CAD	LIVIA SAMILA DE OLIVEIRA PINTO	******491
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DEAQUISIÇÕES - GPA/CAD	GABRIELA RODRIGUES DA COSTA LAGOS	******524

Art. 3º Compete à Comissão analisar a demanda registrada, promover os ajustes que se mostrarem necessários e pertinentes, solicitar, quando necessário, subsídios técnicos das áreas competentes ou de especialistas, e elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP, observando os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e sustentabilidade, sem prejuízo da responsabilidade técnica das unidades setoriais e demandantes quanto à veracidade, consistência e suficiência das informações, memórias de cálculo, documentos e demais dados fornecidos para a instrução do processo.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será de **10 (dez) dias úteis**, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aprovação do Secretário de Estado da Educação.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Art. 5º Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e, quando aplicável, a Matriz de Riscos.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão poderão ser realizados por meio de reuniões presenciais ou virtuais, com troca de estudos, manifestações e documentos, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada atividade de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON ANTÔNIO MAIA DE SOUZA
Secretário Executivo de Estado da Educação

Protocolo 77911024

Portaria nº 10762 de 20 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 171, inciso XII, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão destinada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar cujo objeto versa quanto à contratação de serviços educacionais internacionais destinados a execução da edição de 2027 do Programa de Intercâmbio Internacional Rondônia – New Mexico Military Institute (NMMI), iniciativa da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC/RO) destinada à ampliação das oportunidades formativas dos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino, por meio de experiência acadêmica, linguística e cultural em ambiente educacional internacional, com base na necessidade registrada no Documento de Formalização de Demanda 471 (77588800) e anexos.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo de suas atribuições usuais, sob coordenação do membro nato da Comissão de Estudo Técnico Preliminar - CETP:

COMISSÃO	NOME	MATRÍCULA/SIAPE
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS - GPCS/CAD	TAIOANE DE SOUZA SANTOS	******229
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO - DGE	DANIELE BRAGA BRASIL	******672
GERÊNCIA DE ENSINO MÉDIO - GEM/CEB/DGE	TAINÁ OLIVEIRA SANTOS	******440
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	SABRINA MARINCK LOPES	******331

Art. 3º Compete à Comissão complementar, ajustar e validar as peças técnicas, bem como promover as adequações necessárias à regular instrução processual, em conformidade com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e sustentabilidade, sem prejuízo da responsabilidade técnica das unidades setoriais e demandantes quanto à veracidade, consistência e suficiência das informações, memórias de cálculo, documentos e demais dados fornecidos para a instrução do processo.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será de **10 (dez) dias úteis**, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aprovação do Secretário de Estado da Educação.

Art. 5º Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e, quando aplicável, a Matriz de Riscos.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão poderão ser realizados por meio de reuniões presenciais ou virtuais, com troca de estudos, manifestações e documentos, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada atividade de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON ANTÔNIO MAIA DE SOUZA
Secretário Executivo de Estado da Educação

Protocolo 77845278

Portaria nº 10764 de 20 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 171, inciso XII, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão destinada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar cujo objeto versa quanto à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de apoio ao intercâmbio educacional internacional, destinados a viabilizar as condições documentais, consulares, logísticas e de suporte necessárias à participação dos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia no Programa de Intercâmbio Internacional Rondônia – edição 2027, com base na necessidade registrada no Documento de Formalização de Demanda 473 (77614492)e anexos.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo de suas atribuições usuais, sob coordenação do membro nato da Comissão de Estudo Técnico Preliminar - CETP:

COMISSÃO	NOME	MATRÍCULA/SIAPE
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS - GPCS/CAD	TAIOANE DE SOUZA SANTOS	******229
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO - DGE	DANIELE BRAGA BRASIL	******672
GERÊNCIA DE ENSINO MÉDIO - GEM/CEB/DGE	TAINÁ OLIVEIRA SANTOS	******440
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	SABRINA MARINCK LOPES	******331

Art. 3º Compete à Comissão complementar, ajustar e validar as peças técnicas, bem como promover as adequações necessárias à regular instrução processual, em conformidade com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade e sustentabilidade, sem prejuízo da responsabilidade técnica das unidades setoriais e demandantes quanto à veracidade, consistência e suficiência das informações, memórias de cálculo, documentos e demais dados fornecidos para a instrução do processo.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será de **10 (dez) dias úteis**, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aprovação do Secretário de Estado da Educação.

Art. 5º Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e, quando aplicável, a Matriz de Riscos.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão poderão ser realizados por meio de reuniões presenciais ou virtuais, com troca de estudos, manifestações e documentos, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada atividade de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON ANTÔNIO MAIA DE SOUZA

Secretário Executivo de Estado da Educação

Protocolo 77845831

Portaria nº 10806 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 171, inciso XII, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.180, de 14 de março de 2023, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão destinada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar com a finalidade para aquisição de serviços gráficos de impressão de 500 (quinhentos) exemplares do “Manual de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado da Educação - Seduc”, conforme solicitação da Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE, visando apoiar ações de orientação, padronização de procedimentos e disseminação de conhecimentos relacionados à instauração, instrução, condução e julgamento de Tomadas de Contas Especiais no âmbito da Administração Pública., conforme Documento de Formalização de Demanda 185 (76632965)

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo de suas atribuições usuais:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

COMISSÃO	NOME	MATRÍCULA/SIAPE
COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL - CTCE	ELANE MUGRABI DARWICH	******534
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA - CAD	LETÍCIA FELIX ROMANO	******425
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES - GPA	LÍVIA SAMILA DE OLIVEIRA PINTO	******491

Art. 3º Compete à Comissão reavaliar, atualizar, complementar e consolidar os estudos e artefatos técnicos já produzidos no processo, promovendo sua compatibilização com a configuração atual da demanda e elaborando ou revisando os artefatos necessários à regular instrução da fase preparatória, sem prejuízo da responsabilidade técnica das unidades competentes quanto às informações e documentos fornecidos.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será de **10 (dez) dias úteis**, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aprovação da autoridade competente.

Art. 5º Ao término dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e, quando aplicável, a Matriz de Riscos.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão poderão ser realizados por meio de reuniões presenciais ou virtuais, com troca de estudos, manifestações e documentos, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada atividade de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON ANTÔNIO MAIA DE SOUZA
Secretário Executivo de Estado da Educação

Protocolo 77900220

EXTRATO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 01/2026 (77849592)
CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR E.E MARIA CARMOSINA PINHEIRO**
CONTRATADA:BEEPRAG - IMUNIZADORA E CONTROLE DE AMBIENTE LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: **52.910.550/0001-41**
OBJETO: É objeto desta contratação a Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas - desinsetização, desratização, descupinização, incluindo o fornecimento de todo material necessário à adequada prestação de serviços (isca, equipamentos, ferramentas EPI´s, uniformes etc), mediante Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Na E.E. MARIA CARMOSINA PINHEIRO **-** Porto Velho
VALOR: R$ 359,70 (trezentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos)
VIGÊNCIA: 06 (SEIS) meses.
DATA DA ASSINATURA: 20/10/2026.
ASSINAM:

ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE TAVARES BRAGA
Presidente do Conselho Escolar
E. E MARIA CARMOSINA PINHEIRO
LUDMILA DE OLIVEIRA SOUZA
Representante da empresa
BEEPRAG - IMUNIZADORA E CONTROLE DE AMBIENTE LTDA

Protocolo 77853300

Portaria de férias nº 15216 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ENILDA ROQUE DA SILVA ALMEIDA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******485, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(03/08/2026 a 01/09/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(02/10/2026 a 31/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65882

Portaria de férias nº 15217 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDILAINE ANTONELO,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******499, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(08/07/2024 a 22/07/2024) e (02/01/2024 a 31/01/2024),**referente ao exercício de **2024,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(08/07/2024 a 06/08/2024) e (03/11/2026 a 02/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65883

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O (A)Presidente do Conselho Escolarda Escola Estadual de Ensino Fundamental 13 de Maio, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 017/2026 (ID 77341516), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID77468961) e o Resultado da Análise (ID 77469305), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	**DD Comercio de Tecidos LTDA**	***Uniformes,Tecidos e Aviamentos:*** Tecido para confecção de cortinas das salas de aula.	5.900,10
Valor Total			5.900,10

Ji - Paraná/RO, 22 de outubro de 2026.

Lucia Maria da Silva Daniel
Presidente do Conselho Escolarda Escola Estadual de Ensino Fundamental 13 de Maio

Protocolo 77469415

Portaria de férias nº 15218 de 22 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **EDILAINE ANTONELO,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******499, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(02/01/2025 a 31/01/2025) e (17/07/2025 a 31/07/2025),**referente ao exercício de **2025,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(17/07/2025 a 15/08/2025) e (18/01/2027 a 16/02/2027).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65884

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 77846489
CONTRATANTE: Conselho Escolar Maria de Abreu Bianco
CONTRATADA: BYTE IMPRESSORAS LTDA
CNPJ DA CONTRATADA:55.457.184/0001-05
OBJETO: É objeto, houve a necessidade da aquisição de material de suprimento para impressora toner e tinta.
VALOR: R$ 11.398,30 (onze mil trezentos e noventa e oito reais e trinta centavos)
VIGÊNCIA: (180) (cento e oitentadias)
DATA DA ASSINATURA: Data e hora do sistema
ASSINAM:
Maria de Aparecida Almeida da Silva
Presidente do Conselho Escolar

Reinaldo Fortes Alves
Representante Contratada

Protocolo 77846517

AVISO

CONSELHO ESCOLAR JOÃO FRANCISCO CLÍMACO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 003/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.025284/2026-76
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (produtos perecíveis e não perecíveis), em atendimento a necessidade do Conselho Escolar João Francisco Clímaco, pelo período de 12 (doze) meses, visando garantir a alimentação escolar dos alunos matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Casimiro de Abreu.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: 22/10/2026 a 27/10/2026**.**
O Conselho Escolar João Francisco Clímaco, C.N.P.J nº 01.564.027/0001-70 localizado na José Ribeiro da Costa, nº7198, centro, Nova Mamoré/RO-76.857-000, doravante Unidade Executora, aderente ao PEALE, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de Gêneros Alimentícios (produtos perecíveis e não perecíveis), em atendimento a necessidade do Conselho Escolar João Francisco Clímaco, pelo período de 12 (doze) meses, visando garantir a alimentação escolar dos alunos matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Casimiro de Abreu, referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos princípios Constitucionais da Administração Pública. Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de 22/10/2026 a 27/10/2026, pelo endereço eletrônico casimirodeabreu@seduc.ro.com.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereço José Ribeiro da Costa,

nº7198, centro, Nova Mamoré/RO-76.857-000, as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: O objeto deste procedimento visa a contratação de Gêneros Alimentícios (produtos perecíveis e não perecíveis), em atendimento a necessidade do Conselho Escolar João Francisco Clímaco, pelo período de 12 (doze) meses, visando garantir a alimentação escolar dos alunos matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Casimiro de Abreu, considerando o menor preço por item.

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva unidade escolar ou unidade administrativa;

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail casimirodeabreu@seduc.ro.com.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** 77930560 e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail casimirodeabreu@seduc.ro.com.br, dentro do prazo de 22/10/2026 a 27/10/2026, devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) **em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente**, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar João Francisco Clímaco, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PEALE serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guajará Mirim, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta N°. 77930560.

Nova Mamoré/RO, 22 de outubro de 2026.

Misaias Ferreira Facundes

Presidente da Comissão de Contratação

Delcilene Rubira Fogaça

Presidente do Conselho Escolar João Francisco Clímaco

Protocolo 77934850

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 10927 de 22 de outubro de 2026

Designa os membros da Subcomissão de Inventário Anual de Bens Móveis - Exercício 2026, no âmbito daSuperintendência Ariquemes desta Secretaria de Estado da Educação.

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO , no uso das atribuições que lhe são conferidaspela legislação vigente, e

CONSIDERANDO a **Portaria nº 544 de 14/01/2026/SEDUC**, que instituiu a Comissão Central de Inventário Anual de Bens Móveis - Exercício 2026;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 2023 de 17/03/2026/SEDUC**, que instituiu as Subcomissões de Inventário Anual de Bens Móveis e delegou às Superintendências a competência para designação de seus membros;

CONSIDERANDO a necessidade de execução contínua, padronizada e supervisionada do Inventário Anual de Bens Móveis no âmbito da unidade sob sua responsabilidade,

R E S O LV E :

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Subcomissão de Inventário Anual de Bens Móveis - Exercício 2026, no âmbito de todas as unidades vinculadas à **Superintendência Regional do Município de Ariquemes**:

I- Marineide Moreira da Silva Pilatti -CPF: ***.106.502-82 / Matrícula: ******255

II-Eliana Pereira Moulaz - CPF: ***.049.822-20 / Matrícula: ******718

III - Elizabete Pereira dos Santos - CPF: ***.725.902-87/ Matrícula: ******348

IV – Adenilsa Aparecida Nascimento - CPF: ***.237.982-20/ Matrícula: ******868

V – Ana Lorencini Cherques Borges - CPF: ***.881.767-81/Matricula: *******486.

Art. 2º A Subcomissão de Inventário será composta por 05 (cinco) membros e atuará sob a coordenação, supervisão e orientação técnica da Comissão Central de Inventário Anual de Bens Móveis.

Art. 3º A Subcomissão exercerá suas atividades durante todo o exercício de 2026, permanecendo formalmente constituída até a designação de nova Comissão Central de Inventário, nos termos da Portaria nº 2805 de 01 de abril de 2026

Art. 4º A Subcomissão deverá observar integralmente as diretrizes, procedimentos orientações técnicas, manuais e treinamentos estabelecidos no Plano de Trabalho do InventárioAnual de Bens Móveis - Exercício 2026 e nos atos expedidos pela Comissão Central de Inventário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marineide Moreira da Silva Pilatti.
Diretora/Presidente Conselho

Ariquemes/RO, 22 de Outubro de 2026.
Protocolo 77936321

EXTRATO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 01/2026 (77827842)
CONTRATANTE: **CONSELHO ESCOLAR EEEFM DR. OSWALDO PIANNA**
CONTRATADA:BEEPRAG - IMUNIZADORA E CONTROLE DE AMBIENTE LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: **52.910.550/0001-41**
OBJETO: É objeto desta contratação a Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas - desinsetização, desratização, descupinização, incluindo o fornecimento de todo material necessário à adequada prestação de serviços (isca, equipamentos, ferramentas EPI´s, uniformes etc), mediante Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Na E.E.E.F.M **OSWALDO PIANNA** - Porto Velho
VALOR: R$ 119,60 (cento e dezenove reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA: 07 (SETE) meses.
DATA DA ASSINATURA: 20/10/2026.
ASSINAM:

Marly de Lima Ribeiro
Presidente do Conselho Escolar
EEEFM DR. OSWALDO PIANNA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

LUDMILA DE OLIVEIRA SOUZA
Representante da empresa
BEEPRAG - IMUNIZADORA E CONTROLE DE AMBIENTE LTDA

Protocolo 77840572

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2026 (77893479)
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR DA EEEFM DR. OSWALDO PIANNA
CONTRATADA: M I MORAES SEABRA
CNPJ DA CONTRATADA: 34.840.446/0001-46
OBJETO: É objeto desta contratação é os Outros serviços de terceiros e pessoa jurídica (serviços de manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados).
VALOR: R$ 20.660,00 (vinte mil, seiscentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: 100 (cento) dias.
DATA DA ASSINATURA: 21/10/2026
ASSINAM: Marly de Lima Ribeiro e Michel Italo Moraes Seabra

Protocolo 77896655

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLAR DA EEEF JORGE VICENTE SALAZAR DOS SANTOS, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 8648/2026 (ID 77690024), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 77925335) e o Resultado da Análise (ID 77925364), HOMOLOGA o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
1	EPC COMERCIO LTDA	Item 1 - Açúcar cristal Item 3 - Azeite de dendê Item 8 - Feijão carioca Item 11 - Leite em pó integral Item 13 - Manteiga Item 14 - Milho verde Item 16 - Sal refinado	R$ 2.731,60
2	C20 EXPERTISE LTDA	Item 5 - Creme de leite Item 7 - Farinha de mandioca Item 10 - Leite UHT integral	R$ 1.140,00
3	MAYA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Item 2 - Arroz agulhinha Item 4 - Colorau Item 6 - Extrato de tomate Item 9 - Leite de coco Item 12 - Macarrão espaguete Item 15 - Óleo de soja	R$ 3.924,20
Valor Total			**R$ 7.795,80**

Porto Velho/RO, data e hora da assinatura eletrônica.
Josiel de Oliveira Lopes
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 77925399

Portaria de férias nº 15219 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **SIRLEI SUZANE FAIAL DANTAS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******254, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65885

AVISO
CONSELHO ESCOLAR CECÍLIA MEIRELES
AVISO DE CANCELAMENTO PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 10/2026
PROCESSO SEI Nº 0029.048693/2026-41

O Conselho Escolar Cecília Meireles, C.N.P.J nº 00.697.488/0001-58 localizado na Rua Floriano Peixoto, Nº 1650, Bairro Setor 14 – Nova Brasilândia D'Oeste -RO – CEP: 76.958-000, doravante Unidade Executora, aderente ao Proafi Escola - Regular, torna público o cancelamento do Aviso de Procedimento Simplificado 7272/2026 ID 76146020, pelo motivo de que não venceu a Ata de Registro de preços nº 218/2025/SUPEL/RO com Objetivo de aquisição de **Serviço de Limpeza e Conservação (Sanitização, Dedetização e Descupinização)**, para atendimento das necessidades do Centro Estadual de Ensino de Educação de Jovens e Adultos CEEJA - Cecília Meireles, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia dia 21/10/2026.

Nova Brasilândia D'Oeste - RO, 22 de Outubro de 2026.

ELIANE DOS SANTOS RIBEIRO
Presidente da Comissão de Compras

Protocolo 77936323

Portaria de férias nº 15220 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 07/10/2026 a 16/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JANETTE DE FATIMA REIS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******727, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(07/10/2026 a 16/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65886

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15221 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 15/10/2026 a 24/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **EUNICE DE OLIVEIRA PIRES SANTOS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******146, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(15/10/2026 a 24/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65887

Portaria de férias nº 15222 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 09/12/2025 a 18/12/2025, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **EVA CLAUDIA BARBOSA LIMA**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******368, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2025**, marcadas anteriormente no período de **(09/12/2025 a 18/12/2025).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65888

Portaria de férias nº 15223 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 05/10/2026 a 14/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JOÃO THALLES MOREIRA DE LACERDA**, **SEDUC - Desenhista Cadista**, matrícula ******423, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(05/10/2026 a 14/10/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65889

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 09/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emburana
CONTRATADA: Forttech Soluções LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 47.199.093/0001-99
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Material de Limpeza e Produção de higienização.
VALOR: R$ 356,40 (trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 20/10/2026
ASSINAM: Joanil da Silva Campos Fabre e Paulo Vinicius da Silva

Protocolo 77935677

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 10/2026
CONTRATANTE: Conselho Escolar Emburana
CONTRATADA: Kalimp Soluções em Higiene e Limpeza LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 40.355.205/0001-04
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de Material de Limpeza e Produção de higienização.
VALOR: R$ 389,76 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DA ASSINATURA: 20/10/2026
ASSINAM: Joanil da Silva Campos Fabre e João Vitor da Silva Bragança

Protocolo 77937238

Portaria de férias nº 15224 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **JOSEFA JOSELIA DE OLIVEIRA,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******978, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**04/02/2026 a 13/02/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**04/02/2026 a 13/02/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **13/11/2026 a 22/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo DOC65890

Portaria de férias nº 15225 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **ERIKA REGINA SANTOS SOUZA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******858, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(12/05/2026 a 31/05/2026) e (14/09/2026 a 23/09/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(12/05/2026 a 31/05/2026) e (16/11/2026 a 25/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65891

Portaria de férias nº 15226 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **KLYCIA ROGELIA PAES MOTA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******500, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**01/10/2026 a 10/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/10/2026 a 10/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **01/12/2026 a 20/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65892

Portaria de férias nº 15230 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

INTERROMPER a contar de 05/10/2026 a 14/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MATHEUS GONCALVES RODRIGUES**, **SEDUC - Gerente de Administração de Pessoal II - CDS-07 ***, matrícula ******024, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(05/10/2026 a 14/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65896

Portaria de férias nº 15232 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **VALMIR SOUTO,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******344, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**06/04/2026 a 20/04/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**06/04/2026 a 20/04/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **05/04/2027 a 19/04/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65898

Portaria de férias nº 15235 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 27/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **VALERIA INÁCIO MARTINS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******684, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 27/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65901

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15236 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 20/10/2026 a 29/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **OSVALDO DA SILVA**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******308, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(20/10/2026 a 29/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65902

Portaria de férias nº 15237 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 23/09/2026 a 02/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **TATIANA CRISTINA DA SILVA SANTOS**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******602, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 02/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65903

Portaria de férias nº 15238 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **SUELI FLORIPES COLOMBARI,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******312, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, do(s) período(s) de**(06/04/2026 a 15/04/2026) e (08/09/2026 a 17/09/2026) e (09/12/2026 a 18/12/2026),**referente ao

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(06/04/2026 a 15/04/2026) e (08/09/2026 a 17/09/2026) e (14/12/2026 a 23/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65905

Portaria de férias nº 15239 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 04/10/2026 a 13/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MARIA QUEITE DIAS FEITOSA**, **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******076, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/10/2026 a 13/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65906

Portaria de férias nº 15240 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **LUCIANE DE LOURDES PAIVA FRANCISCO DOS SANTOS**, **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******960, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65907

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria de férias nº 15241 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 08/09/2026 a 27/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **LARISSA LIMA KRAJEWSKI** , **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******337, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(08/09/2026 a 27/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65908

Portaria de férias nº 15242 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 27/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MARCIA DE ALMEIDA GALVAO COSTA E SILVA**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******893, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 27/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65909

Portaria de férias nº 15243 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/07/2026 a 15/07/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MICHELINE BRAGA BRANDAO**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******821, pertencente ao quadro de servidores de Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/07/2026 a 15/07/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65910

Portaria de férias nº 15244 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MARLI OLIVEIRA LEITE**, **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******037, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65911

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

A Presidenta do Conselho Escolar do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 10 / 2026, ID: (77669870), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas ID: (77670013) e o Adendo de Divulgação do Resultado de Análise, ID: (77670143), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Ordem	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total
01	Livraria e Papelaria Momentos LTDA - Me	Papel almaço, Pasta trilho, recarga pincel, peincle branco, clips	2.604,24
02	Papelaria Cariri EIRELLI	Envelopes, caneta esferográfica 0,7 mm, cauias organizadoras,	789,78
03	WA Ronconi, Comércio Atacadista	Envelope, fita dupla face, papel fotográfico	366,50
VALOR TOTAL EM R$			3.760,52

Machadinho D'Oeste - RO, 22 de outubro de de 2026.

Marisa Rosane Barioni
Presidenta do Conselho Escolar

Protocolo 77670358

Portaria de férias nº 15245 de 22 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MARLI OLIVEIRA LEITE**, **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******037, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65912

Portaria de férias nº 15247 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 22/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **PATRICIA RODRIGUES AFONSO**, **SEDUC - ASSESSOR IV - CDS-04 ***, matrícula ******297, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 22/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65914

Portaria de férias nº 15248 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **DUANE SCHNEIDER VALIM,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******947, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**10/03/2026 a 01/04/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**10/03/2026 a 01/04/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **03/11/2026 a 25/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65915

Portaria de férias nº 15249 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MAGNO RAMOS DA SILVA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******135, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**02/01/2026 a 31/01/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**02/01/2026 a 31/01/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **02/11/2026 a 01/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65916

Portaria de férias nº 15250 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 05/10/2026 a 19/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **LAUDAIR CLAUDIO DE OLIVEIRA** , **TÉCNICO EDUCACIONAL**, matrícula ******741, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(05/10/2026 a 19/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65918

Portaria de férias nº 15251 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **LOURDES MARIA SOARES SILVA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******167, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**23/03/2026 a 01/04/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**23/03/2026 a 01/04/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **07/07/2026 a 16/07/2026 e 14/12/2026 a 23/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65919

Portaria de férias nº 15252 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **KLYCIA ROGELIA PAES MOTA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******500, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**01/10/2026 a 10/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/10/2026 a 10/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **05/10/2026 a 14/10/2026 e 21/12/2026 a 30/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65921

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Presidente do CONSELHO ESCOLA TIRADENTES DA E.E.E.F. CHICO MENDES, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações e após verificada a regularidade dos atos, e considerando o Aviso de Procedimento Simplificado de Contratação Nº 7814/2026 (ID 76719152), o Quadro Comparativo e de Análise Objetiva de Propostas (ID 76719154) e o Resultado da Análise (ID 76719155), **HOMOLOGA** o procedimento realizado.

Item	Proponente Habilitado	Descrição do Item	Valor Total

1,2,3,4,5,7,11,12, 15,17,18,19,21,23, 24, 26,27,29,31,33.	FERREIRA E SILVA LTDA.	**AÇAFRÃO; AÇÚCAR CRISTAL; ARROZ, TIPO 1 PC/5KG; AVEIA EM FLOCOS; ALHO CRU; BETERRABA; CEBOLA NACIONAL BRANCA; CENOURA,CRUA; CREME DE LEITE; FRANGO, PEITO, SEM PELE,CRU; FARINHA DE MANDIOCA; FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO;FEIJÃO CARIOCA; FOLHA DE LOURO ; LARANJA PÊRA;MILHO VERDE EM CONSERVA; MANTEIGA - EMBALAGEM DE 500G; ÓLEO, DE SOJA; TOMATE EXTRATO;** **BATATA INGLESA; CASTANHA DO BRASIL (PARÁ) BENEFICIADA;COLORAU; COUVE; FRANGO, SOBRECOXA SEM PELE, CRUA;FEIJÃO PRETO;FERMENTO QUÍMICO EM PÓ/100G; MACARRÃO TIPO ESPAGUETE OVO DE GALINHA, INTEIRO, CRU;PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G; REPOLHO; SAL, DIETÉTICO;** **CARNE, MOÍDA - CARNE BOVINA 2ª,CONGELADA, MOÍDA.CARNE BOVINA IN NATURA DE 2ª,CONGELADA, EM CUBOS.**	R$ 1.363,21
6,10,13,14,16,20, 22,25,28,30,32.	**SUPERMERCADO SANTIAGO CABIXI LTDA.**	BATATA INGLESA; CASTANHA DO BRASIL (PARÁ) BENEFICIADA;COLORAU; COUVE; FRANGO, SOBRECOXA SEM PELE, CRUA;FEIJÃO PRETO; FERMENTO QUÍMICO EM PÓ/100G; MACARRÃO TIPO ESPAGUETE OVO DE GALINHA, INTEIRO, CRU;PÃO FRANCÊS (DE SAL) 50G; REPOLHO; SAL, DIETÉTICO;	R$ 985,21
8, 9.	FENIX GRILL LTDA	**CARNE, MOÍDA - CARNE BOVINA 2ª, CONGELADA, MOÍDA.** **CARNE BOVINA IN NATURA DE 2ª, CONGELADA, EM CUBOS.**	R$ 2.185,00
Valor Total			R$ 4.533,42

Cabixi/RO, 22 de outubro de 2026.

ÂNGELA MARIA FIRMIANO DA COSTA
Presidente do Conselho Escolar

Protocolo 76719158

Portaria de férias nº 15253 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **LARISSA LIMA KRAJEWSKI ,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******337, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**08/09/2026 a 27/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/09/2026 a 27/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **17/02/2027 a 08/03/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65922

Portaria de férias nº 15254 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANTONIA SZYMCZAK,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******453, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**24/08/2026 a 02/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**24/08/2026 a 02/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **03/11/2026 a 12/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65924

Portaria de férias nº 15255 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARIA ALNECY AUGUSTA DE OLIVEIRA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******328, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**01/06/2026 a 30/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**01/06/2026 a 30/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **21/09/2026 a 20/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65925

Portaria de férias nº 15256 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **MARIA CELIA DA SILVA,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******560, pertencente ao quadro de servidores de Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas, originalmente marcadas para o**05/01/2026 a 19/01/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**05/01/2026 a 15/01/2026 e 05/01/2026 a 19/01/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **04/12/2026 a 18/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65926

Portaria de férias nº 15257 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **NATHALIA DE VASCONCELOS CANDIDO,** SEDUC - Arquiteto, matrícula ******984, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**08/09/2026 a 27/09/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/09/2026 a 27/09/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **19/07/2027 a 07/08/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65928

Portaria de férias nº 15258 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **NOE FERREIRA OLIVEIRA ,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******803, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**08/06/2026 a 17/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**08/06/2026 a 17/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **04/11/2026 a 13/11/2026.**

Publique-se.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65930

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 10/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61

Objeto: Serviço de Dedetização e Desratização

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**

O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Serviço de Dedetização e Desratização** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: **Serviço de Dedetização e Desratização**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
Paulo Sergio Uassaça Cortez
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800754

Portaria de férias nº 15259 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **SIDINEI DE ALMEIDA ALVES,** TÉCNICO EDUCACIONAL, matrícula ******429, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**07/07/2026 a 16/07/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**16/07/2026 a 16/07/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **02/10/2026 a 02/10/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65937

AVISO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 009/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61
Objeto: Limpeza de Reservatório de Água
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Limpeza de Reservatório de Água** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: **Limpeza de Reservatório de Água**
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.
3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS
3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
Paulo Sergio Uassaça Cortez
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800730

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 008/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61
Objeto: Material de Limpeza
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Material de Limpeza** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: **Material de Limpeza**
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
Paulo Sergio Uassaça Cortez
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800701

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 007/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61

Objeto: Material de Expediente

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**

O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de

Material de Expediente referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: **Material de Expediente**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
Paulo Sergio Uassaça Cortez
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800662

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 006/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61
Objeto: Serviços Técnicos
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Serviços Técnicos** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: **Serviços Técnicos**
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:
I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e

VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.

3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.

4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.

4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.

4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.

5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.

5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.

5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.

5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.

5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.

6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.

6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.

6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA

Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

Paulo Sergio Uassaça Cortez

Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800640

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 005/2026

PROAFI ESCOLA REGULAR

PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61

Objeto: Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**

O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: **Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.

3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.

3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.

3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.

3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.

3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;

III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Paulo Sergio Uassaça Cortez
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800470

AVISO

AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 004/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61

Objeto: Manutenção de Centrais de Ar

Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**

O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Manutenção de Centrais de Ar** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:

1 - DO OBJETO

1.1 - Descrição: **Manutenção de Centrais de Ar**

1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.

2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;

II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;

III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e

VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.

3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.
7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.
7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.
7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.
8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.
8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

recebimento das propostas e documentação.
8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.
8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.
8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.
8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.
8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Anexos. Integram o presente Aviso:
- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.
Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA
Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
Paulo Sergio Uassaça Cortez
Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800328

AVISO
AVISO DE PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO Nº 001/2026
PROAFI ESCOLA REGULAR
PROCESSO SEI Nº0029.058194/2026-61
Objeto: Gás, GLP 45kg.
Prazo para recebimento das Propostas/Documentos: **22/10/2026 a 26/10/2026**
O Conselho Escolar A Unidade Executora do Conselho Escolar Professor Eduardo Lima e Silva inscrito no CNPJ nº **05.889.571/0001-42**, Localizada na **Rua Daniel Neri, nº 1089, Bairro: Nova Floresta**, doravante Unidade Executora, aderente ao PROAFI ESCOLA REGULAR, **AVISA** a todos os interessados que se encontra aberto o procedimento simplificado, do tipo menor preço, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Gás, GLP 45kg** referente aos recursos repassados no programa supracitado, sendo regido nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, da Lei e demais normas que regem o programa e pelos Princípios Constitucionais da Administração Pública.
Esta convocação, contendo as regras estabelecidas para a participação dos interessados, ficará disponível para que todos os interessados tomem conhecimento das regras e enviem, no prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** pelo endereço eletrônico: escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br ou entregue diretamente à unidade executora no endereçocitado acima,as propostas com os preços propostos e os documentos requeridos, de acordo com as seguintes regras:
1 - DO OBJETO
1.1 - Descrição: **Gás, GLP 45kg**
1.2 - O Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE dos fornecedores participantes, para a apresentação das propostas, deverá ser compatível com objeto que se pretende contratar, através do Cadastro CNPJ, e será verificado junto ao site da Receita Federal, como forma de confirmar a existência de compatibilidade.
2 - DA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO
2.1 - Desde que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste aviso, no regulamento, e na legislação aplicável, poderão participar desse procedimento os interessados do ramo pertinente, cujo objeto social seja compatível com a contratação pretendida.
2.2 - Não será admitida a contratação de pessoas físicas ou jurídicas:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

I - com irregularidades fiscal e trabalhista, ou, ainda, que seu objeto social não se coaduna com o objeto da contratação, sem prejuízo de outras orientações legais;
II - com irregularidades sanitárias, decorrentes de ausência de Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no Inciso III do art. 18;
III - que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, direta e indireta, declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;
IV - que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Unidade Executora ou respectiva EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA
V - que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental; e
VI - que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas por desobediência à Lei de Acesso à Informação ou Lei Geral de Proteção de Dados.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

3.1 - O fornecedor deverá apresentar, no prazo indicado, presencialmente ou por correspondência eletrônica no endereço de e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br a proposta de acordo com o **Anexo I – Formulário de Pesquisa de Preços/Proposta** e demais documentos deste aviso, considerando os itens e/ou as especificações técnicas indicadas, podendo apresentar por meio físico com os documentos exigidos, desde que estejam em envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
3.2 - Os fornecedores não poderão conhecer os preços e os documentos uns dos outros até que o resultado seja divulgado.
3.3 - A proposta deverá, ainda, estar assinado pelo representante legal do fornecedor e estar dentro do prazo de validade exigido pela unidade executora, contendo, no mínimo, a descrição do objeto (Marca/Modelo/ Procedência ou descrição dos serviços), quantitativos, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço e telefone para contato, endereço eletrônico (se houver), data e validade.
3.4 - A validade da proposta será de, no mínimo, 30 dias, contados a partir do último dia previsto para seu recebimento.
3.5 - O(s) preço(s) ofertado(s) para o objeto desta contratação deverá contemplar, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias, inclusive gastos com transporte ou frete, cujo valor será fixo e irreajustável.
3.6 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta contratação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas.
3.7 - O fornecedor deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, como por exemplo aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
3.8 - Caso haja solicitação dos fornecedores, a unidade executora poderá enviar por e-mail eventuais anexos do aviso, para a elaboração das propostas.
3.9 - Com a Proposta, ainda deverão ser enviados os seguintes documentos de comprovações relacionadas à regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, pertinentes a:
I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
II - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas;
III - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
IV - Certidão Conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
V - Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;
VI - Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do fornecedor; e
VII - Alvará de Licença e Funcionamento Sanitário, quando se tratar de contratações previstas no inciso III do art. 18 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações.
3.10 - Não serão aceitos propostas apresentadas fora do prazo determinado.

4 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

4.1 - O recebimento da proposta com eventuais anexos e dos documentos requisitados neste Aviso se dará por envio eletrônico, pelo e-mail escolaeduardolimaesilva@seduc.ro.gov.br, dentro do prazo de **22/10/2026 a 26/10/2026,** devendo os documentos estarem de acordo com as regras indicadas neste aviso e em seus anexos.
4.2 - Poderão ser recebidos, por meio físico, no mesmo prazo estabelecido, as propostas com os documentos exigidos, desde que estejam em um envelope lacrado, com a devida identificação desse procedimento e do fornecedor, a ser entregue diretamente à unidade executora, que deverá posteriormente digitalizá-los.
4.3 - Não serão aceitos documentos ilegíveis.
4.4 - Em caso de envio por correspondência eletrônica. Recomenda-se que a fornecedora salve/digitalize toda a documentação a ser enviada (propostas, planilhas, declarações, certidões, documentos e etc.) em um único arquivo, em formato *"pdf"* ou equivalente, cujo título do e-mail deverá identificar o procedimento simplificado de contratação e seu objeto.
4.5 - Em caso de envio por meio físico. Recomenda-se que a proposta exigida esteja numerada sequencialmente, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, assinados, sejam inseridos em um único envelope, lacrado, contendo a identificação deste procedimento e entregue diretamente à unidade executora.

5 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS FORNECEDORES INTERESSADOS

5.1 - A análise das propostas requeridas será realizada, objetivamente, de acordo com as exigências indicadas neste aviso e em seus anexos e regulamento, que deverão ser cumpridas pelos interessados.
5.2 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas neste aviso e em seus anexos e regulamento, a fornecedora que ofertou o menor preço será considerada vencedora/habilitada.
5.3 - A unidade executora, através da Comissão de Contratação, poderá diligenciar junto aos fornecedores participantes para sanear eventuais dúvidas, desde que não seja para a apresentação de documentos que deveriam ser enviados no prazo estabelecido.
5.4 - Constatado o descumprimento das regras deste aviso e de seus anexos, a unidade executora, motivadamente, rejeitará as propostas e os documentos enviados pelo fornecedor.
5.5 - Somente após a divulgação do resultado da análise, que indicará o vencedor/habilitado do procedimento, para posterior contratação, é que os demais fornecedores poderão conhecer e consultar, por pedido formal, as propostas e documentos dos demais.
5.6 - A consulta de que trata o item anterior poderá ser realizada de modo eletrônico, tendo em vista que as propostas/documentos enviados por e-mail à unidade executora, podendo ainda consultar presencialmente, devendo o fornecedor quitar eventuais custas se requerer seu fornecimento por meio físico.
5.7 - Critério para analise da proposta - Capacidade de entrega: Será desclassificada a proposta da empresa que comprovadamente, não possuir capacidade logística e operacional para realizar a entrega dos materiais no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou serviço, bem como descrito no formulário de Pesquisa de preço ou de proposta. A impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega em razão da distância entre a sede da empresa e o local de entrega, da necessidade de formação ou aquisição de estoque após a contratação ou de quaisquer outras limitações logísticas ou operacionais, não constituirá motivo para prorrogação do prazo contratual, podendo ensejar a desclassificação da proposta por incompatibilidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório. A Administração considerará, para fins de julgamento, a compatibilidade da proposta com o prazo de entrega exigido, de forma a assegurar o atendimento da necessidade imediata da unidade administrativa e a continuidade dos serviços públicos, observados os princípios da isonomia, da eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - Previamente à efetivação da contratação, a unidade executora confirmará a regularidade fiscal, trabalhista e junto aos Órgãos fiscalizadores e de controle, nos termos deste Aviso, do fornecedor que ofertou a proposta mais vantajosa.
6.2 - Se não for possível confirmar a regularidade, a unidade executora acionará o fornecedor para apresentar os documentos que comprovem a regularidade.
6.3 - Verificada a devida regularidade de todos os atos, procederá à homologação nos termos do regulamento e a posterior assinatura de Contrato, quando couber, ou documento equivalente conforme o caso, com emissão de Ordem de Fornecimento ou de Serviço.
6.4 - Os documentos fiscais deverão ser emitidos em nome do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA, com os respectivos tributos, de acordo com a legislação aplicável do programa.
6.5 - Para fins de contratação será aceita nota fiscal avulsa eletrônica emitida por órgão competente, e deverá ser emitida em data posterior à disponibilização dos recursos, desde que subscrito pelo prestador e com sua perfeita

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

individualização e demonstração de efetivo recolhimento do tributo incidente (se o caso).

7 - DOS PAGAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

7.1 - Os pagamentos a fornecedores, cujas notas fiscais e/ou recibos deverão ser emitidos com data posterior à disponibilização do recurso, somente poderão ocorrer após a conclusão dos serviços ou entrega da aquisição com o aceite da Comissão de Recebimento, de acordo com normas estabelecidas.

7.2 - Os pagamentos de despesas com recursos do PROAFI REGULAR ESCOLA serão realizados somente por meio de Cartão Corporativo específico do programa, vedada a realização de saque do recurso da conta específica e/ou utilização de cheque para outros fins.

7.3 - Caberá à unidade executora, através do gestor e demais agentes designados, fiscalizar a execução dos serviços prestados pelos fornecedores contratados, bem como, receber o respectivo objeto, seja contratação de serviços ou aquisição de materiais permanentes e/ou de consumo, mediante Termo de Recebimento ou equivalente, assinado pela Comissão de Recebimento.

7.4 - O fornecedor deverá ainda se responsabilizar integralmente, pelos danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de outras responsabilizações legais previstas.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os fornecedores deverão observar as regras das normas que regem o Programa, podendo solicitar da Unidade Executora, inclusive, acerca de orientações relacionadas à execução dos serviços e/ou entrega de bens, sejam permanentes ou de consumo, conforme o caso.

8.2 - Os fornecedores poderão solicitar esclarecimentos sobre as regras deste aviso e seus anexos, que serão respondidos pela Unidade Executora.

8.3 - Caso a unidade executora entenda por alterar alguma regra contida em um aviso já divulgado, que interferirá na elaboração dos preços pelos fornecedores, ela deverá republicá-lo e recomeçar a contagem de prazo para o recebimento das propostas e documentação.

8.4 - Todos os atos deste procedimento deverão ser registrados formalmente, de forma a transparecer as ações realizadas, devendo os documentos serem assinados pelos responsáveis da unidade executora e/ou das fornecedoras, conforme o caso, e arquivados, para fins de auditoria, controle social e prestação de contas.

8.5 - A unidade executora manterá, em sua sede, em boa ordem e organização, à disposição da Seduc, dos órgãos de controle interno e externo, do Ministério Público, da comunidade escolar e da sociedade em geral, os documentos comprobatórios da realização das despesas relativas ao programa, demonstrativos bancários emitidos em seu nome e identificados com o nome do Programa.

8.6 - As normas disciplinadoras desta contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os fornecedores interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

8.7 - A unidade executora não se responsabilizará por propostas comerciais entregues em lugar diverso do estabelecido ou para terceiros.

8.8 - Eventual alteração/indisponibilidade dos endereços eletrônicos não exime os fornecedores de apresentarem os documentos devidos.

8.9 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Anexos. Integram o presente Aviso:

- Formulário Pesquisa de Preços/Proposta.

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2026.

TATIANO DE VASCONCELOS SOUZA

Presidente do Conselho Escolar da EEEFM PROF. EDUARDO LIMA E SILVA

Paulo Sergio Uassaça Cortez

Presidente da Comissão de Contratação

Protocolo 77800026

Portaria de férias nº 15260 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 01/11/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **MIRTES CUNHA BEZERRA**, **PROFESSOR CLASSE C**, matrícula ******403, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 01/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65938

Portaria de férias nº 15261 de 22 de outubro de 2026.

O(A) DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO de 25/09/2025,publicada no DOE n.183, de 25/09/2025.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **PATRICIA MICHELE RODRIGUES SOBRINHO,** PROFESSOR CLASSE C, matrícula ******999, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Educação, originalmente marcadas para o**10/06/2026 a 19/06/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**10/06/2026 a 19/06/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **13/01/2027 a 22/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

NILSON GONCALVES VIEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Protocolo DOC65939

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNCER

AVISO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ELETRÔNICO n.º 0013.000722/2026-62

A Fundação Cultural do Estado de Rondônia, com registro no CNPJ sob o n. 29.557.720/0001-34 , com sede na Av. Pres. Dutra, 4183 - Olaria, Porto Velho - RO, CEP 76801-327, em atendimento à previsão legal contida no artigo 5º c/c artigo 75, § 3º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a manifestação de interesse em obter propostas de eventuais interessados na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO CORRIMÃO**, conforme as especificações descritas no item 07 do Termo de Referência, a saber:

Item	Descrição	Unid. de Medida	Quant.

01	Serviço de manutenção e conserto do corrimão da escadaria da sala de espetáculo do Teatro Estadual Belas Artes Ariquemes	UNIDADE	01

O prazo de entrega das propostas será de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de publicação deste aviso, **SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO**, caso o envio dos documentos ocorra após a data estipulada.

O Termo de Referência e a SAMS deverão ser solicitados **EXCLUSIVAMENTE** via correio eletrônico, e-mail: comprasfuncer@gmail.com

Os interessados deverão informar, no corpo do e-mail, ao menos o número do Processo Administrativo o qual pretendem participar.

O detentor da proposta mais vantajosa será convocado a apresentar os documentos de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira relacionados nos artigos Art. 62 e seguintes da lei 14.133/2021.

Mais informações e esclarecimentos sobre a referida Dispensa de Licitação serão prestados através do e-mail: **comprasfuncer@gmail.com**

LEONILDO NERY RODRIGUES

Gestor da Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

Protocolo 77912761

INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP

Portaria nº 297 de 22 de outubro de 2026

Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 217, de 20 de agosto de 2026, que designou servidora para responder pela função de diretora escolar da Escola Técnica Estadual (ETEC), no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (IDEP/RO).

A **PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 908 de 06 de dezembro de 2016 e do Decreto de 02 julho de 2026, publicado no DOE nº 23 de 2/7/2026; e

CONSIDERANDO a necessidade de reorganização administrativa da Escola Técnica Estadual – ETEC, especialmente quanto à designação para o exercício da função de diretora escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 217, de 20 de agosto de 2026 id. 75755910, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 161, de 20 de agosto de 2026, que designou a servidora **Iralice Batista Figueira**, matrícula nº ******246, para responder pela função de diretora escolar da Escola Técnica Estadual – ETEC, no município de Porto Velho/RO.

Parágrafo único. Permanecem válidos os atos de transição referentes a homologação das frequências do mês de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de outubro de 2026.

Dê-se Ciência. Publique-se. Cumpra-se.

IASMIM BRANDÃO NOGUEIRA

Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento
da Educação Profissional de Rondônia

Protocolo 77918777

AVISO

AVISO DE SEM EFEITO

O Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP/RO, por intermédio da autoridade competente, torna **SEM EFEITO** a publicação do **Aviso de Dispensa de Licitação nº 13/2027**, referente ao Processo Administrativo SEI nº 0048.001910/2026-19, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia – DIOF nº 203, de 21deoutubro de 2026.

Considerando as limitações operacionais identificadas no sistema Compras.gov.br, que passou a considerar data posterior àquela informada para a realização da sessão, em desacordo com data estabelecida para abertura, bem

como os problemas operacionais relacionados à UASG, circunstâncias que comprometeram a adequada operacionalização do procedimento, tornando necessário adotar as providências cabíveis para regularização da situação.

Resolve tornar sem efeito a publicação do Aviso da Dispensa de Licitação acima mencionada, permanecendo o processo administrativo sujeito às providências cabíveis após o restabelecimento do Sistema Compras.gov.br e a regularização.

Porto Velho, 22 de outubro de 2026.

Iasmin Brandão Nogueira

Presidente

Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP/RO

Protocolo 77910247

SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEJUCEL

Portaria nº 398 de 07 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos arts. 19 a 28 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, bem como a necessidade de acompanhamento formal da execução contratual,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Equipe de Fiscalização e Gestão dos Contratos Administrativos firmados pela SEJUCEL, descritos no Art. 2º desta Portaria:

I- GESTOR DO CONTRATO:

a) Jamile da Silva Pires matrícula ******869.

II- FISCAIS DO CONTRATO:

a) Fernanda Araujo Amaral, matrícula ******753.

b) Ailson da Silva Tabosa, matrícula: ****867.

c) Cynthia Crystina Ferreira de Oliveira, matrícula: ****698.

Art. 2º A equipe designada no artigo anterior será responsável pelo acompanhamento do seguinte instrumento contratual e seus termos aditivos vigentes:

Contratadas: ESAFI – Escola de Administração e Treinamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.963.479/0001-46

Objeto: Contratação dos serviços especializados em estrutura de evento para atender às demandas do Pavilhão do Artesanato durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional.

Processo: 0032.000549/2026-74

Art. 3º Compete ao Gestor do Contrato, nos termos do art. 20 do Decreto nº 28.874/2024:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

II - Controlar os prazos de vigência e de execução;

III - Instruir processos de prorrogação, alteração, reequilíbrio e pagamento;

IV - Emitir pareceres conclusivos para autorização de pagamentos, baseados nas atestações da fiscalização.

Art. 4º Compete ao Fiscal do Contrato, nos termos dos arts. 21 a 23 do Decreto nº 28.874/2024:

I - Acompanhar a execução do objeto contratual, verificando a conformidade com as especificações técnicas;

II - Atestar as notas fiscais/faturas, conferindo a efetiva prestação dos serviços;

III - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

IV - Notificar a contratada para regularização de falhas ou defeitos observados.

Art. 5º Os servidores designados deverão ter ciência expressa de suas atribuições e não poderão recusar o encargo, salvo nas hipóteses legais de impedimento ou suspeição, conforme art. 4º do Decreto nº 28.874/2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2026, e revoga as demais portarias com disposição contrária.

LETICIA CRISTINA MACHADO BATISTA

Secretaria Adjunta da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer

Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

Protocolo 77445897

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 416 de 22 de outubro de 2026

Designa servidora como Ordenadora de Despesas Secundária da SEJUCEL e delega-lhe competências administrativas e financeiras.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 41 e os arts. 29 e 30 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia, e com fundamento nos arts. 23 a 26 da Lei nº 3.830, de 27 de junho de 2016, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia, no art. 80, § 1º, do Decreto-Lei federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, na Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto estadual nº 28.874, de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, e conforme o Processo SEI nº 0032.000324/2026-18.

CONSIDERANDO que a delegação de competência constitui instrumento de descentralização e desconcentração administrativa, destinado a assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 965, de 2017;

CONSIDERANDO que o ato de delegação deve indicar com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação, bem como especificar as matérias e poderes transferidos, os limites de atuação, a duração, os objetivos e o recurso cabível, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 3.830, de 2016;

CONSIDERANDO que não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva, conforme o art. 25 da Lei nº 3.830, de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **GISELE DE PAULA PEREIRA**, matrícula nº ******208**, como **Ordenadora de Despesas Secundária** da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, delegando-lhe competência para praticar os atos de gestão e ordenação de despesas previstos nesta Portaria, na presença, nos afastamentos e nos impedimentos legais do titular, observados os limites legais e regulamentares.

Art. 2º A delegação de competência de que trata esta Portaria compreende os seguintes atos, no âmbito da SEJUCEL:

I - expedir resoluções, instruções normativas, portarias e ordens de serviço disciplinadoras das atividades integrantes da área administrativa e financeira;

II - distribuir os servidores públicos pelas unidades internas da Secretaria e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas, respeitada a legislação pertinente;

III - ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas;

IV - assinar contratos, convênios e acordos; autorizar e homologar licitações; decidir sobre sanções administrativas; autorizar o recebimento de materiais de almoxarifado e patrimônio; e praticar outros atos administrativos bilaterais ou multilaterais de que o Estado participe, quando não for exigida a assinatura do Governador do Estado;

V - revogar, anular, sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública Estadual, dentro da área de competência delegada;

VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;

VII - aplicar penas administrativas e disciplinares, exceto as de demissão de servidores públicos efetivos e de cassação de disponibilidade, observadas as competências legalmente estabelecidas;

VIII - decidir, mediante despacho em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de competência administrativa e financeira da Secretaria;

IX - exercer outras atividades situadas na área administrativa e financeira da Secretaria, observados os limites desta delegação.

Art. 3º Não estão compreendidos na delegação de que trata esta Portaria, permanecendo na competência do titular da Pasta:

X - a edição de atos de caráter normativo, tais como resoluções e instruções normativas;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

XI - a decisão de recursos administrativos, inclusive os interpostos contra atos praticados pela autoridade delegada;

XII - as matérias de competência exclusiva do Secretário de Estado ou do Governador do Estado.

Art. 4º Os atos praticados com base nesta Portaria deverão mencionar explicitamente a qualidade de delegado e considerar-se-ão editados pela autoridade delegada, nos termos do art. 26, § 3º, da Lei nº 3.830, de 2016.

Art. 5º Das decisões proferidas pela autoridade delegada caberá recurso administrativo ao Secretário de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer, na forma e nos prazos dos arts. 70 a 72 da Lei nº 3.830, de 2016.

Art. 6º O titular poderá avocar, a qualquer tempo, o exame e a decisão de matérias objeto desta delegação, bem como revogá-la, total ou parcialmente, nos termos dos arts. 26, § 2º, e 27 da Lei nº 3.830, de 2016.

Art. 7º A delegação de que trata esta Portaria vigorará enquanto a servidora permanecer no exercício de suas funções na SEJUCEL ou até sua revogação expressa.

Art. 8º A autoridade delegada responderá pelos atos que praticar, devendo observar a legislação aplicável, os limites das competências da autoridade delegante e as orientações da Controladoria-Geral do Estado e da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GODOFREDO GONÇALVES NETO

Secretário de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

Protocolo 77942907

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 0026.005621/2026-39

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2233 (77129580) e **Certificado** (77541636), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Ana Calorina Marques Amorim Gondim Assunção e Juliana Brilhante Lima**,** no valor total de **R$ 7.369,80 (sete mil trezentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77541664

Portaria nº 2194 de 21 de outubro de 2026

Dispõe sobre os beneficiários do Programa Vencer suspensos e desligados ao recebimento do auxílio financeiro temporário.

O DIRETOR TÉCNICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso dos poderes delegados pela Portaria nº 576 de 06 de maio de 2024 - publicada no DOE nº 99, de 03 de junho de 2024 e Portaria nº 79 de 29 de janeiro de 2024 - publicada no DOE nº 19, de 30 de janeiro de 2024.

Considerando o Relatório Preliminar (77819924), o Relatório de Execução (77852918) e o Relatório de Pagamento (77854139) dos beneficiários dos cursos do Programa Vencer.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a relação de beneficiários suspensos e desligados ao recebimento do auxílio financeiro temporário do Programa Vencer:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

I - o beneficiário que se tornou suspenso para o recebimento do auxílio financeiro temporário do Programa Vencer, em razão do inciso II do art. 9º do Decreto nº 28.884, de 30 de janeiro de 2024, conforme Anexo I;

II - a relação dos beneficiários que finalizaram o recebimento das 12 parcelas do auxílio financeiro temporário do Programa Vencer, conforme Anexo II;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, data e hora da assinatura eletrônica.

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

Delegação de poderes - Portaria nº 576/2024 (0048442357)

ANEXO I

RELATÓRIO DE BENEFICIÁRIOS "SUSPENSOS" AO RECEBIMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTUBRO/2026

LOTE Nº 30 (OUTUBRO) 2026			
NOME COMPLETO	**CPF MASCARADO**	**CURSO**	**MUNICÍPIO**
Maria da Glória Ferreira da Silva	***.114.302-**	Turma 1 - Agente de Viagem - 2025.3.229	PORTO VELHO

ANEXO II

RELATÓRIO DE BENEFICIÁRIOS "DESLIGADOS" QUE FINALIZARAM O PERÍODO PARA RECEBIMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTUBRO/2026

LOTE Nº 30 (OUTUBRO)/2026			
NOME COMPLETO	**CPF MASCARADO**	**CURSO**	**MUNICÍPIO**
Alenilson do Couto e Silva	***.641.692-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Declieumar Gomes de Oliveira	***.270.422-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Jaqueson Lima Pereira	***.117.882-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Kenia Dianne Maceda Vargas	***.861.862-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Luan Wallace Farias Carvalho Cavalcante	***.137.432-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Luciano Viana Alpiri	***.018.752-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Paulo de Jesus Rodrigues	***.672.982-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Rosana Tavares Cunha	***.494.852-**	Turma 1 - Instalador de Sistemas Fotovoltaicos - QUA-ISF-N-0005	PORTO VELHO
Ana Beatriz Bastista das Neves	***.942.502-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Carla Daiana Martins Cardoso	***.989.622-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Carmem Fatima Penha Pedraza	***.269.322-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Edivania Alves da Silva	***.288.652-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Emily Felix Fernandes	***.830.772-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Jessica Beatriz dos Santos Dutra	***.250.452-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
July Anne Cavalheiro Monteiro Souza	***.301.462-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Karine Stefane Trindade	***.617.642-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Lidiane Souza Santos	***.233.862-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Mariete Rodrigues de Oliveira	***.081.872-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Namur Cholima Yama	***.129.202-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Naralí Conceição da Costa	***.511.502-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Patrícia Graciana da Silva	***.805.642-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Poliana Aparecida Paula de Paula Sena	***.305.952-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Priscila Fernanda Oliveira	***.661.852-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Samara Silva de Oliveira Correa	***.713.072-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Sâmya Marinho Pinedo	***.253.042-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Silvana Ferreira Cunha	***.420.662-**	Turma 1 - Bolos e Cupcakes - QUA-CBC-N-0001	PORTO VELHO
Ana Leticia Ferreira de Lima	***.859.782-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Ana Selma Oliveira Camelo	***.375.972-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Antonia Tamires Dutra de Andrade	***.401.932-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Carla Vitoria Alencar de Oliveira	***.045.232-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Daniele dos Santos Azevedo	***.329.982-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Elisangela da Silva Lopes	***.468.313-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Eucileide Rodrigues Lopes	***.707.772-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Gabrielle da Silva Rosa	***.473.882-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Laelia Barbosa da Silva	***.616.432-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Luis Alves Moreira Neto	***.770.993-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Maria Auxiliadora Marques da Silva	***.625.212-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Maria do Socorro Bezerra Santos do Carmo	***.496.992-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Maria do Socorro Rodrigues da Silva	***.170.332-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Nizonete de Souza	***.558.632-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Ozinete Fernandes de Amorim Oliveira	***.415.432-**	Turma 1 - Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0004	PORTO VELHO
Anderson Carvalho Nascimento	***.351.152-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Angelina Lidiane Moura Cunha	***.804.342-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Carlos Eduardo Marinho Pantoja Pacheco	***.533.142-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Carolina Souza da Costa	***.108.182-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Claudecir Rodrigues de Alcantara	***.750.632-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Elídio Riva Nonato Júnior	***.436.902-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Franklin Nunes Pinheiro	***.638.022-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Gabriela Tavares de Sena	***.718.842-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Guilver Lucas Alvarado Jacinto Barros	***.996.472-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Henrique Amorim Mesquita	***.812.232-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Jefersson Jimmy Andrade Lopes	***.874.502-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Kaua Erick Gomes Piedade	***.591.822-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Luan Bezerra de Souza	***.902.782-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Lucas Lopes Carvalho	***.324.882-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Marcelino Silva de Sena	***.105.672-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Rodrigo Rodrigues de Alcantara	***.160.382-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO
Rogério Garcia de Castro	***.466.872-**	Turma 1 - Mecânico de Motocicletas - QUA-MMT-N-0005	PORTO VELHO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Antonio Alves Gomes	***.132.632-**	Turma 1 - Eletricista de Redes de Distribuição de Energia Elétrica - QUA-ERD-M-0035	PORTO VELHO
Naiane Costa de Oliveira	***.460.752-**	Turma 1 - Eletricista de Redes de Distribuição de Energia Elétrica - QUA-ERD-M-0035	PORTO VELHO
Naiara Costa de Oliveira	***.554.882-**	Turma 1 - Eletricista de Redes de Distribuição de Energia Elétrica - QUA-ERD-M-0035	PORTO VELHO
Tiago Almeida Azevedo	***.215.772-**	Turma 1 - Eletricista de Redes de Distribuição de Energia Elétrica - QUA-ERD-M-0035	PORTO VELHO
Victor Costa Gonçalves	***.375.882-**	Turma 1 - Eletricista de Redes de Distribuição de Energia Elétrica - QUA-ERD-M-0035	PORTO VELHO
Vladson Rogerio Soares da Silva	***.097.472-**	Turma 1 - Eletricista de Redes de Distribuição de Energia Elétrica - QUA-ERD-M-0035	PORTO VELHO
Alisson Vinicius Barreto da Silva	***.749.652-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Bruna Rodrigues Padilha da Cruz	***.210.052-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Geovana Bentes Severo de Melo	***.169.212-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Geziane Jussara Albino Vieira	***.546.222-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Junior Ribeiro Alves	***.293.282-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Leonardo Gonçalves de Souza	***.124.692-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Linda Carine Pinto Ribeiro	***.967.902-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Matheus Felipe de Sousa Gonçalves	***.932.226-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Paulo Henrique da Silva Vasconcelos	***.015.922-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Ranyell Xavier de Santana	***.797.392-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Roney Fonseca Quadro	***.534.112-**	Eletricista Industrial - QUA-ELI-N-0014	PORTO VELHO
Aline Siqueira Cacela	***.779.112-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Elica da Silva Mendes	***.515.402-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Elisângela Eunice da Silva	***.941.102-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Evelyn Emanoela Figueira	***.396.172-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Geissiane Lopes Prudente Custodio	***.374.182-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Isabele Lins dos Santos	***.572.872-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Juscilene Sousa Silva	***.938.952-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Liliana Aparecida Pacheco	***.842.372-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Marcia de Cácia Carvalho	***.383.362-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Nair Rodrigues de Souza	***.290.282-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Nayume Vieira Firmino	***.471.402-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Ondina Rodrigues Moreira	***.192.202-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Paloma Vitoria Valentino da Silva	***.786.092-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Priscila Michelli Alves Rosa	***.477.752-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Rosana Fernandes da Silva	***.750.372-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Ruth Costa	***.014.542-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Sandra Orasmo Bernardo Almeida	***.858.181-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Taina Tolentino Pereira Nascimento	***.337.982-**	Modelista de Roupas - QUA-MDR-N-0001	ARIQUEMES
Ailton Gomes de Oliveira	***.483.892-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Anderson Alves Bonfim	***.754.492-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Anderson dos Santos Nunes	***.257.832-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Bruno Moreira de Carvalho	***.365.462-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Cleberson Martins de Freitas	***.760.902-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Didácio José de Oliveira Junior	***.260.532-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Diego Benicio Rosa	***.379.002-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Elton Diego dos Santos Bezerra	***.291.872-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Fernando Amontari Simo	***.933.952-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Gabriel dos Santos Lemos	***.547.182-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Henrique Oliveira de Lima	***.744.972-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Ioneide Colte dos Santos	***.978.382-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Isadébora Yamada Honorato	***.393.721-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Kauã Martins Gomes Ferreira	***.969.872-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Mario da Rocha	***.071.862-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Ronaldo de Paula Pínto	***.451.742-**	Turma 2 - Instalador de Refrigeração Doméstica - QUA-IRD-N-0001	ARIQUEMES
Andreia da Silva Simoura	***.018.632-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Andresa Freitas dos Santos	***.344.362-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Charlene Melo da Cruz	***.264.072-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Crislayne Fernandes Belon	***.884.262-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Ednalva Cesar dos Santos Matos	***.009.222-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Fabiana de Moura Santos Luca	***.052.002-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Ivone Cordeiro Barbosa	***.532.502-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Mara Lucia Gonçalves Correia	***.536.022-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Marisa Assmann	***.672.712-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Regina Gabrielly dos Santos Alvarintho	***.634.842-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Rosângela dos Santos Oliveira	***.377.811-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Roseli Lemos da Silva	***.527.961-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Rosilda Fermina da Silva	***.830.902-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Sônia Pacheco de Oliveira	***.414.042-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Veridiana da Silva	***.320.322-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA
Wender Rafael Brito	***.415.182-**	Turma 2 - Costureiro Industrial do Vestuário - QUA-CIV-N-0005	VILHENA

Protocolo 77875918

EDITAL Nº 4/2026/SEAS-CAS
DIVULGAÇÃO DE RESULTADO PARA MONITORAMENTO TÉCNICO SOCIAL DE 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA " ETE SUL"

O Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, considerando os termos da Lei nº 3.557, de 21 de maio de 2015 e Decreto nº 26.261, de 26 de julho de 2021;

Considerando o **Relatório de Monitoramento Técnico 2026 (77558724);**

1. DO RESULTADO

TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS anteriormente classificados como **BLOQUEADOS** no Edital nº 2/2026/SEAS-CAS (76374026), em razão do não comparecimento na data estabelecida, que, após manifestação e apresentação da documentação exigida, foram reclassificados como **APTOS** à manutenção do benefício de Auxílio Aluguel Social, conforme relação constante no Anexo Único deste Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O Anexo Único contempla os beneficiários que, até a presente data, apresentaram manifestação e documentação comprobatória, resultando na regularização de sua situação cadastral.

Porto Velho, 20 de Outubro de 2026.

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas - SEAS

ANEXO ÚNICO

APTOS A MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO

(Conforme art.7º, inciso I, do Decreto nº 26.261, de 26 de julho de 2021)

N	NOME CANDIDATO	CPF
2	MARIA JOSE DA SILVA GONZAGA	***685.782**
3	OSVALDO MARIANO DA SILVA	***801.712**

Protocolo 77817601

Portaria nº 2192 de 20 de outubro de 2026

Retifica-se a Portaria nº 1992, de 22 de setembro de 2026 (ID 76875778), que trata da concessão de Recesso Administrativo, especificamente quanto ao período de gozo da servidora abaixo identificada.

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicada no DOE de 04 de dezembro de 2021, Edição 198;

Considerando o art. 4° do Decreto de nº 29.900, de 27 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, que trata acerca do Recesso Administrativo, compreendido em dois períodos: de 22 a 26 de dezembro de 2025 e de 29 de dezembro de 2025 a 2 de janeiro de 2026;

Considerando as escalas estabelecidas pelas chefias imediatas, constantes nos autos de nº 0026.009329/2025-12;

Considerando o Despacho 77724338 e autorização 77754811;

R E S O L V E:

Art. 1° Retificar o período de gozo do Recesso Administrativo da servidora abaixo identificada, conforme segue:

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	PERÍODO
JUSSARA MARQUES FRANCO	******773	12 a 16 de Outubro de 2026

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 1992, de 22 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021

Protocolo 77851033

Portaria de férias nº 15146 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Gestor e Ordenador de Despesas Delegado, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 634 de 01/10/2021,publicada no DOE n.198, de 04/10/2021.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **FABRICIO BRITO DOS SANTOS,** SEAS - ASSESSOR VIII - CDS-8 *, matrícula ******601, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social , do(s) período(s) de**(05/01/2026 a 14/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (26/08/2026 a 04/09/2026) e (23/09/2026 a 02/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(05/01/2026 a 14/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (26/08/2026 a 04/09/2026) e (09/12/2026 a 18/12/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA
Gestor e Ordenador de Despesas Delegado

Protocolo DOC65864

Portaria de férias nº 15147 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Gestor e Ordenador de Despesas Delegado, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 634 de 01/10/2021,publicada no DOE n.198, de 04/10/2021.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **JUSSARA MARQUES FRANCO ,** SEAS - Assessor XII - CDS-12 *, matrícula ******773, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social , do(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (23/03/2026 a 01/04/2026) e (13/10/2026 a 22/10/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(01/01/2026 a 10/01/2026 - Período referente ao Abono Pecuniário) e (23/03/2026 a 01/04/2026) e (19/10/2026 a 28/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA
Gestor e Ordenador de Despesas Delegado

Protocolo DOC65865

Portaria de férias nº 15148 de 21 de outubro de 2026.

O(A) Gestor e Ordenador de Despesas Delegado, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) Portaria nº 634 de 01/10/2021,publicada no DOE n.198, de 04/10/2021.

RESOLVE:

CONVALIDAR a remarcação o gozo de férias do (a) servidor (a) **RAURILANE OLIVEIRA DE ASSIS RODRIGUES,** SEAS - ASSESSOR VIII - CDS-8 *, matrícula ******153, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social , do(s) período(s) de**(04/05/2026 a 18/05/2026) e (23/11/2026 a 07/12/2026),**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de**(04/05/2026 a 18/05/2026) e (13/11/2026 a 27/11/2026).**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA
Gestor e Ordenador de Despesas Delegado

Protocolo DOC65866

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006534/2026-07

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2246 (77169941) e **Certificado** (77849235), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pela servidora Maviana de Carvalho Nascimento**,** no valor total de **R$ 1.869,00 (um mil oitocentos e sessenta e nove reais),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77849258

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006178/2026-13

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2236 (77136656) e **Certificado** (77536585), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Rachel Emerich, Gracilene Braga da Silva Souza, Lucas Castro de Oliveira e Raimundo Nonato Alves de Oliveira**,** no valor total de **R$ 11.258,50 (onze mil duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77536603

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006443/2026-63

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2244 (77156113) e **Certificado** (77849991), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Alessandra Cardoso Souza, Tainara Inêz Velasco de Oliveira, Maria Luiza Pacheco Rodrigues Ribeiro, Leila Maria de Souza Medeiros e Armandino Junior Rodrigues Jordão**,** no valor total de **R$ 1.201,50 (um mil duzentos e um reais e cinquenta centavos)**, referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações,

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77850010

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006240/2026-77

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2240 (77143520) e **Certificado** (77542363), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Alany Gomes da Silva, Tainara Inez Velasco de Oliveira, Luiz Paulo Martins Beleza Bittencourt e Willian de Oliveira Barbosa**,** no valor total de **R$ 2.937,00 (dois mil novecentos e trinta e sete reais),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77542381

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006292/2026-43

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2243 (77150780) e **Certificado** (77848508), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Tiago Santos Pereira, Maíra Benarrosh Macedo, Luiz Paulo Martins Beleza Bittencourt e João da Rocha Filgueiras Netto**,** no valor total de **R$ 8.811,00 (oito mil oitocentos e onze reais),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77848527

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006439/2026-03

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2238 (77140378) e **Certificado** (77537076), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelos servidores Patrícia Nunes da Silva Braga, Raquel Ramos Sobreira Grecco, Sabrina de Souza Franco, Leyla Regina Aguiar Barros e Jorge Luiz Dourado Dobkovski**,** no valor total de **R$ 10.012,50 (dez mil doze reais e cinquenta centavos),** referente a

Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77537096

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo nº 0026.006329/2026-33

O **Diretor Administrativo e Financeiro** no uso das atribuições que lhe são conferidas mediante a Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021, publicado no DOE de 04 de outubrode 2021, Edição n° 198, página 115, e no Decreto de Nomeação de 1° de novembro de 2019 - publicado no DOE de 05 de novembro de 2019 Edição 207, torna público para conhecimento dos interessados que, considerando **Parecer** 2252 (77181744) e **Certificado** (77852246), **APROVA E HOMOLOGA** as Prestações de Contas de atendimento de Diárias apresentadas pelo servidor João Carlos Ortiz Pereira**,** no valor total de **R$ 222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos),** referente a Concessão de Diárias, instituído através do Decreto n° 18.728 e suas alterações, e Decreto 14.698/2009, não obstante a apuração de possível irregularidade que possa a advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos no Arquivo Interno à disposição dos Órgãos Fiscalizadores do Controle Interno e Externo - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO e Ministério Público do Estado – MPE, durante o prazo legal.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro
Gestor e OD por Delegação.

Protocolo 77852259

Portaria nº 2208 de 22 de outubro de 2026

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n° 634 de 01 de outubro de 2021, publicada no DOE n. 198 de 04/12/2021;

Considerando os termos do Memorando 40 (68269388), contido nos autos de id. 0026.000523/2026-13;

Considerando a Planilha de Apuração de Férias (71429791);

Considerando o Requerimento (77852622);

RESOLVE:

Art. 1° - **CONVALIDAR** a interrupção, a contar de **23/10/2024 a 01/11/2024**, por motivo de superior interesse público, o gozo de férias da servidora **GIMENA DASCALAKIS DANTAS DE CARLOS**, Gerente, CDS-09, matrícula ******078, pertencente ao quadro de servidores de Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, referente ao exercício de 2024, marcadas anteriormente pela Portaria de férias nº 11817 de 09 de setembro de 2024 (71447166).

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON MELO TINÔCO DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro SEAS
Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 (0021076611) de 01 de outubro de 2021

Protocolo 77930199

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FEASE

AVISO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO Nº 0065.004009/2026-82

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

A Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE torna público a Adesão a **Ata DE REGISTRO DE PREÇOS 266/2025/SUPEL-RO (77609120**), referente a aquisição de material permanente, consistente em centrais de ar-condicionado, incluindo os respectivos serviços de instalação, para atender às necessidades das unidades socioeducativas e dos setores administrativos da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – FEASE de acordo com as especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência (77609451), conforme referido:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2025/SUPEL_RO					
Item da ata	**Especificação**	**Quantidade**	**Valor unitário**	**Valor Total**	**Empresa detentora**
0001	CENTRAL DE AR CONDICIONADO SPLIT (12.000 BTUS) C/ INSTALAÇÃO	15	R$ 2.199,00	R$ 32.985,00	PORTO TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP 05.587.568/0001- 74
0009	CENTRAL DE AR CONDICIONADO SPLIT (18.000 BTUS) C/ INSTALAÇÃO	16	R$ 2.839,00	R$ 45.424,00	
0010	CENTRAL DE AR CONDICIONADO SPLIT (24.000 BTUS) C/ INSTALAÇÃO	5	R$ 3.919,00	R$ 19.595,00	
0011	CENTRAL DE AR CONDICIONADO SPLIT (30.000 BTUS) C/ INSTALAÇÃO	3	R$ 4.779,00	R$ 14.337,00	
0007	CENTRAL DE AR CONDICIONADO (60.000 BTUS) C/ INSTALAÇÃO	3	R$ 9.291,00	R$ 27.873,00	
VALOR TOTAL				140.214,00	

Publique-se.

ANTÔNIO FRANCISCO GOMES SILVA
Presidente - FEASE

Protocolo 77894034

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

I – De conformidade com os documentos comprobatórios apensados nos autos, bem como o Parecer nº 680/FEASE-ASCI (77812532) de 20/10/2026, **HOMOLOGO** a presente Prestação de Contas de Diárias concedida aos servidores após entrega do Relatório de Viagem e Comprovações dos mesmos, conforme ID (77564725) e (77565185).

II – Efetuar baixa SIGEF;

III – Dê-se ciência ao Servidor;

IV – Após as anotações necessárias, arquive-se.

ANTONIO FRANCISCO GOMES SILVA
Presidente-FEASE-RO

Data e hora do sistema

Protocolo 77876667

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI

Portaria nº 195 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 71, II da Constituição Estadual, e da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017.

Considerando o processo SEI n.º 0025.000172/2026-42, Análise 136 (76141333) e Autorização (76457119).

R E S O L V E:

Conceder Licença-Prêmio em Pecúnia, de acordo com o Artigo 123 da Lei Complementar n. 68, de 9.12.1992, à servidora **POLIANE MOREIRA OLIVEIRA**, Matrícula: ******751, pertencente à EMATER-CEDIDA PARA CDAP/SEAGRI, CARGO: EXT. RURAL DE NÍVEL SUPERIOR, do período de **30/11/2016 a 29/11/2021**, referente ao 1º quinquênio.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA
Secretário de Estado da Agricultura - GAB/SEAGRI/RO

Protocolo 77886044

AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON

Portaria nº 793 de 20 de outubro de 2026

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao Senhor **MARCELO ANGELO ABATTI**, Cargo: Técnico Fiscal Estadual Agropecuário/Chefe de Ulsav, Suprimento de Fundos, no valor de **R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**, com função de despesas por conta do Orçamento do Exercício de 2026, recursos da UG: 19023, Fonte de Recurso: 1.753.0.00001.

Art. 2º A aplicação do Adiantamento (Suprimento de Fundos) de que trata esta portaria obedecerá às disposições do Decreto 10.851 de 29.12.2003, combinado com a Portaria nº 273 de 31.03.2026.

Art. 3º A GEDA/IDARON, efetuará os registros competentes à caracterização da responsabilidade do agente e as conferências da documentação comprobatória da aplicação.

Resumo de Aplicação:

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R$
33.90-30	2.000,00
33.90-39	4.500,00
TOTAL	**6.500,00**

JÚLIO CESAR ROCHA PERES
Presidente

Protocolo 77835929

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM

AVISO
DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90476/2025/SUPEL/RO

Considerando tudo o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 0028.007430/2025-19 (SEI), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, torna público aos interessados que **HOMOLOGA** o resultado da licitação na modalidade de Pregão na forma Eletrônica **Nº 90476/2025/SUPEL/RO**, cujo objeto é **Aqusição de Motores: Geradores e Centro-rabeta, visando atender as necessidades básicas desta Secretaria**, em favor da Empresa **AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº **03.881.622/0001-64,** sendo para o **Item 01 (Geradores)**, no valor de **R$ 164.640,00** (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais) e para o **Item 02 (Centro-Rabeta)**, no valor de R$ 17.872,00 (dezessete mil, oitocentos e setenta e dois reais), totalizando **R$ 182.512,00 (cento e oitenta e dois, quinhentos e doze reais).** PORTO VELHO- RO, 21 DE OUTUBRO 2026.

MARCO ANTÔNIO GARCIA DE SOUZA
Coordenador de Patrimônio, Administração e Finanças - COPAF/SEDAM
HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA
Secretário Executivo - SEDAM

Protocolo 77892410

Portaria nº 411 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, a Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. 59 de 29.03.2023.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO o Despacho SEDAM-CAD (77812158), constantes nos autos do Processo SEI/RO n.° 0028.016589/2023-54.

R E S O L V E:

Art. 1º. **CONCEDER** a Promoção Funcional no Plano de Carreira, Cargos e Remuneração, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, previsto na Lei Complementar n.º 1.120, de 22 de dezembro de 2021, ao servidor abaixo discriminado:

SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	GRUPO	CLASSE/ REFERÊNCIA DA AVALIAÇÃO	CLASSE/ REFERÊNCIA DA PROGRESSÃO EM TELA	EFEITO FINANCEIRO RETROAGINDO A CONTAR DE
JOAQUIM NATAL DA SILVA	******576	TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL	11/08/2021 a 10/08/2026	II	2 C	3 A	11/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA

Secretario Executivo - GABINETE/SEDAM

Delegação de Competência, Conforme Portaria nº 468 de 09 de novembro de 2023

Protocolo 77890448

Portaria nº 412 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, a Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. 59 de 29.03.2023.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 26.869/2022, que institui o Sistema de Controle de Frequência por meio de Ponto Eletrônico, o Sistema de Compensação de Horas e o Escritório Remoto - Home Office no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

CONSIDERANDO a Portaria n.º 353/2024, publicada no DOE n° 169 de 09/09/2024, que dispõe sobre os requisitos e diretrizes específicas para o trabalho remoto na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

CONSIDERANDO o Memorando nº 38/2026/SEDAM-COPAM (77490957) e Autorização SEDAM-DIREX (77862464), contido nos autos do Processo SEI/RO n.º 0028.024782/2026-10.

R E S O L V E:

Art. 1º. **AUTORIZAR** a inclusão da servidora **SABRINA PEREIRA CAMPOS,** pertencente ao quadro de pessoal desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, ocupante do cargo de Assessor III, matrícula ******331, lotada na Coordenadoria de Proteção Ambiental, para exercer suas funções em **Regime Home Office**, conforme previsto no Decreto n.º 26.869/2022 e na Portaria n.º 353/2024.

Parágrafo único - O período em que a servidora será assegurada na inclusão do **Regime Home Office é de 26/10/2026 a 29/10/2026,** permitida a renovação, desde que se cumpra o ART. 8° do DECRETO N° 26.869, DE 26 DE JANEIRO DE 2022.

Art. 2°. A chefia imediata da unidade de execução será responsável pela coordenação e monitoramento do desempenho da servidora, podendo revogar essa autorização a qualquer tempo, conforme o interesse da administração, em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Art. 3º. Fica autorizada a renovação mediante apresentação mensal dos relatórios de produtividade, respectivamente do Plano de Trabalho, autorizado pela chefia imediata e autorizado por um membro gestor da pasta.

Art. 4º. Esta portaria será registrada no Sistema e-Estado, para fins de comprovação das atividades, sendo este sistema oficial de registro de informação da servidora.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA

Secretario Executivo - GABINETE/SEDAM

Delegação de Competência, Conforme Portaria nº 468 de 09 de novembro de 2023

Protocolo 77894654

Portaria nº 413 de 22 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, a Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. 59 de 29.03.2023.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 26.869/2022, que institui o Sistema de Controle de Frequência por meio de Ponto Eletrônico, o Sistema de Compensação de Horas e o Escritório Remoto - Home Office no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

CONSIDERANDO a Portaria n.º 353/2024, publicada no DOE n° 169 de 09/09/2024, que dispõe sobre os requisitos e diretrizes específicas para o trabalho remoto na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

CONSIDERANDO o Memorando nº 36/2026/SEDAM-COPAM (77401927) e Autorização SEDAM-DIREX (77862438), contido nos autos do Processo SEI/RO n.º 0028.024531/2026-27.

R E S O L V E:

Art. 1º. **AUTORIZAR** a inclusão da servidora **ELISE BITENCOURTE DE LAIA,** pertencente ao quadro de pessoal desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, ocupante do cargo de Assessor IV, matrícula ******377, lotada na Coordenadoria de Proteção Ambiental, para exercer suas funções em **Regime Home Office**, conforme previsto no Decreto n.º 26.869/2022 e na Portaria n.º 353/2024.

Parágrafo único - O período em que a servidora será assegurada na inclusão do **Regime Home Office é de 26/10/2026 a 29/10/2026,** permitida a renovação, desde que se cumpra o ART. 8° do DECRETO N° 26.869, DE 26 DE JANEIRO DE 2022.

Art. 2°. A chefia imediata da unidade de execução será responsável pela coordenação e monitoramento do desempenho da servidora, podendo revogar essa autorização a qualquer tempo, conforme o interesse da administração, em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Art. 3º. Fica autorizada a renovação mediante apresentação mensal dos relatórios de produtividade, respectivamente do Plano de Trabalho, autorizado pela chefia imediata e autorizado por um membro gestor da pasta.

Art. 4º. Esta portaria será registrada no Sistema e-Estado, para fins de comprovação das atividades, sendo este sistema oficial de registro de informação da servidora.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA

Secretario Executivo - GABINETE/SEDAM

Delegação de Competência, Conforme Portaria nº 468 de 09 de novembro de 2023

Protocolo 77917666

Portaria nº 414 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, a Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. 59 de 29.03.2023.

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **KARINY MARTINS FERREIRA**, ocupante do Cargo de Gerente de Cadastro e Capacitação, matrícula nº ******317, como substituta nos impedimentos legais, eventuais ou ausência, da servidora **JANAYNA PUPP**, ocupante do cargo de Coordenador de Gestão de Recursos Humanos, matricula nº ******254, para sem prejuízo de suas atribuições, **no período de 26 a 29 de outubro de 2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA

Secretario Executivo - GABINETE/SEDAM

Delegação de Competência, Conforme Portaria nº 468 de 09 de novembro de 2023

Protocolo 77921248

Portaria nº 415 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41, a Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, e Decreto de nomeação de 27 de março de 2023, Ed. 59 de 29.03.2023.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 26.869/2022, que institui o Sistema de Controle de Frequência por meio de Ponto Eletrônico, o Sistema de Compensação de Horas e o Escritório Remoto - Home Office no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CONSIDERANDO a Portaria n.º 353/2024, publicada no DIOF. N° 169 de 09/09/2024, que dispõe sobre os requisitos e diretrizes específicas para o trabalho remoto na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

CONSIDERANDO o Requerimento (77781338), Plano de Trabalho (77781604) e Autorização SEDAM-DIREX (77880796), contido nos autos do processo SEI/RO n° 0028.005161/2025-48.

R E S O L V E:

Art. 1º. **AUTORIZAR,** a servidora **MARIA HELENA SOARES BORGES,** Federal à Disposição do Estado, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, Siape n.º ****897, com lotação na Coordenadoria de Monitoramento e Regularização Ambiental Rural - COMRAR, a exercer suas funções em regime de trabalho remoto na modalidade **Home Office**, conforme previsto no Decreto n.º 26.869/2022 e na Portaria n.º 353/2024.

Parágrafo único - O período em que a servidora será assegurada na inclusão do regime de trabalho remoto **é de 26/10/2026 a 31/12/2026,** permitida a renovação, desde que se cumpra o ART. 8° do DECRETO N° 26.869, DE 26 DE JANEIRO DE 2022.

Art. 2º. O Chefe Imediato da Unidade de Execução será responsável pela coordenação e monitoramento do desempenho da servidora no regime Home Office, podendo revogar essa autorização a qualquer tempo, conforme o interesse da administração, em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Art. 3º. Fica autorizado a renovação mediante apresentação mensal dos relatórios de produtividade, respectivamente do Plano de Trabalho autorizado pelo chefe imediato e autorizo de um membro gestor da pasta.

Art. 4º. Esta portaria será registrada no Sistema e-Estado, para fins de comprovação das atividades, sendo este sistema oficial para fins de registro de frequência da servidora.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA

Secretario Executivo - GABINETE/SEDAM

Delegação de Competência, Conforme Portaria nº 468 de 09 de novembro de 2023

Protocolo 77929277

Portaria nº 416 de 22 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 41 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017 e o Decreto de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado, Ed. n° 59 de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO a instabilidade apresentada pelo Sistema Integrado de Descanso – SID, que impossibilitou a tramitação regular do procedimento relativo à marcação de férias;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o regular registro do Planejamento anual de férias do servidor e o cumprimento das obrigações administrativas.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor **RIAN SILVA SOUZA**, ocupante do cargo de **Assessor III - Casa Civil,** matrícula nº ******971**, à disposição desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, o gozo de férias referente ao **Ano Aquisitivo 2025 e Ano de Exercício 2026**, a serem usufruídas no período de **01/12/2026 a 30/12/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA

Secretario Executivo - GABINETE/SEDAM

Delegação de Competência, Conforme Portaria nº 468 de 09 de novembro de 2023

Protocolo 77930166

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC

Portaria nº 671 de 21 de outubro de 2026

Dispõe sobre os procedimentos para análise, conferência, validação documental, cadastramento, emissão, manutenção e reavaliação do Certificado de Registro no Sistema Integrado de Parcerias e Descentralização da Execução das Políticas Públicas

e Serviços Públicos Não Exclusivos – SISPAR, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior segurança, uniformidade, eficiência e transparência aos procedimentos de cadastramento e certificação das organizações da sociedade civil perante o SISPAR;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que a documentação apresentada pelas organizações interessadas seja submetida não apenas à conferência formal, mas também à verificação de autenticidade, validade, contemporaneidade, pertinência e suficiência;

CONSIDERANDO os achados registrados pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no Relatório Técnico constante do processo n. 01025/26;

CONSIDERANDO as determinações constantes da Decisão Monocrática nº 191/2026-GCJVA, quanto ao aperfeiçoamento dos mecanismos de certificação e controle das organizações da sociedade civil cadastradas no SISPAR;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer os procedimentos de validação documental e comprovação da experiência operacional das entidades; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0041.002937/2024-19.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos administrativos a serem observados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC para:

I – cadastramento de organizações da sociedade civil no SISPAR;

II – análise da documentação apresentada;

III – verificação da autenticidade dos documentos;

IV – comprovação da existência, funcionamento e capacidade operacional da entidade;

V - comprovação de atuação prévia e efetivo funcionamento compatíveis com as atividades sociais e finalidades estatutárias da entidade;

VI – emissão do Certificado de Registro no SISPAR;

VII – manutenção e atualização cadastral;

VIII – reavaliação da certificação;

IX – suspensão ou cancelamento do certificado, quando cabível.

Art. 2º A análise deverá observar, além dos requisitos previstos na legislação aplicável, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, transparência e interesse público.

Art. 3º A certificação será concedida somente quando os elementos constantes dos autos forem suficientes para demonstrar o atendimento dos requisitos exigidos pela legislação e a autenticidade e confiabilidade das informações relevantes para a certificação.

CAPÍTULO II
DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 4º A unidade responsável pelo cadastramento deverá utilizar a **"Matriz de Verificação e Validação Documental"**, que será juntada aos autos e preenchido individualmente para cada organização requerente.

§ 1º A Matriz deverá identificar:

I – documento exigido;

II – documento apresentado;

III – data de emissão;

IV – prazo de validade, quando houver;

V – mecanismo de autenticação utilizado;

VI – resultado da conferência;

VII – eventual diligência realizada;

VIII – identificação do servidor responsável pela conferência.

§ 2ºA **"Matriz de Verificação e Validação Documental"** deverá ser atualizada sempre que houver necessidade decomplementação documental.

Art. 5º A documentação apresentada deverá ser analisada quanto a:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

I – autenticidade;
II – integridade;
III – validade;
IV – contemporaneidade;
V – compatibilidade com os dados oficiais;
VI – pertinência com o requisito que pretende comprovar;
VII – suficiência para demonstração do requisito.

CAPÍTULO III
DA VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE

Art. 6º As certidões, declarações, comprovantes e demais documentos passíveis de validação eletrônica deverão ser conferidos, preferencialmente, diretamente nos sistemas oficiais dos respectivos órgãos emissores.

§ 1º Os documentos nato-digitais, assinados eletronicamente por meio de certificados ICP-Brasil, portal gov.br ou plataformas privadas com certificação de integridade, quando impressos ou anexados em cópia simples pela entidade, terão sua validade atestada pelo servidor público exclusivamente mediante a verificação do respectivo código de autenticidade ou QR Code no portal do órgão ou entidade certificadora.

Art. 7º A validação poderá ser realizada mediante:
I – código de autenticidade;
II – código de validação;
III – QR Code;
IV – consulta em sítio eletrônico oficial;
V – consulta em sistema oficial;
VI – confirmação por comunicação institucional;
VII - diligências documentais ou presenciais;
VIII – outros mecanismos oficialmente disponibilizados pelo órgão emissor.

Art. 8º A consulta de autenticidade deverá ser registrada no processo administrativo.
Parágrafo único. O registro deverá conter:
I – data e horário da consulta;
II – endereço eletrônico ou sistema utilizado;
III – resultado da consulta;
IV – número ou código de validação;
V – resultado das diligências.

Art. 9º Na hipótese de impossibilidade de validação eletrônica, a unidade responsável deverá, quando necessário, realizar diligência diretamente perante o órgão emissor.

§ 1º A diligência deverá ser realizada, preferencialmente, mediante endereço eletrônico institucional, sistema oficial, ofício ou outro meio formal que permita comprovar a origem da informação.

§ 2º A resposta recebida deverá ser juntada aos autos.

CAPÍTULO IV
DA CONFERÊNCIA CRUZADA DAS INFORMAÇÕES

Art. 10. A análise documental deverá, sempre que pertinente, confrontar as informações apresentadas pela entidade com bases de dados e fontes oficiais disponíveis à Administração.

Art. 11. Poderão ser objeto de conferência cruzada, entre outros:
I – CNPJ;
II – razão social e nome fantasia;
III – endereço;
IV – situação cadastral;
V – atividade econômica;
VI – objeto social;
VII – composição da diretoria, mediante análise conjunta da Ata de Eleição vigente e da respectiva **lista de presença da assembleia geral**, devidamente assinada pelos associados, comprovando a regularidade, a pluralidade associativa e o quórum do ato de eleição;
VIII – responsáveis legais;
IX – datas de constituição e alterações estatutárias;
X – certidões fiscais;
XI – registros perante órgãos públicos;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

XII – documentos relativos à experiência anterior.

Art. 12. Identificada divergência relevante entre a documentação apresentada e os registros oficiais, a unidade responsável deverá promover diligência antes da conclusão da análise.

CAPÍTULO V
DA COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 13. Para fins de cumprimento do art. 20, inciso III, alínea "i", da Lei Estadual nº 3.122/2013 (declaração de pelo menos duas autoridades), a unidade responsável adotará os seguintes critérios de aceitabilidade:

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se autoridades os agentes públicos que, em razão do cargo ou da função exercida, possuam competência institucional para acompanhar, fiscalizar, certificar ou atestar as atividades da organização, ou que detenham conhecimento direto e verificável de sua atuação, tais como membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e da Defensoria Pública; Chefes do Poder Executivo; Secretários de Estado ou Município; dirigentes de órgãos e entidades da Administração Pública; Delegados de Polícia; titulares das Controladorias-Gerais e das Procuradorias-Gerais; e dirigentes ou membros de Conselhos Oficiais de Políticas Públicas, observada, em todos os casos, a pertinência de suas atribuições e do conhecimento dos fatos declarados.

§ 2º A declaração não poderá ser genérica, devendo especificar como a autoridade tomou conhecimento da organização e atestar materialmente as atividades sociais e estatutárias efetivamente executadas.

§ 3º O documento deverá ser contemporâneo, emitido em papel timbrado oficial, datado, e preferencialmente assinado de forma digital com certificação eletrônica rastreável.

Art. 14. A comprovação do endereço e do efetivo funcionamento da organização poderá ser realizada mediante análise conjunta de documentos, incluindo:

I – comprovante de endereço;

II – contrato de locação ou documento equivalente;

III – contas de consumo;

IV – registros públicos;

V – fotografias atualizadas da fachada preferencialmente com a placa de identificação institucionale do interior do imóvel, contendo metadados de georreferenciamento (coordenadas GPS) que comprovem a localização exata da sede;

VI – documentos emitidos por órgãos públicos;

VII – diligência presencial;

VIII – outros elementos idôneos.

Art. 15. Havendo dúvida quanto ao efetivo funcionamento da entidade no endereço declarado, poderá ser realizada **diligência presencial**, mediante registro circunstanciado.

Parágrafo único. A diligência deverá registrar:

I – data;

II – endereço;

III – condições observadas;

IV – identificação do responsável que acompanhou a diligência;

V – registros fotográficos;

VI – conclusão objetiva quanto à existência e funcionamento da organização.

CAPÍTULO VI
DA COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Art. 16. O efetivo funcionamento e a atuação prévia da organização deverão ser comprovados por documentação capaz de demonstrar, de maneira objetiva, a realização das atividades sociais e finalidades previstas em seu estatuto amplo, em observância ao art. 20, III, "i", da Lei Estadual nº 3.122/2013.

Parágrafo único. A comprovação de capacidade técnica, infraestrutura e experiência específica vinculada rigorosamente ao objeto de um projeto ocorrerá em fase própria, por ocasião dos editais de Chamamento Público.

Art. 17. O **Relatório de Atividades** apresentado pela organização deverá conter:

I – período de realização das atividades;

II – local;

III – descrição do projeto ou atividade;

IV – público beneficiário;

V – quantidade aproximada de beneficiários;

VI – recursos utilizados;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

VII – parceiros envolvidos;

VIII – responsáveis pela execução;

IX – registros fotográficos originais, preferencialmente em formato digital com a preservação de seus metadados, nos termos do art. 18;

X – documentação comprobatória;

XI - resultados alcançados.

Art. 18. O Relatório de Atividades deverá, sempre que possível, ser acompanhado de **evidências independentes ou externas**, tais como:

I – contratos;

II – convênios;

III – termos de parceria;

IV – instrumentos celebrados com órgãos públicos;

V – declarações de parceiros;

VI – atestados de capacidade técnica;

VII – notas fiscais;

VIII – documentos fiscais;

IX – registros públicos;

X – relatórios de entidades financiadoras;

XI – publicações contemporâneas à atividade;

XII – documentos de aquisição ou utilização de materiais relacionados ao projeto;

XIII – outros elementos idôneos.

CAPÍTULO VII
DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS E DIGITAIS

Art. 19. Os registros fotográficos apresentados para comprovação de atividades deverão ser acompanhados de informações que permitam identificar:

I – data;

II – local;

III – atividade;

IV – projeto;

V **-** público participante ou beneficiário, observadas as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) quanto à dispensa de dados pessoais sensíveis na fase de credenciamento.

Parágrafo único. Para garantir a autenticidade e a materialidade das ações declaradas, as fotografias em formato digital deverão preservar os seus metadados originais, contendo, sempre que possível, o registro embutido de data, hora de captura e coordenadas de georreferenciamento (GPS), a fim de coibir a utilização de imagens de terceiros ou de bancos de dados públicos.

Art. 20. Sempre que tecnicamente possível, poderão ser solicitados outros documentos para verificação de data, origem e integridade.

Art. 21. Quando houver dúvida razoável sobre a autenticidade das imagens ou sua correspondência com as atividades declaradas, a Administração poderá:

I – solicitar arquivos originais;

II – solicitar documentos complementares;

III – consultar fontes independentes;

IV – realizar diligência;

V – ouvir parceiros ou beneficiários institucionais, observadas as normas de proteção de dados;

VI – realizar outras verificações tecnicamente adequadas.

CAPÍTULO VIII
DAS DILIGÊNCIAS

Art. 22. A unidade responsável poderá realizar diligência sempre que a documentação apresentada não for suficiente para formar convicção segura quanto ao atendimento dos requisitos.

Art. 23. A diligência poderá ter por finalidade:

I – esclarecer inconsistências;

II – confirmar autenticidade;

III – verificar endereço;

IV – confirmar funcionamento;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

V – verificar experiência;

VI – confirmar informações constantes de relatórios;

VII – esclarecer alterações estatutárias ou cadastrais;

VIII – verificar outros fatos relevantes para a certificação.

Art. 24. Toda diligência deverá ser formalmente registrada no processo administrativo, com indicação do objeto, procedimento adotado, resultado e conclusão.

CAPÍTULO IX
DAS INCONSISTÊNCIAS E DO SANEAMENTO

Art. 25. Identificada inconsistência documental, a unidade responsável deverá classificá-la, sempre que possível, como:

I – falha meramente formal;

II – inconsistência sanável;

III – inconsistência relevante;

IV – indício de irregularidade que comprometa a autenticidade ou confiabilidade do documento.

Art. 26. As inconsistências sanáveis poderão ser objeto de diligência para esclarecimento ou complementação documental, observados os limites da legislação aplicável.

Art. 27. A existência de inconsistência relevante que comprometa requisito essencial da certificação deverá ser submetida à autoridade competente para decisão.

CAPÍTULO X
DA EMISSÃO DO CERTIFICADO

Art. 28. Concluída a análise, a unidade responsável deverá elaborar manifestação técnica conclusiva, indicando:

I – requisitos atendidos;

II – documentos conferidos;

III – diligências realizadas;

IV – eventuais inconsistências;

V – resultado das verificações;

VI – conclusão quanto à possibilidade de certificação.

Art. 29. A emissão do Certificado de Registro no SISPAR dependerá da conclusão favorável da análise e do atendimento dos requisitos previstos na legislação aplicável.

Art. 30. O certificado deverá conter, no mínimo:

I – identificação da entidade;

II – CNPJ;

III – número do certificado;

IV – data de emissão;

V – prazo de validade;

VI – objeto social, área ou finalidade de atuação;

VII – identificação da autoridade competente.

CAPÍTULO XI
DA REAVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Art. 31. A certificação deverá ser reavaliada sempre que houver alteração relevante capaz de modificar os pressupostos considerados para sua emissão.

Art. 32. Constituem, entre outras, situações que poderão ensejar reavaliação:

I – alteração do objeto social;

II – alteração relevante da atividade econômica;

III – mudança de denominação;

IV – alteração da sede;

V – alteração significativa da estrutura institucional;

VI – mudança da composição da diretoria;

VII – alteração relevante da finalidade ou área de atuação;

VIII – informação de órgão de controle;

IX – denúncia ou notícia fundamentada de irregularidade;

X – identificação de inconsistência em documento anteriormente utilizado para a certificação.

Art. 33. A reavaliação poderá resultar em:

I – manutenção da certificação;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

II – solicitação de atualização documental;

III – suspensão cautelar, quando juridicamente cabível;

IV – cancelamento da certificação, mediante decisão da autoridade competente.

§ 1º No caso exclusivo de solicitação de alteração da denominação de razão social ou nome fantasia, mantido o mesmo número de CNPJ, o rito de atualização documental (inciso II) limitar-se-á à conferência da Ata de Assembleia Geral registrada, do Estatuto Consolidado alterado e do novo Cartão CNPJ.

§ 2º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a SEDEC emitirá um novo certificado com a nomenclatura atualizada, preservando-se o prazo de validade original, ficando a emissão condicionada à apresentação, pela organização, das novas certidões de regularidade fiscal já espelhando o novo nome empresarial perante as bases de dados oficiais.

CAPÍTULO XII
DO CANCELAMENTO

Art. 34. O Certificado de Registro no SISPAR poderá ser cancelado quando constatado que:

I – requisito essencial para a certificação deixou de ser atendido;

II – documento relevante utilizado para a certificação revelou-se inautêntico ou inválido;

III – informações relevantes apresentadas pela entidade nãomais correspondem aos registros oficiais;

IV – houve alteração substancial da situação institucional da entidade incompatível com a certificação;

V – forem identificadas irregularidades que comprometam os pressupostos da certificação;

VI – houver outras hipóteses previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. Nos casos em que a organização possuir titulação qualificada concedida por Decreto Governamental (Utilidade Pública - UP, Organização Social - OS, ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP), o cancelamento do certificado do SISPAR não revoga automaticamente o decreto, devendo os autos serem imediatamente comunicados e encaminhados à autoridade competente para a adoção das providências de suspensão ou cancelamento previstas nos artigos 16 a 18 da Lei Estadual nº 3.122/2013.

Art. 35. O cancelamento deverá ser formalizado mediante decisão fundamentada da autoridade competente, assegurados, quando cabíveis, o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XIII
DA COMUNICAÇÃO DO CANCELAMENTO

Art. 36. Cancelado o certificado, a unidade responsável deverá:

I – atualizar o cadastro no SISPAR;

II – notificar a organização interessada;

III – comunicar os órgãos estaduais pertinentes;

IV – comunicar, quando cabível, os órgãos federais pertinentes;

V – comunicar os órgãos de controle, quando necessário;

VI – registrar nos autos os comprovantes das comunicações realizadas.

CAPÍTULO XIV
DA MATRIZ DE VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DOCUMENTAL

Art. 37. A **Matriz de Verificação e Validação Documental**, Anexo Único desta Portaria, constitui instrumento obrigatório de instrução processual e deverá integrar os autos.

Art. 38. A Matriz deverá ser atualizada pela unidade responsável sempre que houver alteração dos requisitos legais ou regulamentares aplicáveis.

Art. 39. A unidade responsável deverá propor, sempre que necessário, aperfeiçoamentos na Matriz, especialmente quando forem identificadas novas situações de risco documental ou de controle.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Os procedimentos previstos nesta Portaria deverão ser aplicados sem prejuízo das exigências estabelecidas na legislação federal e estadual, nos regulamentos do SISPAR e nas normas específicas aplicáveis às parcerias com organizações da sociedade civil.

Art. 41. A adoção dos procedimentos previstos nesta Portaria não dispensa a análise individualizada do caso concreto, a qual possui caráter estritamente formal e documental, operando sob o princípio da presunção de boa-fé e de veracidade das informações e documentos apresentados pela organização da sociedade civil.

§ 1º A certificação documental atestada pela equipe técnica não exime a entidade do permanente controle e fiscalização por parte da Administração Pública.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

§ 2º A SEDEC poderá, a qualquer tempo e a seu critério, realizar diligências e vistorias *in loco* para aferição da verdade material, da adequação da estrutura física e do efetivo funcionamento contínuo das atividades socioestatutárias declaradas.

§ 3º A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ideológica, fraude documental, manipulação de metadados de georreferenciamento ou a inexistência material da sede ensejará o cancelamento imediato e unilateral do credenciamento e do certificado, sujeitando a entidade e os seus dirigentes às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 42. Os procedimentos de verificação deverão observar a legislação de proteção de dados pessoais, o sigilo legalmente estabelecido e os princípios da necessidade e da finalidade.

Art. 43. A Coordenadoria de Empreendedorismo e Micro e Pequenas Empresas - CODMPE poderá elaborar manuais, formulários, modelos de checklist e fluxos operacionais destinados à execução desta Portaria, submetendo-os à aprovação da autoridade competente.

Art. 44. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da autoridade competente, podendo ser solicitada manifestação da Procuradoria-Geral do Estado quando a matéria envolver questão jurídica relevante.

Art. 45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho/RO, 21 de outubro de 2026.

Célio dos Santos Ferreira

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico

SEDEC

ANEXO ÚNICO

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DOCUMENTAL PARA CREDENCIAMENTO E CERTIFICAÇÃO NO SISPAR

Processo SEI nº: _____

Entidade: _____

CNPJ: _____

Denominação anterior: _____

Data do requerimento: ___/___ /_____

Responsável pela análise: _____

Matrícula: _____

1. IDENTIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE

Nº	Documento / **Requisito**	**Conferência**	**Resultado**
1.0	Requerimento de Credenciamento	☐ Apresentado e Assinado	☐ Regular ☐ Irregular
1.1	CNPJ / (Existência Formal)	☐ Apresentado	☐ Regular ☐ Irregular
1.1.1	Tempo Mínimo do CNPJ (Decreto Estadual 21.431/2016)	☐ Analisado	☐ Superior a 2 anos ☐ Inferior
1.2	Estatuto social atualizado e registrado	☐ Apresentado	☐ Regular ☐ Irregular
1.2.1	Cláusulas Obrigatórias (Art. 20 - Dissolução, NBC e relevância pública)	☐ Conferido	☐ Constam ☐ Ausentes/Irregulares
1.3	Ata de eleição da diretoria (atualizada e registrada)	☐ Apresentada	☐ Regular ☐ Irregular
1.3.1	Lista de Presença da Assembleia Geral	☐ Apresentada	☐ Comprova quórum/pluralidade ☐ Ausente/Irregular
1.4	Ata de alteração estatutária, se houver	☐ Registro competente	☐ Regular ☐ Irregular
1.5	Identificação dos representantes legais	☐ Estatuto/atas/CNPJ	☐ Compatível ☐ Incompatível
1.6	Finalidade Social	☐ Estatuto	☐ Compatível ☐ Incompatível
1.7	Atividade econômica – CNAE	☐ CNPJ e Estatuto	☐ Compatível ☐ Incompatível

Observações:

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Nº	**Documento**	**Apresentado**	**Autenticidade conferida**	**Fonte da consulta**	**Situação**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

2.1	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular
2.2	Certidão Negativa de Débitos Estaduais	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular
2.3	Certidão Negativa de Débitos Municipais	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular
2.4	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular
2.5	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular
2.6	Certidão de regularidade junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE (e do Estado de atuação da entidade)	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular
2.7	Outras certidões exigidas	☐	☐		☐ Regular ☐ Irregular

Resultado da validação:
☐ Documentos confirmados
☐ Documentos não localizados
☐ Dados divergentes
☐ Necessária diligência

3. ENDEREÇO E EFETIVO FUNCIONAMENTO

Nº	Elemento de comprovação	Conferido	Resultado
3.1	Comprovante de endereço em nome da OSC	☐ Sim	☐ Regular ☐ irregular
3.2	Contrato de locação/cessão, se aplicável	☐ Sim	☐ Regular ☐ N/A
3.3	Compatibilidade com CNPJ e estatuto	☐ Sim	☐ Compatível ☐ incompatível
3.4	**Relatório Fotográfico** (sempre que possível com placa da OSC e Interior)	☐ Sim	☐ Regular ☐ irregular
3.4.1	Metadados GPS conferidos e Placa de identificaçãoi visível	☐ Sim	☐ Comprovado ☐ Não Comprovado
3.5	Consultas externas	☐ Sim	☐ Confirmado
3.6	Evidências de funcionamento	☐ Sim	☐ Suficientes
3.7	Diligência presencial, se necessária	☐ Sim	☐ Realizada ☐ N/A

Houve divergência de endereço?
☐ Não
☐ Sim – providenciada diligência.
Resultado da diligência:

4. COMPATIBILIDADE DO OBJETO SOCIAL - CERTIFICAÇÃO À ÁREA DE ATUAÇÃO EFETIVAMENTE COMPROVADA

Item	Verificação	Resultado

4.1	Finalidades estatutárias compatíveis com as áreas de atuação pretendidas	☐ Sim ☐ Não
4.2	CNAE compatível com a finalidade estatutária	☐ Sim ☐ Não
4.3	Atuação prévia compatível com as finalidades estatutárias (Art. 16 da Portaria)	☐ Sim ☐ Não
4.4	Estrutura institucional compatível	☐ Sim ☐ Não
4.5	Área de atuação comprovada	☐ Sim ☐ Não

Conclusão da análise:

☐ Compatibilidade comprovada

☐ Compatibilidade parcialmente comprovada

☐ Compatibilidade não comprovada

5. EXPERIÊNCIA PRÉVIA E CAPACIDADE OPERACIONAL

5.1 Relatório de Atividades

Requisito	Verificado	Resultado
Período das atividades	☐	☐ Comprovado
Local de realização	☐	☐ Comprovado
Descrição das atividades	☐	☐ Suficiente
Público beneficiário	☐	☐ Identificado
Quantidade de beneficiários	☐	☐ Informada
Resultados alcançados	☐	☐ Demonstrados
Responsáveis pela execução	☐	☐ Identificados
Parceiros envolvidos	☐	☐ Identificados

5.2 Evidências externas

Documento comprobatório	Conferência	Conferido com a fonte
Declaração de 2 (duas) Autoridades (Obrigatório - Art. 20, III, "i", Lei 3.122)	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ Inválido
Instrumentos de parceria celebrados com órgãos públicos (termos, contrato, convênio)	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Declarações de experiência prévia emitidas por Conselhos de Políticas Públicas, instituições de ensino ou outras entidades públicas	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Prêmios de relevância local, regional ou nacional recebidos pela entidade	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Nota fiscal/documento fiscal	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Relatório de órgão público	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Registro público	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Publicação oficial	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Registro de evento/projeto	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A
Outros	☐ Apresentado	☐ Válido ☐ N/A

Conclusão

☐ Experiência comprovada por documentação suficiente.

☐ Experiência comprovada parcialmente, necessitando diligência.

☐ Experiência não suficientemente comprovada.

6. VERIFICAÇÃO DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Verificação	Sim	Não	N/A
Data identificável	☐	☐	☐
Local identificável	☐	☐	☐
Atividade identificável	☐	☐	☐

Compatibilidade com o relatório	☐	☐	☐
Arquivo original disponível	☐	☐	☐
Existência de evidência independente	☐	☐	☐

Observações:

7. DILIGÊNCIAS

Foi necessária diligência?

☐ Não

☐ Sim

Diligência nº 01

Data: ___/___ /_____

Objeto: _____

Destinatário: _____

Meio utilizado: _____

Resposta recebida em: ___/___ /____

Resultado:

☐ Confirmou a informação apresentada.

☐ Esclareceu parcialmente.

☐ Não confirmou.

☐ Identificou divergência.

☐ Identificou necessidade de nova diligência.

Documento da diligência juntado aos autos: ☐ Sim ☐ Não

8. REAVALIAÇÃO DE ALTERAÇÕES POSTERIORES À CERTIFICAÇÃO

Houve alteração relevante desde a última certificação?

☐ Não

☐ Sim

Alteração	Sim	Não	Analisada
Denominação	☐	☐	☐
Objeto social	☐	☐	☐
CNAE	☐	☐	☐
Endereço	☐	☐	☐
Diretoria	☐	☐	☐
Estrutura institucional	☐	☐	☐
Área de atuação	☐	☐	☐

Conclusão:

☐ Não altera os pressupostos da certificação.

☐ Necessita atualização cadastral.

☐ Necessita reavaliação da certificação.

9. CONFERÊNCIA FINAL

Antes da emissão do certificado, o responsável deverá verificar:

☐ Todos os documentos obrigatórios foram apresentados.

☐ Todos os documentos relevantes tiveram sua autenticidade verificada.

☐ As certidões foram validadas nos respectivos sistemas oficiais.

☐ Os dados do CNPJ são compatíveis com os documentos apresentados.

☐ O endereço foi confirmado.

☐ O efetivo funcionamento da entidade foi comprovado.

☐ O objeto social é compatível com a atividade pretendida.

☐ A experiência prévia foi suficientemente comprovada.

☐ O Relatório de Atividades foi analisado criticamente.

☐ Foram verificadas evidências externas quando necessárias.

☐ As diligências necessárias foram realizadas.

☐ As inconsistências identificadas foram devidamente esclarecidas ou saneadas.

☐ Não há elemento conhecido que impeça a certificação.

10. CONCLUSÃO TÉCNICA

Após análise da documentação e das verificações realizadas, conclui-se que:

☐ **OPÇÃO 1 – DEFERIMENTO**

A documentação apresentada atende aos requisitos exigidos, tendo sido verificadas sua autenticidade, validade e compatibilidade, não sendo identificados impedimentos à emissão do Certificado de Registro no SISPAR.

☐ **OPÇÃO 2 – DILIGÊNCIA/SANEAMENTO**

Foram identificadas inconsistências ou insuficiências sanáveis, devendo a entidade ser diligenciada para complementação ou esclarecimento antes da conclusão do processo.

☐ **OPÇÃO 3 – INDEFERIMENTO**

Foram identificadas inconsistências relevantes ou ausência de requisitos essenciais que impedem a emissão do Certificado de Registro no SISPAR.

☐ **OPÇÃO 4 – REAVALIAÇÃO**

Foram identificados fatos supervenientes ou alterações relevantes capazes de afetar os pressupostos da certificação anteriormente concedida, recomendando-se a reavaliação do certificado pela autoridade competente.

11. RESPONSABILIDADE PELA ANÁLISE

Declaro, para os devidos fins, que foram realizadas as verificações indicadas nesta Matriz de Verificação e Validação Documental, com base exclusivamente na documentação constante dos autos, nas consultas sistêmicas e no princípio da presunção de boa-fé e de veracidade dos documentos apresentados pela entidade requerente.

Atesto a regularidade formal do processo, ressalvando que a presente certificação possui caráter estritamente documental e não afasta o poder-dever da Administração Pública de realizar, a qualquer tempo, auditorias e diligências in loco para aferir a veracidade material e o efetivo funcionamento da entidade, sujeitando-a às sanções cabíveis em caso de fraude.

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Matrícula: _____

Data: ___/___ /_____

Assinatura: _____

12. DESPACHO DA CHEFIA DA UNIDADE

☐ De acordo com a análise.

☐ Determino diligência complementar.

☐ Determino complementação documental.

☐ Encaminhe-se à autoridade competente para decisão.

Nome: _____

Cargo: _____

Data: ___/___ /_____

Assinatura: _____

Protocolo 77893105

Portaria nº 670 de 21 de outubro de 2026

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 71, VI, da Constituição do Estado de Rondônia e pelos artigos 30, 42 e 97, todos da Lei Complementar n.º 965 de 20 de dezembro de 2017, e considerando o Processo SEI n.º 0041.003246/2025-13.

RESOLVE:

I - CONVALIDAR a remarcação do gozo de férias do servidor **Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Secretário Adjunto CDS-17), matrícula ******957,** pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, devido à inconsistência no **Sistema Integrado de Descanso (SID).** A solicitação não pôde ser devidamente registrada, referente ao exercício de 2026, inicialmente agendada para o período de 26/01/2026 a 04/02/2026, 04/05/2026 a 13/05/2026 e **09/09/2026 a 18/09/2026**, a qual fica transferida para fruição no(s) período(s):

1.º Período: 26/01/2026 a 04/02/2026; usufruído.

2.º Período: 04/05/2026 a 13/05/2026; usufruído.

3.º Período: 14/07/2027 a 23/07/2027; não usufruído.

II - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 09 de outubro de 2026, revogando-se a Portaria nº 662 de 19 de outubro de 2026.

CÉLIO DOS SANTOS FERREIRA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Protocolo 77881523

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER

TERMO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 90548/2025

A Diretora Executiva, no exercício de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 1871 de 09 de julho de 2024 (0050624982) e nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o Parecer nº 359/2025/PGE-DERADM (0065378585), Despacho PGE-DER (0066023996), Despacho PGE-DERADM (0066387435) e Despacho PGE-GABADJ (0066682376), pelos quais a Procuradoria-Geral manifestou-se pela viabilidade jurídica do certame, bem como o julgamento da Concorrência N.º 90548/2025 pelo presidente mediante o Termo de Julgamento (74511029) e constatação da regularidade dos atos procedimentais, através do Parecer nº 1648/2026/DER-CI (74600255), exarado pela Controladoria Interna, resolve, por meio deste ato, ADJUDICAR ao licitante vencedor o respectivo item referente ao Processo nº0009.005864/2025-02, cujo objeto é a contratação de empresa especializada de engenharia para Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-133; trecho: Entrº RO-387 / Usina de Calcário, segmento: Estaca 500+0,00 à Estaca 1500+0,00, Lote: 02 com extensão de 20,00 km, de acordo com o resultado:

Item 1: adjudicado à GONCALVES & DIAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 02.250.663/0001-90, no valor total de R$ 48.251.165,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e um mil cento e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

Por fim, torno público o ato de HOMOLOGAÇÃO no Sistema de Compras do Governo Federal (75656528), consoante com o resultado do certame acima.

ELIZA ELIS HENZ

Diretora Executiva

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

Protocolo 75656411

Portaria nº 2455 de 19 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023 e Decreto de 11.04.2023, publicado no DOE de 11.04.2023-Edição 68.

CONSIDERANDO que, cabe à administração pública, nos termos do disposto no Decreto nº 28.874, do Art. 19 e 28, o fiscal de contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

CONSIDERANDO que o acompanhamento e a fiscalização dos contratos são um PODER-DEVER da Administração Pública, visto que objetivam assegurar-se de que o objeto contratado seja recebido ou executado a contento e as obrigações decorrentes sejam realizadas no tempo e modo devidos e que as cláusulas contratuais sejam rigorosamente observadas;

CONSIDERANDO a competência do fiscal do contrato para auxiliar o gestor no acompanhamento e na fiscalização dos aspectos técnicos e administrativos da execução contratual, relativos aos serviços de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota do DER/RO, no âmbito das 16 (dezesseis) Residências Regionais e das 6 (seis) Usinas de Asfalto, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, das especificações técnicas e da legislação aplicável;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar a regularidade das ordens de serviço, dos orçamentos, das autorizações, dos serviços executados, das peças e dos componentes aplicados, bem como a integridade dos registros no Sistema de Gerenciamento de Manutenção da Frota, de modo a garantir a rastreabilidade das operações, a qualidade dos serviços, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos, cabendo-lhe registrar e

comunicar tempestivamente ao gestor eventuais inconsistências ou irregularidades para adoção das providências pertinentes;

CONSIDERANDO que, os órgãos públicos devem manter a figura do **Fiscal Titular e Suplente de Contrato**, formalmente designado, durante toda a vigência dos contratos celebrados;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a contar do dia 21 de outubro de 2026, o servidor **MARCIO FRANCISCO ALVES LIMOEIRO**, Soldador, matrícula n.º ******677, para, sem prejuízo de suas atribuições, bem como, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL TITULAR DE CONTRATOS,** e a servidor **RAFAEL MATEUS DA SILVA,** Gerente VI, matrícula n.º ******007, para, sem prejuízo de suas atribuições, bem como, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL SUPLENTE**, do seguinte contrato:

CONTRATO 024/2021/PJ/DER-RO

Nº DO CONTRATO	PROCESSO	VIGÊNCIA	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO
CONTRATO 024/2021/PJ/DER-RO	0009.214323/2021-31	12 MESES	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de manutenção de frota.

Art. 2º - O prazo da duração desta designação só dá pelo tempo que perdurar a vigência do respectivo contrato e seus posteriores termos aditivos, podendo ser alterada a qualquer tempo por ato do Diretor-Geral do DER/RO.

Art. 3º - Esta portaria revoga a Portaria 2415 de 14 de outubro de 2026 (77613548).

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor-geral do DER/RO

Protocolo 77786437

Portaria de férias nº 15190 de 21 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ANDERSON CHAVES RIBEIRO,** DER - Residente - CDS-08 *, matrícula ******041, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, originalmente marcadas para o**12/01/2026 a 31/01/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**12/01/2026 a 31/01/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **23/11/2026 a 12/12/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65858

Portaria de férias nº 15191 de 21 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

INTERROMPER a contar de 21/10/2026 a 01/11/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **RAIMUNDO CASSIANO DA SILVA FILHO**, **AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**, matrícula ******988, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 01/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65859

Portaria de férias nº 15192 de 21 de outubro de 2026.

O(A) DIRETORA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) PORTARIA de 10/05/2022,publicada no DOE n.87, de 11/05/2022.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ROGERIO JOSE DA SILVA,** MOTORISTA, matrícula ******978, pertencente ao quadro de servidores de Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, originalmente marcadas para o**02/02/2026 a 21/02/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**02/02/2026 a 21/02/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **05/01/2027 a 24/01/2027.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 21/10/2026.

ELIZA ELIS HENZ
DIRETORA EXECUTIVA

Protocolo DOC65860

Portaria nº 2498 de 22 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o Requerimento DER-13RR (ID.77864239), Despacho (ID.77915072), Termo de compromisso de Estágio (ID.0062430026) e Certidão 590 (ID.77926716), nos autos do processo 0009.008443/2025-25;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** o gozo de recesso remunerado para ao estagiário LEONARDO HENRIQUE FERRAZ RIBEIRO**,** matricula n.º ********865**, lotado na 13° Residência Regional de Porto Velho, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, com base no art. 13, da Lei Federal n. 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para usufruir no período de 04/01/2027 à 18/01/2027 - 15 (quinze) dias, referente ao Estágio Remunerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA
Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77926633

Portaria nº 2481 de 21 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o Requeriemnto DER-SARQUIV(ID.77624218), Homologação (ID.77625389), Despacho DER-SEFREQ (id.77835161), Certidão 587 (Id.77870740) nos autos do Processo 0009.007831/2026-70;

RESOLVE:

Art. 1º - **REMARCAR** o gozo de férias da servidora MARIA GORETTE RODRIGUES BOAVENTURA PERONI, matrícula n.º ******735, Federal a Disposição do Estado, lotado na Seção de Arquivo, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, referente ao exercício 2026, anteriormente marcada para o período de 09/12/26 a 23/12/26 - 15 dias, ficando transferida para fruição do novo período em 31/12/26 a 14/01/27 - 15 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77871066

Portaria nº 2482 de 21 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o Requerimento DER-SECOV (ID.77709464), Errata (ID.77868724), Despacho (ID.77829490);

Considerando o Termo de compromisso de Estágio (ID.0065472327) e Certidão 588 (ID.77873582), nos autos do processo 0009.012124/2025-14;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER** o gozo de recesso remunerado para a estagiária YARA HONORIO DE LIMA**,** matricula n.º ******667**, lotado na Coordenadoria de Logística, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, com base no art. 13, da Lei Federal n. 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para usufruir no período de 01/02/2027 a 02/03/2027 - 30 (trinta) dias, referente ao Estágio Remunerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77874737

Portaria nº 2497 de 21 de outubro de 2026

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOE Nº 238, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Lei Complementar n° 1.180, de 14 de março de 2023, publicada na Edição 49, de 15 de março de 2023, e Decreto de 05 de outubro de 2026, publicado no DOE n.º 191.

Considerando o constante no Memorando nº 140 DER-GIA (ID.77619640) e Certidão 589 (ID.77901433), bem como nos autos do processo 0009.011204/2026-33.

Considerando o inciso V, artigo 18 do Decreto 23.273/2018;

RESOLVE:

Art. 1º **COVALIDAR** interrupção a partir de 08/09/2026 a 17/09/2026 **-** 10 (dez) **dias,** por motivo de superior interesse público, o gozo de férias a servidora DAYANA AVANCINI RODRIGUES, matrícula nº ******025, ocupante do cargo de Assessor III , lotado na Coordenadoria de Infraestrutura Aeroportuária, neste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes-DER, marcadas anteriormente para usufruir em 08/09/2026 a 17/09/2026 - 10 (dez) dias, referente ao exercício de **2026.**

Art. 2º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

Diretor Geral - DER/RO

Protocolo 77901720

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - JUCER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 926830 - 41/2026

A Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER torna público, a quem possa interessar, nos autos do Processo nº 0018.001917/2026-80, que o Presidente da JUCER, nos termos da Contratação Direta PNCP nº 926830 - 41/2026, resolve, por meio deste ato, HOMOLOGAR, ADJUDICAR e RATIFICAR a despesa decorrente da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, "f", da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como no amoldamento do caso concreto ao Parecer Referencial 2/2024/PGE-GAB - ID SEI 77518207, para a contratação de empresa especializada para viabilizar a participação desta Autarquia no Seminário Nacional de Administração Pública, em favor da empresa CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.003.671/0001-51, no valor total de **R$ 28.458,00 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).**

Clébio Billiany de Mattos

Presidente/JUCER

Protocolo 77729988

Portaria de férias nº 15227 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO 2024 de 30/12/2024,publicada no DOE n.246, de 30/12/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 10/10/2026 a 29/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ALLAN HENRIQUE GOIS DIB**, **JUCER - Assessor I - CDS-01 ***, matrícula ******113, pertencente ao quadro de servidores de Junta Comercial do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(10/10/2026 a 29/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

CLEBIO BILLIANY DE MATTOS

Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente

Protocolo DOC65893

Portaria de férias nº 15228 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO 2024 de 30/12/2024,publicada no DOE n.246, de 30/12/2024.

RESOLVE:

REMARCAR o gozo de férias do (a) servidor (a) **ALLAN HENRIQUE GOIS DIB,** JUCER - Assessor I - CDS-01 *, matrícula ******113, pertencente ao quadro de servidores de Junta Comercial do Estado de Rondônia, originalmente marcadas para o**10/10/2026 a 29/10/2026**e que foram interrompidas a contar do dia**10/10/2026 a 29/10/2026,**referente ao exercício de **2026,** a qual fica transferida para fruição no(s) período(s) de **03/11/2026 a 22/11/2026.**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

CLEBIO BILLIANY DE MATTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente

Protocolo DOC65894

Portaria de férias nº 15229 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO 2024 de 30/12/2024,publicada no DOE n.246, de 30/12/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 13/10/2026 a 31/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **FELIPE BARROSO DE ANDRADE**, **JUCER - GERENTE DE INFORMÁTICA - CDS-03 ***, matrícula ******180, pertencente ao quadro de servidores de Junta Comercial do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 01/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

CLEBIO BILLIANY DE MATTOS
Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente

Protocolo DOC65895

Portaria de férias nº 15231 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO 2024 de 30/12/2024,publicada no DOE n.246, de 30/12/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 25/10/2026 a 01/11/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **GERUSA MARTINS**, **TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, matrícula ******198, pertencente ao quadro de servidores de Junta Comercial do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(13/10/2026 a 01/11/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

CLEBIO BILLIANY DE MATTOS
Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente

Protocolo DOC65897

Portaria de férias nº 15233 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO 2024 de 30/12/2024,publicada no DOE n.246, de 30/12/2024.

RESOLVE:

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

INTERROMPER a contar de 01/09/2026 a 30/09/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **JOAO CARLOS FERREIRA DO AMARAL** , **TÉCNICO DO REGISTRO DO COMÉRCIO**, matrícula ******238, pertencente ao quadro de servidores de Junta Comercial do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(01/09/2026 a 30/09/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

CLEBIO BILLIANY DE MATTOS
Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente

Protocolo DOC65899

Portaria de férias nº 15234 de 22 de outubro de 2026.

O(A) Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere o(a) DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO 2024 de 30/12/2024,publicada no DOE n.246, de 30/12/2024.

RESOLVE:

INTERROMPER a contar de 19/10/2026 a 28/10/2026, por motivo de superior interesse público o gozo de férias do servidor **ROBSON GUIMARAES RIBEIRO**, **TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, matrícula ******357, pertencente ao quadro de servidores de Junta Comercial do Estado de Rondônia, referente ao exercício de **2026**, marcadas anteriormente no período de **(19/10/2026 a 28/10/2026).**

Publique-se.

Porto Velho - RO 22/10/2026.

CLEBIO BILLIANY DE MATTOS
Junta Comercial do Estado de Rondônia/Presidente

Protocolo DOC65900

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPEM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0017.001623/2026-68
INTERESSADO (A): ADÃO FÉLIX DOS SANTOS DUARTE E GUSTAVO COUTO BERNARDINO
VALOR: R$ 2.447,50 (Dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para cada servidor.
Considerando que o presente processo foi objeto de análise do Controle Interno, opinando pela regularidade da prestação de contas de diárias em favor dos servidores ADÃO FÉLIX DOS SANTOS DUARTE E GUSTAVO COUTO BERNARDINO, submeto a apreciação de Vossa Senhoria para homologação, de acordo com o que determina o Art. 18, Decreto Estadual 18.728 de 27.02.2014, conforme Parecer nº 275/2026/IPEM-CI de 20 de outubro de 2026.

ALINE TOPPAN SUSSAI
Coord. Adm. e Financeira - IPEM/RO (em substituição)
Assinado Digitalmente

ACOLHO E DECIDO:
HOMOLOGAR a presente prestação de contas; determinando ao Núcleo de Diárias e Suprimentos que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário do(s) favorecido(s)ADÃO FÉLIX DOS SANTOS DUARTE E GUSTAVO COUTO

BERNARDINO no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF. PUBLIQUE-SE, nos termos do Decreto Estadual nº 17.145, de 1º de outubro

MARCELO SILVA DOS SANTOS
Presidente - IPEM/RO
Assinado Digitalmente

Protocolo 77839836

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

Portaria nº 1751 de 21 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, e Portaria de delegação n. 1289, de 14 de agosto de 2026, Diof/RO n. 160 de 19/8/2026, e conforme Processo n. 0010.030935/2026-49;

Resolve:

Art. 1º **Conceder** licença parcial remunerada para frequentar Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direito, à servidora **EMANUELA VERAS RAMOS KLEIN**, Agente de Trânsito Operacional, matrícula n. ******874, pertencente ao Quadro de Pessoal deste Departamento Estadual de Trânsito - Detran/RO, com fundamento no art. 132 da Lei complementar n. 68/1992.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, a referida licença se dará durante o período de 11/9/2026 a 19/6/2027, sendo restrita impreterivelmente aos dias letivos com frequência presencial compulsória fixados no calendário acadêmico da instituição formadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

FRANCISCO LAERTE DE FREITAS JUNIOR
Diretor-Geral Adjunto

Protocolo 77866613

ERRATA

Na Portaria n. 1741, de 20 de outubro de 2026 (77823545), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia/Diof, n. 202 em 20/10/2026, procede-se a seguinte correção:

Onde se lê:

...no período de 1**9**/8/2026 a 14/2/2027...

Leia-se:

...no período de **5/10/2026 a 2/4/2027**...

Porto Velho, 21 de outubro de 2026.

FRANCISCO LAERTE DE FREITAS JUNIOR
Diretor-Geral Adjunto

Protocolo 77873583

Portaria nº 1753 de 21 de outubro de 2026

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos;

Considerando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 0010.019043/2025-14;

Resolve:

Art. 1º **Arquivar** os autos no Cartório da Corregedoria, em observância aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da eficiência administrativa e da finalidade pública.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS
Diretor-Geral

Protocolo 77883262

Portaria nº 1749 de 21 de outubro de 2026

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RONDÔNIA – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 1.209, de 18 de dezembro de 2023, art. 16 e seus incisos;

Considerando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo n. 0010.036700/2025-80;

Considerando a Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal: "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

Resolve:

Art. 1º **Retornar** a propriedade e o registro do veículo de placa HAI3**8 para A.M.S.F., portador do CPF n. 493.***.***-68.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS
Diretor-Geral

Protocolo 77865615

ENTIDADE AUTÁRQUICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Portaria nº 1075 de 08 de outubro de 2026

O Diretor Presidente da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER-RO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos Art. 6 e 7 do Decreto nº 22911 de 07/06/2018, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia, Edição nº 103, e Decreto de nomeação de 02.07.2026, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia ed. suplementar nº 126 de 02.07.2026;

Considerando Processo SEI nº 0011.007959/2026-94;

Considerando a Portaria nº 964 de 02 de setembro de 2026

Resolve:

Art.1º. **Retificar** os termos da Portaria nº 964 de 02 de setembro de 2026, que concedeu a Folga Compensatória, da servidora **GESSICA TAMILA DIAS DE SOUZA SALDANHA**, ocupante do Cargo de Direção Superior-CDS, Assessor II, da Casa Civil, lotada na EMATER-RO - Escritório Local de Urupá.

Onde se lê: folga compensatória, no dia 25 de setembro de 2026.

Leia-se: **Folga Compensatória, no dia 30 de setembro de 2026.**

Alessandro Pedralli da Silva
Diretor Presidente

Protocolo 77470072

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.007689/2026-11 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor dos servidor Alessandro Pedralli da Silva R$ 2.180,50 e Jose de Arimateia da Silva R$ 1.869,00 no período de 02 a 05/09/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Carlos Magno Ramos - Vice-Presidente.

Protocolo 77893751

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.008840/2026-39 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor das servidoras Nayara Soares de Oliveira, Gracilda Moronha Mercado e Edivania Ramos da CostaR$ 222,50 cada no período de 21 a 25/09/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente.

Protocolo 77897492

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.008305/2026-88 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

do servidor OSCAR GONZALO MIRANDA CALDAS R$ 667,50 no período de 10 e 11/09/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77925652

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.008275/2026-18 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor do servidor FERNANDO PEREIRA MATOS R$ 222,50 no período de 31/08/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77761163

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 0011.008609/2026-45 - A Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO, pelo presente instrumento, reconhece e homologa a prestação de contas de Diárias em favor da servidora Silvana Arnez de Castro Freitas R$ 222,50 no período de 14/09/2026, de acordo com o Decreto nº 18.728, de 27 de Março de 2014. Alessandro Pedralli da Silva - Presidente

Protocolo 77926178

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPERON

RETIFICAÇÃO DE ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 359 DE 15/10/2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante nos autos nº 0029.057865/2024-13.

RESOLVEM:

1 - Retificar o **Ato Concessório de Aposentadoria nº 498 de 13/06/2023,** publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 122, de 30/06/2023, que trata da concessão de aposentadoria ao servidor **JOÃO NEREU DE MEDEIROS**, inscrito no CPF sob o nº **xxx.508.659-xx**, ocupante do cargo de **Professor**, nível/classe **C**, referência **09**, matrícula nº **xxxxxx541**, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, para fins de correção da referência funcional, conforme **Portaria nº 12.168 de 04 de novembro de 2024**, publicada no **Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 210, de 07/11/2024** e **Decisão nº 2451/2026/IPERON-PRES.**

ONDE SE LÊ:

[...] referência **09**[...]

LEIA-SE:

[...] referência **10**[...]

2 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **30 de junho de 2023**.

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 77675707

RETIFICAÇÃO DE ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 363 DE 20/10/2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0049.012216/2023-66.

RESOLVEM:

1 - Retificar o **Ato Concessório de Aposentadoria nº 165 de 11/05/2026,** publicado no **Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 90, de 12/05/2026,** referente à concessão de aposentadoria da servidora MARIA DO

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

CARMO DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº xxx.036.232-xx, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, classe C, referência **11**, matrícula **xxxxxx**007, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde - Sesau, para fins de adequação da fundamentação jurídica, conforme Decisão Monocrática nº 0092/2026-GABFJFS.

ONDE SE LÊ:

[...] com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, segunda parte, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, artigo 20, § 9º, da Lei Complementar Estadual nº 432/2008; art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021[...]

LEIA-SE:

[...] com fundamentos no **artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, artigo 4º da Emenda à Constituição Estadual nº 146/2021,** art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e artigo 20, § 9º, da Lei Complementar Estadual nº 432/2008 [...]

3 - Este Ato entra em vigor na **data de sua publicação**, com efeitos retroativos a contar de **12/05/2026.**

Marcos José Rocha dos Santos

Governador do Estado

Tiago Cordeiro Nogueira

Presidente do Iperon

Protocolo 77808611

RETIFICAÇÃO DE ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 364 DE 20/10/2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0029.243258/2020-32.

RESOLVEM:

1 - Retificar o **Ato Concessório de Aposentadoria nº 45 de 17/01/2023,** publicado no **Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 20, em 31/01/2023**, referente à concessão de aposentadoria da servidora **ZENILDA PEREIRA MARTINS DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **Professor**, classe C, referência **08,** matrícula **xxxxxx500**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, para fins de adequação da fundamentação jurídica, conforme **Decisão nº 2724/2026/IPERON-PRES.**

ONDE SE LÊ:

[...]"1 – Conceder aposentadoria de Professor com proventos integrais (integralidade das médias) e sem paridade a servidora **ZENILDA PEREIRA MARTINS DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **Professor,** classe **C,** referência **08,** matrícula **nº xxxxxx500,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, com base na **alínea "a", inciso III, §§ 1º e 5° do artigo 40 da Constituição Federal, c/c o artigo 24, 45 e 62, da Lei Complementar nº 432/2008.**

2 – O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, efetivará a recomposição do provento da aposentadoria, na mesma data e proporção do Regime Geral de Previdência Social – RGPS."**[...]**

LEIA-SE:

[...]" 1 – Conceder **aposentadoria especial de professor** com proventos integrais (cálculo por integralidade) e com paridade, à servidora **ZENILDA PEREIRA MARTINS DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob o nº **xxx.643.032**-xx, ocupante do cargo de **Professor,** nível/classe **C,** referência **08,** matrícula **nº xxxxxx500,** com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da **Secretaria de Estado da Educação - Seduc**, com fundamento no **artigo 40, § 1°, inciso III, segunda parte, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021, artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar Estadual nº 432/2008,** em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado em **5/8/2026**, nos autos nº 7004168-82.2024.8.22.0005**.**

2 - Os reajustes serão revistos na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade."**[...]**

2 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a **23/2/2023**, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado em 5/8/2026, nos autos **nº 7004168-82.2024.8.22.0005.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 77839004

RETIFICAÇÃO DE ATO CONCESSÓRIO DE APOSENTADORIA Nº 361 DE 19/10/2026

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0050.004544/2023-50.

RESOLVEM:

1 - Retificar o **Ato Concessório de Aposentadoria nº 153 de 22/04/2026,** publicado no **Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 84, em 04/05/2026**, referente à concessão de aposentadoria da servidora **JUSSARA CHAVES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº **xxx.815.4271**-xx, ocupante do cargo de **Técnico em Enfermagem**, classe C, referência **10,** matrícula xxxxxx018, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde - Sesau, para fins de adequação da fundamentação jurídica, conforme **Decisão Monocrática n**. 0140/2026-GABFJFS**.**

ONDE SE LÊ:

[...]"artigo 40, § 1º, inciso III, segunda parte, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019; artigo 250, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021; artigos 27, inciso II e 30, da Lei Complementar Estadual nº 1.100/2021."[...]

LEIA-SE:

[...]"**artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/19, artigo 250, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021, artigos 27, inciso II e 30, da Lei Complementar Estadual nº 1.100/2021.**"[...]

2 - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **01/05/2026.**

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 77789353

RETIFICAÇÃO DE ATO CONCESSÓRIO DE PENSÃO

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON E O DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.003988/2026-37.

RESOLVEM:

1 - Retificar o **Ato Concessório de Pensão nº 128, de 31/10/2022,** publicado no **Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 209, de 31/10/2022**, que trata da concessão de pensão aos beneficiários da servidora ativa **ANGELA CRISTINA DA SILVA AZEVEDO**, inscrita no CPF sob nº **xxx.125.202-xx**, falecida em **28/05/2022,** ocupante do cargo de **Zelador**, referência MP-NA-08, cadastro nº **xxx40-0**, pertencente ao quadro de pessoal do **Ministério Público do Estado de Rondônia - MPRO,** para fins de adequação de cota, em conformidade com a **Decisão nº 2740/2026/IPERON-PRES.**

ONDE SE LÊ:

a) Pensão Mensal Vitalícia a **LEANDRO PEREIRA DE AZEVEDO (cônjuge)**, no percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento), do valor da pensão, com efeitos a contar da data do óbito, **28/05/2022.**

b) Pensão Mensal Temporário a **JOÃO LUCAS DA SILVA AZEVEDO (filho)**, representado por seu genitor **LEANDRO PEREIRA DE AZEVEDO,** no percentual correspondente a 50% (cinquenta por cento), do valor da pensão, com efeitos a contar da data do óbito, **28/05/2022.**

LEIA-SE:

a) Pensão **Vitalícia** a **LEANDRO PEREIRA DE AZEVEDO (cônjuge)**, correspondente a 50% (cinquenta por cento) no período de **28/05/2022 a 10/06/2026**; e **100%** (cem por cento) a contar de **11/06/2026.**

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

b) Pensão **Temporário** a **JOÃO LUCAS DA SILVA AZEVEDO (filho)**, correspondente a 50% (cinquenta por cento) no período de **28/05/2022 a 10/06/2026,** cessada em decorrência de **emancipação civil em 11 de junho de 2026.**

3 - Este Ato entra em vigor a contar da **data de sua publicação.**

Elton Parente de Oliveira
Diretor de Previdência do Iperon
Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

Protocolo 77791517

Portaria nº 807 de 22 de outubro de 2026

O **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Portaria nº 726, de 19 de agosto de 2025, publicada no DOE/RO nº 157 de 20 de agosto de 2025.

Considerando as atribuições definidas no Artigo 94 da Lei Complementar n.° 1.100 de 18/10/2021;

Considerando o teor do Processo n° 0016.006756/2026-31;

Considerando o teor da Solicitação e Autorização - Solicitação 239317 (77918799);

RESOLVE:

Art. 1º **AUTORIZAR** a viagem dos servidores abaixo relacionados ao município de **Presidente Médici,** para realização de Estudo Social.

NOME	MATRÍCULA	CARGO
Alcy Santana Monteiro	******230	Motorista
Jean Cláudio Silva Santos	******754	Analista Legislativo - Assistente Social

Art. 2º **CONCEDER** o pagamento de **3,5 (três e meia) diárias**, referente ao período de **03 a 06 de novembro de 2026**, para os servidores acima identificados.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA
Presidente do Iperon

Protocolo 77919811

RATIFICAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei Complementar nº 1.100, publicada no DOE nº 207.1, de 18/10/2021.

CONSIDERANDO o constante no processo nº 0016.002297/2024-54.

RESOLVE:

1 - Ratificar a **Portaria nº 313/SPGJ ADM, de 10 de junho de 2024**, **publicada no** Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia **nº 109, de 14/06/2024**, alterada pela **Portaria nº 507/SPGJ ADM, de 29 de julho de 2026, publicada no** Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia **nº 139, de 31/07/2026**, que concedeu **pensão por morte** aos beneficiários da servidora inativa **Rita Maria Lima Moncks**, falecida em **18/01/2024**, inscrita no CPF sob nº **xxx.370.422-xx**, ocupante do cargo de **Procurador de Justiça**, nível **MP-MEM**, padrão **05**, matrícula nº **xxx21**, pertencente ao quadro de pessoal permanente do **Ministério Público do Estado de Rondônia - MPRO**, nos seguintes termos:

a) em **caráter vitalício**, a **VILSO DOS SANTOS RODRIGUES (companheiro),** inscrito no CPF sob o nº **xxx.148.912-xx,** no **percentual de 100%**, no período de **18/1/2024 a 31/8/2025**; e no **percentual de 50%, a contar de 1º/9/2025**, nos termos do artigo 40, §7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; combinado com o artigo 10, inciso I; artigo 30, inciso I; artigo 31, §1º; artigo 32, inciso I, alínea "a", e §1º; artigo 33; artigo 34, inciso I, e §2º; e artigo 38, todos da Lei Complementar Estadual nº 432/2008, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 949/2017 e artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021;

b) em **caráter temporário**, a **SILVIA MONCKS GARCIA (fillha),** inscrita no CPF sob o nº **xxx.138.620-xx,** por meio de sua curadora, **CECÍLIA MONCKS ANDRADE GARCIA COELHO**, inscrita no CPF sob o nº **xxx.809.482-xx**, no **percentual de 50% (cota parcial), a contar de 1º/9/2025,** nos termos do artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição

Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o artigo 10, inciso I; artigo 30, inciso I; artigo 31, § 2º; artigo 32, inciso II, alínea "a", e § 1º; artigo 33; artigo 34, incisos I a III, e § 2º; e artigo 38, todos da Lei Complementar Estadual nº 432/2008, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 949/2017, artigo 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 146/2021.

2 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à publicação da **Portaria nº 313/SPGJ ADM, de 10 de junho de 2024**, **publicada no** Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia **nº 109, de 14/06/2024.**

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Presidente do Iperon

Protocolo 77233871

Portaria nº 798 de 16 de outubro de 2026

O **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 600, de 14 de julho de 2025, publicada no DOE/RO n. 139, de 25 de julho de 2025;

Considerando o teor do Processo SEI n. 0016.006745/2026-51;

RESOLVE:

Art. 1º **REMARCAR** o período de férias da servidora **CIBELY DOS SANTOS LEITE**, matrícula n.º ***223, CPF n. ***.870.412-**, ocupante do cargo de Gerente X, lotada no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, referente ao exercício de 2026, anteriormente fixado para o período de **15/6/2026 a 17/6/2026**, para o período de **3/11/2026 a 5/11/2026.**

DELNER DO CARMO AZEVEDO

Diretor de Administração e Finanças do Iperon

Protocolo 77742211

Portaria nº 806 de 21 de outubro de 2026

O **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 600, de 14 de julho de 2025, publicada no DOE/RO n. 139, de 25 de julho de 2025;

Considerando o teor do Processo SEI n. 0016.000449/2026-46;

RESOLVE:

Art. 1º **CONVALIDAR A DESIGNAÇÃO**, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n. 68, de 9 de dezembro de 1992, da servidora **INGRID DE CASTRO RODRIGUES**, matrícula n. ******502**, CPF n. ***.**325.452**-**, ocupante do cargo de **Assessor Técnico**, para responder pelo expediente da **Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica**, em substituição temporária ao servidor **RAFAEL FERREIRA LOPES**, matrícula n. ******982**, CPF n. ***.**497.412**-**, ocupante do cargo de Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica, no período de **19 a 20/10/2026**, em razão de licença médica do servidor titular.

DELNER DO CARMO AZEVEDO

Diretor de Administração e Finanças do Iperon

Protocolo 77889832

Portaria nº 796 de 16 de outubro de 2026

O **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 600, de 14 de julho de 2025, publicada no DOE/RO n. 139, de 25 de julho de 2025;

Considerando o teor do Processo SEI n.0016.007002/2026-06;

RESOLVE:

Art. 1º **REMARCAR** o período de férias da servidora **CAMILA REIS LUZ DE FREITAS**, matrícula n. ******769, CPF n. ***.380.062-**, ocupante do cargo de Assessor V, lotada no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, referente ao exercício de 2026, anteriormente fixado para o período de **20/10/2026 a 29/10/2026**, para o período de **04/11/2026 a 13/11/2026.**

DELNER DO CARMO AZEVEDO

Diretor de Administração e Finanças do Iperon

Protocolo 77741282

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Portaria nº 793 de 16 de outubro de 2026

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 600, de 14 de julho de 2025, publicada no DOE/RO n. 139, de 25 de julho de 2025;

Considerando o teor do Processo SEI n. 0016.004465/2026-16;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR**, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n. 68, de 9 de dezembro de 1992, a servidora **ANDRESSA ROBERTA SOARES BASTOS**, matrícula n. ******439**, CPF n. ***.**721.662**-**, ocupante do cargo de Analista em Previdência - Auditor, para responder pelo expediente da Auditoria Interna, em substituição temporária ao servidor **ELDENI TIMBÓ PASSOS**, matrícula n. ******934**, CPF n. ***.**507.912**-**, ocupante do cargo de **Auditor Geral,** no período de **4 a 13/11/2026**, em razão do afastamento do titular por motivo de férias.

DELNER DO CARMO AZEVEDO

Diretor de Administração e Finanças do Iperon

Protocolo 77739728

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE RONDÔNIA - AGERO

Portaria nº 85 de 14 de outubro de 2026

A DIRETORA PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - AGERO, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Complementar nº 826 de 09 de julho de 2015.

Considerando o que consta nos autos do processo nº 0001.001894/2025-10;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONVERTER** 10 (dez) dias de férias em pecúnia a servidora JÉSSICA MARTINS DE LIMA GRIMALDI, matrícula: ******333, ocupante do cargo de Assessor V, lotada nesta AGERO, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, interrompido no período de **07/07/2025** a **16/07/2025**, conforme Portaria de férias nº 39 de 30 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS

Diretora Presidente

Decreto 24021/2023 (0042689157)

Protocolo 77625775

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA – AGERO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na Sala de Reuniões da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, sob a presidência da Diretora-Presidente, Sra. SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS, com a presença do Diretor de Administração, Finanças e Planejamento, Sr. KENNY ABIORANA DURAN; do Diretor de Regulação Econômica e Tarifária, Sr. NEIL ALDRIN FARIA GONZAGA; do Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços, Sr. AZIZ RAHAL NETO; e do Ouvidor, Sr. VINÍCIUS DOS SANTOS FIGUEIREDO. Aberta a reunião, a Senhora Presidente submeteu à apreciação da Diretoria Colegiada o Processo SEI nº 0014.002919/2026-26, referente às providências necessárias à implementação da gratuidade do transporte público coletivo intermunicipal de passageiros durante as Eleições de 2026, em observância às determinações decorrentes da ADPF nº 1.013/DF e do art. 23 da Resolução-TSE nº 23.751/2026. A Diretoria de Normatização e Fiscalização de Serviços – DNFS apresentou a minuta de Resolução destinada a estabelecer os procedimentos operacionais para a implementação da gratuidade, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros regulados e fiscalizados pela AGERO. Durante a apreciação da matéria, foram analisados o período de aplicação da gratuidade, as modalidades e linhas abrangidas, as condições de

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

acesso ao benefício, a manutenção da oferta adequada dos serviços, os mecanismos de controle e comprovação dos passageiros transportados e as atribuições da AGERO na fiscalização da medida. Considerando a realização do segundo turno das Eleições de 2026, ficou estabelecida a adequação da minuta de Resolução para aplicação no período de 24 a 26 de outubro de 2026, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes. Quanto à operação dos serviços no dia 25 de outubro de 2026, deliberou-se pela adoção de horários e frequências compatíveis com os dias úteis, tendo como referência o quadro operacional das segundas-feiras, sem prejuízo do reforço da oferta de viagens conforme a demanda. No que se refere aos mecanismos de controle e comprovação, ficou consignado que os operadores deverão registrar os passageiros transportados gratuitamente, mediante emissão dos respectivos bilhetes de passagem e apresentação da documentação comprobatória exigida pela regulamentação. A apuração dos quantitativos de passageiros efetivamente transportados e dos valores correspondentes será realizada após a prestação dos serviços, com base nos registros apresentados pelos operadores, sujeitos à análise e fiscalização da AGERO. A Diretoria Colegiada ressaltou que a atuação da AGERO se restringe às suas competências legais de regulação, normatização e fiscalização dos serviços públicos delegados, não constituindo a aprovação da Resolução autorização de despesa, reconhecimento automático de obrigação financeira ou compromisso de ressarcimento aos operadores. Quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, ficou consignado que a definição da fonte de recursos e as providências relacionadas ao eventual custeio ou ressarcimento dos serviços competem aos órgãos estaduais responsáveis, especialmente à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN e à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, observadas suas respectivas atribuições legais. Encerradas as discussões, a Diretoria Colegiada deliberou, por unanimidade, pela aprovação da minuta de Resolução constante do Processo SEI nº 0014.002919/2026-26, com os ajustes necessários à sua aplicação no segundo turno das Eleições de 2026, observadas as competências legais e institucionais da AGERO. Em decorrência da deliberação, ficaram estabelecidas as seguintes providências: Conferir a versão final da minuta de Resolução, assegurando sua conformidade com as deliberações da Diretoria Colegiada. Assegurar os mecanismos de controle, registro e comprovação dos passageiros transportados gratuitamente, bem como a apuração dos valores correspondentes após a efetiva prestação dos serviços. Manter expressa a ressalva de que a atuação regulatória e fiscalizatória da AGERO não implica autorização de despesa ou reconhecimento automático de obrigação financeira. Encaminhar a matéria à SEFIN e à SEPOG para conhecimento, análise e adoção das providências pertinentes aos aspectos orçamentários e financeiros, no âmbito de suas competências. Promover a comunicação aos operadores dos serviços de transporte intermunicipal e ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, bem como a divulgação das condições de acesso à gratuidade aos usuários. Adotar as providências necessárias à formalização, assinatura e publicação da Resolução em tempo hábil, assegurando sua aplicação no segundo turno das Eleições de 2026. A Diretoria Colegiada reafirmou a necessidade de observância das competências institucionais da AGERO e da atuação coordenada dos órgãos estaduais envolvidos, visando ao cumprimento das determinações eleitorais e à adequada prestação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, VINÍCIUS DOS SANTOS FIGUEIREDO, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelos membros presentes.

SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS
Diretora - Presidente
KENNY ABIORANA DURAN
Diretor de Administração, Finanças e Planejamento
AZIZ RAHAL NETO
Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços
NEIL ALDRIN FARIA GONZAGA
Diretor de Regulação Econômica e Tarifária

Protocolo 77917643

Resolução N. 112/2026/AGERO-PRES

Dispõe sobre os procedimentos operacionais para assegurar a gratuidade do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia nos dias de votação das Eleições de 2026, estabelece obrigações aos operadores, inclusive a adoção do quadro de horários de segunda-feira, e disciplina os mecanismos de controle, comprovação e apuração dos passageiros transportados gratuitamente.

A **DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - AGERO**, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pela Lei

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Complementar Estadual nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, e pela Lei Complementar Estadual nº 826, de 9 de julho de 2015, e tendo em vista as demais disposições da legislação estadual aplicável,

CONSIDERANDO o art. 23 da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.751/2026, que determina a adoção de providências pelo poder público para assegurar a oferta gratuita de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal, inclusive metropolitano, nos dias de votação, com frequência compatível com a praticada nos dias úteis;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1.013/DF, quanto ao dever do poder público de assegurar a gratuidade do transporte público coletivo nos dias de votação;

CONSIDERANDO o Parecer nº 39/2026/PGE-AGERO, que reconhece o dever jurídico do Estado de Rondônia de assegurar a gratuidade do transporte coletivo intermunicipal sob sua gestão nos dias de votação, com frequência compatível com a dos dias úteis;

CONSIDERANDO que o referido parecer recomenda a edição de ato regulatório da AGERO com as regras operacionais, inclusive as linhas abrangidas e o registro dos passageiros transportados, admitindo sua edição com fundamento direto na decisão do Supremo Tribunal Federal e na Resolução TSE nº 23.751/2026, caso o decreto do Governador não possa ser publicado a tempo;

CONSIDERANDO que, até a presente data, não foi editado decreto do Chefe do Poder Executivo sobre a matéria, e que a definição da forma de ressarcimento e dos recursos correspondentes compete à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e à Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN);

CONSIDERANDO que a frequência compatível com a dos dias úteis exige que os operadores adotem, nos dias de votação, o quadro de horários praticado às segundas-feiras;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos eleitores o acesso aos locais de votação e de estabelecer procedimentos para a identificação das linhas abrangidas, dos operadores responsáveis, dos itinerários, dos horários e das frequências, bem como para o registro e a comprovação dos passageiros transportados gratuitamente; e

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar informações operacionais e estimativas de impacto financeiro para subsidiar a atuação dos órgãos estaduais competentes, observadas as respectivas atribuições orçamentárias e financeiras;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução, editada com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 1.013/DF e no art. 23 da Resolução TSE nº 23.751/2026, estabelece os procedimentos operacionais e de fiscalização destinados a assegurar a gratuidade do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros por ocasião do segundo turno das Eleições de 2026, observadas a legislação aplicável, as determinações da Justiça Eleitoral e o Parecer nº 39/2026/PGE-AGERO.

Art. 2º A gratuidade será assegurada por ocasião do segundo turno das Eleições de 2026, cuja votação ocorrerá no dia 25 de outubro de 2026.

§ 1º A gratuidade vigorará das 00h do dia 24 de outubro de 2026 até as 23h59 do dia 26 de outubro de 2026, horário local, de modo a assegurar os deslocamentos de ida ao local de votação e de retorno ao município de residência, consideradas as distâncias entre os municípios do Estado de Rondônia e os horários disponíveis para a realização das viagens.

§ 2º A gratuidade abrangerá os serviços regulares de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e semiurbano de passageiros sob a competência da AGERO, na modalidade comum ou convencional ou, na ausência destas, na modalidade imediatamente subsequente, excluídos os serviços executivos, leito e similares.

§ 3º Não se incluem na gratuidade os serviços de fretamento, turismo e transporte remunerado privado individual de passageiros.

§ 4º A AGERO identificará as linhas e os operadores abrangidos a partir dos registros administrativos, das autorizações vigentes e das informações operacionais disponíveis, e divulgará a relação em seu sítio eletrônico.

§ 5º A gratuidade prevista nesta Resolução não prejudica a aplicação de outras gratuidades asseguradas pela legislação vigente, devendo ser observadas as disposições específicas relativas a cada benefício.

Art. 3º O acesso à gratuidade será assegurado ao eleitor mediante a apresentação de documento oficial de identificação com foto e de documento físico ou digital que comprove seu local de votação, emitido ou disponibilizado pela Justiça Eleitoral, inclusive o título de eleitor ou o aplicativo e-Título, tanto no momento da aquisição do bilhete quanto no momento do embarque.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

§ 1º A gratuidade abrangerá o deslocamento de ida ao município em que se encontra o local de votação do eleitor e o respectivo retorno ao município de origem, mediante apresentação da documentação prevista no caput.

§ 2º O operador deverá conferir a documentação apresentada e registrar no bilhete gratuito o município do local de votação, vedadas a retenção e a reprodução dos documentos pessoais do eleitor.

§ 3º A ausência do título de eleitor físico não impedirá o acesso à gratuidade, desde que o eleitor apresente documento oficial de identificação com foto e outro meio idôneo, físico ou digital, que permita comprovar o seu local de votação.

§ 4º É vedada a exigência de documentos ou procedimentos adicionais aos previstos neste artigo, bem como a recusa de embarque do eleitor que atenda aos requisitos estabelecidos, ressalvadas as situações devidamente justificadas e observadas as determinações da Justiça Eleitoral.

§ 5º O bilhete gratuito deverá permitir a identificação da linha, da viagem, da data e do horário, bem como a contabilização dos passageiros transportados gratuitamente.

§ 6º Os registros deverão limitar-se às informações necessárias à execução, ao controle e à fiscalização da gratuidade, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

§ 7º A ausência de sistema de bilhetagem eletrônica não dispensará o operador de manter registros idôneos da prestação do serviço e da quantidade de passageiros transportados gratuitamente.

CAPÍTULO II – DO QUADRO DE HORÁRIOS E DA OFERTA DO SERVIÇO

Art. 4º Nos dias de votação e no período previsto no art. 2º, § 1º, os operadores deverão adotar, em cada linha, o quadro de horários, itinerários e frequências praticado às segundas-feiras, nos horários correspondentes ao período de votação.

§ 1º Serão mantidos todos os horários, seções, pontos de parada e itinerários do quadro de segunda-feira vigente, vedadas a supressão, a redução ou a antecipação injustificada de viagens e a alteração do itinerário autorizado.

§ 2º A linha que não tenha viagens às segundas-feiras adotará o quadro do dia útil de maior oferta ou aquele que a AGERO indicar.

§ 3º Os operadores deverão dimensionar frota e tripulação para a demanda prevista e poderão realizar viagens extras de reforço, comunicadas previamente à AGERO.

§ 4º A AGERO poderá determinar o reforço da oferta em linhas com demanda superior à capacidade programada.

§ 5º A impossibilidade de cumprir viagem programada, por caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada à AGERO em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da ocorrência, mediante apresentação de justificativa e dos documentos comprobatórios disponíveis.

Art. 5º Os operadores deverão apresentar à AGERO, até 3 (três) dias corridos antes de cada dia de votação, o quadro de horários de segunda-feira de cada linha, com os respectivos itinerários, frequências, veículos previstos e tarifas vigentes.

Parágrafo único. A AGERO poderá solicitar informações complementares e determinar ajustes.

CAPÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES DOS OPERADORES

Art. 6º Os operadores deverão:

I – assegurar o transporte gratuito aos passageiros abrangidos, nos dias e períodos estabelecidos no art. 2º, sem cobrança de qualquer valor referente à passagem;

II – cumprir o quadro de horários de que trata o art. 4º;

III – divulgar previamente linhas, itinerários, horários e condições de acesso, em terminais, pontos de venda, veículos e canais eletrônicos;

IV – emitir bilhete de passagem para cada deslocamento gratuito, com valor zerado e identificação "Gratuidade – Eleições 2026", indicando a tarifa de referência;

V – registrar os passageiros transportados gratuitamente, por linha, viagem, data e horário;

VI – manter os registros de bilhetagem, mapas de viagem e relatórios operacionais que comprovem a prestação do serviço;

VII – encaminhar à AGERO as informações e documentos necessários à fiscalização e à apuração;

VIII – comunicar as ocorrências que comprometam as viagens programadas; e

IX – permitir e facilitar a fiscalização.

CAPÍTULO IV – DO REGISTRO E DA COMPROVAÇÃO

Art. 7º A comprovação dos passageiros transportados gratuitamente será feita por documentação que identifique, no mínimo:

I – o operador responsável;

II – a linha e o itinerário realizados;

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

III – a data e o horário da viagem;

IV – o veículo utilizado, quando disponível;

V – a quantidade de passageiros transportados gratuitamente;

VI – a tarifa pública vigente; e

VII – os bilhetes emitidos com a indicação da gratuidade ou outros registros equivalentes.

§ 1º Poderão ser utilizados relatórios de bilhetagem eletrônica, registros de emissão, mapas de viagem, listas de passageiros e outros documentos idôneos.

§ 2º A documentação deverá permitir a conferência dos dados e a identificação de duplicidades ou inconsistências em relação às viagens realizadas.

§ 3º O tratamento de dados pessoais observará os princípios da finalidade, da adequação e da necessidade.

Art. 8º Os operadores encaminharão à AGERO, em até 5 (cinco) dias úteis após cada dia de votação, relatório consolidado dos passageiros transportados gratuitamente, acompanhado dos documentos comprobatórios e, havendo pretensão de ressarcimento, da respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. A AGERO definirá o formato e os procedimentos de apresentação.

CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO

Art. 9º A AGERO fiscalizará o cumprimento desta Resolução, inclusive in loco, em terminais, pontos de parada e rodovias, verificando o cumprimento do quadro de horários, a emissão dos bilhetes e a ausência de cobrança.

Art. 10º O descumprimento desta Resolução, em especial a supressão injustificada de viagens, a cobrança indevida de valores e a omissão ou o fornecimento intempestivo de informações exigidas pela fiscalização, sujeitará o operador às penalidades previstas na Lei Complementar Estadual nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, especialmente em seu art. 77, inciso II, alíneas "a", "b" e "e", conforme o enquadramento da conduta, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VI – DA ESTIMATIVA DA DEMANDA E DA APURAÇÃO DOS VALORES

Art. 11º Para estimar a demanda e o impacto financeiro, poderão ser utilizados dados históricos de demanda, viagens programadas, capacidade dos veículos, registros de passageiros e tarifas vigentes, com a indicação das premissas, dos critérios e das limitações da metodologia.

Art. 12º A apuração preliminar dos valores poderá considerar a quantidade de passageiros comprovada e a tarifa aplicável, observados os critérios de cálculo e o modelo de custeio definidos pelos órgãos competentes.

§ 1º A apuração tem finalidade técnica e instrutória e não implica reconhecimento automático de direito a ressarcimento.

§ 2º Eventuais valores devidos dependerão da validação dos dados, dos critérios aplicáveis, de fundamento jurídico, de instrumento administrativo adequado e das exigências orçamentárias e financeiras.

Art. 13º A AGERO consolidará as informações operacionais e as estimativas, distinguindo os valores estimados dos efetivamente apurados após a conferência, e as encaminhará aos órgãos estaduais competentes para as providências orçamentárias, financeiras e administrativas cabíveis.

CAPÍTULO VII – DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Art. 14º Compete à AGERO, no âmbito de suas atribuições legais:

I – identificar e consolidar as linhas e os operadores abrangidos;

II – estabelecer os procedimentos operacionais e de fiscalização;

III – receber, conferir e aprovar os quadros de horários de que trata o art. 5º;

IV – receber e conferir os registros dos operadores;

V – acompanhar a execução dos serviços e fiscalizar o cumprimento desta Resolução;

VI – elaborar estimativas de demanda e de impacto financeiro;

VII – produzir manifestação técnica sobre os dados e os valores preliminarmente apurados; e

VIII – encaminhar as informações aos órgãos estaduais competentes.

Art. 15º A dotação orçamentária, a classificação da despesa, a fonte de recursos, a disponibilidade financeira e a unidade responsável por eventual ressarcimento dependerão de manifestação dos órgãos estaduais competentes, especialmente da SEPOG e da SEFIN, conforme suas atribuições.

Art. 16º O pagamento de valores aos operadores, quando juridicamente cabível, dependerá de fundamento legal, critérios de cálculo, disponibilidade orçamentária e financeira, instrumento jurídico-administrativo adequado, comprovação da prestação do serviço e regular liquidação da despesa.

Parágrafo único. Esta Resolução, isoladamente, não constitui autorização de despesa nem reconhecimento de obrigação financeira. Fica ressalvado o direito dos operadores à análise da recomposição do equilíbrio econômico-

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

financeiro, a ser apreciada pelos órgãos estaduais competentes, mediante comprovação dos dados de que trata o Capítulo IV.

CAPÍTULO VIII – DA DIVULGAÇÃO E DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 17º A AGERO divulgará imediatamente à população informação objetiva sobre linhas, horários, período e forma de acesso à gratuidade, sem elementos de publicidade institucional ou de promoção pessoal de agentes públicos.

Parágrafo único. A comunicação institucional observará os princípios da legalidade, da impessoalidade e da publicidade administrativa.

Art. 18º A AGERO comunicará imediatamente ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia os itinerários, as modalidades e os horários abrangidos por esta Resolução, nos termos do art. 5º.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º Os casos omissos serão examinados pela AGERO, observadas as suas competências, as atribuições dos demais órgãos estaduais e as determinações da Justiça Eleitoral.

Art. 20º A aplicação desta Resolução observará as providências administrativas constantes do Parecer nº 39/2026/PGE-AGERO, inclusive quanto à articulação com o Poder Executivo estadual e à definição dos aspectos orçamentários e financeiros pelos órgãos competentes.

Art. 21º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos dias de votação previstos no art. 2º.

SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS
Diretora Presidente
Decreto 24021/2023 (0042689157)

Protocolo 77918189

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD

EXTRATO

CONTRATO Nº 029/2026/CAERD (id 77837222**)**
PROC. SEI RO Nº 0003.005126/2026-98
CONTRATANTE: CAERD
CONTRATADA: RECHE GALDEANO & CIA LTDA
OBJETO: A contratação de empresa especializada na locação de veículos utilitários de pequeno porte, sem motorista, destinados exclusivamente ao atendimento das demandas administrativas e operacionais essenciais da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD, conforme especificações e condições gerais contidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 180 dias
VALOR: R$ 1.025.442,00
ELEMENTO DE DESPESA: 413.101.308 – Locação de veículos e outros bens
ASSINAM: NESTOR BORRALHO RIBEIRO NETO, Diretor Financeiro/CAERD
TIAGO FERNANDES LIMA DA SILVA, Diretor Técnico e Operacional/CAERD
ELIZETH AFONSO DE MESQUITA, Diretora Admin. e Comercial Interina/CAERD
CLEVERSON B. SILVA, Diretor-Presidente/CAERD
DAVI TAVARES DE MELO BRANDT CRUZ, Representante Legal/RECHE GALDEANO & CIA LTDA

Porto Velho, data e hora pelo sistema.

CLEVERSON BRANCALHÃO DA SILVA
Diretor-Presidente

Protocolo 77872081

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026 – SUPEL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/SEMOSP/2026
CONVÊNIO Nº 622/2025/PGE/DER

A Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO, por intermédio da Superintendência de Licitação – SUPEL e seu Agente de Contratação, comunica aos interessados a SUSPENSÃO da Concorrência Eletrônica nº 04/2026, cujo objeto consiste na recuperação de estradas vicinais, mediante serviços de terraplanagem e revestimento primário, com extensão total de 28,63 km, inicialmente prevista para ocorrer em 23 de outubro de 2026, às 10h00, por meio da plataforma LICITANET.

A medida decorre do recebimento e da análise preliminar de pedidos de esclarecimento e impugnações ao instrumento convocatório, que apontam questões relacionadas, entre outros aspectos, à indicação e utilização de jazida de cascalho, às distâncias médias de transporte (DMT), à composição e à consistência da planilha orçamentária, bem como a disposições de habilitação econômico-financeira e a divergências entre o edital, seus anexos e os documentos de planejamento.

Considerando que os pontos levantados podem repercutir na compreensão das condições de execução, na elaboração das propostas e na isonomia entre os interessados, a suspensão mostra-se necessária para permitir a análise técnica pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, a conferência e eventual retificação do projeto, do Estudo Técnico Preliminar, da planilha orçamentária, das memórias de cálculo e do edital, além da adoção das providências jurídicas cabíveis.

Após a conclusão das análises e, se for o caso, a realização das correções necessárias, será divulgada nova data para a sessão pública, observadas as regras de publicidade e os prazos legais aplicáveis, inclusive a reabertura do prazo para apresentação das propostas quando as alterações afetarem sua formulação, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Até a publicação de novo aviso, ficam suspensos os atos relativos ao prosseguimento da sessão pública da referida concorrência.

Costa Marques-RO, 21 de outubro de 2026.

José Arriates Neto
Agente de Contratação
Dec. 454/GAB/2025

Protocolo DO43851

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

AVISO DISPENSA ELETRONICA N. 017/2026/SML/PMCJ/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002972.09.01-2026

A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, através da Superintendência Municipal de Licitação – SML, torna público que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, no tipo MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: Contratação de empresa para fornecimentos de material permanente (CADEIRA FIXA), visando atender as necessidades de estruturação da Secretaria Municipal de Assistência Social Família e Trabalho - SEMASFT, conforme Termo de Referência. Método de Disputa: ABERTO. Valor Estimado R$ 9.366,50 (nove mil trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Data de Abertura: 29 de Outubro de 2026 com inicio às 08h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: https: //www.licitanet.com.br/; portal transparência da Prefeitura Municipal e PNCP. Qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

Candeias de Jamari – RO, 21 de Outubro de 2026.

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Agente de Contratação – SML/PMCJ/RO
Portaria n. 664/2026

Protocolo DO43856

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

AVISO DE LICITAÇÃO

GRUPO DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Processo nº: **2013/SEMMAAGRIT/2026**	Julgamento do tipo: **Menor preço por item**
Modalidade: **DISPENSA**	Modo de disputa: **ABERTO**
Edital nº: **028/PMMS/2026**	Valor estimado: **R$ 535,90**
Forma: **ELETRÔNICA**	Amostra/Demonstração/Prova de Conceito: **NÃO**
OBJETO: Aquisição de Insumos Veterinários, conforme descrito no plano de trabalho e demais peças técnicas que instruem o processo, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo do Município de Mirante da Serra – RO.	

A **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, torna público que realizará licitação na modalidade **DISPENSA**, na forma **ELETRÔNICA**, com julgamento **Menor preço por item**, sob a condução do **Agente de Contratação** designado pela **Portaria nº 8487/2026**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto Municipal nº 3.425/2023**, do **Decreto Municipal nº 2.125/2017** e das demais normas aplicáveis.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/10/2026 **LIMITE DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/10/2026 às 09h00min** **ABERTURA DA SESSÃO DA DISPENSA ELETR.: 27/10/2026 às 09h01min**
Todas as referências de tempo observarão o Horário de Brasília (DF).
SITE PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA: www.licitanet.com.br

SESSÃO E EDITAL	A sessão será realizada em www.licitanet.com.br. O edital e seus anexos estarão disponíveis na plataforma, no Portal da Transparência (https://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br) e no PNCP (www.pncp.gov.br).
DÚVIDAS	**cpl@mirantedaserra.ro.gov.br**, (69) 99366-5739

Mirante da Serra/RO, 21 de Outubro de 2026.

RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA
Agente de Contratação | Portaria nº 8487/2026
(Assinado Eletronicamente)

Protocolo DO43857

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 15/2026

Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 15/2026**, na forma Eletrônica, do tipo **Empreitada por Preço Global**. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 2736/2024 e outros regulamentares, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução da Construção da Creche de Educação Infantil Irena e Arlindo Plodow – Creche Tipo 02, no Município de Chupinguaia-RO, conforme o Termo de compromisso Nº 977911/2025/FNDE/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC Proposta novo PAC-SELEÇÃO: 26298005355. P. A. nº **1593/2026**. **Valor Total R$: 4.186.628,00**. Data de início da sessão pública: **09:00 horas do dia 16/11/2026;** horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br.
CHUPINGUAIA, 22/10/2026

MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro

Protocolo DO43858

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

AVISO PE 022/26.

Campo Novo de Rondônia/RO informa PREGÃO ELETRÔNICO 022/26/SUPEL/PMCNR, MENOR PREÇO POR ITEM, site: www.licitanet.com.br abertura em 05/11/2026, 09h30min (Brasília-DF). Edital à disposição no site e na SUPEL. Objeto: SRP aquisição de alimentos, na forma de cestas básicas completas, conforme anexos edital. Proc. 1730/26/SEMAS. Estimado R$ 31.392,00. CNRO, 21/10/2026.

LUANA BISPO DE OLIVEIRA

Pregoeira

Protocolo DO43860

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2026/PMV

PROC. ADM. N°95142/2026/SEMAGRI

O Município de Vilhena, por intermédio da CL (Decreto nº 67.204/2026), torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Concorrência Pública sob o nº 019/2026/PMV, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, Legislação: Lei nº 14.133/2023. Requisitante: Contratação de empresa especializada para execução da Revitalização e Modernização da Feira Municipal conforme Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Curva ABC e demais documentos anexos. Valor: R$ Valor total da contratação: R$ 1.779.807,43 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos e sete reais e quarenta e três centavos). Data de Abertura: 18/11/2026, a partir das 09h30min (horário de Brasília). LOCAL: Concorrência Eletrônica ocorrerá no site Licitanet.com.br. O ato convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada, no site da Prefeitura de Vilhena Portal Transparência (https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes), ou ainda, na Controladoria de Licitações - CL, das 07:30h às 13:30h, de segunda a sexta-feira.

Vilhena-RO,

22 de Outubro de 2026

CELIMAR RODRIGUES DE LIMA

Agente de Contratação

Dec. 67.204/2026

Protocolo DO43862

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2026/PMV/EXCLUSIVO

PROC. ADM. N° 100045/2026/SEMPLAN

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o edital. Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto, Mobiliário em Geral, Aparelhos e Utensílios Domésticos, Equipamento de Processamento de Dados) e Material de Consumo (Material de Processamento de Dados) destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas nestes instrumento e seus anexos. R$ 110.766,73 (cento e dez mil setecentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos. Abertura da sessão: 12/11/2026, às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena (https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e (www.licitanet.com.br).

Vilhena-RO, 22 de Outubro de 2026

CLEIMAR RODRIGUES DE LIMA

PREGOEIRO

Decreto 66.804/2026

Protocolo DO43863

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026/PMV/EXCLUSIVO

PROC. ADM. N° 101595/2026/SEMUS

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, de acordo com o edital. Objeto: Contratação de

empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, cama elástica, tobogã inflável, tendas e grades para atender as necessidades da Fundação Cultural de Vilhena - FCV conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R$ 129.597,68 (Cento e vinte e nove mil quinhentos e noventa e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos). Abertura da sessão: 09/11/2026, às 09h30min (horário de Brasília).

O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena (https://transparencia.vilhena.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e (www.licitanet.com.br).

Vilhena-RO, 22 de outubro de 2026

ELIAMAR MOREIRA DA SILVA PARDIM

PREGOEIRA

Decreto 66.804/2026

Protocolo DO43871

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1600/2026

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste – RO, torna pública a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026**, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO ROSALINO LOPES (BANHEIROS E VESTIÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO, LOCALIZADO NA AV. MARECHAL RONDON, Nº 4665, QUADRA 1, LOTE 9, SETOR C, BAIRRO CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.** A sessão pública será iniciada no dia**: 10/11/2026**, com início às **9h** LOCAL: LICITANET – Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital e anexos encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município www.coloradodooeste.ro.gov.br. Maiores informações, através do webmail: cplm@coloradodooeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste RO, 22 de outubro de 2026.

Eliene Medeiros Felix da Cruz

Agente de Contratação

Protocolo DO43864

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

ERRATA DO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2136/SEMSAU/2026

O Município de Seringueiras/RO, por meio do Departamento de Licitação, torna pública a presente ERRATA ao Edital de Chamamento Público nº 04/2026, referente à correção do período de recebimento da documentação para credenciamento, constante no item 9.1 do edital, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

9.1. As Pessoas Jurídicas interessadas deverão apresentar toda a documentação exigida para o credenciamento, incluindo os documentos de habilitação e aqueles destinados à pontuação e classificação, em envelope único, devidamente fechado e lacrado, diretamente no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO, no período compreendido entre 21/09/2026 e 05/10/2026, das 07h00min às 13h00min, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LEIA-SE:

9.1. As Pessoas Jurídicas interessadas deverão apresentar toda a documentação exigida para o credenciamento, incluindo os documentos de habilitação e aqueles destinados à pontuação e classificação, em envelope único, devidamente fechado e lacrado, diretamente no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO, no período compreendido entre 21/10/2026 e 05/11/2026, das 07h00min às 13h00min, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 04/2026 e seus anexos.

Seringueiras-RO, 22 de OUTUBRO 2026

SÉRGIO VILMAR KNONER
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Protocolo DO43866

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2082/SEMEC/2026
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção e prestação de serviços de mão de obra.
O Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, por intermédio do Departamento de compras e licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 120/2026, referente ao Processo Administrativo nº 2082/SEMEC/2026.
A suspensão se faz necessária em razão da identificação de vícios insanáveis no processo, sendo necessária a adoção das providências administrativas cabíveis.
Dessa forma, o certame permanecerá suspenso até ulterior deliberação da Administração.
Novas informações serão divulgadas pelos meios oficiais de publicação.

Seringueiras - RO, 22 de OUTUBRO de 2026

SÉRGIO VILMAR KNONER
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Protocolo DO43865

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 030/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 933/SEMED/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 06 de novembro de 2026, às 09h30min. (Brasília). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS. O VALOR ESTIMADO: R$ 2.052.894,75 (dois milhões, cinquenta e dois mil e oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos). Informações pelo telefone 069-3448-2361 69 992262378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes
Ministro Andreazza/RO, 22 de outubro de 2026.

Cleder de Camargo
Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação

Protocolo DO43867

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 038/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1100/SEMOSP/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 09 de novembro de 2026, às 09h00min. (Brasília). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS. O VALOR ESTIMADO: R$ 1.310.780,72 (um milhão, trezentos e dez mil, setecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos). Informações pelo telefone 069-3448-2361 69 992262378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes
Ministro Andreazza/RO, 22 de outubro de 2026.

Cleder de Camargo
Pregoeiro/Agente de Contratação

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

Protocolo DO43868

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 870/SUMTURC/2026

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por lote, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 09 de novembro de 2026, às 10h00min. (Brasília). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS. O VALOR ESTIMADO: R$ 351.499,74 (Trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos). Informações pelo telefone 069-3448-2361 69 992262378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes
Ministro Andreazza/RO, 22 de outubro de 2026.

Cleder de Camargo
Pregoeiro/Agente de Contratação

Protocolo DO43869

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

AVISO DE SUSPENSSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 091/SML/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1559/SEMADRH/2026

O Pregoeiro do Município de Presidente Médici/RO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o **SUSPENSSÃO** do Pregão Eletrônico SRP nº 091/SML/2026, referente ao Processo Administrativo nº 1-1559/SEMADRH/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de gerenciamento informatizado da manutenção da frota municipal, mediante sistema integrado via web e rede de estabelecimentos credenciados, contemplando manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios e componentes, mão de obra, serviços de reboque e socorro mecânico, destinados aos veículos leves e pesados, máquinas agrícolas e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de Presidente Médici/RO, pelo período de 12 (doze) meses. **VALOR ESTIMADO**: R$ 2.415.000,00 (Dois milhões quatrocentos e quinze mil). **DO TIPO:** maior desconto por Item. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 03 de novembro de 2026, às 09h10min (horário de Brasília). **LOCAL:** Licitanet **RETIRADA DO EDITAL: www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoes ou https://licitanet.com.br/**
A medida tem caráter preventivo e busca assegurar a regularidade do procedimento licitatório, a competitividade, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021.
Diante disso, fica SUSPENSSO o referido procedimento licitatório, para que sejam promovidas as devidas correções e adequações necessárias, com posterior republicação do certame, observados os princípios da Administração Pública e a legislação vigente.

Presidente Médici/RO, 22 de outubro de 2026.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Protocolo DO43870

PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATO N° 060/PMT/SEMUSA/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2306/SEMUSA/2025

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA CNPJ: 84.727.601/0001-90, **Parte 2:** SIDOCA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 42.818.845/0001-39. Objeto: REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL DE PEQUENO PORTE ALMERINDO JOSÉ DO ROSÁRIO, CNES: 4003357, LOCALIZADO NA AVENIDA PRESIDENTE JÂNIO QUADROS, Nº 1829, CENTRO, MUNICÍPIO DE THEOBROMA – RO. **Prazo de Execução e**

vigência : Fica prorrogado o prazo de execução da obra do objeto contratual e o prazo de vigência do contrato, por mais **150 (Cento e Cinquenta) dias**, **sendo o dia 22/10/2026 como data inicial e 21/03/2027 como término da vigência.** Theobroma/RO, 22 de Outubro de 2026.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

Protocolo DO43873

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

AVISO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/CPL/2026

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, torna público para conhecimento dos interessados que fica **REVOGADO** o procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 10/2026, cujo objeto é: **Contratação de empresa especializada em engenharia visando à execução da obra de implantação de sinalização vertical e horizontal no município de Alto Alegre dos Parecis/RO**, conforme o termo de convênio Nº 238/2026/PGE-DETRAN. A presente revogação fundamenta-se no disposto no art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão decorre da necessidade de ajustes na fase preparatória, visando o adequado atendimento às exigências técnicas e legais, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e segurança jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devidamente comprovadas nos autos. Maiores informações no site www.altoalegre.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena n.º 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3643-1255 Opção 11.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 22 de outubro de 2026.

Denair Pedro da Silva
Prefeito Municipal

Protocolo DO43877

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

AVISO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 012/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1372/2025 – SEMOSP

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, JOÃO PAVAN, e pelo Gerente do Sistema de Registro de Preços, THIAGO SANTOS DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que, após análise do pedido formulado pela empresa H C COSTA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ nº 52.408.639/0001-04, e considerando o parecer favorável da Assessoria Jurídica, bem como a decisão da autoridade administrativa competente, será concedido o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e das disposições aplicáveis da Ata de Registro de Preços.

O realinhamento refere-se ao fornecimento de Cimento Portland Composto CP II-32, em sacos de 50 kg, objeto do Sistema de Registro de Preços destinado à futura e eventual aquisição de cimento Portland para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Alto Paraíso/RO. O preço atualizado será aplicado aos Itens 01 e 02, exclusivamente para fornecimentos futuros, sem efeitos retroativos sobre os empenhos anteriormente atendidos, conforme decisão administrativa e formalização nos autos.

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01 e 02	Saco de 50 kg	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	R$ 57,00	R$ 60,50

A atualização produzirá efeitos exclusivamente sobre os fornecimentos futuros, sem retroatividade quanto aos empenhos anteriormente atendidos, observadas a decisão administrativa competente e as disposições legais aplicáveis.

Alto Paraíso – RO, 22 de outubro de 2026.

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal
Documento sujeito à assinatura eletrônica

Protocolo DO43875

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI – RO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2026/PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1186/2026/SEMUSA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CABIXI/RO, inscrito no CNPJ nº 22.855.159/0001-20, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

CONTRATADA: SECO AMBIENTAL SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.614.013/0001-00.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização eletrostática, desratização, descupinização, descorpionização, fumacê, controle de cobras, sanitização, capinação química, limpeza de caixas d'água, afugentamento de aves e controle de pragas rurais, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 025/2025, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Porto Calvo/AL.

VALOR GLOBAL: R$ 113.008,80 (cento e treze mil, oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, admitida prorrogação conforme as disposições contratuais e legais aplicáveis.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 0500 – Secretaria Municipal de Saúde; Projetos/Atividades 2027, 2066, 2034, Piso da Atenção Primária – PAP e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fichas Orçamentárias: 199, 502, 551, 214 e 430.

DATA DA ASSINATURA: 13 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS: SILVANO ASCARI DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, pelo Contratante, e BRUNO JOSE DA SILVA INÁCIO, representante legal da Contratada.

Cabixi/RO, 13 de outubro de 2026.

SILVANO ASCARI DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Protocolo DO43876

ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

ASSOCIAÇÃO RONDONIENSE DE ASSISTÊNCIA AO PACIENTE COM CÂNCER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidenta da Associação Rondoniense De Assistência ao Paciente Com Câncer – ARPAC, inscrita no CNPJ nº 34.506.517/0001-79, com sede - na Br 364, Km 15 –, Sala 01, 1ª andar, do Hospital de Amor, CEP. 76.834-899, e com funcionamento complementar onde será a reunião, na Rua Benjamim Constante nº 1117 – Bairro Arigolândia, 76.801-232, Porto Velho (RO), **CONVOCA**, os associados (as), fundadores (as), Efetivos (as) e Voluntários (as), para participar da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 27 de outubro de 2026, com ínicio ás 18:00 horas**, em primeira convocação e meia hora depois (18:30) em segunda convocação, para deliberarem sobre os seguinte Ordem do Dia:

1. Reativação da entidade associativa, que se encontra desativada;
2. Eleição e posse da Diretoria;
3. Alteração do Estatuto, e,
4. Outros assuntos relevantes.

Porto Velho-RO, 20 de outubro de 2026.

DEUZIMAR RIBEIRO DOS SANTOS MIRANDA
Presidente da ARPAC

Protocolo DO43859

ASSOCIACAO COM PROD RURAIS URUPAENSE DE AJUDA MUTUA

ESTADO DE RONDÔNIA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS URUPAENSE DE AJUDA MULTUA - ACPRUAM
Linha T-12, Gleba 16, Lote 25, Zona Rural, Urupá RO - CNPJ N: 01.597.940/0001-72
Setor de Planejamento, Compras e Contratações

EXTRATO DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO E
ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 001/2026

CONTRATANTE: Associação Comunitária dos Produtores Rurais Urupuaense de Ajuda Mútua – ACPRUAM, CNPJ nº 01.597.940/0001-72.
CONTRATADA: TRATORON – Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda., CNPJ nº 03.614.482/0001-68.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) trator agrícola da marca NEW HOLLAND, novo, com potência mínima de 90 CV e tração 4x4, conforme especificações da proposta comercial aprovada.
VINCULAÇÃO: Termo de Fomento nº 155/2026/SEAGRI-ASJUR, celebrado com o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.
VALOR GLOBAL: R$ 320.500,00 (trezentos e vinte mil e quinhentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
GARANTIA: 12 (doze) meses, conforme proposta comercial aprovada.
DATA DO INSTRUMENTO: 22 de outubro de 2026.

Urupá/RO, 22 de outubro de 2026.

FERNANDES CELERI
Presidente da ACPRUAM

Protocolo DO43872

AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

GOVERNADORIA
MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

VICEGOV
SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA

CASA CIVIL
ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

OGE
ERASMO MEIRELES E SA

CASA MILITAR
VALDEMIR CARLOS GOES

SECOM
RENAN FERNANDES BARRETO

PGE
THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA

CGE
JOSE ABRANTES ALVES DE AQUINO

SUGESP
SEMAYRA GOMES ZILLIG

SETIC
DELNER FREIRE

SIBRA
AUGUSTO LEONEL DE SOUZA MARQUES

SEPOG
BEATRIZ BASILIO MENDES

SEGEP
JOSE MARIA GISBERT BEZERRA

SUPEL
ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA

SEPAT
DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO

COGES
JURANDIR CLAUDIO DADDA

SEFIN
FRANCO MAEGAKI ONO

SESDEC
JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA

PM
GLAUBER ILTON DE SOUSA SOUTO

CBM
DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA

PC
JEREMIAS MENDES DE SOUZA

SEJUS

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO

SESAU
EDILTON OLIVEIRA DOS SANTOS

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13

MARCUS CASTELO BRANCO A.S.RITO

DOMINGOS SAVIO OLIVEIRA DA SILVA

HBAP
JANAYNA CALUMBY PAULO GOMES

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II
RAFAELA GARCIA DANCINI JENSEN

HICD
FRANSCIANE DE SOUZA SANTANA

COHREC
JAQUELINE TEIXEIRA TEMO

HRC
LODOVICO BENLOLO MOREIRA

HEURO
ANDERSON FERREIRA DA COSTA

HRSF
JESSICA TEZORI

HRE
JEANE PATRICIA LIMA COSTA

POC
GEANE SOCORRO LOPES DA SILVA

CEMETRON
EVELYN DE SOUSA PINHEIRO

FHEMERON
ANILTO FUNEZ JUNIOR

AGEVISA
GILVANDER GREGORIO DE LIMA

CONEPODFESPREN
DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO

IESPRO
MARCELA MILREA ARAUJO BARROS

LEPAC
PAULO JOSE GIROLDI

SEDUC
MASSUD JORGE BADRA NETO

FUNCER
LEONILDO NERY RODRIGUES

IDEP
IASMIN BRANDAO NOGUEIRA

SEJUCEL
GODOFREDO GONCALVES NETO

SI
GASODÁ SURUI

SEAS
LUANA NUNES OLIVEIRA ROCHA SANTOS

FEASE
ELZA GUARDA BELLO FREITAS

SEAGRI
LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

IDARON
JULIO CESAR ROCHA PERES

SEDAM
MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS

SEDEC
CELIO DOS SANTOS FERREIRA

SETUR
GILVAN JOSÉ PEREIRA JUNIOR

SEOSP
VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA

DER
DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA

JUCER
CLÉBIO BILLIANY DE MATTOS

IPEM
MARCELO SILVA DOS SANTOS

FAPERO
PAULO RENATO HADDAD

DETRAN
SANDRO RICARDO ROCHA DOS SANTOS

CETRAN
ANDRÉ FRANC ARAÚJO GALEAZZI

EMATER
ALESSANDRO PEDRALLI DA SILVA

IPERON
TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

AGERO
SILVIA LUCAS DA SILVA DIAS

CAERD
CLEVERSON BRANCALHÃO DA SILVA

CMR
ANÍBAL DE JESUS RODRIGUES

SOPH
FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE

Autenticidade pode ser verificada em: https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/31791
Diário assinado eletronicamente por EDUARDO FELIPHE ALMEIDA DOS SANTOS - Diretor, em 22/10/2026, às 15:13